UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

FERNANDO LUIZ MONTEIRO DE SOUZA

O ativismo de mulheres negras e a política de promoção da igualdade de gênero e raça em Santo André (SP)

Versão corrigida

SÃO PAULO

2013

FERNANDO LUIZ MONTEIRO DE SOUZA

O ativismo de mulheres negras e a política de promoção da igualdade gênero e raça em Santo André (SP)

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia, do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Área de concentração: Sociologia

Orientação: Prof. Dr. Antônio Sérgio Alfredo Guimarães

Versão corrigida:

De acordo com o orientador_____

São Paulo

2013

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Souza, Fernando Luiz Monteiro de.

O ativismo de mulheres negras e a política de promoção da igualdade de gênero e raça em Santo André (SP); orientador: Prof. Dr. Antonio Sergio Alfredo Guimarães. - São Paulo, 2013.

292 fl.

Tese (Doutorado)--Universidade de São Paulo, 2013.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Sa

Souza, Fernando Luiz Monteiro de
O ativismo de mulheres negras e a política de
promoção da igualdade de gênero e raça em Santo André
(SP) / Fernando Luiz Monteiro de Souza ; orientador
Antonio Sergio Alfredo Guimarães. - São Paulo, 2013.
292 f.
Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Sociologia. Área de concentração:
Sociologia.
1. Negros. I. Guimarães, Antonio Sergio Alfredo ,
orient. II. Título.

SOUZA, Fernando Luiz Monteiro de

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia, do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Área de concentração: Sociologia

Banca Examinadora

Prof. Dra. . Helena Sumiko Hirata Instituição: CNRS - França

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dra. Marcia de Paula Leite - Instituição: FE - UNICAMP

Julgamento: _____ Assinatura:_____

Prof. Dra. Maria de Lourdes Beldi Alcântara - Instituição: FM - USP

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Iram Jácome Rodrigues Instituição: FEA - USP

Julgamento: _____ Assinatura:_____

Prof. Dr. Antonio Sergio Alfredo Guimarães Instituição: FFLCH - USP

Julgamento: _____ Assinatura:_____

A minha avó Corina Pereira da Silva (em memória), por estar à frente do seu tempo.

A três mulheres negras e pernambucanas, cada uma a sua cor e sotaque, a Noemy Pereira da Silva, minha mãe (em memória*),* e as minhas tias: Nancy Pereira da Silva (em memória*)* e Neusa Pereira da Silva*.*

A Marcia, Vithória e Sophia por um novo tempo.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Antonio Sergio Alfredo Guimarães, pelo acolhimento da proposta e ter me ajudado a discernir os meandros da pesquisa acadêmica, contribuindo para meu crescimento científico e intelectual.

À banca formada pelas professoras: Helena Sumiko Hirata, Marcia Pereira Leite, Maria de Lourdes Beldi Alcântara, e o professor: Iram Jácome Rodrigues, pela inestimável contribuição para a minha formação.

À família pela tolerância com o meu distanciamento necessário, especialmente à Marcia, minha esposa, pelo amor, o cuidado comigo e com nossas filhas. A Vithória e Sophia sempre dispostas com seu afeto. A Marcos e Marines pelo auxílio constante. A Otacílio, Marisa, Karla e Sérgio, Gabriel e Natália, Aldir, primos e os amigos que torceram por mim.

Às ativistas negras, Matilde Ribeiro, Maria da Penha Cipriano, Maraísa Almeida, Cristina Batista e Suely Chan por sua generosidade em expor relatos tão expressivos de suas trajetórias de vida, permitindo a realização da tese; às mulheres do ABC: Cristina Petcholl, Luzia Arlete, Sara Juarez Sales pela generosidade em dispor suas experiências, especialmente à Ivete Garcia e Silmara Conchão, que me confiaram sua documentação pessoal sobre o ativismo feminista e negro.

A Maria Palmira da Silva e Juliana Francine pelos comentários sobre a institucionalização da questão racial na SEPPIR; a Claudete Gomes Soares, por sua generosidade e parceria no estudo do tema, ao *mano* e parceiro José Solazzi pela força, e a Priscila Ferreira Perazzo pela colaboração na investigação sobre o Grande ABC.

Aos professores do curso, funcionários, aos colegas, e ao grupo de estudo de relações raciais – PPGS/FFLCH/USP pela convivência e a troca de ideias; e a CAPES, USP e USCS pelo auxílio.

Saravá a todos e todas!

“Ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro”.

Neusa Santos Souza

SOUZA, Fernando Luiz Monteiro de. **O ativismo de mulheres negras e a política de promoção da igualdade de gênero e raça em Santo André (SP).** 2013. 290f.

Tese (Doutorado). Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

A análise desta tese foi centrada na relação entre raça e política, e considerou como seu objeto o ativismo feminista e de mulheres negras na criação da política de promoção de gênero e raça no município de Santo André, governado pelo PT, durante os anos de 1989 a 2005 O percurso da análise procurou responder em primeiro lugar à questão: por que, após a Conferência Durban em 2001, quando a questão racial ganhou destaque e reconhecimento nacional, o PT, ao conquistar a Presidência da República, criou um órgão, com status de ministério, para desenvolver a política de promoção da igualdade racial? Em segundo lugar, dentre os governos administrados pelo PT, em que medida a experiência de Santo André e a profissionalização política de ativistas negros foram relevantes na definição do modelo de política racial adotado em nível nacional? O desenvolvimento da tese compreendeu a análise da bibliografia sobre raça e política, dos documentos e relatos das ativistas feministas e de mulheres negras para confirmar, primeiro, que a confluência histórica entre a organização política da esquerda, o feminismo e o ativismo negro permitiu na região do grande ABC, em especial em Santo André, a emergência de uma experiência de política racial; em seguida, demonstrar que o alinhamento político do ativismo feminista e negro com a tendência hegemônica no PT foi uma potente estratégia para conquista de poder, cujos efeitos foram a mobilidade das ativistas, a sua institucionalização, a implementação da agenda racial e o fortalecimento eleitoral do PT. A tese conclui que o processo de redemocratização brasileira possibilitou a institucionalização dos ativistas dos movimentos sociais negros por meio da política de promoção da igualdade racial. No entanto, o posicionamento da temática racial no partido e em Santo André correspondeu não apenas ao ciclo organizacional do ativismo negro, mas também à estrutura de oportunidades políticas e restrições e à relevância dada à questão racial, configuradas na permeabilidade da estrutura partidária e do governo, especialmente nos períodos eleitorais.

Palavras-chave: Mulheres Negras, Movimento Negro, Partido dos Trabalhadores.

The analysis of this thesis was focused on the relationship between race and politics, and considered as its object feminist and black women activism in the creation of a policy promoting gender and race in Santo André, governed by the PT during the years 1989 to 2005 The route of the first analysis sought to answer: Why, after Durban Conference in 2001, when the racial issue gained prominence and national recognition, PT, after winning presidential elections,, created a body with ministerial status to develop a policy promoting racial equality? Second, among the governments run by PT, to what extent the experience of Santo André and the professionalization of political black activists were relevant in defining the model of racial policy adopted at the national level? The development of the thesis included analysis of the literature on race and politics, the documents and reports of feminist activists and black women to confirm, first, that the historical confluence between the political left, feminism and black activism, allowed in the Region of Greater ABC, especially in Santo André, the emergence of an experience of racial politics, and secondly, to demonstrate that the political alignment of feminist and black activism with the hegemonic trend in PT, was a powerful strategy for gaining power, whose effects were the mobility of activists, their institutionalization, implementation of racial agenda and electoral strengthening of PT. The thesis concludes that the process of Brazilian democratization enabled the institutionalization of social black movement activists through a racial equality promotion policy. However, the positioning of the race issue in the party and in Santo André corresponded not only to the organizational cycle of black activism, but also to the structure of political opportunities and constraints, and relevancy given to the racial question, configured in the permeability of the party structure and the government, especially at election times.

Keywords: Black Women, Black Movement, Workers Party

LISTAS DE FIGURAS

Figura 01 Ilustração da região metropolitana de São Paulo, com o destaque para o Grande ABC.....112

Figura 02 1º posicionamento da ADM na estrutura administrativa da PMSA – 1989.....144

Figura 03 2º Posicionamento da ADM na estrutura administrativa da PMSA – 1989.....145

Figura 04 Capa do relatório do curso de relações de gênero desenvolvido pela SOF em Santo André, 1992.....148

Figura 05 Capa da publicação que traz as proposições das feministas para o projeto de lei do plano diretor em Santo André, no ano de 1992.....150

Figura 06 Cartaz do FÉMININA em comemoração ao dia internacional da Mulher – Santo André [1990].....152

Figura 07 Posicionamento da ADM na estrutura administrativa da PMSA – 1997.....162

Figura 08 Posicionamento da ADM na estrutura administrativa da PMSA – 2001.....196

Figura 09 Posicionamento da ADM na estrutura administrativa da PMSA – 2003.....202

Figura 10 Posicionamento da ADM na estrutura administrativa da PMSA – 2005.....206

Figura 11 Peça publicitária veiculada para promoção das iniciativas do projeto GRPE/Consórcio Intermunicipal do Grande ABC. [2004].....219

Figura 12 Posicionamento da SEPPIR na estrutura do executivo federal – Presidência da República – 2003.....226

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS[1]**:**

Partidos políticos e organismos

ARENA: Aliança Renovadora Nacional

MDB: Movimento Democrático Brasileiro

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PC do B: Partido Comunista do Brasil

PDS (sucedeu a ARENA): Partido Democrático Social. Depois, houve a fusão com PDC (Partido Democrata Cristão), tornando-se PPR: Partido Progressista Reformador. Depois, fusão com PP (Partido Progressista), constituindo o PPB: Partido Progressista Brasileiro. Finalmente, adota o nome de PP: Partido Progressista.

PDT: Partido Democrático Trabalhista

PFL: Partido da Frente Liberal. Alterado em 2007 para DEM: Democratas.

PL: Partido Liberal. Funde-se ao PRONA em 2007, formando o PR: Partido Republicano.

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PPS: Partido Popular Socialista (antigo PCB até 1992)

PRONA: Partido de Reedificação da Ordem Nacional

PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira

PSOL: Partido Socialismo e Liberdade

PT: Partido dos Trabalhadores

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

SNCR- Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do PT

[1] Elaborado a partir de Doimo, 1997; Braga, 2006; Alberti e Verena, 2007; Floriano Ribeiro, 2008; Soares, 2009.

Organizações da sociedade civil

ABONG - Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais

AGENCIA GABC – Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC

ACO - Ação Católica Operária

ADCN - Assessoria de Defesa da Comunidade Negra

AMUSA - Associação das Mulheres de Santo André

APN - Agente Pastoral Negro

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

CEAP - Centro de Atendimento das Populações Marginalizadas

CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

CECAN - Centro de Cultura e Arte Negra

CEERT - Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdades

CEPAL - Comissão Econômica para América Latina e Caribe

CMP - Central de Movimentos Populares

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

COBRAM - Confederação Brasileira de Associação de Moradores

CONAM – Confederação Nacional das Associações de Moradores

CONEN - Coordenação Nacional de Entidades Negras

CTR - Central de Trabalho e Renda

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DR – Diário Regional

DGABC – Diário do Grande ABC

EDUCAFRO - Educação de Afrodescendentes e carentes

ELAS - Elisabeth Lobo, Assessoria Trabalho e Políticas Públicas ELAS

FÉMININA - Movimento de Mulheres de Santo André

FRENAPO - Frente Negra para uma Ação Política de Oposição

GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

GLBT - Gays, lésbicas, bissexuais e travestis

GMN - Grupo de Mulheres Negras

GNPUC - Grupo Negro da PUC

GTZ - Sociedade Alemã de Cooperação Técnica

HABITAT/ONU - Habitat para Humanidade

HUCITEC-Editora Hucitec/Humanismo, Ciência e Tecnologia

INCA - Instituto Cajamar

INSPIR - Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial

JOC - Juventude Operária Católica

JUC - Juventude Universitária Católica

MCC – Movimento Contra o Custo de vida

MEP-Movimento pela Emancipação do Proletariado

MM - Movimento de Mulheres

MNU – Movimento Negro Unificado

MNUCDR - Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial

MOS - Movimento de Saúde

MPM – Movimento Popular de Mulheres

MST – Movimento dos Sem Terra

MT – Movimentos de Transporte

MTC-Movimento de Transporte Coletivo

NEGRA SIM - Movimento de Mulheres Negras de Santo André

OIT-Organização Internacional do Trabalho

ONGs-Organizações Não Governamentais

ONU-Organização das Nações Unidas

POLIS - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais

PO - Pastoral Operária

PVNC - Cursinho Pré-vestibular para Negros e Carentes

SINBA - Sociedade de Intercâmbio Brasil-África

SOF - Organização Feminista Sempre Viva

TEM - Teatro Experimental do Negro

UGT - União Geral dos Trabalhadores

UHC – União de Homens de Cor

UNEGRO-União de Negros pela Igualdade

Tendências e agrupamentos políticos internos do PT citados

AE: Articulação de Esquerda (inicialmente conhecida como HV – Hora da Verdade).

CNB: Construindo o novo Brasil (ex- Articulação, e Campo Majoritário)

CO: Causa Operária

CS: Convergência Socialista

DS: Democracia Socialista

Divisão Municipal

ABC - Municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul

ABCDMRR - Municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, e Rio Grande da Serra.

Instituições Financeiras

BID - Interamericano de Desenvolvimento

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

Instituições Educacionais

CIEP-Centros Integrados de Educação Pública

FASP – Fundação de Administração Pública de São Paulo

FAS - Fundação Santo André

FGV - Fundação Getúlio Vargas

ILDES – Fundação Friedrich Ebert

ILPES - Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social

IPCN - Instituto de Pesquisas da Cultura Negra

IPEAFRO - Instituto de Pesquisas e Estudos Afro Brasileiros

NEAFRO - Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Temática Racial

NEDIC/FFLCH – USP - (CENEDIC)-Centro de Estudos do Direito da Cidadania

PUC/SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

UMC - Universidade de Mogi das Cruzes

USP - Universidade de São Paulo

Instituições Governamentais

ADM - Assessoria de Defesa da Mulher

BRASIL - Governo Federal do Brasil

CECF - Conselho Estadual de Defesa da Condição Feminina

CITYPLAN - Vancouver City Planning Comission/City of Vancouver

CNDM - Conselho de Defesa dos Direitos da Mulher

CNDR - Comissão Nacional contra a Discriminação Racial

CNMT - Comissão Nacional sobre a questão da Mulher Trabalhadora

CONE - Coordenadoria Especial do Negro (Município de São Paulo)

CPDCN - Conselho de Participação e Defesa da Comunidade Negra do Estado de São Paulo

DEOPS – Departamento da Ordem Política e Social

ELO MULHER - Grupo de trabalho composto por várias áreas da Gestão Pública de Santo André

GEPAM - Programa de Gerenciamento Participativo das Áreas de Mananciais

GRPE - Programa de Fortalecimento Institucional para a Igualdade de Gênero e Raça, Erradicação da Pobreza e Geração de Emprego

GTDEO - Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação

GTI - Grupo Interministerial de Valorização da População Negra

GTM - Grupo de Trabalho Multidisciplinar

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

TEM - Ministério de Trabalho e Emprego

MUNIC - Pesquisa de Informações Básicas Municipais (IBGE)

NPGRGDP - Núcleo de Políticas de Gênero, Raça, Geração e Pessoa com Deficiência

PMSA - Prefeitura Municipal de Santo André

PNDH - Programa Nacional de Direitos Humanos

SEAFRO - Secretaria de Defesa e Promoção das Populações Afro Brasileiras

SEDEPRON - Secretária Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Afro-brasileiras

SEPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SUS - Sistema Único de Saúde

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....22

CAPÍTULO 1 – O PARTIDO DOS TRABALHADORES, A BASE DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL E O ATIVISMO DAS FEMINISTAS E MULHERES NEGRAS.....59

1.1 – A singularidade da base de mobilização social do PT.....72

1.1.2 – A profissionalização política e o papel dos *setoriais* na organização do partido.....83

1.2 – A incorporação de uma agenda racial no partido.....88

1.3 – O ativismo feminista e sua interação com o movimento de mulheres negras.....99

CAPÍTULO 2 - OS TRAÇOS LATENTES DA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES NA REGIÃO DO GRANDE ABC.....107

2.1 – Da Borda Campo a região do grande ABC: Santo André e a conexão entre os municípios das sete cidades.....107

2.2 - O surgimento das organizações sindicais e o campo político de esquerda.....112

2.3 – A base de organização do ativismo católico e a importância das redes de movimentos sociais no pós 1964.....125

2.4 – A mobilização das mulheres, das feministas e a inclusão de uma agenda de gênero no governo do PT.....132

2.5 – A formação da Assessoria de Defesa da Mulher, na primeira gestão do PT (1989 – 1993).....140

CAPÍTULO 3 – O CONTEXTO DO SEGUNDO MANDATO DE CELSO DANIEL – 1997 – 2001: A COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL E A HOMOLOGIA ENTRE O FEMINISMO E O ATIVISMO NEGRO.....156

3.1 – A criação de oportunidades políticas por meio do projeto GEPAM.....165

3.2 – A institucionalização da agenda racial: O Movimento Negro e o Movimento de Mulheres Negras.....173

3.2.1. – Os ativistas do MNU, a juventude negra e o Hip Hop na região.....175

3.2.2. - A formação do movimento de mulheres negras de Santo André – Negra Sim.....181

3.3. – A criação do projeto GRPE.....185

CAPÍTULO 4 – O TERCEIRO MANDATO DE CELSO DANIEL 2001 – 2002: A REGIONALIZAÇÃO DA AGENDA DE GÊNERO E RAÇA, E A CRIAÇÃO DA SEPPIR.....190

4.1 – A criação da Assessoria de Defesa da Comunidade Negra – ADCN.....192

4.2 - A morte do prefeito Celso Daniel e reorganização administrativa em Santo André.....201

4.3 – A regionalização da política de promoção da igualdade de gênero e raça no Grande ABC.....213

4.4 - A criação da SEPPIR e a mobilidade política das mulheres negras.....219

CONSIDERAÇÕES FINAIS:.....228

BIBLIOGRAFIA 233

Teses e dissertações.....245

Referenciais sobre Santo André e a região do Grande ABC.....247

Legislação consultada.....250

ANEXOS.....252

1 . Extratos das notícias sobre o ativismo negro no ABC.....257

2. Foto e perfil dos entrevistados.....257

2.1 Fotos e síntese da trajetória das principais depoentes autodeclaradas negras.....257

2.2 Caracterização das entrevistadas autodeclaradas brancas.....270

2.3 Descrição dos ativistas negros do GNPUC-SP 274

3. Descrição das tendências políticas do PT nos anos de 1990.....276

4. Lista de documentos do ativismo feminista e negro.....278

4.1 - Ivete Garcia.....279

4.2 - Silmara Conchão.....283

Introdução

A escolha do tema desta tese pela relação entre raça e política, deve-se ao meu interesse em analisar uma série de notícias veiculadas pelos jornais *Diário do Grande ABC* (DGABC) e *Diário Regional* (DR) que envolviam a questão racial no final dos anos de 1990 e início de 2000[2]. O conjunto encontrado remetia ao fato de que, após a redemocratização, a questão racial ganhou destaque nos cenários políticos nacional e local por se constituir em objeto de interesse público.

As notícias enfatizavam ações de promoção da igualdade racial, a afirmação da identidade étnico-racial, a luta antirracista e a mobilidade na trajetória política de uma mulher negra. Era expressiva a cobertura positiva dedicada pelos jornais locais ao ativismo negro na região, com destaque para a organização do movimento local de mulheres negras – *Negra Sim* –, as ações do Movimento Hip Hop – *Zulu Nation*, a "posse"[3] *Hause* e a atuação de Matilde Ribeiro, ex-assessora da comunidade negra da prefeitura de Santo André, que fora nomeada ministra da SEPPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) no governo Lula[4].

---

[2] Este levantamento foi parte da pesquisa que realizei em 2008 na USCS (Universidade Municipal de São Caetano do Sul), com o título: "Diversidade e Solidariedade no Grande ABC" – veja a reprodução completa das notícias em anexo.

[3] Posse é o nome dado pelos ativistas do movimento Hip Hop aos seus grupos organizados em torno das manifestações culturais do Hip Hop. Cf.: BASTOS (2008)

[4] Criada em 21 de março de 2003, Dia Internacional de Combate à Discriminação Racial, a SEPPIR tem a incumbência de acompanhar e coordenar políticas, de forma transversal, com as demais pastas ministeriais de cunho afirmativo e promotor da igualdade entre as raças/etnias discriminadas: negra, indígena, cigana, judaica e árabe palestina. Sua institucionalização como órgão de Estado se deu pela Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003. https:// www.presidencia.gov.br/ccivil_03/ Leis/2003/L10.678.htm.

"... Movimentos negros do ABC são meta da secretaria especial" (DR, 18/5/2003).

"... Ministra quer criar proposta para promover a igualdade racial no país..." (DR, 1112/2003).

"... Ministra quer campanha no futebol: Matilde Ribeiro e ministro dos Esportes planejarão ações contra o racismo nos gramados." (DGABC, 17/4/2005).

"... Secretaria existir já é uma vitória – *Ministra Matilde Ribeiro fala das conquistas e espera pela aprovação do Estatuto da Igualdade Racial" (DGABC, 5/4/2004).*

O tratamento dado ao tema pelos veículos de comunicação social constituiu um exemplo da maior publicidade da questão racial no período, ao mesmo tempo em que destacou o ativismo negro e a liderança política de uma mulher negra em um governo de orientação política de esquerda. [5]De fato, o tema tornou-se importante elemento do debate contemporâneo sobre a cidadania no país e trouxe visibilidade ao debate sobre raça e os direitos de cidadania da população negra. As ações dos ativistas negros na trajetória política do país tornaram-se, inclusive, objeto de estudos acadêmicos que têm procurado analisar o negro e seu comportamento político[6] desde o período da Primeira República até a democracia contemporânea[7]. Após mais de vinte anos de retomada do protesto político negro, porém, poucas iniciativas têm examinado o papel da nova geração de ativistas surgida no período

---

[5] Por pensamento político de esquerda considera-se a ideia de promoção da revolução socialista, compreendida como um programa político da classe trabalhadora, caracterizado basicamente pela restrição e ou abolição da propriedade privada capitalista. Nele os principais recursos da sociedade deverão ser submetidos ao controle da classe trabalhadora, e terão por objetivo promover a igualdade social, e não apenas a igualdade em termos político e jurídico. Cf.: BOBBIO, N. e outros. *Dicionário de Ciência Política.* vert. Socialismo. Ed. UNB, Brasília (DF), 1991, pp.1196-1997.

[6] Podem-se destacar os estudos contemporâneos de: Lamounier (1968); Souza (1971); Soares & Silva (1985); Alencastro & Berquó (1992); Prandi (1996), dentre outros.

[7] Domingues (2007), em sua análise sobre a trajetória do movimento negro organizado durante o período republicano, divide esse percurso em três partes: a 1ª fase, do movimento negro organizado da Primeira República ao Estado Novo (1889-1937); a 2ª fase, que vai de 1945 a 1964: da Segunda República à ditadura militar; a 3ª fase, de 1978 a 2000: do início do processo de redemocratização à Nova República.

da redemocratização. Principalmente, falta investigar o papel das mulheres negras na liderança política e na organização do movimento social negro, e a sua participação no quadro político-administrativo de um governo de esquerda. Ainda que os estudos sobre a questão racial no Brasil apontem a mobilização negra e seu protesto político, é necessário considerar contextos em que se interligam estruturas sociais, sistemas políticos e características da mobilização social e racial dos negros (BARCELOS, 1996).

O papel da liderança na formação de uma agenda racial e de uma política pública

Ao analisar o processo de ação coletiva pelo qual as demandas do movimento social negro foram convertidas na política de promoção da igualdade de gênero e raça em Santo André, observa-se a importância do ativismo negro e de suas lideranças no relacionamento com os dirigentes dos partidos políticos, do governo e dos órgãos do Estado.

Em um regime democrático, a construção de uma política pública por um governo compreende o entendimento sobre a legitimidade e a interação das lideranças políticas na definição sobre o que, quem e quais recursos serão direcionados ao atendimento de uma agenda política. Nesse aspecto, a liderança política e sua atuação no processo de representar e organizar interesses pessoais e coletivos, sobretudo através do partido político e das organizações do movimento social, aponta para uma distinção entre a liderança e os liderados, e o reconhecimento de ambos da relação de poder.

A presença de líderes políticos, como grupo dirigente ou elite política, é resultante de um desequilíbrio na relação de poder, ou seja, de uma desigualdade

em termos de capacidade de decisão, orientação e coerção política na relação entre os indivíduos. Trata-se de uma desigualdade que configura as estruturas de poder e se manifesta nas práticas e posições assumidas pelo indivíduo, ou grupamento, no decorrer de um processo político (BOBBIO, 2000; CORADINI, 2008).

No campo das Ciências Sociais, alguns autores clássicos abordaram o tema da liderança política moderna, analisando, principalmente, o papel das elites em um regime democrático representativo e sua relação com os cidadãos. Um significativo exemplo é o de Joseph Schumpeter, na obra *Capitalismo, Socialismo e Democracia*[8]. Nela é descrito o papel da liderança política, considerando sua relação com os sistemas eleitorais, a formação do gabinete ou do governo, o trato com a opinião pública e a ação coletiva das massas. Para Schumpeter, a liderança política é uma elite política que pode ser caracterizada por sua diferenciação em relação ao restante da sociedade. Essa diferenciação, por um lado, corresponde ao que aponta Weber, no livro *Ciência e Política: duas vocações*[9], o processo de especialização da atividade política no mundo moderno, no qual a profissionalização do político surge da necessidade de se lidar com um maior campo de saberes técnico-científicos, uma pluralidade de interesses e organismos sociais, econômicos e políticos. Por outro lado, para Schumpeter, há uma incapacidade real de conciliar todos os indivíduos no debate sobre os temas da vida democrática, por isso a solução para o andamento da democracia é introduzir a delegação de poder à minoria política, ou seja, instaurar uma representação política e um corpo técnico-político e administrativo (HOLLANDA, 2011).

---

[8] SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*. RJ: Jorge Zahar, 1987.
[9] WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. SP, Cultrix, 1985.

Na interpretação de Joseph Schumpeter, que integrou a representação política à forma moderna da democracia liberal, a diferenciação política entre a elite e o povo reside na consideração da democracia como um método de competição política que garante a liberdade do indivíduo mais apto em competir com outros pela conquista do poder. Assim, alguns indivíduos se tornarão líderes políticos conforme a sua capacidade de aproveitar as situações políticas, ou seja, de reunir recursos materiais e humanos, de converter a disputa entre os indivíduos de forma favorável a conquistar e consolidar o seu poder. Nessa visão, a liderança é superior, organizada, autointeressada e busca, a cada situação política, o acúmulo de poder em contraste com uma apatia política da massa desinteressada. O povo somente surge na cena política quando é mobilizado pelos meios de comunicação social e convocado nos processos eleitorais a referendar as escolhas das lideranças políticas. Na visão de Schumpeter, o controle das elites, ou seja, da representação política, e a ação coletiva do povo seriam componentes que, preferencialmente, devem se manter distantes ou limitados ao pleito eleitoral, pois os benefícios alcançados, como a legislação e a administração pública em um regime democrático, seriam resultantes do processo livre de competição entre as elites políticas.

Outra abordagem clássica, mas distinta da perspectiva liberal, é o trabalho de Robert Michels, que analisa a ação de uma organização partidária de esquerda em promover a integração da classe trabalhadora à participação política ampliada. A partir de sua conversão à ideologia socialista, o autor desenvolveu a investigação do partido socialdemocrata alemão no início do século XX. Em resumo, ele analisou o papel da elite política e sua relação com a mobilização política da massa em um regime democrático. Na obra *A sociologia dos partidos políticos,* Michels menciona a

relevância da elite política na organização da massa de trabalhadores, considerando ser esse o caminho para transformar a vontade coletiva em ação coletiva, pois, em sua opinião, não há como promover tal transformação sem a definição de um corpo minoritário que tome para si a ação de mobilizar e orientar os interesses da classe proletária. A interpretação de Michels aproxima-se da análise de Weber no sentido de que a especialização e a profissionalização política das lideranças tornaram-se uma condição importante na sociedade moderna e na formação de uma organização política eficaz para conquista do poder e exercício da dominação.

Todavia, Robert Michels aponta que esse processo de expansão e especialização da organização partidária tem um forte risco de gerar o afastamento da organização política da sua função original, a de defender os interesses da classe proletária. Para ele, o partido socialista também sofre a influência da *lei de ferro das oligarquias,* ou seja, passa por um processo de oligarquização no qual há um descolamento do interesse das lideranças da vontade coletiva que deveriam representar. Nesse sentido, os líderes da organização ganham autonomia da sua base de representação, constituindo um movimento de reprodução de sua própria estrutura de poder.

O partido, ao invés de ser o partido da transformação, torna-se o partido da ordem: passa existir um movimento de conservação do poder e não de sua transformação. Troca-se a fidelidade política à causa pela fidelidade política aos líderes que garantam a reprodução de determinado status. A mobilidade ascendente dos dirigentes de origem proletária tende a arrefecer o seu ímpeto revolucionário, pois, orientados por seus próprios interesses, tendem a cristalizar suas posições. Para Michels, o processo de especialização política gera um desencanto pela luta socialista, porque a necessidade da formação de uma elite política contrasta com a

real possibilidade do regime da democracia representativa de contemplar os interesses dos trabalhadores.

Na perspectiva socialista, Antonio Gramsci preocupa-se com o papel da liderança política na organização e no desenvolvimento da ação coletiva, ou seja, na organização e na formação da classe trabalhadora e no seu papel revolucionário. Com base na análise de Lenin sobre a necessidade de uma vanguarda política – o partido político, que fosse capaz de promover e dar direção à consciência e a organização das massas para um governo socialista[10] –, ele retoma o debate sobre o princípio de organização da classe proletária, considerando a importância da elite intelectual nesse processo político. Assim, distingue o intelectual tradicional, como parte de uma elite autointeressada e dedicada à reprodução do seu poder, do intelectual orgânico, que, na sua concepção, é um elo entre os organismos sociais e as instituições políticas, promovendo, por meio da ação da sociedade civil e do Estado, a mudança na cultura política. Localizado na superestrutura, o Estado ─ no seu sentido amplo, sociedade civil e instituições políticas ─ é definido como um espaço de disputa política, no qual desenvolve-se uma guerra de posições e ideologias. Nessa dimensão, a função do intelectual orgânico seria a de orientar a espontaneidade da massa, em uma ação política consciente, promovendo a conversão moral e intelectual da sociedade, substituindo a ideologia e os interesses burgueses pela hegemonia da classe proletária, o que o tornaria um componente fundamental da ação coletiva, da luta ideológica e da mudança na cultura política (BOBBIO, 1991; TARROW, 2009).

[10] LENIN, V. I. *Que fazer?* São Paulo: HUCITEC, 1986.

Para esta tese, o intuito de distinguir, brevemente, algumas interpretações do conceito de elite política foi o de permitir na análise da ação coletiva do movimento social negro o reconhecimento de um agrupamento de lideranças feministas e mulheres negras que foi integrado a uma elite política partidária, seja, inicialmente, através da ocupação de cargos comissionados, ou seja, funções gratificadas nos três governos de Celso Daniel (PT), em Santo André – 1987 a 2001 –, ou, posteriormente, na sua mobilidade política para a esfera federal, com a criação da SEPPIR – 2003 – no governo Lula.

O interesse em entender o protagonismo das lideranças femininas e negras, como intelectuais orgânicos, na criação de uma política de promoção da igualdade de gênero e raça se justifica pelo fato de que a política pública é um componente do repertório político da democracia moderna, sendo uma ação do governo democrático, cujo objetivo é o de garantir aos indivíduos os direitos de cidadania. Sua elaboração liga-se ao reconhecimento ou proposição de demandas sociais como um problema social relevante, levando à mobilização de recursos, à criação de estratégias para solucioná-lo e à avaliação de sua efetividade.

Toda a sua construção envolve um repertório político enquanto um conjunto de formas de ação coletiva, que são processadas em um ciclo de transformação da agenda política em política pública, ou seja, programas, projetos e iniciativas que dão substancialidade aos direitos de cidadania. Portanto, dependem da ação de lideranças, ou seja de uma elite, na elaboração e difusão de uma ação política capaz de gerar uma comunicação eficaz aos setores sociais mais amplos e de direcionar os movimentos sociais e as instituições políticas para tal fim (FREY, 2000; FARIA, 2003; TILLY, 2005; SOUZA, 2006; RODRIGUES, 2010).

Analisar esse processo é, também, relacionar a identidade racial, de gênero e ideológica dos ativistas negros, considerando-os como importante elemento do processo de conversão, adesão e mobilização social dos indivíduos e grupos sociais à temática da igualdade racial e à dinâmica do confronto político. Isso implica observar, do ponto de vista teórico, conforme afirma McAdam, Tarrow e Tilly (2009), que o confronto político circunscreve uma dinâmica de mobilização social e um ciclo de protesto, cujas reivindicações têm o governo como foco, pois é ele o corpo político que dá orientação ao Estado, controlando a disposição dos recursos materiais, simbólicos e coercitivos sobre um determinado território. Portanto, mesmo constatada uma desigualdade de poder, há também uma continuidade na ordem de interação a ser identificada entre a ação coletiva dos movimentos sociais e a de suas lideranças no desenvolvimento da política pública.

A ação coletiva dos ativistas dos movimentos sociais é destacada por McAdam (2009) como uma escolha estratégica, entre outras feitas pelos atores, quando se busca uma resposta mais apropriada aos seus recursos, oportunidades e restrições. Dessa forma, a liderança política pode ter uma orientação relativa à situação que se apresenta, gerando uma pluralidade de formas de ação em diferentes espaços e com diferentes efeitos políticos. O fato é que a atuação dos ativistas, especialmente de suas lideranças, na definição da agenda e formação de uma política pública pode compreender desde formas contenciosas de ação coletiva e inovações midiáticas até comportamentos mais convencionais dentro e fora das instituições do Estado.

Por exemplo, se para os ativistas das organizações dos movimentos sociais o desempenho público é um importante componente da mobilização social, visibilidade e legitimidade na arena política, para o corpo técnico-político-

administrativo, a formulação da política pública compreende as especificidades da lógica institucional, cujo desempenho interno no uso das oportunidades políticas e a estabilidade institucional são a garantia de sua consolidação política. Daí a importância de as lideranças reconhecerem a *oportunidade política*, pois, de acordo com Tarrow (1988 e 2009), trata-se de uma situação que enfatiza não somente estruturas formais como instituições estatais, mas também estruturas de conflitos e de alianças que proporcionam recursos e suprimem constrangimentos externos aos grupos. Diferentemente de dinheiro e poder, abre-se a possibilidade para outras dimensões em que, mesmo indivíduos com menos recursos e desorganizados, possam tirar vantagem de oportunidades criadas por outros para se organizar contra oponentes políticos.

Desta forma, o processo de institucionalização das lideranças negras não é apenas mais um processo de oligarquização de elites políticas que sofreram a profissionalização e especialização de seus atos, ou mera burocratização. Ao contrário disto, a institucionalização de parte das lideranças dos movimentos sociais pode significar uma ampliação da competição política entre elites tradicionais e as novas elites de setores sociais até então excluídos do processo político, proporcionando novos arranjos na distribuição do poder e na direção do Estado, e espaços de maior pluralismo político. Por isso, é importante também observar o repertório político utilizado pelos ativistas negros na sua interação com os ativistas de esquerda, outros movimentos sociais e as lideranças partidárias no enquadramento democrático e nas estratégias para solucionar o problema da integração social do negro no Brasil.

O ativismo negro e a redemocratização brasileira

A fim de melhor compreender a ação coletiva do movimento social negro contemporâneo e sua relação com o Estado no processo de integração do negro, parte-se dos estudos de Valente (1992), Andrews (1988), Santos (1992), Guimarães (2001), Hanchard (2001) e Domingues (2008), ponderando a posição dos ativistas sociais no processo ideológico de assimilação social do negro, ou na defesa mais radical dos direitos de cidadania. O período histórico da análise vai de 1974, com a redemocratização, até 2003, no quadro da consolidação democrática, investigando a retomada de um traço político latente no ativismo negro desde os anos de1940 do século XX, ou seja, a política de esquerda[11].

A análise contemporânea do processo compreende a interação entre a reorganização da esquerda brasileira e o novo ativismo negro, procurando captar a ação coletiva negra, a centralidade da ação política de esquerda, o seu repertório, o processo de institucionalização das lideranças, as oportunidades políticas e restrições com a criação de uma agenda para a promoção da igualdade racial no município de Santo André e a sua projeção na esfera federal.

O processo de redemocratização a partir dos anos de 1970 e no desenrolar dos anos de 1980, pode ser divido em quatro fases. A primeira refere-se aos antecedentes do golpe militar de 1964; a segunda vai de 1974 a 1982, período no qual a dinâmica política da transição estava submetida ao controle dos militares, numa espécie de processo reformista do regime. A terceira fase, de 1982 a 1985, é caracterizada pelo domínio militar, mas com atores civis que passam a ter um papel

[11] Cf.: "... O novo caráter do movimento negro no Brasil foi, na verdade, um velho traço latente, que se desenvolveu e se acentuou nos anos setenta. Esse traço foi a política de esquerda, que avançara aos trancos e barrancos nas margens de várias organizações negras desde a década de 1940, mas que(...) era um fator residual na cultura política negra." (HANCHARD, 2001:132), (grifos do autor)

importante no processo político. Na quarta fase, de 1985 a 1989, os militares deixam de deter o papel principal, sendo o espaço político ocupado pela participação de políticos civis, ativistas sociais e diversos setores organizados da sociedade civil (HANCHARD, 2001; KINZO, 2001).

O regime instaurado pelo golpe militar de 1964 através de atos institucionais[12] cassou sucessivamente a liberdade civil e o direito político dos cidadãos brasileiros, promoveu a censura sobre os veículos de comunicação social, restringiu dramaticamente os poderes das casas legislativas e do Judiciário, e baniu para a clandestinidade os ativistas políticos de esquerda, seus partidos políticos, organizações e movimentos sociais. Contudo, em relação à questão racial havia um paradoxo, pois, de um lado, a lei de Segurança Nacional e a Constituição Nacional, ambas instituídas pelos militares, definiram como crime a incitação do ódio e a discriminação racial e, de outro lado, o governo militar não considerou como pertinente qualquer tipo de mobilização e organização baseada na raça, credo ou classe. Na perspectiva dos militares o protesto político negro era uma forma de discriminação e segregação racial que atentava contra o projeto da nação integrada (SANTOS 1992; HANCHARD, 2001).

Por isso, a militância negra ligada à esquerda foi igualmente perseguida, principalmente por estimular a mobilização em torno da temática racial. Os efeitos da repressão foram sentidos com a desmobilização do ativismo negro[13] e com a eliminação de parte da militância política de esquerda durante os anos de 1970.

---

[12] Os principais atos institucionais que promoveram o fechamento dor regime político foram: o de número 1 (1964), 2 (1965), 3 (1966) ,e 4 e 5 (1968).

[13] “Com a instauração da ditadura militar em 1964, o TEN ficou moribundo, sendo praticamente extinto em 1968, quando seu principal dirigente, Abdias do Nascimento, partiu para o autoexílio nos Estados Unidos” (DOMINGUES: 2007:07).

Porém, mesmo em plena ditadura militar, outras lideranças negras e suas reivindicações estiveram presentes nos espaços institucionais, no limitado quadro de "competição política", mantido pelos militares na forma do bipartidarismo. O fato é que o regime militar-autoritário manteve a estrutura partidária e as eleições, com fortes e, muitas vezes, violentas restrições à participação política e aos direitos civis, conduzindo o sistema político conforme sua conveniência para controle da sociedade e do Estado (SANTOS, 1992:15; KINZO, 2004:23).

Nesse contexto, Valente (1982:31) descreve que a instauração do bipartidarismo, em 1966, permitiu a ascensão de negros ao quadro político partidário como candidatos e representantes políticos, porém isso não significou uma convivência fácil entre os agrupamentos partidários e os ativistas negros. Alguns desses políticos negros nem sempre mencionaram em suas plataformas eleitorais qualquer aspecto relativo à questão racial[14], pois temiam a rejeição do eleitorado, ou mesmo porque partilhavam da ideologia da democracia racial. Um político negro de destaque no período foi Adalberto Camargo, natural da cidade de Araraquara, empresário do setor de transporte, e do comércio entre Brasil e África, criador da Câmara de Comércio Afro-brasileira. Foi eleito deputado federal pelo MDB, em 1966, e reeleito por mais três mandatos no período. Promoveu, também, a candidatura e a eleição de mais dois negros: Theodosina Ribeiro, formada em Filosofia e Direito, que foi a primeira vereadora negra da Câmara Municipal de São Paulo, em 1970, sendo em 1974, eleita a primeira deputada negra para a Assembleia Estadual paulista, reeleita em 1978; juntamente com ela foi eleito vereador do município de São Paulo, em 1973, Paulo Rui de Oliveira, técnico em contabilidade e secretário de Transportes do estado de São Paulo (Oliveira, 1988;

[14] A ARENA – Aliança Renovadora Nacional – também chegou a lançar candidatos negros, porém sem o mesmo sucesso eleitoral (VALENTE, 1982:32).

Santos, 1992). Outro exemplo em São Paulo foi o de Mário Américo, eleito deputado estadual em 1976, principalmente por ter atuado como massagista da seleção brasileira de futebol. Na atividade parlamentar, ele mostrou-se arredio a tratar da questão racial, chegando, inclusive, a condenar o ato de fundação do MNU, em 1978, e a culpar os negros por sua própria condição social (VALENTE, 1982:60).

O fato é que as lideranças mais institucionalizadas do período do bipartidarismo promoveram uma visão de assimilação do negro pela inculcação da conduta política e social da elite brasileira, negando-se, assim, as iniciativas de protesto político negro e de afirmação étnico-racial. A luta antirracista e a busca por novos recursos políticos também serviram de justificativa para essas lideranças negras ao migraram da oposição – MDB (Movimento Democrático Brasileiro), a oposição consentida – para o PDS (Partido Democrático Social), a legenda que passou a abrigar lideranças políticas da extinta Arena, a legenda da situação. De acordo com Valente (1982), Santos (1992) e Santos (2001), essas candidaturas aparentemente se apoiaram na luta pela igualdade racial, sobretudo contando com o voto da “comunidade negra”. No entanto, a eleição de políticos negros não se converteu diretamente no questionamento sobre o papel e a situação do negro na sociedade brasileira. A partir da distensão política de 1974 e da instauração do pluripartidarismo em 1979, muitas dessas novas lideranças negras inseridas no MDB passaram a compor às organizações negras de oposição, como a FRENAPO (Frente Negra para uma Ação Política de Oposição), fundada em agosto de 1979, em São Paulo. Nela estavam presentes os ativistas negros: Hélio Santos, Hugo Ferreira, Antonio Carlos Arruda, Esmeraldo Tarquínio, Oscarlino Marçal, João Bosco, Milton Santos. Era uma nova geração que, procurando distanciar-se da imagem de clientelismo atribuída aos seus antecessores, buscava representar os

interesses do eleitorado negro principalmente nos partidos da oposição (SANTOS, 1992:32)

Com a reabertura política, as lideranças negras encontraram o PMDB (a oposição) e o PDS (a situação) como os partidos mais estruturados, pois ambos contavam com estruturas organizativas herdadas do período anterior, o que os tornava, conforme afirma Braga (2006:146), os partidos com maior cobertura nacional. Os outros mesmo alinhados na oposição eram frutos de disputas por heranças políticas, pois continham políticos que até aquele momento apresentavam uma maior inserção histórica na vida política do país: o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e o PDT (Partido Democrático Trabalhista). Ambos reuniam antigas lideranças ligadas ao trabalhismo de Getúlio Vargas e João Goulart: o primeiro era liderado pela sobrinha de Getúlio Vargas, Ivete Vargas; o segundo foi fundado por Leonel Brizola e seus correligionários, após perderem o controle da sigla trabalhista, numa disputa na justiça eleitoral[15]. Tal herança política permitiu, mesmo de forma limitada, investir seus recursos em estruturas organizacionais estaduais e locais.

Entretanto, o PT (Partido dos Trabalhadores) não contava com a experiência de uma organização nacional, tampouco aglutinava em seu interior os herdeiros do trabalhismo. Ao contrário disso, o partido nasceu da aglutinação de lideranças politicas de esquerda dissidentes do PMDB, juntamente com ativistas da esquerda, políticos anistiados, lideranças sindicais, intelectuais, lideranças católicas e ativistas de diferenciados movimentos sociais: negro, saúde, moradia, transporte, feminista, custo de vida, dentre outros. Por isso, sua organização em âmbito nacional deu-se

[15] O PP (Partido Popular) também surgido no período era formado por dissidentes do MDB liderados pelo governador do estado do Rio de Janeiro, Chagas Freitas e o senador pelo estado de Minas Gerais, Tancredo Neves. O partido era uma tentativa de ocupar um espaço intermediário entre as posições do PDS e o PMDB, contudo sem conseguir uma projeção nacional o partido foi incorporado ao PMDB, em 1981.

inicialmente em bases bastante precárias, pois contava com os poucos recursos dos parlamentares eleitos em 1982, concentrados em sua maioria no estado de São Paulo (BRAGA, 2006:14). Naquele contexto o PT foi o partido que mais radicalmente se manifestou contra o regime militar e que, ao longo do processo da redemocratização nos anos de 1980 e 1990, conseguiu mobilizar uma diversa base social e estabelecer conquistas eleitorais significativas, fortalecendo a sua organização nacional e tornando-se, após o PMDB e o PDT, um importante polo de recrutamento dos ativistas negros (NASCIMENTO, 2011).

O PTB foi outro partido que no período retornou ao cenário político no bloco de oposição ao regime militar, todavia a sua prática pouco se distanciou da perspectiva propalada pelo regime militar em relação à questão racial. Em seu programa partidário, o que existia era uma vaga ideia de que o racismo deve ser condenado como forma de preconceito, ódio e discriminação. Ao mesmo tempo, a organização específica dos negros no interior do partido era entendida por suas principais lideranças como uma espécie de racismo às avessas, uma forma de segregacionismo invertida, por isso o partido deveria defender um princípio de “não segregação do negro”, reforçando, assim, a sua “integração”. O conteúdo do seu programa mencionava o papel do negro no progresso da nação. Do ponto de vista eleitoral, os resultados nas eleições de 1982 apontavam que, dos 14 candidatos lançados em São Paulo pelo PTB, nenhum conseguiu se eleger. No que se referia à questão racial o partido estava muito distante das reivindicações das novas organizações negras surgidas no período. Para essa nova militância negra, o PTB configuraria muito mais um espaço político de reprodução da ideologia da democracia racial e identificado com a situação no poder (SANTOS, 1992). Algo

que, ao longo dos anos de 1990, seria confirmado pelo seu deslocamento para o campo político da direita.

Ao longo dos anos de 1980 e 1990, os partidos de direita ─ o PDS e as agremiações dele derivadas, como PFL, PL, PPR e PPB – e os partidos de centro originados do PMDB ─ como o PSDB ─ também continuaram a atuar como espaço de atração de negros, até por suas progressivas conquistas eleitorais ao longo do período. No entanto, dos partidos de oposição, foi principalmente o PT que cresceu como opção politica para eleitorado brasileiro (KINZO, 2001), tornando-se também um importante espaço de ação e mobilidade política para os ativistas negros até a primeira década do século XXI (NASCIMENTO, 2011).

Um novo padrão de interação entre raça e política: a criação do MNU e os governos de oposição

O avanço na reabertura do sistema político e a pluralidade instaurada em 1979 foram acompanhados pela crescente ação dos movimentos sociais como o de custo de vida, moradia, transporte, sindical, negro, feminista, estudantil, CEBs etc. No processo ocorreram mudanças na relação entre raça e política, ou seja, surgiu um novo padrão de interação do ativismo negro com as novas oportunidades políticas do Estado brasileiro. Desde as eleições de 1982, com o avanço eleitoral das oposições, vitoriosas nos principais estados da nação e na composição da maioria na câmara federal, os novos partidos políticos ─ PMDB, PTB, PDT e PT ─ procuraram posicionar-se em relação ao eleitorado negro, assumindo em seus programas, de forma implícita ou explícita, o tratamento da questão racial e a definição de um elenco de candidatos negros. O pêndulo partidário no campo

político-ideológico em relação à adoção da temática racial oscilou em função dos vínculos das lideranças com organizações civis de caráter “suprapartidário” no país, surgidas no período de transição do bipartidarismo para o pluripartidarismo: o IPCN ─ Instituto de Pesquisa e Culturas Negras (RJ/1975), a SINBA – Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (RJ/1976), o CECAN – Centro de Cultura e Arte Negra (SP/1971), o Grupo Evolução (Campinas, SP/1971), o Grupo Palmares (RS/1971), os blocos afro da Bahia ─ Ilê Aiyê (BA/1974), grupo Malê Cultura e Arte Negra (BA/1979), Núcleo Cultural Afro-brasileiro e Grupo Nego (BA/1978) ─, o IPEAFRO (SP/1980) e outras não estritamente políticas, como os movimentos *Black, Soul e Funk*, os terreiros de Candomblé, as escolas de samba e blocos de cultura afro que desenvolviam várias práticas de lazer e assistenciais[16].

Eram organizações cuja ênfase se pautava pela defesa da cultura e das tradições africanas, da abordagem multiculturalista e do reconhecimento da “negritude” enquanto marcador da identidade étnico-racial. Mas foi a associação dessa tônica ao discurso político de esquerda que deu origem, em 1978, a um dos principais grupamentos políticos do ativismo negro no período contemporâneo, ou seja, o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial ─ MNUCDR, posteriormente renomeado de Movimento Negro Unificado – MNU (ANDREWS, 1998; HANCHARD, 2001).

---

[16] Mesmo sem uma conotação estritamente política, muitas das organizações negras de caráter religioso permitiram uma profissionalização dos negros na produção de serviços de lazer e cultura, ou na realização de projetos sociais que financiados por doações internacionais viriam a ser a primeiras ONGS negras (Hanchard, 2001; Silva, 2008).

O MNU nasceu de uma série de entidades e movimentos culturais orientados pela temática da “negritude” e por uma abordagem multiculturalista associadas ao pensamento político de esquerda. Além de constituir uma nova abordagem cultural e política mais específica sobre o tema da raça, ele desencadeou a profissionalização política da nova geração de ativistas negros, promovendo a especialização e a formação de quadros políticos que foram integrados aos partidos, governos e ONGs, principalmente, ao longo dos anos 1980 e 1990 (ANDREWS, 1988; HANCHARD, 2001).

Inicialmente, suas discussões, ainda com a influência de Abdias Nascimento[17], refletiam o paradigma da integração do negro, com base na crença na democracia racial.

No entanto, essa interpretação cedeu lugar ao questionamento do mito da democracia racial, à crítica ao racismo institucionalizado e à capacidade do Estado brasileiro para promover políticas sociais que garantissem os direitos de cidadania

[17] Cf.: Abdias Nascimento nasceu em Franca, SP, em 1914. Na década dos 1930, engaja-se na Frente Negra Brasileira e luta contra a segregação racial em estabelecimentos comerciais da cidade. Prossegue na luta contra o racismo organizando o Congresso Afro-Campineiro em 1938. Funda em 1944 o Teatro Experimental do Negro, entidade que patrocina a Convenção Nacional do Negro em 1945-46. A Convenção propõe à Assembleia Nacional Constituinte de 1946 a inclusão de políticas públicas para a população afrodescendente e um dispositivo constitucional definindo a discriminação racial como crime de lesa-pátria. À frente do TEN, Abdias organiza o 1º Congresso do Negro Brasileiro em 1950. Militante do antigo PTB, após o golpe de 1964 participa desde o exílio na formação do PDT. Já no Brasil, lidera em 1981 a criação da Secretaria do Movimento Negro do PDT. Foi deputado federal pelo Rio de Janeiro (1983-87), apresentou projetos de lei definindo o racismo como crime e criando mecanismos de ação compensatória para construir a igualdade para os negros na sociedade brasileira. Como senador da República (1991, 1996-99), continua essa linha de atuação. O Governador Leonel Brizola o nomeia Secretário de Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras do Estado do Rio de Janeiro (1991-94). Mais tarde, é nomeado primeiro titular da Secretaria Estadual de Cidadania e Direitos Humanos (1999-2000). Retirado de: IPEAFRO. ”Biografia resumida”. *Os 90 anos de Abdias Nascimento*. Disponível: http://www.abdias.com.br/biografia/biografia.htm. Acesso em maio 2013

dos negros no país (GUIMARÃES, 2001; ALBERTI & PEREIRA, 2007:130-164; SOARES, 2009:37).

A emergência do MNU tem seu ápice, em 1978, em um ato nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, em plena ditadura militar. Mas sua criação correspondeu, em parte, a um projeto político de uma rede social de ativistas negros integrantes das tendências trotskistas Liga Operária e Fração Bolchevique, que, após uma fusão, formaram o grupamento Convergência Socialista, constituindo, também, no seu interior o Núcleo Negro Socialista[18]. Esse grupamento político recrutou vários ativistas negros em universidades como USP, PUC-SP, UMC (Universidade de Mogi das Cruzes/SP), articulou-se aos setores de esquerda da Igreja Católica, a intelectuais e acadêmicos ─ Florestan Fernandes (USP) e Octavio Ianni (PUC-SP); promoveu a distribuição de jornais engajados na luta antirracista, como *Versus, Árvore das Palavras* e *Jornegro*, em espaços de sociabilidade negra na região central e algumas periferias da cidade de São Paulo; e estimulou a criação e vínculos com organizações do ativismo negro em outros estados (SANTOS, 1992; HANCHARD, 2001; ALBERTI E PEREIRA, 2007).

O MNU foi um agrupamento negro de esquerda que retomou a temática racial numa abordagem mais estritamente política e radical[19], com o propósito de arregimentar lideranças negras em todo o país e influenciar a composição do novo

---

[18] "A liga operária foi uma pequena organização socialistas e trotskista, fundada em 1974, com atuação no movimento estudantil e nas lutas operárias. Em julho de 1977, a Liga muda o seu nome para PST – Partido Socialista dos Trabalhadores –, que, em 1978, lançou o movimento convergência socialista com o objetivo de aglutinar setores e militantes socialistas para a construção de um partido socialista." (SOARES, 2009:38)

[19] Conforme Soares (2009:37), dentro do próprio movimento negro, há diferentes versões e disputas políticas entre os ativistas sobre as origens do MNU. "(...) Por isso, na construção do MNU tem uma disputa muito grande. E até hoje tem uma discussão sobre qual grupo originou o MNU. Eu acho que o grupo que deu corpo ao MNU foi o Núcleo Negro Socialista. Eles tinham mais consistência, elaboraram o primeiro manifesto, fizeram os primeiro documentos do MNU. (...) Esse é o primeiro agrupamento no Brasil que começa a discutir a questão racial, dentro do campo de esquerda." Flávio Jorge Rodrigues da Silva. (ALBERTI, Verena & PEREIRA, Amílcar Araújo; 2007:166).

quadro político. Isso pode ser verificado nos depoimentos dos ativistas negros (SOARES, 2009):

> "A militância começa na década de 70, antes eu estava envolvido com um trabalho cultural, em escola de samba, mas que não era um trabalho de contestação e organização. Eu entro na Universidade de São Paulo, e começo a fazer alguma discussão, junto com o meu colega Rafael Pinto. (...) acabamos sendo ganhos para a Liga Operária, que era uma organização trotskista, aí fomos desenvolvendo técnicas de organização política, discussão, enfrentamento, montar estratégias. A partir daí começamos a fazer um trabalho mais organizado, criando o jornal *Árvore das Palavras*, que distribuíamos de 1974 a 1976 para a população negra. Era um jornal panfletário que denunciava o racismo e chamava a população negra para os atos do movimento negro. (...) Antes já vínhamos organizando e estruturando movimentos negros, mas com esta experiência conseguimos realizar um debate mais organizado e sistematizado. (...) Daí rompemos com organização e ficamos na nossa. Em 1978 criamos o Movimento Negro Unificado, a ideia era dar uma resposta sistemática aos atos de racismo. A partir daí nós passamos a ampliar o embate contra a violência policial (...) começamos a ampliar o debate para todo o país." (Entrevista de Milton Barbosa,"Miltão",2008)[20]

A mobilização e o ingresso de parte dos ativistas negros na formação e organização partidária foi um fenômeno presenciado não somente no PT, em São Paulo, mas também em outras forças partidárias no Rio de Janeiro, na Bahia, no Rio Grande do Sul e em outros estados, principalmente na interlocução e disputa com lideranças negras presentes no PMDB e no PDT.

> "Esse debate tomou o país como um todo, o debate com a grande imprensa, pois eles queriam derrubar a ditadura militar, então, eles deram espaço, e nos começamos aproveitar (...) denunciamos o racismo e a violência policial, e isso entrou na agenda dos grandes veículos de comunicação (...) o MNU começou a expandir, nós vínhamos fazendo um trabalho conjunto com Rio de Janeiro, daí expandiu para a Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Espírito Santo". (Entrevista de Milton Barbosa,"Miltão",2008)

Outro aspecto relevante da integração dos ativistas foi o fato de os ingressantes na vida partidária se manterem vinculados às organizações do

[20] Milton Barbosa, 61 anos, que participou em sua trajetória do agrupamento Liga Operária, foi um dos fundadores do MNU e continua como ativista da organização como coordenador de relações internacionais, fundou no PT a primeira comissão de negros em 1982.

movimento social negro. Diante da limitação de recursos nas próprias organizações negras, a participação concomitante em partidos e governos de oposição mostrou-se como uma estratégia eficaz por permitir aos ativistas a formação de quadros especializados e mobilizar os mais diversos recursos para os movimentos sociais, garantindo, ao mesmo tempo, a legitimidade de sua representação política e as posições de poder conquistadas (HANCHARD, 2001; SOARES, 2009).

Esse alinhamento à esquerda dos atos do protesto negro levou à criação de uma concepção ideológica nomeada por Guimarães (2001:132) de "racialismo radical". Nela, constata-se uma agenda política do novo ativismo negro baseada na crítica ao mito da democracia racial brasileira, com fortes referências transnacionais, como a luta por direitos civis dos negros norte-americanos e a defesa de um nacionalismo negro, juntamente com a luta pela libertação dos povos da África Meridional. Todas essas referências ideológicas estiveram articuladas à formação de novas organizações negras e de órgãos de governo que incorporaram a agenda racial, principalmente, o debate sobre a política de afirmação racial.

A fundação do MNU – Movimento Negro Unificado, em São Paulo, em 1978, indicou também o início de um ciclo da ação coletiva negra, com ênfase no repertório político da participação e no racialismo radical, que prosseguiu ao longo dos anos de 1980 e 1990. Os desdobramentos da ação coletiva tornaram-se evidentes em termos institucionais nos conselhos municipais e estaduais, direcionados à comunidade negra[21] e nos organismos estatais especializados, como: o Conselho de Participação e Defesa da Comunidade Negra do Estado de

[21] O modelo da participação política em conselhos direcionados a comunidade negra foi reproduzido para além do Estado de São Paulo, incluindo os estados de Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Pará, Brasília e Santa Catarina (SILVA, 2008).

São Paulo – CPDCN/1986 –, criado pelo governo do PMDB; a Coordenadoria Especial de Assuntos da População Negra, da prefeitura municipal de São Paulo – CONE/1989 –, criada pelo PT; a Secretaria de Defesa e Promoção das Populações Afro Brasileiras – SEAFRO/1991 ─, criada pelo governo do PDT no estado do Rio de Janeiro; a Secretaria Municipal para Assuntos da Comunidade Negra ─ Belo Horizonte/1998 ─ e outras; além das marchas e atos das organizações do movimento social negro em protesto pela comemoração do centenário da abolição, em 1988. Mesmos os setores de direita, como o governo baseado na aliança política de centro-direita PMDB/PFL, do presidente José Sarney, posicionou-se em relação à agenda do ativismo negro, criando um organismo estatal especializado: a Fundação Palmares (ALBERTI & VERENA, 2007).

O ativismo negro e o novo marco da Constituição de 1988: as marchas, a profissionalização do ativismo negro e as ONGs Negras

A Constituição de 1988 foi um importante marco político do processo de transição para a democracia plena no país, principalmente, por desencadear um amplo debate sobre os direitos de cidadania, promover a criação da iniciativa popular legislativa e ampliar os espaços institucionais para ação direta dos movimentos sociais. A partir dela houve amplo reconhecimento do princípio ideológico da participação, propalado pela esquerda, que mesclou mecanismos da democracia representativa com os da democracia direta. A experiência da Assembleia Nacional Constituinte e a formulação dos novos direitos de cidadania estimularam a definição da nova agenda das políticas sociais e proclamaram a descentralização administrativa e as iniciativas de controle e participação como nova

forma de fazer política na Nova República (ARRETCHE, 1996; GUIMARÃES, 2001; KINZO, 2004).

No caso da questão racial, a Constituição de 1988 promoveu do ponto de vista institucional significativos avanços ao definir o racismo como crime inafiançável e imprescritível (Art. 5); reconhecendo a propriedade definitiva das terras quilombolas (Art. 68 ADCT) e a diversidade cultural como patrimônio a ser preservado e valorizado (Art. 215 e 216)[22]. A força emblemática desse discurso legitimou a maior participação e o pragmatismo das organizações e lideranças do movimento social negro na gestão das políticas públicas, com importantes consequências no processo de profissionalização dos ativistas sociais e na conversão ideológica à questão racial, como na luta pela cidadania e na mobilização étnico-racial dos cidadãos em torno da "negritude" (SILVÉRIO, 2005; SOARES, 2009).

No ciclo de mobilização, ao longo dos anos 1990 destacaram-se também outras iniciativas, resultantes da interação dos agrupamentos políticos de negros, como o Movimento pelas Reparações – lançado pelo núcleo de Consciência Negra da USP, em 1993; os atos pelo tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares, em 1995; as ações no governo de centro-direita do presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB/PFL), criando o Grupo de Trabalho Interministerial para a promoção da população negra, em 1995; o Seminário Internacional: Multiculturalismo e Racismo – realizado pelo Ministério da Justiça –, o Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação (GTDEO) e o Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH), todos no ano de 1996; a participação

[22] Em seguida, destacam-se as leis 7.716/1989 e 9.459/2007, respectivamente conhecidas como Lei Caó e Lei Paim, dedicadas ao combate à discriminação racial.

brasileira na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, em Durban, África do Sul, em 2001, entre outras (ANDREWS, 1988; HANCHARD, 2001; ALBERTI, 2007; GUIMARÃES, 2004 E 2008; SOARES, 2009)[23].

A consolidação das instituições democráticas permitiu a incorporação de um "racialismo radical" no espaço partidário e do movimento sindical, levando à formação e à articulação de novas organizações negras: a Unegro – União de Negros (1988), ligada ao PCdoB; a CONEN – Coordenação Nacional de Entidades Negras (1991), sob o campo de influência do PT; o CEERT – Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdades (1990), com conexões com o ativismo feminista e sindical, e o INSPIR – Instituto Sindical Interamericano Pela Igualdade Racial (1995), ligado às centrais sindicais CUT, Força Sindical, UGT e outras.

O conjunto das iniciativas era parte do processo de profissionalização das lideranças negras e do seu pragmatismo, principalmente em decorrência da proliferação de organizações não governamentais (ONGs) ligadas à temática racial e ao desenvolvimento de polìticas afirmativas[24]. Estas oportunidades institucionais para ONGs, nos anos de 1990, surgiram a partir da proposta neoliberal do governo de Fernando Henrique Cardoso, que promoveu a redução da esfera pública na

---

[23] O avanço da política social, com a promulgação da Nova Constituição, em 1988, e com o processo de descentralização administrativa, levou a um maior direcionamento de recursos públicos aos setores sociais em maior desigualdade social, promovendo o avanço de uma série de medidas de proteção – como programas de distribuição de renda, inclusão escolar, promoção da saúde, políticas de afirmação, entre outras.

[24] "Ações afirmativas são políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica no passado ou no presente. Trata-se de medidas que têm como objetivo combater discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou de casta, aumentando a participação de minorias no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, redes de proteção social e/ou no reconhecimento cultural.." retirado de: Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa - GEMAA. "Ações afirmativas". IESP. UERJ, RJ, 2011. Disponível em: http://gemaa.iesp.uerj.br/index.php?option=com_k2&view=item&layout=item&id=1&Itemid=217. Acesso mai. 2013

gestão de serviços e empresas públicas e estatais, transferindo-os para iniciativa privada.

Com base em uma tônica gerencial e privatista, a mudança definiu o atendimento de benefícios e direitos sociais regulados por parcerias entre o Estado e as ONGs, enfatizando-se a sua eficácia em uma lógica de mercado. Para o conjunto dessas organizações, algumas formadas ainda no período da redemocratização, a busca pela profissionalização das ações foi também a resposta encontrada à redução dos recursos de entidades estrangeiras. Não podendo contar com o financiamento das redes de solidariedade internacional, parte das organizações, que atuaram como assessorias dos movimentos sociais durante os anos 1970, precisaram adequar as suas práticas ao modelo de gestão do mercado capitalista, concorrendo com as ONGs assistenciais e filantrópicas na captação de recursos financeiros da iniciativa privada, ou respondendo aos novos parâmetros de gerenciamento das políticas sociais promovidas pelo Estado (LANDIM, 1998).

A transferência de atribuições para as ONGs, por meio da contratação dos seus serviços para a consolidação de políticas públicas, fez com que parte dos ativistas e suas organizações substituíssem o caráter da solidariedade classista por uma profissionalização subordinada à ótica de agências prestadoras de serviços. Regulado pela competição por recursos públicos e por representação política, o “terceiro setor” surge como representação ideológica dessas organizações pluralistas, cujo quadro técnico-político é composto, em sua maioria, por profissionais de classe média, direcionados a prestar solidariedade, serviços de assessoria e assistenciais, ou a tutelar os segmentos sociais em maior desigualdade social. O processo de profissionalização política e administrativa dos atores promoveu, também para os ativistas negros, a sua circulação nas organizações dos

movimentos sociais, nas assessorias sindicais, de governo, na representação política em diversos fóruns sociais e instâncias políticas, conformando uma ampla rede social articulada em torno do tema[25].

No relatório do Censo do Terceiro Setor, de 2005, desenvolvido pelo IBGE, ABONG, GIFE e IPEA[26], é possível constatar o crescimento no número de fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil classificadas na categoria *defesa de direitos de grupos e minorias* (associação de defesa de direitos da mulher, de crianças e adolescentes, pessoa com deficiência, pessoas portadora do vírus HIV, negros, população indígena e GLBT). Em 1970, o país contava com 123 unidades locais, mantendo com trabalho assalariado 2.273 pessoas. De 1971 a 1980, o número passou para 273 unidades e 1.334 remunerados; de 1981 a 1990, cresceu para 841 unidades e 4.974 remunerados; de 1991 a 2000, o número de unidades mais que triplicou, chegando a 2.983, com 4.272 remunerados. Ainda que esses dados não discriminem somente a ONGs ligadas à temática racial, o crescimento verificado das unidades dedicadas à defesa de grupos e aos direitos de minorias, mesmo considerando a variação no número de remunerados, é indicativo do surgimento de novas oportunidades profissionais e políticas, que propiciou a institucionalização das lideranças e dos ativistas dos movimentos sociais num mercado político.

---

[25] Com base nos dados do IBGE de 2002, constatou-se que das ONGs existentes até aquele ano, 62% delas foram criadas a partir dos anos noventa. O que em relação com as ONGs ligadas da temática racial corresponde ao período de expansão e institucionalização das lutas contra o racismo, e ao estabelecimento dos vínculos e parcerias entre os órgãos estatais e as organizações negras.

[26] Os dados foram retirados de: MP (Ministério do planejamento, orçamento e gestão) e IBGE. "Tabela 5 - Unidades locais, pessoal ocupado assalariado em 31.12 e salários e outras remunerações das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo classificação das entidades sem fins lucrativos e faixas de ano de fundação - Brasil – 2005"**.** *Fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2005. Estudos e pesquisas informação econômica,* n. 08. IBGE/GIFE/IPEA/ABONG. RJ. 2008

Após vinte anos de intervenções das organizações do movimento social negro contemporâneo, da profissionalização política das lideranças no cenário político nacional e de modificação do Estado, o resultado observado foi um conjunto de iniciativas contra o racismo, caracterizadas pela criação de leis, órgãos governamentais, políticas públicas e de uma gama de mecanismos de enfrentamento das desigualdades, ao mesmo tempo em que se desenvolveu uma série de estudos e a avaliação das políticas de afirmação racial, considerando o pragmatismo no uso dos recursos disponibilizados, ou seja, as ações, resultados, e os impactos gerados (JACCOUD, 2006; MITCHEL, 2009).

Essas iniciativas constituem um importante campo para análise da profissionalização do ativismo negro no quadro ideológico do racialismo radical e de sua interação com a estrutura de oportunidades políticas e restrições do Estado brasileiro. Com a intenção de compreender essa dinâmica, a pesquisa direciona à investigação da “política de promoção da igualdade de gênero e raça” efetuada pela prefeitura municipal de Santo André, governada pelo PT, nos anos 1990 e início de 2000, e dos seus desdobramentos na instauração do primeiro governo petista em âmbito federal, ou seja, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006). A investigação norteou-se pelo objetivo de responder a duas indagações: (1) Por que, após a Conferência de Durban (2001), em meio a uma série de iniciativas de interação entre o ativismo negro e diferentes governos de esquerda, somente a gestão do Partido dos Trabalhadores foi capaz de instituir um órgão, com status de ministério, para desenvolver a política de promoção da igualdade racial? (2) Dentre os governos administrados pelo PT, em que medida a experiência de Santo André, sua regionalização, e a profissionalização política de ativistas negros foram relevantes na definição do modelo de política racial adotado em nível nacional, que

culminou na criação da SEPPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) no governo Lula?

Para cumprir esse objetivo, a tese procurou demonstrar as seguintes hipóteses: a primeira seria de que a confluência histórica entre a organização política da esquerda o feminismo e o ativismo negro permitiu na região do grande ABC, em especial em Santo André, a emergência de uma modelo de política racial, distinto dos modelos desenvolvidos pelo PMDB e pelo PDT; a segunda, seria que o alinhamento político do ativismo negro com a tendência política petista Articulação[27] e as lideranças do PT foi uma potente estratégia para conquista de poder, cujos efeitos foram a mobilidade dos ativistas, a implementação da agenda racial nos níveis regional e nacional, e a ampliação da qualificação eleitoral do PT.

Os recursos metodológicos utilizados para comprovar as proposições compreendem, em primeiro lugar, a pesquisa bibliográfica sobre raça e política, principalmente, sobre a relação entre o Partido dos Trabalhadores e o ativismo negro. Apesar dos inúmeros estudos sobre as origens do PT, considerando o caráter recente do partido, pouquíssimas incursões foram feitas no sentido de analisar o tratamento da questão racial e a atuação do ativismo negro no interior da organização partidária e nos governos petistas[28]. Também pouco se analisaram os motivos que tornaram Santo André um importante espaço de construção das novas

[27] "...De 1983 a 1993, o PT contou com uma facção majoritária, a *Articulação*, que fixava em larga escala os rumos do partido. Esta corrente pode ser definida como uma espécie de grande centro petista, com forte presença sindical, reunindo em seu seio uma diversidade similar à existente no partido como um todo, embora com menor presença dos setores marxistas. A *Articulação* deparou-se, em todos os Encontros em que houve renovação da direção nacional, com a oposição de setores que podemos designar como esquerda partidária, basicamente grupos vinculados mais fortemente aos ideários marxistas."(RIBEIRO, 2008)

[28] A SEPPIR em 21 de março de 2013 completou 10 anos de existência, demonstrando a institucionalização da agenda racial pelo PT.

organizações de esquerda no período da redemocratização. Por isso, em segundo lugar, optou-se pela análise da bibliografia sobre a história de Santo André, de documentos do movimento feminista e negro de Santo André e do relato de ativistas negras e feministas que atuaram no município, reconstruindo suas trajetórias políticas no processo. A seleção das depoentes negras – Matilde Ribeiro, Maria da Penha Cipriano, Maraísa Almeida, Suely Chan e Cristina Batista – foi motivada por sua autodeclaração como negras, por seus vínculos com organizações do movimento social de mulheres, feministas e negro, com o Partido dos Trabalhadores e por sua atuação no município de Santo André e no governo federal (na implementação da SEPPIR).

Para preencher as lacunas na bibliografia, na documentação pesquisada e na narrativa das depoentes, foram selecionados dois grupos de informantes. O primeiro, escolhido por seus vínculos com o Movimento Negro Unificado, o Partido dos Trabalhadores, as ONGs negras e a CONEN, compõe-se de Milton Barbosa, Flavio Jorge Rodrigues da Silva e Gevanilda Gomes dos Santos. O segundo é composto por mulheres brancas: Ivete Garcia, Cristina Petcholl, Silmara Conchão, Sarah Juarez Sales e Luzia Arlete – todas selecionadas por terem ocupado cargos de relevância na estrutura político-administrativa do município durante o governo do PT em Santo André, por seus vínculos com o partido, e por seu engajamento feminista, interação com as ativistas negras e adesão a agenda racial.

O período da investigação compreendeu os três mandatos do prefeito Celso Daniel, do PT, de 1989 a 2004[29],período no qual o município tornou-se, para o PT,

[29] Celso Augusto Daniel foi prefeito de Santo André, pelo PT: de 1989 a 1992; de 1997 a 2000; de 2001 até 2002 – quando foi assassinado em condições não totalmente esclarecidas pelas autoridades policiais. Permanece ainda uma série de dúvidas sobre os reais motivos do fato, ou seja, se no caso foi uma tentativa de sequestro e extorsão, ou, se houve algum tipo de motivação política no crime.

um importante *locus* de experimentação de políticas públicas e oportunidades para a esquerda, o feminismo e o ativismo negro.

A importância de Santo André para o partido está relacionada ao papel das administrações municipais na estratégia política de qualificar, de forma positiva, os candidatos do partido às eleições do executivo estadual e federal. Particularmente, isso foi verificado em relação à primeira candidatura[30] de Luiz Inácio Lula da Silva ao cargo de Presidente da República, conforme documento do Diretório Nacional do PT[31], constante de um *briefing*[32] para rádio e televisão, que, a princípio, seria "secreto", mas que se tornou público com a divulgação no jornal DGABC[33].

Acrescente-se a isso a importância de Celso Augusto Daniel no quadro das lideranças petistas. Engenheiro de formação, mestre em Administração, doutorando em Administração e Economia, Celso foi professor de reconhecidas instituições de ensino superior, como FGV, PUC e FASP, em São Paulo; dedicou-se à formação no campo da gestão pública e da economia, sendo uma das figuras políticas centrais na formulação do "novo modo petista de governar". Celso Daniel pertencia a uma família tradicional de Santo André, e seu pai, Bruno José Daniel, foi uma destacada

---

[30] Lula antes de ser eleito Presidente da República pelo PT em 2001 enfrentou três sucessivas derrotas: a primeira em 1989 para Fernando Collor de Mello (PRN), a segunda em 1994 e a terceira em 1998, ambas para Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

[31] " As prefeituras petistas 'devem ser protagonistas' de ações exemplares. Com medidas de impacto de interesse social. As prefeituras populares merecem destaque especial. Denunciaremos o complô da burguesia para evitar que elas tenham êxito e a campanha permanente movida pelos meios de comunicação social, distorcendo sua ação, exagerando erros e defeitos. Mostraremos as dificuldades reais que as prefeituras enfrentam e a disposição real através de fatos concretos, de cumprir as prioridades populares." (DGABC, 29 ago. 1989)

[32]O *briefing* é um documento básico, utilizado no campo de comunicação, para tomar conhecimento do tema ou produto sobre o qual será desenvolvida uma estratégia de comunicação.

[33] Para maiores detalhes, ver foto do documento anexo 2.

liderança conservadora do PDC (Partido Democrata Cristão), atuando como vereador, presidente da Câmara e secretário de Justiça do município.

Na realidade, Celso sempre esteve muito próximo da estrutura de poder local, mas foi a partir do final dos anos de 1970, quando militava no MEP (Movimento de Emancipação do Proletariado) – uma organização de esquerda clandestina do período –, que passou a atuar na organização do PT, vindo a tornar-se uma reconhecida liderança política da esquerda no ABC paulista, principalmente[34] devido à atuação como prefeito de Santo André e deputado federal pelo Estado de São Paulo.

Celso Daniel era membro da principal tendência politica no interior do PT, a Articulação, e atuou no centro de formação política do partido – o Instituto Cajamar, na cidade de Cajamar (SP) –, principalmente, na formação de lideranças dos movimentos sociais. Durante os seus três mandatos como prefeito de Santo André, instituiu várias políticas sociais que serviram de modelo para outras prefeituras do partido, com destaque para o orçamento participativo, transferência de renda e a formação de assessorias especializadas, como da mulher, da comunidade negra e da juventude, entre outras. Além disso, participou da geração de órgãos para integração político-administrativa da região do Grande ABC, como a Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC, o Instituto de Governo e Cidadania do ABC e o Consórcio Intermunicipal do ABC[35].

O reconhecimento eleitoral, o pertencimento à Articulação e a capacidade política de incorporar novas agendas sociais e estratégias fez com que, no seu

---

[34] Cf.: PT. *Celso Daniel*. Diretório municipal do Partido dos Trabalhadores de Santo André. Santo André (SP), 15 abr 2002. [Homenagem póstuma do Partido dos trabalhadores a Celso Daniel]

[35] Esses dados foram retirados da cópia do *curriculum vitae* de Celso Daniel, disponível na hemeroteca da PMSA, no tombo 981.411 ADM, em maio de 2012.

terceiro mandato, Celso Daniel fosse uma das principais lideranças na campanha presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva. Todavia, a sua morte inesperada, em 2001, gerou uma série de impasses no partido e restrições no governo do município e na campanha presidencial, levando à posse, em Santo André, do vice-prefeito João Avamileno, e à ascensão de Antonio Palocci à direção do comitê de campanha presidencial de Lula, cargo que até então era ocupado por Celso Daniel.

Nos três mandatos, Celso Daniel mostrou-se bastante atento à incorporação de novas estratégias administrativas, como a modernização administrativa e integração regional, e à importância de sua gestão na composição da imagem eleitoral do partido. Com a criação do chamado orçamento participativo e a formação de assessorias especializadas, ele procurou corresponder à demanda de setores sociais organizados e à nova imagem propalada pelo PT. Já no seu primeiro mandato como prefeito, criou um quadro de assessores dedicados a estruturar as relações entre a administração pública, o partido e os movimentos sociais do município, reproduzindo tal padrão em outros mandatos.

O processo de estruturação das assessorias ocorreu, inicialmente, com a formação da Assessoria de Defesa da Mulher (ADM), em 1989, pela ação política das ativistas feministas, especialmente, pela proximidade política de Ivete Garcia com Celso Daniel. Pertencente à mesma tendência política do prefeito, ex-líder sindical, feminista, socióloga e militante histórica do PT, Ivete articulou e mobilizou a iniciativa feminista na região, com o apoio de uma rede de mulheres, com destaque para ação e influência política da socióloga Elisabeth Lobo, professora da USP, reconhecida militante de esquerda e feminista, além de Vera Soares (socióloga) e Matilde Ribeiro (assistente social) da SOF (Organização Feminista Sempre Viva) e do Movimento de Mulheres de Santo André.

A institucionalização da agenda feminista no âmbito do governo municipal permitiu a formação de um corpo técnico-político especializado para a Assessoria de Defesa da Mulher (ADM). Ivete Garcia após assumir o cargo de vereadora recrutou Matilde Ribeiro, ativista negra, feminista, petista, assistente social para coordenar a assessoria. A participação de Matilde na estrutura político-administrativa surgiu como importante oportunidade política para o ativismo negro, pois permitiu uma maior influência no governo. Para o ativismo negro na região a interação com as lideranças e a equipe de governo levaram a criação da Assessoria de Defesa da Comunidade Negra (ADCN), em 2001, gerando à incorporação no quadro da assessoria do executivo municipal de ativistas negras, como Maraísa Almeida, Suely Chan, Maria da Penha Cipriano e outras. A projeção da política de promoção racial em Santo André trouxe aos ativistas negros inseridos no processo o reconhecimento político mais amplo das lideranças da Articulação e das organizações negras na órbita de influência do PT. Isso permitiu, especialmente, a Matilde Ribeiro contar com o apoio da CONEN e assumir uma posição no comitê da campanha presidencial de Lula, onde passou a articular a inclusão no programa de governo do candidato as demandas do ativismo negro, em especial, a criação de um órgão específico para o desenvolvimento de uma política de promoção da igualdade racial no âmbito do governo federal[36].

Ao longo dos três governos do PT no município de Santo André, a continuidade das assessorias, juntamente com uma considerável presença de mulheres, feministas e negras — nos cargos comissionados do executivo municipal, constitui uma relevante chance para investigar as oportunidades e restrições

[36] A criação de um órgão específico no nível federal para o tratamento da questão racial era uma antiga reivindicação das lideranças negras possível de ser constatada desde a criação do CPDCN - SP – em 1986, e posteriormente retomada no governo Lula em 2008. (SILVA, 2008)

politicas durante o processo de institucionalização da política de promoção da igualdade de gênero e raça[37]. Assim, na pesquisa, foram ressaltadas a sua profissionalização, os vínculos com as organizações feministas, as ONGs, o movimento social negro, o movimento de mulheres negras, as tendências e a organização partidária local.

Nesse percurso, são observadas a ação política das mulheres e as interações no processo institucional de criação da Assessoria da Mulher, da Assessoria de Defesa da Comunidade Negra, os programas GEPAM (Programa de Gerenciamento Participativo das Áreas de Mananciais) e GRPE (Programa de Fortalecimento Institucional para a Igualdade de Gênero e Raça, Erradicação da Pobreza e Geração de Emprego), juntamente com as conexões ao processo de criação no plano federal da SEPPIR.

A seguir, explica-se como os resultados da pesquisa estão organizados.

O primeiro capítulo destaca, a partir da pesquisa bibliográfica, dos dados da organização partidária e de entrevistas, a singularidade do PT para o cenário político nacional e o tratamento dado pelo partido à questão racial. Para isso, analisa o Partido dos Trabalhadores e a sua diferenciação no conjunto das forças políticas, especialmente em relação ao PMDB e ao PDT. Descreve seu crescimento organizacional e sua capilaridade eleitoral no cenário político nacional, de 1980 até 2004. Examina a profissionalização política da militância, a permeabilidade da estrutura partidária às demandas da sociedade e o posicionamento da temática racial no partido. Aponta, ainda, a homologia entre o ativismo feminista e o

[37] Conforme dados do levantamento no feito no *Diário Oficial* do Município de Santo André dos governos do prefeito Celso Daniel.

movimento negro na configuração de uma agenda política de promoção da igualdade.

O segundo capítulo procura explicar, com base na bibliografia, na pesquisa documental e no relato das depoentes e informantes selecionados[38], como a gestão petista do município de Santo André tornou-se uma experiência significativa para o entendimento das práticas sociais desenvolvidas na formulação da política de afirmação de gênero, no período posterior ao da redemocratização. Investigou-se em que medida, no município, a formação histórica das bases sociais da mobilização – social, religiosa, sindical – contribuiu para a confluência do ativismo feminista e negro no quadro local.

Para isso, foi descrito, além da trajetória histórica das ações coletivas locais, o processo de mobilidade política das ativistas feministas e negras, caracterizando sua trajetória política. A partir da análise documental e das trajetórias pessoais, demonstra-se quanto às práticas no processo de construção da política de promoção da igualdade de gênero constituíram-se como oportunidade política para as mulheres negras.

O terceiro capítulo trata da institucionalização das feministas e mulheres negras no processo de mobilização social e da implantação da política afirmativa no município. A partir da documentação levantada e dos depoimentos, discutem-se os vínculos sociais e políticos das organizações negras locais, examina-se como as conferências municipais, os fóruns, o projeto GEPAM (Gerenciamento Participativo das Áreas de Mananciais) e o programa GRPE (Fortalecimento Institucional para a Igualdade de Gênero e Raça, Erradicação da Pobreza e Geração de Emprego)

[38] .Ver o anexo 2 – Fotos e perfil dos entrevistados.

funcionaram como estratégias de integração e reprodução política na estrutura administrativa do município e de consolidação de suas posições de poder. Dessa maneira, com o enquadramento das ações, são identificadas as redes sociais locais, os recursos técnicos das assessorias e consultorias e a mobilização do financiamento de agências públicas, privadas, nacionais e internacionais, que permitiram a formação inicial da política de promoção da igualdade de gênero e racial.

O quarto capítulo identifica, nos depoimentos e documentos, como, para as feministas e mulheres negras, o reconhecimento político permitiu o enfrentamento da seletividade da burocracia estatal e do núcleo de governo. Analisa a conquista de oportunidades políticas no processo de criação da política de promoção da igualdade de gênero e raça a partir da criação da ADCN e da regionalização do projeto GRPE. Descreve-se a mobilidade política das ativistas, do âmbito municipal até a esfera federal, e como a relação de proximidade política com a CONEN (Coordenadoria Nacional das Entidades Negras), as ONGs Negras, a liderança de Lula, e a relação com a tendência política Articulação, configurou a oportunidade política, a restrição, e os vínculos nas estruturas de poder no nível federal, permitindo a criação da SEPPIR.

Nas considerações finais, é apresentada uma síntese das causas que tornaram a política de promoção da igualdade racial no município de Santo André uma experiência relevante para o entendimento da mobilização racial e da profissionalização política do ativismo negro, no governo do Partido dos Trabalhadores.

Capítulo 1

O Partido dos Trabalhadores e o ativismo negro na sua base de mobilização social

Para desenvolver análise da criação da “política de promoção da igualdade de gênero e raça” na gestão petista do município de Santo André, durante a redemocratização, este capítulo irá considerar dois processos políticos importantes: o primeiro refere-se ao crescimento e à qualificação do PT enquanto força política no cenário eleitoral do país; o segundo compreende a atuação dos ativistas negros na incorporação da agenda racial pela esquerda e o modo como o partido tornou-se um significativo espaço de ascensão das lideranças negras originadas em organizações dos movimentos sociais.

De acordo com Keck (1991), Rodrigues (1991), Novaes (1993) e Braga (2006), um dos principais fatores que tornaram o PT uma novidade política no quadro institucional brasileiro foi a constituição de sua base social de mobilização. Fundado em 1980, após a instalação do pluripartidarismo, o partido nasceu sem os recursos de uma estrutura organizativa nacional como a do PMDB e do PDS, pois estes eram originados do sistema bipartidário instituído pela ditadura militar, representando, em grande parte, os tradicionais grupos de poder existentes na política partidária brasileira – ou seja, as oligarquias regionais e locais, as lideranças

sindicais atreladas ao Estado e os representantes das associações civis imersas em práticas assistencialistas. O PT, com base social e política no Sudeste do país, emerge, principalmente, da articulação do novo sindicalismo, de intelectuais de esquerda, setores da Igreja Católica adeptos da Teologia da Libertação, organizações e partidos de esquerda cassados pelo regime militar, dissidentes da esquerda do PMDB e movimentos sociais constituídos à margem da estrutura política institucional.

Ao envolver a mobilização social das classes populares, o partido terminou por agregar em sua base social um grande contingente de negros e pardos, pois é justamente nesse estrato social que, até hoje, se encontra a maioria dos afrodescendentes no Brasil. De fato, inúmeros estudos sobre a desigualdade social têm destacado essa face da relação entre raça e pobreza, sobretudo os trabalhos de Carlos Hasenbalg & Nelson do Valle e Silva (2004), Scalon (2004), Jaccoud (2006) e Souza (2009). Em relação aos eleitores negros, outros estudos têm investigado os vínculos entre escolha eleitoral e raça, tentando verificar o direcionamento do voto negro aos partidos com inserção nos setores populares ou que exercem forte apelo sobre o segmento. Nessa perspectiva, os autores procuram considerar como o componente racial pode ser um fator de decisão na escolha política dos representantes políticos negros e não negros. O conjunto da literatura situa o eleitorado negro como formado, em sua maioria, por pessoas das classes populares, cujo voto pode ser expressão do comportamento eleitoral paternalista e assistencial; uma escolha racional em relação às oportunidades sociais; e, mesmo, uma decisão baseada na crença no reconhecimento de determinada identidade coletiva (LAMOUNIER, 1968; SOUZA, 1971; BERQUÓ & ALENCASTRO, 1992; CASTRO, 1992; PRANDI, 1996; JOHNSON III, 2000; MITCHEL, 2009).

No início da década de 1980, os vínculos entre as organizações do movimento negro e os partidos políticos de esquerda propalaram a imagem de que a luta antirracista somente era desenvolvida no campo político de oposição, inicialmente a partir do PMDB, PDT, PTB e PT. Portanto, o voto negro tornou-se "naturalmente" um voto de protesto e oposição diante da força política das elites brancas e de partidos associados ao continuísmo do poder, como o PDS e, depois, o PFL. No quadro, a luta antirracista é ideologicamente alinhada ao campo político da esquerda, gerando novo padrão de disputa das lideranças negras e dos partidos de "oposição" sobre a mobilização do eleitor brasileiro.

O pluripartidarismo promoveu, de fato, o alargamento do quadro de competição política e eleitoral, passando a constituir, gradualmente, novos governos eleitos pelo voto democrático nos níveis municipal e estadual, em 1982. Além disso, conforme verificou Kinzo (2004:25), ocorreu um avanço considerável nas condições de participação política, destacando-se o crescimento expressivo do número de eleitores. O aumento exponencial de eleitores foi consequência da universalização do direito de voto, estabelecida com a inclusão dos analfabetos, em 1985, e ampliada ainda mais pela Constituição de 1988, com a redução para 16 anos da idade mínima para votar. Desta maneira, o eleitorado brasileiro saltou de 15,5 milhões, em 1960, para 94,7 milhões, em 1994, atingindo 115 milhões, em 2002. Isso significou que, se em 1960 o eleitorado abarcava apenas 43% da população adulta, já no início da década de 1980 essa proporção quase duplicou, atingindo, em 2002, a cifra de 94%. Na última década o eleitorado brasileiro cresceu 20,8%, chegando a 140 milhões em julho de 2012 (TSE, 2012)[39].

[39] Cf.: TSE – Tribunal Superior Eleitoral. *Evolução do eleitorado.* http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/evolucao-do-eleitorado. Acesso ago. 2012.

O crescimento vertiginoso no número de eleitores durante o período da redemocratização apontou para os partidos políticos e organizações civis negras a incorporação e formalização no cenário político dos setores sociais mais pobres e, historicamente, afastados das instâncias de decisão política. Para o partido político, cuja tarefa institucional é a de tomar decisões, ou seja, governar, representando os interesses dos cidadãos, o incremento do número de eleitores ampliou a competição política entre as lideranças, sobretudo na sua capacidade de mobilizar o eleitorado em torno de temas e da representação dos interesses. Por isso, o eleitorado negro e as reivindicações tornaram-se alvo de forte disputa entre as organizações partidárias. Ao mesmo tempo, para as organizações civis negras, o confronto, a disputa e o rechaço das instituições políticas foram transformados na interação com o Estado, através da mobilidade política das lideranças, da institucionalização dos ativistas negros e da criação de vínculos e parcerias na gestão de políticas de afirmação racial.

Dentre os partidos de oposição, o PMDB e o PDT foram os que, durante os anos de 1980 e início de 1990, mais se destacaram por incluir em seus programas partidários e governos iniciativas políticas direcionadas ao enfrentamento da questão racial. Como o partido de oposição mais estruturado nacionalmente, o PMDB conseguiu relevante resultado eleitoral em 1982[40], tendo conquistado os estados com os maiores colégios eleitorais – São Paulo e Minas Gerais – e eleito a segunda maior bancada de deputados federais, num total de 200 representantes[41]. O PDT, por sua vez, mesmo não contando com uma organização estruturada

[40] O PMDB, partido de oposição ao regime, venceu em 10 estados, inclusive nos de maior importância e população: Acre, Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná e São Paulo.

[41] A primeira maior bancada foi eleita pelo PDS, com 235 representantes eleitos para a câmara federal.

nacionalmente, conseguiu, através da liderança política de Leonel Brizola, a conquista do governo do estado do Rio de Janeiro, e elegeu para a Câmara Federal 23 deputados, a maioria pelos estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul. Além disso, atraiu para a sigla políticos negros como Alceu Colares (RS) e Albuíno Azevedo (ES), ambos saídos do PMDB[42], sendo eles posteriormente, pelo PDT, os primeiros governadores negros em seus estados. Com um desempenho político pouco expressivo, o PTB conseguiu eleger apenas 13 deputados federais, enquanto pelo PT foram somente 8 os eleitos para a Câmara Federal, além de algumas prefeituras.

O PMDB e o PDT, ao conquistarem os governos estaduais nas décadas de 1980 e 1990, tornam-se importantes espaços políticos para as novas lideranças negras. A gestão no estado de São Paulo de Franco Montoro, eleito pelo PMDB em 1982, despontava como um governo de oposição e de fortes vínculos com a democracia cristã. Montoro representava a ala reformista e progressista do partido, na qual também tiveram destaque as lideranças de Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso. Sua administração foi caracterizada por estimular a participação cidadã e a mobilização da sociedade na gestão do Estado através de conselhos de caráter consultivo. Esse enquadramento político também permitiu diferenciar a gestão do seu governo das práticas autoritárias do regime militar. Vinculado ao gabinete do governador, o conselho foi o instrumento político utilizado para mobilizar o apoio da sociedade às propostas de governo, propagando a ideia de um novo tempo democrático. O primeiro a ser criado foi o Conselho Estadual de Defesa da Condição Feminina (CECF), resultado da confluência de vários fatores relacionados ao ativismo feminista presente no partido, ou seja, à herança histórica das feministas

[42] Ambos foram eleitos em 1990, para o mandato de 1991 – 1994.

brasileiras, à adesão do Brasil aos tratados da ONU de defesa das mulheres, à participação das ativistas em redes internacionais de defesa dos direitos das mulheres e ao surgimento de novas organizações feministas de caráter popular (ANDREWS, 1998; ROLAND, 2000; SANTOS, 2006).

A experiência do conselho criado pelo governo do PMDB, por ser a primeira, inspirou a criação de novos conselhos de mulheres por todo o país, inclusive no nível federal, ao mesmo tempo em que permitiu a institucionalização do ativismo feminista contemporâneo em várias políticas públicas. No entanto, o fato de a composição do conselho paulista ser somente de mulheres brancas gerou o questionamento de sua representatividade por parte das feministas negras. A mobilização das mulheres negras, com destaque para a atuação de Edna Roland e Sueli Carneiro, levou à criação do Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo. Foi esse agrupamento de feministas negras que indicou Tereza dos Santos & Vera Saraiva para compor o CECF[43] e instaurar a Comissão da Mulher Negra (OLIVEIRA, 1998:91; ALBERTI & PEREIRA, 2007). A confluência entre o partido político, o feminismo e o ativismo negro veio a configurar uma importante oportunidade politica para os negros.

> "Sueli Carneiro, em 1982, que ao lado de outras companheiras fundou o Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo. Um ano depois era criado o Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF/SP), cuja composição chamou atenção, pois nenhuma, dentre as 32 conselheiras, era negra. Diante disso, a radialista Marta Arruda iniciou um campanha que, associada à ação enérgica de algumas lideranças, entre elas Sueli, interferiu decisivamente para que a uma vaga fosse aberta a uma representante de mulheres negras. A chegada de Sueli Carneiro e outras ativistas negras no corpo técnico do CECF/SP incentivou o debate sobre a realidade das afrodescendentes e contribuiu para que a luta contra a opressão de raça fosse incorporada ao conjunto de ações do órgão, culminando na criação da Comissão da Mulher Negra". (SCHUMAHER, Schuma & VITAL BRAZIL, Érico, 2000).

43- Conselho Estadual da Condição Feminina

De acordo com Roland (2000:238), a experiência na construção do CECF e a integração das mulheres negras ao seu quadro levou no mesmo governo à criação, em 1984, do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, tendo como o seu primeiro presidente o ativista negro da FRENAPO - Hélio de Souza Santos. A confluência de lideranças negras – Antonio Carlos da Silva Arruda, Hélio Souza Santos, Ivair Augusto Alves Santos, Hédio Santos, Sueli Carneiro, Edna Roland entre outros – explica-se pelos compromissos assumidos por Franco Montoro com os principais líderes negros na oposição. Todavia, a vitória de Orestes Quércia, em 1986, representou a ascensão da ala mais conservadora dentro do PMDB[44]. Sua estratégia foi a de instituir a assessoria do negro na Secretária do Trabalho e na Secretária da Educação, além de nomear um ativista negro da FRENAPO, Oswaldo de Oliveira Ribeiro, para o cargo de secretário especial das Relações Sociais. As ações terminaram por promover o deslocamento do Conselho de um vínculo direto com o gabinete do governador para sua subordinação ao novo quadro das secretarias. A mudança no posicionamento levou ao esvaziamento do poder de ação do Conselho, sem que se constituísse para substituí-lo um órgão de maior status na administração estadual destinado exclusivamente ao tratamento da questão racial (ANDREWS, 1998; CPDCN, 2010). De qualquer forma, a experiência do Conselho foi um importante modelo de profissionalização política dos ativistas negros paulistas, principalmente, por influenciar durante os anos de 1990 o surgimento de ONGs negras especializadas em assessoria e intervenção de políticas raciais, como: CEERT – de Hédio Santos e Maria Aparecida Bento, FALA

[44] As disputas do agrupamento progressista e reformista, capitaneado pelas lideranças de Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas e Franco Montoro contra a o agrupamento de direita, representado por Orestes Quércia, levará a cisão dentro do PMDB, e o surgimento de um novo partido de caráter reformista e progressista: o PSDB – Partido Social Democrático Brasileiro, (ANDREWS, 1988).

PRETA – de Edna Roland, GELEDÉS – de Sueli Carneiro, KUANZA – de Cidinha da Silva, entre outras.

No Rio de Janeiro, a vitória eleitoral de Leonel Brizola, por dois mandatos (o primeiro de 1983 a 1987, o segundo de 1991 a 1994), propagou a imagem do PDT como o partido do “socialismo moreno”, retomando a associação do eleitorado negro ao voto trabalhista; ao mesmo tempo, posicionou politicamente o estado como um foco de oposição e resistência aos atos do regime militar autoritário. A liderança política do governador Brizola emergiu no cenário fluminense, reatualizando o populismo de Getúlio Vargas e Jango, agora através do “brizolismo”. Além do apelo às massas, Leonel Brizola foi capaz de atrair intelectuais e líderes políticos, como o antropólogo e educador Darcy Ribeiro e o arquiteto Oscar Niemeyer, para a realização dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), oferecendo um novo modelo e um equipamento de educação integral às populações mais pobres. Niemeyer também atuou na elaboração do Sambódromo, outro projeto que mobilizou as comunidades das escolas de samba e os ativistas negros do Grande Rio – região metropolitana do Rio de Janeiro. Mas foi no segundo mandato de Brizola que a agenda racial ganhou maior impulso, a partir de 1991, com a criação SEDEPRON – Secretária Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Afro-brasileiras. Posteriormente, a sigla foi transformada em SEAFRO – Secretaria Extraordinária da População Afro-brasileira (1993), para indicar uma maior ênfase na política de ação afirmativa. Durante o seu governo, Brizola conseguiu arregimentar importantes intelectuais e lideranças negras para ocupar os cargos na SEAFRO e na administração estadual como um todo.

Dentre os ativistas negros recrutados para a SEAFRO estavam o professor Abdias Nascimento, fundador do TEN (Teatro Experimental do Negro); o historiador

e escritor Joel Rufino; o músico e publicitário Nei Lopes; o jornalista e escritor Carlos Alberto Medeiros, fundador do SINBA (Sociedade de Intercâmbio Brasil-África) & IPCN (Instituto de Pesquisa das Culturas Negras); a assistente social e ativista do IPCN Abigail Paschoal; e a pedagoga e ativista dos direitos da população carcerária Vanda Maria Souza Ferreira[45]. Para cargos do primeiro escalão do executivo estadual foram indicados Edialeda Salgado (Secretaria da Promoção Social), Carlos Alberto de Oliveira, o Caó (Secretaria do Trabalho) e o coronel da Polícia Militar Carlos Magno Nazareth Cerqueira (Secretaria da Polícia Militar)[46] (Motta, 1997; Oliveira, 1998).

Diferente do Conselho criado em São Paulo, a SEAFRO nasceu com uma estrutura administrativa contendo mais recursos humanos e financeiros. Todavia, o seu desempenho ficou em grande parte comprometido, pois, além da disputa e acomodação dos grupamentos políticos, por ser algo novo, ela não contava com um modelo de gestão, e poucos ativistas negros pareciam ser suficientemente qualificados para o enfrentamento da tecnocracia estatal (MOTTA: 1997:15). A sua extinção ao fim do governo Brizola, em 1995, assim como as dificuldades do Conselho no caso de São Paulo, demonstrou que o enfrentamento da questão racial, por não ser uma política de Estado, mas sim de governo, era sensível às nuances políticas do contexto, mas principalmente à aliança direta entre o chefe do poder executivo e as lideranças negras presentes no interior do partido ou em sua órbita.

---

[45] Cf.: PAIXÃO, Ivaldo A.M. da. "Movimento Negro: inclusão social democrática". *PDT–Partido Democrático Trabalhista.* http://www.pdt.org.br/index.php/negro. Acesso ago 2012.

[46] Cf.: PDT. *Brava Gente*. Fundação Leonel Brizola-Alberto Pasqualini. N.01, ano 01, 2010. http://issuu.com/pdt_rs/docs/bravagente. Acesso ago 2012.

No final da década de 1980, o PT despontou de forma mais significativa na escolha do eleitorado brasileiro. Em 1989, com a candidatura de Luiza Erundina, o partido conquistou a prefeitura com o maior eleitorado do país, ou seja, o governo do município de São Paulo. O novo governo petista trazia como sua marca a ênfase da participação popular e a gestão da cidade a partir dos conselhos populares. A tônica participativa e o debate sobre o caráter consultivo ou deliberativo no interior do partido e nos governos do PT representou também a luta ideológica dos setores da esquerda no partido, e um novo quadro de oportunidades políticas para os ativistas negros[47].

A candidatura de Erundina contou com significativo apoio das tendências políticas mais à esquerda no interior do PT, obtendo massivo apoio de ativistas de movimentos sociais populares, entre eles os ativistas negros do MNU. A vitória de setores de esquerda mais radical constituiu também a oportunidade politica para os ativistas negros, configurada na criação, em setembro de 1989, da Coordenadoria Especial de Assuntos da População Negra – CONE. Tratou-se de um órgão governamental, cujo objetivo foi o de formular e implementar medidas políticas para combater a discriminação enfrentada pelos negros nas diferentes esferas da vida social, cultural, econômica e política. Para isso, a coordenadoria deveria criar a diretriz política, desenvolver e acompanhar projetos nas secretarias e demais órgãos do município.[48] A configuração da CONE no governo de Luiza Erundina foi,

---

[47] Em 1988, o PT além de conquistar a maior cidade do Brasil (São Paulo), com Luiza Erundina, que foi a primeira mulher a governar a metrópole. O partido venceu também na cidade vizinha de São Bernardo do Campo (SP) com Maurício Soares, em Campinas (SP) com Jacó Bittar. Além da cidade de Vitória (ES) com Vítor Buaiz; de Porto Alegre (RS), com Olívio Dutra, sendo sucedido por Tarso Genro, Raul Pont, e Tarso Genro novamente, o que totalizou dezesseis anos de administração petista.

[48] Cf.: PATARRA, Ivo. *O governo de Luiza Erundina:* cronologia de quatro anos de administração do PT na cidade de São Paulo, de 1989 a 1992. SP. Geração Editorial. 1996.

sobretudo, um resultado da ação de ativistas negros de esquerda, que permaneceram à sua frente até o término da gestão: Hédio Santos, João Batista Félix e Sônia Leite. Após o governo do PT no município de São Paulo, a CONE continuou a existir com uma orientação política de direita nas gestões de Paulo Maluf (PP, 1993- 1996) e no governo do segundo prefeito negro da cidade: Celso Pitta (PTB, 1997-2000), cuja projeção política deve-se ao ex-prefeito Maluf. Mesmo em um governo de direita a CONE contou em seus quadros com os ativistas negros João Batista Félix e Hédio Santos, que deixaram a militância petista para integrar o governo Pitta. O órgão sofreu nova modificação de seus quadros com a entrada de novos ativistas negros no retorno do governo petista de Marta Suplicy, no período 2000 a 2004.

As experiências do CPDCN (SP) e da SEAFRO (RJ) em nível estadual, e da Coordenadoria (SP) em nível municipal foram um desafio à capacidade dos ativistas negros para constituir políticas, programas e projetos baseados na diretriz de afirmação racial. Na criação dos organismos, as restrições e a falta de continuidade das ações evidenciaram um hiato entre vontade política da militância, a conquista do poder e a capacidade de operar com o aparato estatal. Além de definir estratégias em relação à competição política, os esforços da militância negra também foram no sentido de desenvolver a profissionalização especializada e a representatividade política das lideranças.

No entanto, no âmbito petista, a experiência do conselho em nível municipal e estadual e as iniciativas no âmbito federal demonstraram quanto eram limitadas a institucionalização da temática racial desenvolvida pelo partido e as oportunidades aos ativistas negros[49] (MOTTA, 1997; HANCHARD, 2001).

Do final da década de 1990 à primeira década do século XXI, de acordo com Johnson III (2000) e Nascimento (2011), o quadro dos indicadores eleitorais demonstrou, por um lado, o limitado número de negros petistas eleitos para os cargos do executivo e, de outro, o reforço da ideia de que o PT tornou-se uma das principais vias de ascensão política e social dos negros, pois este foi o partido político que mais elegeu parlamentares negros nas disputas para o Congresso Nacional. Em 2008, verificou-se que os candidatos identificados como afrodescendentes não passavam de 5% do total de representantes eleitos no Brasil. Em 2010, foram eleitos para o Congresso Nacional 43 deputados negros, que passaram a representar 8,5% do total de congressistas. No processo de consolidação do sistema eleitoral, o PT mantém-se como o partido que mais elege negros no país, pois nas eleições de 2010 elegeu quase a metade dos parlamentares autodeclarados negros (14 representantes), seguido do PMDB (6), PRB (6), PCdoB (4), DEM (3), PDT (3), PSOL (2), PR (1), PSC (1), PSB (1), PTB (1) e PSDB (1).

[49] Outra experiência de gestão da política racial em nível municipal envolvendo os ativistas negros de esquerda foi a criação da Secretaria Municipal para Assuntos da Comunidade Negra em Belo Horizonte (MG), pelo governo do PSB com o apoio do PT e outros partidos, no ano de 1998 (ALBERTI & PEREIRA, 2007). Esse é mais um exemplo de uma série de iniciativas em nível municipal que foram constituídas ao longo da década de 1990 para dar tratamento a questão racial, com órgãos no formato de assessorias, departamentos, conselhos e secretarias.

Entretanto, falta entender outro percurso de integração e ascensão dos negros na estrutura política brasileira, quando o PT passou a dar uma maior ênfase ao tratamento da questão racial, seja na relação com as organizações do movimento social negro, seja na presença de ativistas na estrutura partidária e em cargos de governo. Mesmo sem dispor de indicadores sociais da profissionalização política dos ativistas negros, foi possível, através de relatos de trajetória de vida e documentos, perceber a importância de tais espaços para entender o processo de integração dos negros no partido ou em seu circuito.

Em geral, para os negros, foi em ambientes organizativos que ocorreu a conversão à identidade de gênero e étnico-racial e a mobilidade social, através da qualificação educacional, da busca por uma profissionalização política, seja na condição de funcionários concursados no serviço público, seja na ocupação de cargos comissionados ou como agentes de organizações privadas que atuam em parceria com o Estado (ALBERTI & VERENA, 2007).

Devido à forte presença de negros em sua base de mobilização social e em seu crescimento político, o PT constitui um caso expressivo da integração e mobilidade social do negro, no qual é possível verificar as mediações na trajetória de profissionalização política dos ativistas e o impacto da ação coletiva. Portanto, analisa-se a seguir a singularidade de sua organização, verificando as oportunidades políticas e as restrições à integração dos negros na estrutura partidária e nos organismos do seu campo de influência política.

1.1 – A singularidade da base de mobilização social do PT

Os motivos que tornaram o PT um importante *locus* de promoção da política antirracista e de mobilidade política de ativistas negros podem ser encontrados no percurso da organização partidária. O processo foi iniciado na região do grande ABC paulista, local que, nos anos 1960 e 1970, concentrou o mais moderno parque industrial do país, sobretudo por sua indústria automobilística e parque químico, uma das principais bases de mobilização social e recrutamento do partido.

Para a massa de trabalhadores, naquele período, o caráter moderno da indústria e o potencial produtivo contrastavam com a política econômica de arrocho salarial e de alta exploração. O elevado grau de insatisfação dos metalúrgicos e sua associação aos setores de esquerda e à Igreja Católica permitiram o surgimento de um novo grupo de lideranças e de reivindicações que levaram ao enfrentamento das instituições do regime militar. A nova liderança sindical era formada por jovens trabalhadores, em parte migrantes das regiões mais pobres, como o Nordeste do país, do interior do estado de São Paulo ou da zona rural mineira (ALMEIDA, 2009). Era uma geração sem vínculos com a esquerda tradicional e a visão ideológica do sindicalismo nacional-populista vigente no trabalhismo pré-1964, mas caracterizada pela defesa da autonomia organizativa, pelo contato com a religiosidade católica e pela desconfiança de outras instituições e grupamentos políticos. Em sua maioria eram trabalhadores cuja função na indústria identificava-se com uma série de atividades manuais, e que com o tempo integraram ao seu agrupamento significativas lideranças do setor bancário e da educação, setores dedicados a atividades não manuais. Foi naquele contexto que formou-se, em meados dos anos de 1970, a chamada corrente autêntica do sindicalismo, defendendo uma agenda política caracterizada pela modernização da legislação trabalhista, pela ideia de

negociação coletiva direta entre empresas e sindicatos e pela defesa da autonomia sindical[50].

A pauta de reivindicações permitiu ao novo sindicalismo ganhar cada vez mais espaço no interior do movimento sindical, com destaque para a liderança de Luiz Inácio da Silva (Lula), dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista. O resultado foi uma grande mobilização social nas greves de 1978 e 1979, marcando um importante momento de expressão pública do ativismo sindical e das redes sociais de solidariedade e ação política presentes na organização do PT (DOIMO, 1995; RODRIGUES, I. 2011). As mobilizações públicas continham, além de questões sindicais, reivindicações pela redemocratização política e a articulação de demandas por infraestrutura urbana nos bairros (saneamento básico, equipamentos públicos, transporte etc.) e pela reforma agrária, agregando a significativa participação da militância cristã, com as comunidades eclesiais de base, associações de bairros e outras organizações alinhadas à oposição política.

O quadro das ações coletivas foi resultado da interação entre os setores sindicais, as lideranças e ativistas católicos adeptos da "teologia da libertação", setores da classe média (intelectuais, profissionais liberais, políticos de esquerda) e alguns setores populares mais proeminentes na sua capacidade de mobilizar recursos humanos, simbólicos e materiais para a luta social (DOIMO, 1995; NOVAES, 1993; RIBEIRO, 2008:60). A confluência de tal interação pode ser analisada no projeto de criação da ANAMPOS (Articulação Nacional dos

[50] No interior do sindicalismo pode-se caracterizar dois blocos no período, de um lado os chamados sindicalistas *autênticos* reunidos em torno dos sindicalistas metalúrgicos do ABC, agregando sindicalistas de diversas categorias em especial os integrantes das chamadas *Oposições Sindicais que* compunham o autodenominado bloco "combativo" e constituiriam o "novo sindicalismo"; de outro, a "Unidade Sindical" que agrupava lideranças tradicionais no interior do movimento sindical, muito, e os militantes de setores da esquerda do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8).

Movimentos Sindicais e Populares), debatido em um primeiro encontro dos setores políticos e sociais que compunham a base de construção do PT, realizado na cidade de Monlevade (MG), em 1979. O caráter inicial da articulação era o de criar uma entidade que incorporasse e aglutinasse as lutas das organizações populares à luta sindical. A tentativa de junção dos sindicalistas com os ativistas dos movimentos sociais decorreu, fundamentalmente, da ação de intelectuais militantes ligados à Igreja Católica, com destaque para o teólogo Leonardo Boff e Frei Beto (RODRIGUES, 1991; DOIMO, 1995; SOUZA, 1997).

Todavia, a defesa ideológica da unidade classista e a centralidade na ação política, presentes na articulação, pouco contribuiu para superar a divisão entre os defensores da “democracia de base”, por um lado, e, por outro, aqueles que optaram pela criação do Partido dos Trabalhadores e de outras organizações sociais. O ideário de uma organização que centralizasse a direção da atuação política de todos os movimentos e organizações sociais era um complicador, sobretudo, para aqueles que viam na organização partidária uma nova oportunidade de fortalecimento de suas forças políticas. Também no meio sindical, era possível distinguir, pelo menos, quatro tendências políticas inseridas na luta pela direção: a unidade sindical, os sindicalistas autênticos, as oposições sindicais e os grupos de extrema esquerda. O acirramento das disputas políticas entre as novas lideranças e as organizações tradicionais levaria à criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), com um caráter exclusivamente sindical e com fortes vínculos com o Partido dos Trabalhadores (RODRIGUES, L. 1991; RODRIGUES, I., 2011).

Ao longo dos anos de 1970 e 1980, no campo político dos movimentos sociais ligados à esquerda, em especial aqueles na órbita da Igreja Católica, ocorreu uma série de encontros, mobilizações e atos de protesto político que destacou uma gama

de organizações sociais: Movimento de Luta Contra o Desemprego (MCD), Movimento de Moradia (MOM), Movimento Contra o Custo de vida – Contra a Carestia (MCC – 1976/79), Movimento de Saúde (MOS), Agentes Pastorais Negros (APNs – 1982), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST- 1985), Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM – 1982), Movimento de Transporte Coletivo (MTC), Movimento de Mulheres (MM), Confederação Brasileira de Associação de Moradores (COBRAM – 1988), Pró-Central de Movimentos Populares (CMP – 1989), entre outras (DOIMO, 1995; Souza, 1997; ALVAREZ, 2000). Nelas estavam presentes vários grupamentos políticos de esquerda que, aninhados no interior das organizações, disputaram também a definição da agenda política com os setores articulados à Igreja Católica.

Em relação à questão racial e à Igreja Católica, a associação entre os adeptos da Teologia da Libertação e o ativismo negro de esquerda deu origem ao Movimento União e Consciência Negra, criado em 1980 pela CNBB, cujo objetivo foi discutir a perspectiva eclesial em relação à questão racial. No entanto, não apenas o debate no interior da Igreja Católica revelaria a rejeição da ala conservadora, que considerava a temática racial uma ameaça à harmonia da sociedade brasileira, mas também parte dos cristãos de esquerda apontava a dificuldade em associar classe e raça. Diante das restrições institucionais, os ativistas negros católicos optaram por criar uma organização civil, nomeada de Agentes Pastorais Negros – APNs, realizando o primeiro encontro em São Paulo (SP) em 1983. Ao longo dos anos de 1990, os ativistas negros católicos tiveram um importante papel na propagação do apoio a políticas afirmativas no ensino superior, com destaque para a atuação de Frei Davi na baixada fluminense do Rio de Janeiro e no estado São Paulo, repercutindo em outros estados. A mobilização de estudantes secundaristas, negros,

pobres e de classe média baixa, egressos de escolas públicas, que ingressaram nos cursinhos Pré-vestibular para Negros e Carentes – PVNC e o EDUCAFRO significou, além dos estudos preparatórios para o vestibular, uma forte campanha para reivindicar a implementação de políticas de ação afirmativa em todo o ensino superior público (SANTOS, I. 2001 & SANTOS, D. 2007).

As ações coletivas negras e a diversidade das iniciativas políticas dos outros movimentos sociais apontaram para um quadro cada vez mais distante de um cenário de unidade na ação política, tal como a tese do centralismo defendida por parte dos setores tradicionais de esquerda. Ao contrário disso, as diferentes reivindicações e concepções ideológicas e o reconhecimento de identidades coletivas funcionaram como pano de fundo das disputas por oportunidades políticas e restrições entre as novas lideranças. Se, por um lado, o PT destacou-se, publicamente, pela pluralidade da base de mobilização política e social, de outro, porém, a disputa pela orientação política permaneceu subordinada à força das novas lideranças sindicais ligadas à Igreja e à perspectiva classista no interior da organização partidária.

As disputas no interior do PT tornaram o partido muito mais uma frente do que uma organização partidária, mas a formação de uma grande tendência – a Articulação, em 1983 –, por iniciativa dos setores mais à direita no interior do partido, permitiu a acomodação do seu poder, refreando a atuação dos grupos mais à esquerda. Inicialmente nomeado de “Articulação dos 113”, esse agrupamento reuniu em torno de Lula a maioria dos dirigentes que emergiram no novo sindicalismo, além de personalidades, intelectuais e políticos já com certa expressão eleitoral. O registro da sua criação foi o *Manifesto dos 113*, que reforçou o discurso da autonomia organizativa dos trabalhadores e o repúdio ao vanguardismo e dirigismo

político. Ele contou com a assinatura dos principais nomes do PT no período: Lula, Jair Meneguelli, Francisco Weffort, Hélio Bicudo, Paul Singer, Eder Sader, Devanir Ribeiro, José Dirceu, Rui Falcão, Geraldo Siqueira, Clara Ant e outros. Ainda nos primeiros anos, a Articulação atraiu lideranças vinculadas à Igreja Católica, principalmente, as pastorais adeptas da Teologia da Libertação e militantes egressos de outras correntes da esquerda (RIBEIRO, 2009:179).

A aglutinação das lideranças sindicais na Articulação e sua visibilidade e centralidade política constituíram um aspecto decisivo na estruturação e orientação das instâncias diretivas, na definição dos dirigentes e no crescimento da organização partidária na trajetória de organização do partido (MENEGUELLO, 1989; KECK, 1991; RODRIGUES; 1991). O controle das instâncias diretivas pelo agrupamento foi importante fator de seletividade nas oportunidades políticas e restrições que se abriram às lideranças egressas de outros setores sociais não estritamente vinculados às estruturas sindicais e à institucionalidade católica, como foi o caso do movimento de mulheres e do movimento negro (NOVAES, 1993; SILVA, J. 2008; SOARES, 2009).

A relação entre o ativismo negro e a vertente sindical hegemônica significou, até o final dos anos de 1980, a ausência do enfretamento direto da questão racial[51], mesmo quando observada a presença de lideranças sindicais negras, como a de Hédio Silva Júnior, que, além de atuar no grupo de formação da CUT e do PT, foi dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos na área da poderosa indústria automobilística paulista; outro negro petista de destaque foi

[51] De acordo com Lacerda (2002) a CUT fundada na mesma época, também passou a contar com uma corrente majoritária, a Articulação Sindical, que praticamente tinha a mesma composição de sua correspondente no partido. Isso mostra a forte influência que o setor sindical detinha na *Articulação* e no PT como um todo, e que permanece ainda em sua estrutura organizativa.

Vicente Paulo da Silva (Vicentinho), eleito vice-presidente (1981) e depois presidente (1987 e 1990) do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. Em 1992, ele coordenou a unificação dos sindicatos de São Bernardo, Diadema e Santo André e tornou-se o primeiro presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Logo depois assumiu a presidência da CUT para o mandato de 1992 até 1997.

Quando analisado o percurso da temática racial em uma organização como a CUT, que tem quase a mesma base de organização social do PT, por exemplo, foi possível, também, constatar apenas a exposição de intenções e manifestações contrárias à discriminação racial. Não existiu nos programas dos sindicatos uma preocupação efetiva com a discriminação e o preconceito. Com algumas exceções, reinou o silêncio e o não conhecimento por parte das lideranças sindicais dos problemas relacionados ao racismo, pois no seu entendimento o tema da raça deveria ser quase sempre desvinculado das questões de classe. Na origem do comportamento residiria a crença na preservação da união entre a classe trabalhadora, o que implica pensar a unidade como sinônimo de todo social homogêneo. A concepção porta o temor do pensamento de esquerda ortodoxo de que o reconhecimento das particularidades e diferenças provoque a divisão e, por conseguinte, o enfraquecimento do movimento operário e de sua mobilização enquanto classe social (BENTO, 2000; SILVA, J. 2008). Outro ponto de contraste no partido foi a marcante presença de Florestan Fernandes[52]: além de ter sido duas vezes eleito deputado federal pelo PT em São Paulo, seus estudos na USP foram de extrema importância por posicionar a relação entre raça e classe, influenciando o

[52] Florestan Fernandes trabalhou em colaboração com Roger Bastide entre anos de 1941 a 1951, o que resultou em análises sobre as questões raciais no Brasil, nos livros *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (1964), *O Negro no Mundo dos Brancos* (1972) e *Circuito Fechado* (1977).

ativismo negro de esquerda na perspectiva da questão racial e na dimensão de classe produzida pelo capitalismo. Na sua interpretação o preconceito racial no Brasil seria uma reação originada nas elites brancas à uma ordem mais igualitária em relação à competição social entre os indivíduos, na qual o negros teriam o papel revolucionário de quebrar as desigualdades e privilégios da estrutura patrimonial brasileira vigentes. Nesse caso o preconceito racial toma a feição de não revelado, pois o branco posicionado de forma superior não reconhece o negro discriminado racialmente como indivíduo, dando-lhe uma condição social inferior. Por isso, para Florestan a visão das elites compreenderia mais uma dimensão de classe, como rejeição a insubordinação do negro a sua condição de classe subalterna, do que propriamente racial (GUIMARÃES, 2002:96).

A mudança na interação do partido com a questão racial somente começou no meio sindical petista na década de 1990, pois foi quando a CUT passou em 1994 a conferir um espaço relevante em suas estruturas e iniciativas políticas à problemática racial, criando uma comissão nacional contra a discriminação racial (CNDR) para tratar do tema. Ao mesmo tempo publicou resoluções em congressos e formou, junto com outras centrais, o INSPIR – Instituto Sindical Interamericano Pela Igualdade Racial (1995), dedicado a estudos e iniciativas sobre raça, gênero, diversidade e trabalho. Pouco a pouco, a conversão ideológica da base sindical petista à temática racial permitiu a redução das restrições à consolidação de uma agenda racial nas organizações sindicais e no interior do próprio partido.

De fato, a disposição das oportunidades políticas e das restrições aos ativistas dos movimentos sociais no interior do partido esteve relacionada à força do novo sindicalismo e à influência da principal tendência –Articulação –, seja no interior do partido, seja na CUT, e sobre as principais lideranças, principalmente, do

ABC paulista. Desta forma, o debate da agenda racial foi mediado pela construção ideológica do socialismo no âmbito da institucionalidade democrática; e pela dinâmica da organização partidária, caracterizada por procedimentos participativos e pela aproximação das bases aos dirigentes do partido (MENEGUELLO, 1989; RODRIGUES, 1991; DOIMO, 1995).

A necessidade de conjugar a agenda racial aos aspectos da cultura política petista ficou condicionada ao crescimento do partido à medida que se desenvolveu sua inserção nos processos eleitorais e se criaram mecanismos de participação e mobilização coletiva na gestão pública. Com os novos governos conquistados ocorreu a troca da estratégia de confronto político pela interação com os mecanismos e órgãos públicos, surgindo para a militância petista a oportunidade e a necessidade da profissionalização política das lideranças. A troca dessa disposição permitiu responder às demandas da especialização do aparato estatal. Assim, nos sucessivos processos eleitorais ao longo das décadas de 1980 e 1990, o partido ampliou o quadro das oportunidades políticas e profissionais para a sua militância, avançando sobre o predomínio dos quadros políticos do PDS e do PMDB e concorrendo com novos partidos, como PDT e PTB (BRAGA, 2006).

Se em 1982, com a retomada das eleições municipais e estaduais, o partido conseguiu conquistar apenas duas prefeituras municipais em todo o país – Diadema (SP), com a eleição de Gilson Menezes, ex-sindicalista – e Santa Quitéria (MA) –, os parcos resultados eleitorais mudaram de patamar em 1985[53], com o novo pleito no qual o país apresentou um quadro eleitoral cujo resultado apontou o PT como uma opção política em ascensão na escolha dos eleitores. Na cidade de São Paulo (SP),

[53] Em 1985, voltaram a ocorrer eleições diretas para os governadores dos estados e os prefeitos das capitais estaduais, como também para os governantes de áreas definidas como zonas de segurança nacional (Braga, 2006).

o maior colégio eleitoral do país, o partido alcançou, com a candidatura de Eduardo Suplicy ao governo municipal, 20% dos votos válidos; e em Fortaleza (CE), com a candidata Maria Luiza Fontenelle, conquistou a prefeitura municipal. De acordo com Keck (1991), além do crescimento de sua organização partidária, a mudança do discurso político de caráter sectário para uma mensagem mais pluralista, humorada e pragmática, levou o partido a um melhor desempenho político.

As eleições de 1988 consagraram o crescimento do PT como alternativa no cenário eleitoral, pois o partido conquistou a vitória em 31 prefeituras municipais. Dentre elas, três eram capitais: São Paulo (SP), Vitória (ES) e Porto Alegre (RS). Na cidade de São Paulo, a vitória emblemática de Luiza Erundina (uma assistente social e ativista do movimentos sociais da periferia paulista) funcionou como forte representação desse novo agrupamento de esquerda, particularmente, por ter imposto a derrota ao tradicional líder político paulista Paulo Maluf, que representava a identidade das elites econômicas e sociais locais. Já na região do grande ABC paulista, além de continuar a governar Diadema, o partido assumiu a liderança de importantes municípios industriais, elegendo seus candidatos a prefeito nas cidades de Santo André e São Bernardo do Campo. Em termos eleitorais, segundo Gadotti (1989), o partido apresentou um salto de 1,4 milhão de votos conquistados na eleição de 1982 para mais de 6 milhões em 1988, correspondendo à escolha de cerca de 10% dos 60 milhões de eleitores do país no período.

Conforme Kinzo (2004:25, 26) e Braga (2006:155), a análise dos padrões de competição política no Brasil indicou que o crescimento do poderio eleitoral do partido está relacionado à sua capacidade de estruturar sua organização nacional. O PT é um dos partidos que mais se destacaram nesse aspecto no período de redemocratização e consolidação democrática. Essa capacidade é diretamente

relacionada a uma participação cada vez mais decisiva nas instâncias governamentais, pois, conforme Ribeiro (2008) aponta nos resultados eleitorais do PT, no período de 1980 a 2005, ocorreu uma expansão quantitativa de filiados e seções locais e o aumento da densidade territorial da sigla ao longo do período.

A expansão do PT, analisada por Ribeiro (2008: 230,231), permite constatar um cenário heterogêneo quando verificada a região, pois os estados do Sul e do Sudeste apresentaram as maiores taxas de filiação, calculadas em termos de filiados por mil eleitores. Já o Nordeste foi a região com as menores taxas de filiação. Os estados do Acre, Rio Grande do Sul e São Paulo, por sua vez, apresentaram, em geral, taxas superiores à média nacional em termos de filiação. Nos anos de 1990, o núcleo petista do Distrito Federal e o diretório do Mato Grosso do Sul experimentaram uma alta taxa de filiação. Entre os estados nordestinos, Sergipe e Paraíba parecem ter superado, nos últimos anos, o estado de fragilidade em que se encontravam. No eixo Sul-Sudeste, os diretórios do Espírito Santo e do Rio de Janeiro apresentaram taxas de filiação comparáveis às dos diretórios do Nordeste.

Nos indicadores políticos analisados por Floriano Ribeiro (2008), destaca-se o peso que o diretório paulista representa no conjunto de filiados do PT. Quando analisados, os dados da participação do PT de São Paulo no total de filiados durante o período de 1981 a 2006, os indicadores mostram-se quase sempre superiores ao peso de outros estados em relação ao eleitorado nacional. Ou seja, o estado de São Paulo apresenta uma média sempre superior a 22% no total de filiados do PT, entre 1986 – 2001. O fenômeno corresponde diretamente à base social e territorial da formação inicial do partido, ou seja, o novo sindicalismo do ABC paulista e os novos movimentos sociais surgidos da articulação sindicato-bairro, especialmente,

com a força organizativa da Igreja Católica. Foi a partir daquela rede social que se constituiu o núcleo inicial das novas lideranças políticas e filiados do PT, reproduzindo a sua presença na estrutura organizativa do partido (NOVAES, 1993; DOIMO, 1995; RODRIGUES, I, 2011).

A presença significativa de filiados paulistas no Partido dos Trabalhadores aponta a herança, seja na base social de mobilização, seja na organização da estruturação partidária. O que, certamente, traduz-se na desigualdade de poder das lideranças e tendências políticas no recrutamento da militância, na ocupação e no controle das oportunidades e restrições em seus governos ou no interior do partido.

1.1.2 – A profissionalização política e o papel dos *setoriais* na organização do partido

A expansão, a organização partidária e as conquistas eleitorais são importantes para mostrar que a profissionalização política dos ativistas do Partido dos Trabalhadores promoveu a mobilidade de ativistas sociais tradicionalmente excluídos dos núcleos de decisão política e dos recursos e oportunidades sociais. Cabe frisar que esse processo ocorreu a partir de determinados critérios de recrutamento, tais como: os vínculos com o partido e suas tendências, o tempo de militância, o perfil profissional, o nível de engajamento na estrutura partidária e a adesão às suas bandeiras de luta.

Em relação à profissionalização política de sua militância, o PT foi o único partido a criar medidas para formação e consolidação de um contingente especializado para o preenchimento de cargos comissionados. Isso pode ser verificado na criação do cadastro nacional petista, instituído pela ação da Secretaria

Nacional de Assuntos Institucionais (SNAI) do partido, em 1992. Trata-se, no caso, de um cadastro completo dos ativistas, inclusive com a disponibilidade para atuar em outras localidades. Tal recurso permitiu mapear a demanda gerada pelos 53 prefeitos eleitos pelo PT em 1992, que necessitavam de quadros profissionais especializados e fiéis à legenda (RIBEIRO, 2008).

Outro fator, evidenciado a partir da investigação sobre o perfil da liderança profissionalizada nos encontros nacionais do partido, foi a constatação de que, nos anos de 1990 e até o início de 2000, a profissionalização política foi quase que exclusivamente alcançada a partir de recursos estatais, pois a conquista de um mandato, a nomeação para um cargo de confiança e a atribuição de uma assessoria foram os principais recursos que permitiram aos militantes dedicar-se exclusivamente às atividades do partido. Ou seja, ela passou de 22% em 1990 para 54% em 2001, em relação ao número de delegados participantes dos encontros (Ribeiro, 2008:141,142).

A profissionalização estatizada no quadro da militância foi indicativa de uma importante mudança no quadro da organização partidária e de repercussões na relação com os organismos da sociedade civil, porque – ao contrário de um padrão inicial, apontado por autores como Meneguello (1989) e Keck (1991), cuja análise sobre o tema descreveu os fortes vínculos da camada dirigente com setores organizados da sociedade civil, e em especial os sindicatos – a mudança em direção à burocratização correspondeu a um processo de estruturação partidária no qual os avanços eleitorais significaram, em parte, um maior distanciamento das lideranças de suas bases sociais, ou mesmo a formação de uma oligarquia partidária (NOVAES, 1993; RIBEIRO, 2008).

É de se compreender que as conquistas eleitorais do partido criaram novas condições de interação das lideranças negras e outras, graças à capacidade atrativa das instâncias do Estado em termos de poder, de recursos e de oportunidades e restrições para uma militância cuja base social estava muito distante de tais possibilidades. Na verdade, para parte significativa das lideranças, não oriundas das classes médias e da elite social, limitadas em suas trajetórias pessoais a uma experiência de maior desigualdade social, o novo quadro de oportunidades políticas gerou novas expectativas sobre a mobilidade social, política, trajetórias individuais, projetos de vida e aspirações coletivas.

Do mesmo modo, as mudanças na estruturação do partido alteraram sua permeabilidade política às iniciativas da sociedade civil, principalmente aquelas que corresponderam, ideologicamente, à apresentação pública do PT como partido de massa, com fortes bases sociais na classe trabalhadora e em suas organizações sociais. Outro fato importante foi que, a partir dos anos de 1990, a forte verticalização na integração da militância às instâncias de decisão partidária favoreceu, principalmente, a ascensão de militantes que nasceram e cresceram politicamente no interior do partido (RIBEIRO, 2008:141).

Ainda sobre os vínculos das lideranças partidárias com os organismos da sociedade civil, na análise do 11º Encontro Nacional do PT, em 1997, foi constatado que, dos 40% de delegados profissionalizados, 70% participavam em organismos da sociedade civil. Já no 12º Encontro Nacional, em 2001, dos 54% de profissionalizados, 69% participavam também de organismos da sociedade civil. Esses percentuais são demonstrativos de um importante nível de participação dos delegados em organizações dos movimentos sociais e associações da sociedade civil. Ao se especificar a análise dos padrões da participação entre 1997 e 2006, foi

encontrada uma diminuição de delegados dos seguintes movimentos sociais: reivindicações por infraestrutura urbana, sindical, organizações religiosas-pastorais. No caso dos movimentos sociais organizados sob a temática da luta pela igualdade e pelo reconhecimento de diferenças – mulheres e organizações feministas; negros e combate ao racismo; juventude e estudantil; gays e lésbicas; MST; ambientalistas e movimento ecológico, e ONGs –, seus índices de participação mantiveram-se estáveis[54] (RIBEIRO, 2008).

Os dados sobre os delegados dos movimentos sociais indicam que, mesmo com a profissionalização estatizada de parte dos ativistas, constata-se uma atuação concomitante nas esferas estatais e no âmbito das organizações dos movimentos sociais, compreendendo a ocupação de cargos eletivos, comissionados e funcionais na estrutura estatal ou partidária, atuando em uma ou mais organizações de protesto político. A militância difusa pode ser entendida como estratégia política dos ativistas das organizações dos movimentos sociais para mobilizar diferentes recursos e oportunidades nas instituições políticas do Estado, ou nos espaços de interação e regulação, como o partido político, conselhos e parcerias públicas. Por isso, o processo de organização partidária é elemento importante para o entendimento da absorção das lideranças negras no quadro da estrutura do partido.

No caso dos ativistas negros, a integração pode ser verificada na relação com os líderes da tendência hegemônica no interior do partido, no caso a Articulação; pela criação das comissões, subsecretarias e secretarias temáticas, ou seja, os chamados *setoriais*, no interior da organização partidária; e na ocupação

[54] A participação em vários movimentos sociais seria um dos traços que identificam atuação da militância petista no chamado campo ético-político popular, e identificada por Ana Maria Doimo, em seu livro *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.

dos cargos do Legislativo e do Executivo dos seus governos. Para a tese, a formação dos espaços na estrutura partidária constituiu importante ponto de interesse, por desenvolver a mediação entre organização partidária e movimentos sociais, integrando lideranças sociais, ou mesmo funcionando como canal de recepção e acompanhamento das reivindicações de diversos segmentos organizados. Sua configuração é também parte da tentativa do partido de estabelecer a influência sobre determinado campo de forças das organizações da sociedade civil[55].

No caso do PT, o percurso de criação das comissões até as secretarias temáticas, ou, setoriais, pode ser descrito de forma mais ampla pela presença informal das lideranças de movimentos sociais presentes na executiva do partido, em 1983, pois a comissão da executiva nacional já possuía os secretários: sindical, agrário e dos movimentos populares. O regimento de 1984 determinou a criação regional e nacional de três secretarias, juntamente com uma estudantil. Ao mesmo tempo, estimulou a criação nos municípios das secretarias: sindical e dos movimentos sociais. Por sua vez, o estatuto de 2001 ratificou a construção em nível nacional das secretarias: agrária, sindical e de movimentos populares, permitindo a livre criação de outras secretarias temáticas (RIBEIRO, 2008:158).

A abertura da organização partidária aos setoriais permitiu o fortalecimento dos ativistas dos movimentos sociais, principalmente porque, a partir dos encontros estaduais e nacionais, os militantes dos movimentos sociais – sindicais, de negros, de mulheres, ecologistas, portadores de deficiência, de saúde, indígenas,

[55] Uma abordagem recorrente na literatura sobre movimentos sociais e sua relação com o Estado é o uso da noção de “cooptação”, entendida como atrelamento político, ou mesmo, “correia de transmissão”, cujo efeito político é a desmobilização dos movimentos sociais e a estabilização política. Contudo, isso pouco explica sobre a interação que consolida a agenda política do partido em relação às reivindicações dos movimentos sociais presentes na sua órbita política, em especial, das redes sociais das organizações do movimento negro.

educadores, de juventude, transporte, moradia, associação de moradores – obtiveram a garantia de poder indicar delegados para o Primeiro Congresso Nacional do PT. No evento, foi aprovada uma proposta formal de criação de instâncias setoriais nos níveis municipal, estadual e nacional, nos locais onde fosse expressiva a mobilização e visibilidade dos ativistas. Outra proposta foi direcionada a ampliar a representatividade dos setores na estrutura partidária, todavia não alcançou sucesso. Somente em 1993 alguns representantes setoriais passaram a ter assento nas executivas, porém sem direito a voto. Sendo, no caso, aqueles com maior atuação interna: mulheres, combate ao racismo (negros), juventude, meio ambiente, agrário e sindical. No decorrer de 1995, tais setores passam a constituir secretarias próprias, separando-se da Secretaria de Movimentos Populares.

Se no início de 2000, por um lado, o partido apresentou crescimento da organização e aumento da capacidade de competir eleitoralmente, por outro, foi nesse processo que ocorreu a maior institucionalização da agenda política de recorte “cultural”, ou seja, dos movimentos sociais com bandeiras de luta pela igualdade e pelo reconhecimento das diferenças, principalmente por ser fator de mobilização do eleitorado e visibilidade pública. No caso da agenda racial, a institucionalização decorreu também da capacidade dos ativistas negros presentes na organização partidária, de articular-se politicamente com a tendência hegemônica e outros movimentos sociais, objetivando a conquista de oportunidades políticas e a organização de espaços próprios de formulação das demandas.

1.2 – A incorporação de uma agenda racial no partido

O processo de inclusão da agenda racial no Partido dos Trabalhadores, especialmente considerando o foco de análise da tese, ou seja, a política de

promoção de igualdade de gênero e raça em Santo André (SP) pode ser analisado a partir do percurso e dos vínculos da militância negra com a Convergência Socialista, o Grupo Negro da PUC, o MNU, e do diálogo estabelecido com as feministas, os sindicalistas e a tendência Articulação[56]no interior do partido (SOARES, 2009).

De fato, no inicio dos anos de 1980, o ingresso dos ativistas negros nas organizações partidárias do campo político de esquerda significou a necessidade de congregar concepções políticas que até aquele momento não eram reconhecidas como pertencentes a um mesmo campo ideológico. Isso ocorreu, especificamente, no PT, através da participação da Convergência Socialista na fundação do partido e pela força dos sindicalistas na organização, sobretudo do agrupamento político que manteve o maior controle na estrutura partidária até o final dos anos 1990, ou seja, a Articulação[57]. Outro agrupamento importante foi o de ativistas do Grupo Negro da PUC-SP (GNPUC), um órgão do meio universitário que se constituiu em uma significativa experiência de articulação e formação para negros jovens vinculados ao Partido dos Trabalhadores, principalmente, às lideranças paulistas.

A criação do agrupamento data de 1978, a partir da iniciativa dos estudantes negros Edmilson André Jacinto e Flávio Jorge Rodrigues da Silva no interior da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Na ocasião, o grupo desenvolveu ações que permitiu aos poucos agregar estudantes negros com experiência no movimento estudantil, vinculados a outras universidades, e com algum contato com as lideranças do MNU. Durante a sua existência o GNPUC promoveu, além do debate crítico sobre a limitada presença de negros no ensino

[56] A Articulação foi o grupo sindical paulista que exerceu o maior controle sobre a expansão organizativa do PT a partir de 1983 (RIBEIRO, 2008).

superior, a iniciativa de constituir um centro de estudos da cultura negra. Junto com os professores da universidade e ativistas negros interessados essa ação encontrou com a chegada de Abdias Nascimento à PUC, após o seu autoexílio no final de 1978, uma nova oportunidade, que levou então ao surgimento do IPEAFRO, em 1981.

> "Em 1976 começa haver uma reorganização dos centros acadêmicos na PUC, e eu começo a ter uma militância estudantil no agrupamento político Liga Operária, depois este agrupamento foi que terminou constituindo a Convergência Socialista, e hoje é o PSTU (...). Por volta de 1978, começo a ter contato com um grupo da Liga Operária, que militava com a questão racial (...) era o Grupo Negro Socialista ligado à Liga Operária e que se organizou dentro dela. Conheço uma pessoa, o Astrogildo, do Centro Acadêmico de Ciências Sociais, que começa a discutir comigo a importância de ter uma militância no movimento negro, de sair do movimento estudantil e ir para o movimento negro. Começo a receber muito material de leitura desse povo, eles tinham muitos textos vindos do exterior, com ligação à 4ª Internacional que produzia muito texto sobre a questão racial.(...) Daí começamos a nos reunir e criamos em 1979, o grupo negro da PUC, cuja preocupação central não era discutir a universidade, mas sim ter um vínculo com o Movimento Negro da época que estava em processo de reorganização. (...) Este agrupamento, a Convergência entra no Partido dos Trabalhadores e toda a militância da esquerda na época. Daí agente começa a ter uma militância dentro do partido nas chamadas comissões de negros." (Entrevista de Flávio Jorge da Silva, 2007)[58].

O GNPUC não foi para a militância negra apenas um espaço de elaboração da reflexão acadêmica sobre a questão racial, mas também constituiu uma rede de sociabilidade que permitiu a troca de valiosos recursos sociais e políticos na trajetória de profissionalização política da nova geração de ativistas negros. Mesmo com a rápida passagem de Abdias e a transferência do acervo do IPEAFRO para o Rio de Janeiro, o que dificultou a continuidade de projetos acadêmicos, o GNPUC, durante os anos de 1980, criou o NEAFRO – Núcleo de Estudos Africanos realizou diversas atividades, com destaque no meio acadêmico e militante para o Congresso

[58] Flávio Jorge da Silva, 56 anos, atuou na Convergência Socialista e do Grupo Negro da PUC, posteriormente no interior do PT vinculou-se a tendência Democracia Socialista, foi independente, fez parte Articulação quando, então, tornou-se o primeiro secretário nacional de combate ao racismo do PT e também dirigente da CONEN.

Africano das Américas, agregando ativistas negros: Edmilson Jacinto, Flávio Jorge, Rafael Pinto, Gevanilda Santos, Matilde Ribeiro etc.

Nos anos 1990, uma nova geração, principalmente dedicada aos estudos de pós-graduação, rearticulou as iniciativas do grupo: Wilson Mattos, Paulino de Jesus, Maria Palmira da Silva, Acácio Almeida, Dagoberto José Fonseca e outros. A relevância histórica do GNPUC enquanto espaço de conversão de negros à temática racial e sua profissionalização política é revelada na trajetória dos ativistas negros petistas e na organicidade da sua rede social ao longo do tempo e nos contatos estabelecidos entre si.

> "Reúne vários alunos de vários cursos. A primeira grande atividade foi o lançamento do livro do Abdias Nascimento. Acho que em 1978, estávamos organizando está atividade de onde nasce o GNPUC (...) Aquele momento era de muita agitação em torno da temática racial (...) nós tínhamos a intenção de fazer o diagnóstico da universidade à medida que ela era etnocêntrica no seu conteúdo e não tinha participação de jovens no âmbito universitário. Tínhamos intervenções dentro da universidade e fora dela com outras entidades do movimento negro (...) as bandeiras do movimento negro nós fomos carreando para dentro da universidade (...) uma integração dos jovens universitários com a escola de samba Camisa Verde (...) Nós criamos o hábito de nos reunir na biblioteca durante muito tempo, nós não tínhamos onde nos reunir, tanto para desenvolver uma relação de proximidade no campo afetivo, encontrar um par, um igual lá, ver o que está fazendo, almoçar juntos, tomar cerveja. Tanto do ponto de vista da discussão de qual era o nosso papel na universidade, enquanto indivíduo, ou estudantes, depois como coletivo na comunidade negra (...) a PUC por ter este espaço, na época tinha catolicismo adepto da Teologia da Libertação que nos dava um respaldo, que fortaleceu este trabalho de forma informal, mas reconhecido dentro da instituição..." (Gevanilda Santos, 2007).

A inclusão da agenda racial no PT ocorreu inicialmente a partir da organização do ativismo negro em São Paulo, em 1982, após o partido congregar lideranças negras do MNU, GNPUC e CS, como um núcleo sem vinculação direta às instâncias partidárias. Na primeira formação, a Comissão de Negros do PT contou com Milton Barbosa (Miltão), Flávio Carrazans, Hamilton Barbosa, Cloves Castro, Fátima Ferreira, Dulce Pereira, Sônia Regina Leite, Rafael Pinto. Mesmo com um

caráter periférico na estrutura organizativa do partido, a comissão foi capaz de indicar Lélia Gonzales para a composição do primeiro diretório nacional do partido.

> "No início da década de 1980 eu já comecei a me envolver com a organização do PT. E esse pessoal da USP também veio junto. O Milton Barbosa entrou e foi uma pessoa fundamental nesse processo de organização do PT, junto com o Hamilton. E ele criou, dentro do PT, o primeiro núcleo para discutir a questão racial no partido (...) E esse pessoal todo do Grupo Negro da PUC entrou para o PT." (Flávio Jorge Rodrigues da Silva – Alberti & Verena, 2007:214)

> "Para que o PT pudesse atender à cidadania do negro, nós tivemos de nos organizar dentro do PT. Então começa a comissão de negros. O primeiro coordenador da comissão, que era núcleo, virou subsecretaria depois secretaria, foi o Milton Barbosa (...) o Rafael Pinto não esteve na estrutura partidária específica, mas esteve nos grupos e organizações clandestinas que pensaram a gênese do movimento negro unificado (...). Aí tem núcleo negro, comissão de negros, subsecretaria de negros, até secretaria estadual de negros, até secretaria nacional de combate ao racismo. A gente começa a história com a secretaria nacional, depois é que vêm descendo a organização em todos os estados. Então o processo histórico em São Paulo é muito importante. Além da gênese na formação do Partido dos Trabalhadores, aqui em São Paulo, nós temos a gênese da formação da secretaria nacional de combate ao racismo em 1995." (Gevanilda Santos, 2007).

As dificuldades na abertura de oportunidades políticas no partido para a agenda racial eram decorrentes, também, da postura assumida por ele durante a década de 1980, de classificar as lutas sociais por meio de dois princípios: o da exploração e o da opressão. O primeiro aplicava-se às lutas identificadas com a classe trabalhadora e o segundo, às que eram entendidas a partir da exterioridade ao campo. O enquadramento da luta do movimento negro como luta contra a opressão levou o partido a adotar apenas o discurso de apoio e solidariedade à questão racial, sem instituir um recurso específico para o seu enfrentamento político (SOARES, 2009).

O enquadramento dado à questão racial correspondeu à interpretação de orientação marxista mais ortodoxa, que considerou as lutas pela igualdade racial e o reconhecimento de diferenças, como a luta pelos direitos civis na sociedade norte-

americana, uma estratégia de caráter liberal e reformista que levaria a uma maior fragmentação política dos setores populares, impedindo a unidade classista[59]. Por isso, a questão racial foi subordinada ao conceito de classe, uma vez que as desigualdades vividas pelos negros, como para os outros segmentos sociais, eram determinadas muito mais pela condição de pobres, ou seja, pela classe, do que por suas diferenças raciais[60].

Contudo, para crescer no ambiente de maior competitividade eleitoral, o partido precisou contar com a estrutura organizativa dos movimentos sociais, respondendo a parte das demandas, a fim de consolidar uma imagem de apoio nos aspectos relativos à diferenciação temática, à pluralidade política, à capacidade de mobilização social e de voto dos setores populares. A abertura da oportunidade política na estrutura partidária para os ativistas negros tornou-se evidente na realização do II Encontro Nacional "O PT e a Questão Racial", em Vitória (ES), agosto de 1988, pois nele foi aprovada a criação da Subsecretaria Nacional de Negros do PT, subordinada à Secretaria de Movimentos Populares, criada em 1986.

A defesa da proposta de uma secretaria específica dos ativistas negros no interior do partido enfrentou um acirrado ambiente, após a derrota de Lula na corrida presidencial em 1989. No entanto, a indicação inicial de Benedita da Silva como candidata a vice-presidente na chapa de Lula na eleição presidencial de 1989 pareceu ser aos ativistas negros uma maior atenção do partido, pois, com forte

---

[59] Parte das lutas reivindicativas ao longo do século XX, como as do ativismo feminista e o ativismo negro, ficou marcada na sociedade norte-americana por reivindicações de reconhecimento das diferenças e garantia de direitos. Nessa perspectiva política, as demandas articulam a percepção sobre a identidade pessoal e o reconhecimento como um importante critério de aferição de justiça em sociedade. (NEVES, 2004; GRIN, 2006). No campo teórico, no percurso dos anos 1970 e 1980, a temática do reconhecimento foi relacionada às teorias da justiça distributiva, principalmente, nos trabalhos de Rawls (1993) que influenciou vários autores, gerando um amplo quadro de debates sobre os critérios efetivos para se considerar uma sociedade como justa.

[60] "(...) Na década de 80, os movimentos que tiveram suas demandas identificadas como injustiças econômicas encontraram maiores espaços de politização no PT, enquanto os movimentos identificados como culturais, como o movimento negro, ficaram praticamente invisíveis, sendo somente percebidos tão somente a partir de sua exterioridade em relação à agenda política partidária." (SOARES, 2009:23).

apelo popular, a candidatura de Benedita era marcada pelos atributos mulher, negra e favelada, e trouxe à composição da chapa a representação de segmentos sociais mais excluídos da sociedade. A força emblemática de Benedita correspondia à imagem propalada pelo partido e ao reconhecimento popular por sua atuação nas favelas cariocas durante a redemocratização.

Todavia, isso não foi o suficiente para garantir a permanência do nome de Benedita, pois o pragmatismo eleitoral da direção partidária em contemplar o apoio da frente de partidos à candidatura de Lula fez com que a vaga fosse transferida para José Paulo Bisol (PSB), branco, gaúcho, bacharel em Direito, fundador do PSDB que havia migrado para o PSB. Ao mesmo tempo, as críticas dos setores mais à esquerda do partido à estratégia eleitoral adotada pela Articulação levaram ao acirramento da disputa política entre as tendências, culminando em um reordenamento de forças que levou, em 1992, a expulsão da Convergência Socialista e da Causa Operária, e ao consequente deslocamento político das lideranças negras para a condição de independentes, ou à maior proximidade com os líderes da Articulação.

Porém, foi no décimo Encontro Nacional do PT, realizado em Guarapari (ES) em 1995, que os ativistas negros conseguiram nomear Benedita da Silva e arregimentar Lula para defesa da proposta de criação da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo – SNCR na estrutura do partido – essa foi a única proposta do evento aprovada por unanimidade, mediante o acirrado quadro de disputa política entre as tendências do partido. Seis meses após o evento foi realizado o primeiro encontro de negros do PT, no qual Flávio Jorge Rodrigues da Silva firmou-se como importante liderança no interior da organização, permanecendo por duas gestões

como secretário Nacional de Combate ao Racismo – 1995 a 1997, e de 1997 a 1999.

> "No PT afirmação do principio de combate ao racismo vem progressivamente aparecendo em suas resoluções, o respeito à organização interna, o respeito aos núcleos que os negros começam a construir internamente, à comissão de negros. Até a Secretaria Nacional de Combate ao Racismo foi defendida por Lula, ele defendeu a resolução. O partido não tinha esse espaço ainda, mas o setorial abre, com ação dos negros, depois consegue que a SNCR tenha voz e assento, depois voto, na executiva. Então nós tivemos um empoderamento no interior da estrutura partidária, esse foi o caminho do movimento negro" (Gevanilda Santos, 2007).

De fato, durante os anos de 1980, o PT tratou as demandas do movimento negro como problemas que diziam respeito, ou restringiam-se, à organização do próprio movimento negro. De acordo com Soares (2009:26), na pesquisa dos principais documentos do Diretório Nacional do PT no período, verificou-se apenas uma menção à questão racial e aos movimentos sociais em geral. Mesmo considerando as ações do ativismo negro contra o centenário da abolição, não houve no partido uma reflexão sobre a organização do movimento negro e o enfrentamento da questão racial. Nos trechos analisados, as expressões reproduzem um discurso recorrente na nova esquerda, caracterizado pelo apoio do partido às causas dos setores populares e à preservação da autonomia política de suas organizações[61]. Entretanto, após a Constituição de 1988 e no percurso dos anos de 1990, a força do ativismo negro e a interação com um leque mais amplo de

[61] A necessidade do discurso político de esquerda, adepto da democracia direta de base, em reafirmar autonomia das organizações populares refere-se à relação política do partido com as massas, com base na interpretação de Rosa Luxemburgo. Trata-se da ideia do povo como sujeito histórico, com um caráter espontâneo em termos de mobilização e organização enquanto movimento revolucionário, dispensando, assim a ação ou dirigismo político de qualquer elite partidária .

competição entre as forças políticas levaram a reposicionamento da questão racial no Partido dos Trabalhadores.

Na década de 1990, o protesto negro ganhou maior visibilidade através da marcha contra as comemorações do centenário da Abolição da Escravidão, em 1988, da denúncia da CUT sobre o descumprimento pelo governo brasileiro da Convenção 111 da OIT referente à discriminação no trabalho, em 1992, da marcha pelos trezentos anos da morte de Zumbi dos Palmares – Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida –, em 1995, da criação, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB/PFL), de três importantes grupos de trabalho para pensar e implementar políticas de igualdade racial: o Grupo Interministerial de Valorização da População Negra – GTI, Grupo de Trabalho Multidisciplinar – GTM, Grupo de Trabalho contra a Discriminação no Emprego e na Ocupação – GTDEO[62]; e dos preparativos para a participação brasileira na Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância, na cidade de Durban, na África do Sul, em 2001, [63].

As iniciativas de políticas raciais geradas no governo de Fernando Henrique Cardoso exerceram uma forte atração sobre os quadros dos ativistas das organizações do movimento social negro, tradicionalmente, identificados com os quadros de oposição política. O processo de recrutamento permitiu a institucionalização das lideranças, fomentando, ao mesmo tempo, a proliferação de

---

[62] As ações desenvolvidas pelo governo de FHC foram uma resposta à denúncia formal feita pela CUT, que baseada no estudo desenvolvido pelo CEERT/ USP – sobre raça e trabalho, denunciou à ONU o governo pelo descumprimento da Convenção111 da OIT, da qual o Brasil é um dos signatários. Trata-se de uma convenção sobre a discriminação no trabalho, e o dever do governo em promover a igualdade, através de uma política nacional que elimine toda e qualquer forma de discriminação (SILVA, 1996).

[63] Durante o processo de preparação da Conferência de Durban, como ficou conhecida, foram realizadas várias reuniões preparatórias em quase todos os estados brasileiros. O próprio governo federal financiou pelo menos 18 conferências em algumas regiões e estados, além de 15 estados terem promovido suas próprias conferências preparatórias (PAULA, 2011).

ONGs de temática racial, que passaram a operar com os recursos disponibilizados pelo Estado. Todos esses eventos levaram o PT a considerar com maior atenção as demandas dos ativistas negros no interior do partido, o que repercutiu na criação de ONGs, como a Soweto (1991) – composta pelos ativistas: Flávio Jorge da Silva, Matilde Ribeiro, Gevanilda Santos, Luiz Carlos de Freitas “Feijão” e Maria do Carmo Sales Monteiro; e à fundação de uma nova organização do movimento social negro, a CONEN – Coordenação Nacional das Entidades Negras (1991).

A CONEN nasce do primeiro encontro nacional de entidades negras, realizado na cidade de São Paulo em 1991, a partir de uma rede social de lideranças negras associadas, em São Paulo, ao GNPUC, aos APNs, à Soweto, ao Geledés, à UNEGRO; no Rio de Janeiro, ao IPCN e ao CEAP; na Bahia, à Niger Okan, entre outras entidades negras. Nela se estabeleceu uma ampla rede social de ativistas com as mais variadas formas de organização: bloco afro, grupo de mulheres, terreiros de candomblé e umbanda, excluindo-se, apenas, os núcleos partidários e órgãos de governo.

No entanto, a ausência das lideranças do MNU foi indicativa da nova divisão entre os ativistas negros de esquerda. Para os ativistas da CONEN, a organização deveria funcionar na forma de uma rede social de movimentos sociais, afastando-se da interpretação de um modelo de ação coletiva verticalizado presente no MNU, cujo funcionamento era muito semelhante ao de uma organização partidária. Em sua composição inicial, a organização apresentou nos quadros de direção a presença de lideranças negras petistas, significativamente, a presença de Flávio Jorge Rodrigues da Silva e Sônia Leite.

> "O encontro foi muito importante. A gente juntou representantes de tudo que existia no Brasil: grupos culturais, religiosos, de juventude, de esportes (...) Os grupos ligados à Igreja, os Agentes da Pastoral de Negros e o Grupo União e Consciência Negra participaram. Mas nem todo mundo participou. O MNU não participou desse encontro, porque sempre optou por uma trajetória própria" (Flávio Jorge Rodrigues da Silva – Alberti & Verena, 2007:297)

Sob o campo de influência do PT, a criação da nova organização do movimento social negro foi indicativa do novo posicionamento das lideranças partidárias em relação à questão racial.

Os sinais da mudança no partido sobre o tratamento da temática racial ficaram patentes desde a sensibilização e defesa de Lula pela criação da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo, mas com a chegada de Lula à Presidência da República, em 2003, a agenda racial ganhou maior ênfase pública, especialmente para os ativistas negros petistas, com a instauração da SEPPIR e a indicação de ativistas negros e negras para cargos no primeiro escalão do governo: Benedita da Silva como ministra da Assistência e Promoção Social, Marina Silva como ministra do Meio Ambiente, Orlando Silva como ministro dos Esportes, Gilberto Gil como ministro da Cultura, Matilde Ribeiro como ministra da SEPPIR, e Joaquim Barbosa como o primeiro negro a ser indicado para compor o Supremo Tribunal Federal.

Nesse processo de reorganização do campo político negro, além da mobilização do ativismo em relação às próprias organizações e às tendências político-partidárias, a homologia e aliança com outras organizações do movimento social brasileiro de maior projeção política no período se mostrou como estratégia importante a reprodução das lideranças negras. No caso, as feministas eram um agrupamento importante para a incorporação pelos partidos no período e por seus governos de uma agenda de luta pela igualdade e uma tecnologia para implementação de políticas de promoção da igualdade de gênero, que favoreceu inclusive por homologia a integração da agenda racial pelos governos de esquerda.

1.3 – O ativismo feminista e a sua interação com as mulheres negras

A presença dos ativistas negros no primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a partir de 2003, ganhou destaque no cenário político com a instauração da SEPPIR, e a definição da ativista negra e feminista Matilde Ribeiro como ministra de Estado. A instauração do órgão e a nomeação de Matilde Ribeiro para sua gestão resultou da indicação pela CONEN ao presidente Lula, especialmente, graças ao apoio e articulação política desenvolvida por Flávio Jorge no interior do partido e em meio às organizações do movimento social negro.

No entanto, a importância da participação de feministas negras na implementação de políticas de promoção da igualdade racial tem antecedentes na própria trajetória política de Matilde Ribeiro e na ação de outras expressivas lideranças feministas negras, como foi o caso da participação de Edna Roland na condição de representante do Brasil na Conferência Mundial Contra o Racismo, em Durban (2001). A presença das feministas negras resultou da confluência do ativismo negro com um dos movimentos sociais mais bem-sucedidos no processo de institucionalização política da agenda de reconhecimento e igualdade no país, ou seja, o movimento de mulheres no Brasil.

O feminismo foi capaz, em termos de ação coletiva e repertório político de pautar uma série de intervenções de governos do campo político da esquerda. Ao mesmo tempo, fez-se presente nas organizações civis, na esfera partidária ou nos governos locais, consolidando a sua atuação em uma série de mecanismos de participação política no formato de conselhos, secretarias e programas nos órgãos da administração pública.

Nos anos 1970 e 1980, novas organizações de mulheres negras brotaram no país, como o Grupo Luiza Mahin (RJ), o Grupo de Mulheres Negras do Rio de

Janeiro (GMN), o Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista (SP), o Nizinga/Coletivo de Mulheres Negras (RJ), o Coletivo de Mulheres Negras (MG), entre outros, o que favoreceu a profissionalização política de suas ativistas. Ao mesmo tempo, os governos de forças políticas da esquerda, da social-democracia e de liberais apresentavam, na sua constituição, a formulação de conselhos de âmbito municipal, estadual e federal direcionados à garantia dos direitos das mulheres através da implantação de políticas públicas de gênero. Um dos exemplos iniciais de maior projeção pública foi o Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF), em 1983, sendo institucionalizado por lei em 1986, pelo então governador do estado de São Paulo, Franco Montoro (PMDB), cuja repercussão no nível federal, em 1985, fez com que o presidente José Sarney (PMDB/PFL) criasse o Conselho de Defesa dos Direitos da Mulher – CNDM (DAMASCO, 2009; MOREIRA, 2011).

Todavia, naquele período permanecia uma lacuna entre o feminismo e o tratamento da questão racial que somente começou a ser preenchida com a aproximação entre o feminismo e as mulheres negras. Essa articulação teria sido iniciada em 1985, na III Conferência Mundial de Mulheres, em Nairóbi, para a qual o CECF do estado de São Paulo produziu um estudo sobre a condição da mulher no Brasil, com uma parte dedicada, exclusivamente, à situação da mulher negra[64]. Os desdobramentos do trabalho surgiriam em 1988, na criação de uma coordenação do programa para a mulher negra na estrutura do CNDM. Outro ato importante foi a participação das mulheres negras no III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, realizado em Bertioga (SP), em 1985; naquele espaço, as mulheres negras perceberam uma oportunidade política de imprimir a temática racial como um ponto importante da agenda do movimento feminista brasileiro. A partir de Bertioga, outros

[64] O relatório foi produzido por duas feministas negras que tiveram forte atuação na criação do primeiro conselho direcionado a questão feminina no governo do PMDB durante a redemocratização: Sueli Carneiro e Thereza Santos.

encontros feministas, ao longo das décadas de 1980 e 1990 do século XX, passaram a contar com a ação coletiva cada vez mais significativa das mulheres negras e suas organizações (MOREIRA, 2011; RIBEIRO, 1995).

O fato é que a conquista das organizações feministas e do feminismo negro teve repercussões até a primeira década do século XXI, na criação de novos conselhos e equipamentos, como as delegacias da mulher, nos programas de assistência ao aborto legal, nas cotas por gênero nos partidos políticos, na atenção à saúde da mulher e da mulher negra, na ocupação de cargos em diversas organizações sociais e políticas, na lei contra a discriminação e violência doméstica (como a Lei Maria da Penha), todas essas iniciativas terminaram por gerar uma maior publicidade do feminismo por meio de diferentes veículos de comunicação social[65].

Todavia, conforme pesquisa feita por Novellino (2011:01), com base na Pesquisa Municipal de Informações Básicas (MUNIC) de 2009, dos 4.522 municípios brasileiros, somente 18,7% tem um órgão gestor para políticas públicas destinadas às mulheres, o que demonstra as consideráveis limitações na institucionalização da agenda feminista no país, principalmente, no nível municipal. Entretanto, mesmo considerando os limites, o processo de mobilização propiciou, também, uma atenção a outros temas da agenda da luta pela igualdade, favorecendo a reprodução do repertório político da experiência feminista por outras organizações de protesto político. Por isso, para as ativistas negras, os novos espaços institucionais de

[65] No projeto Mulheres em Movimento é possível constatar a interação entre as feministas e mulheres negras brasileiras no cronograma de atividades desenvolvidas por ambos os movimentos ao longo dos anos 80 e 90. BONAN, Claudia & FERREIRA, Claudia. *Mulheres e Movimentos.* http://www.mulheresemovimentos.com.br/p_livro_infos04.html. Acesso junho de 2012.

interação das feministas, como a estrutura partidária e de governo, mostraram-se como uma oportunidade política para a projeção de uma agenda de gênero e racial. Dessa forma, a reivindicação feminista e seus recursos simbólicos, materiais e redes sociais foram emulados por um feminismo negro, passando a compor a estratégia da luta travada pelas mulheres negras pelo reconhecimento de suas especificidades e pela ocupação das posições de poder.

Na esquerda esse processo de aproximação do ideário classista às lutas por igualdade e por reconhecimento, especificamente, para o enfrentamento do racismo, deu-se de forma significativa por meio da interpretação e da ação das mulheres das organizações do movimento feminista contemporâneo. Conforme Soares (2009), essas iniciativas, no período da redemocratização, foram das ativistas da segunda onda feminista, muitas delas originárias das organizações de esquerda que, após a reabertura política, saíram da clandestinidade para atuar nos novos movimentos feministas. Eram, na maioria, mulheres de classe média, intelectualizadas e brancas, que estabeleceram a crítica no campo da esquerda aos limites do uso da categoria de classe na interpretação dos problemas relativos às mulheres.

Além disso, também existiu, nesse cenário, a presença de mulheres negras, intelectuais, de classe média, como Lélia Gonzáles[66], Beatriz Nascimento e Helena Theodoro Lopes, que foram propulsoras do Movimento Contemporâneo de Mulheres Negras (Viana, 2010:55). Contando com importante reconhecimento público na

[66] Lélia Almeida Gonzalez foi uma figura de fundamental importância para a organização do movimento negro no Brasil dos anos 70 e 80, do século passado. Esteve presente no ativismo social e, ao mesmo tempo, no meio acadêmico. Graduou-se em História, Geografia e Filosofia. Foi professora de algumas instituições de ensino superior no Rio de Janeiro, chegando, inclusive, a ser diretora do Departamento de Sociologia da Pontifícia da Universidade do Rio de Janeiro – PUC RIO. Em sua militância política, Lélia foi membro do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN) e uma das fundadoras e membro da comissão executiva nacional do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), em 1978. Militou também no Partido dos Trabalhadores (PT) de 1981 a 1986. Foi candidata à deputada federal, em 1982, mas não conseguiu eleger-se e ocupou a primeira suplência da bancada. Em 1986, estava no Partido Democrático Trabalhista (PDT), disputando a eleição como deputada estadual, contudo, ficou novamente como suplente. Faleceu em 10 de julho de 1994. (RATTS, Alex & RIOS, Flávia. *Lélia Gonzalez.* 1ª. Ed. SP: Selo Negro, 2010).

trajetória político-partidária e acadêmica, Lélia Gonzáles compôs o quadro político do PT e do PDT no estado do Rio de Janeiro, tornando-se uma forte referência para os ativistas.

De acordo com Ratz e Rios (2010), a formação de organizações do feminismo negro contemporâneo pode ser identificada no próprio processo de reorganização do movimento negro desde o final dos anos de 1970. Os coletivos de mulheres negras, como forma de ação coletiva, surgem como resposta à ideologia sexista e autoritária da sociedade brasileira, também presente no interior do movimento negro. Trata-se da reação de mulheres à negação das suas especificidades e à sua exclusão das oportunidades sociais e políticas[67].

No campo da esquerda, um teor de desconfiança pairou sobre o feminismo e o ativismo negro, pois, para parte da esquerda, influenciada pelo modelo socialista europeu, as organizações de mulheres, gays e negros representavam a defesa de um modo de vida correspondente ao padrão liberal norte-americano, e, no caso do negro, pareciam ser uma forma de segregação racial, ambo sem questionar a estrutura social capitalista.

Para as feministas, o caráter classista impedia o reconhecimento de suas demandas e servia para reproduzir o machismo, tornando limitadas e, muitas vezes, invisíveis a ação e a representação política feminina dentro da nova esquerda. Outros conflitos eram também decorrentes do fato de parte delas ter retomado suas ações sob a proteção da rede social que articulava os setores de esquerda (organizações do movimento social, partidos políticos, intelectuais e acadêmicos) ligados à Igreja Católica e a outras igrejas cristãs, orientadas pela Teologia da

[67] Moreira (2011) chama a atenção para indícios de um primeiro Manifesto das Mulheres Negras durante o Congresso de Mulheres Brasileiras, em junho de 1975, e da participação de mulheres negras no Encontro Nacional de Mulheres, realizado em março de 1979.

Libertação. A constituição moral dessas organizações limitou, ou mesmo refutou o debate de questões relativas à liberdade sexual, aos direitos reprodutivos e à emancipação feminina.

Por sua vez, dentro das organizações feministas, as ativistas negras também questionaram a invisibilidade de suas peculiaridades no enquadramento proposto pelas mulheres brancas e de classe média, o que dificultava a sua conversão ao feminismo, apontando a necessidade do reconhecimento da questão racial. Assim, foi por iniciativa das ativistas negras que, no interior das organizações feministas, estabeleceu-se a distinção de classe, de gênero e de raça. Foram as mulheres ligadas, principalmente, à luta pela melhoria de recursos da infraestrutura urbana e preocupadas com as necessidades sociais mais básicas que passaram a reivindicar o reconhecimento de suas demandas. Em sua maioria eram mulheres negras cuja experiência social ficou caracterizada pela falta de recursos e oportunidades sociais, que identificaram, na mobilização social, a forma de resolução dos problemas mais cotidianos.

Ainda que sensíveis ao discurso da emancipação propagado pelas feministas de classe média e branca, ou mesmo por algumas negras, para elas, as questões passavam por disposições de gênero, raça e classe relacionadas ao papel de cuidadora da família, à reprodução, à subsistência, ao trabalho formal, informal ou a forma do trabalho doméstico gratuito. Por isso, as demandas por equipamentos públicos, como creches, escolas, postos de saúde, saneamento básico, e as redes sociais de solidariedade tornaram-se fundamentais nas suas práticas e discursos de enfrentamento das desigualdades sociais. Para parte das mulheres negras, a luta por infraestrutura nos bairros era a mobilização possível, mediante os recursos disponibilizados pelo campo político de esquerda.

No quadro da consolidação democrática, as alianças desenvolvidas no interior do movimento negro, com outras organizações populares, ONGs e agrupamentos partidários, constituíram uma oportunidade política para essas ativistas, pois permitiram a capacidade política de reverter os estigmas de gênero, raça e classe. O processo político gerou um novo enquadramento à identidade da mulher negra, ou seja, o autorreconhecimento de um feminismo negro. Além disso, constituiu a formação e profissionalização politica das ativistas, sua mobilidade social para a classe média, e a ocupação em órgãos públicos, secretarias, departamentos, grupos de trabalho, assessorias, e ONGs como Geledés (SP, 1988), Crioula (RJ, 1992), Fala Preta (RJ, 1997), entre outras, especializadas na implementação de políticas raciais direcionadas à população negra e principalmente, às mulheres, como foi o caso das ativistas negras.

Outro aspecto do processo de identificação e de mobilidade dos negros correspondeu a imagem da negritude propalada das próprias organizações, ou seja, a presença de negros no conjunto do seu corpo profissional correspondeu a uma espécie de legitimação politica e racial da ação coletiva, pois as iniciativas direcionadas aqueles em maior desigualdade eram ou pareciam ser pensadas e geridas por negros. O reconhecimento público dos atributos raciais em mercado de ONGs prestadoras de serviços, em disputa por financiamento estatal e da filantropia social funcionou como elemento de seletividade e controle dos recursos destinados ao combate do racismo.

Com o intuito de analisar o processo de interação, restrições e oportunidades aos negros na construção da política de promoção da igualdade racial desenvolvida pelo PT, especialmente o caso das ativistas negras e feministas Matilde Ribeiro, Suely Chan, Maraísa Almeida, Maria da Penha e Cristina Batista, o capítulo seguinte

procura explicar em que medida, o município de Santo André, foi um caso singular da confluência entre o ativismo político de esquerda, o ativismo católico, o feminismo e o ativismo negro. Para isso, retoma os antecedentes da mobilização social que constituiu a base para a criação de uma rede de movimentos sociais, resultando em uma oportunidade política de institucionalização das ativistas feministas e negras no governo do Partido dos Trabalhadores.

Capítulo 2

Os traços latentes da organização dos trabalhadores e das feministas na região do Grande ABC

A fim de melhor compreender como a mobilização social dos setores de esquerda na região do Grande ABC contribuiu para a formação da política de promoção da igualdade de gênero e raça desenvolvida pelo PT. Parte-se neste capítulo dos antecedentes que configuraram na região a rede de mobilização social articulada pelos setores de esquerda, com destaque para a organização sindical, dos movimentos eclesiais e dos movimentos feminista e negro. Observa-se também o processo de institucionalização das ativistas feministas e mulheres negras no governo do Partido dos Trabalhadores, com a criação da Assessoria de Direitos da Mulher.

2.1 – Da Borda do Campo à região do grande ABC: a conexão entre os municípios das sete cidades e a formação da região.

A cidade de Santo André é parte da Região Metropolitana de São Paulo, localizada a sudoeste desta, sendo reconhecida pelos locais como parte integrante da região do Grande ABC e, até o final do século XX, como a principal região industrial do país. Todavia, a origem e a nomeação da região referem-se a dois cenários dos séculos XVI e XVII, descritos por Martins (1988): o primeiro aponta o

surgimento da Vila de Santo André e sua extinção, devido ao seu fracasso enquanto projeto de colonização; o segundo se refere ao surgimento da cidade de Santo André a partir da sesmaria da Borda do Campo, transformada em freguesia em 1812.

Durante os séculos XVIII e XIX, a região da Vila de São Bernardo da Borda do Campo compreendia, mesmo sem limites determinados de sua extensão geográfica, o que, no século XX, após sucessivas disputas entre as elites locais, deu origem à criação dos municípios das sete cidades da região do ABC, ou seja, São Bernardo do Campo, Santo André, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Riacho Grande da Serra. Desde o seu início, era uma região caracterizada por grandes terras, cuja atividade produtiva foi baseada na mão de obra de escravos de origem indígena, e, posteriormente, de negros oriundos do continente africano, que, mesmo com abolição da escravidão, no final do século XIX, tornaram-se a maioria dos residentes locais até o fim do ciclo de expansão da cafeicultura paulista, nas primeiras décadas do século XX.

A centralidade do comércio do café em São Paulo gerou, nessas cidades e nos arredores, como a região do ABC, ao sudeste da capital paulista, uma condição de subúrbio, cujo funcionamento era complementar ao modo de vida da cidade de São Paulo, mas, ao mesmo tempo, estava distante dos progressos da cafeicultura e da urbanização. Na região, as características do solo impediram o uso das terras para uma produção agrícola mais extensa e diversificada, restando, no período, a construção de olarias, de serrarias, de pequenas indústrias de móveis e uma limitada produção agrícola (MARTINS, 1988). Contudo, a construção da estrada de ferro Santos-Jundiaí, destinada ao escoamento da produção dos cafezais paulistas, gerou uma maior importância à região, atraindo novos migrantes (FABIAN, 2006).

A importância da estrada de ferro compreendeu o próprio desenvolvimento da região que, no final do século XIX, apresentava uma nova espacialidade, com a criação, em 1890, do município de São Bernardo, abrangendo toda a área da atual região do Grande ABC. Na sequência, em 1896, foi a vez da criação do Distrito de Paz de Ribeirão Pires, que inclui atualmente os municípios de Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, parte de Mauá e o distrito de Paranapiacaba. O avanço no desenvolvimento local, na virada para o século XX, gerou uma maior disputa entre as forças políticas locais, ou seja, entre a elite formada pelas famílias tradicionais da região. O resultado desses conflitos foi origem dos novos municípios: Santo André, 1938; São Bernardo do Campo, 1945; São Caetano do Sul, 1945; Mauá e Ribeirão Pires, 1954; Diadema, 1958; e, em 1963, o município de Riacho Grande da Serra. O conjunto formado por esses municípios foi nomeado pelos residentes como a região do grande ABC, e depois no final do século XX, de região do grande ABCDRRM.

> "Tem gente que pensa que isso aqui era assim. Não era assim de jeito nenhum. Quando a gente vai entrando no município de São Caetano e em São Paulo, era tudo mato [...] E São Caetano era daqui também. São Caetano, São Bernardo, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra era daqui. Só Paranapiacaba que ainda esta aqui. Essas cidades todas, tudo, Santo André era que governava tudo, Santo André (Manoel Bispo, negro, 73 anos, ajudante geral, morador do Jardim Alvorada, AS. FABIAN, 2006:30)[68]

A população da região, desde o início do século XX, foi constituída pela presença de negros residentes e de outros migrantes do interior paulista ou de outros estados, indígenas, portugueses e espanhóis, compondo maioria até a primeira década. Mas, devido à chegada de novos grupos de imigrantes europeus, como lituanos, húngaros, alemães e, principalmente, italianos, o perfil populacional ganhou uma nova dinâmica. Segundo os dados do recenseamento de 1920, a população com mais de 15 anos de acordo com a nacionalidade passou a ser de

[68] No caso, o depoente descreve a situação dos bairros da zona sul de Santo André na década de 1960.

57,62% de brasileiros (8.677) e 42,38% de estrangeiros (6.381), com destaque para a forte presença de italianos que, tanto em São Paulo quanto no sul do Brasil, representou a maior leva de imigrantes no período.

A imigração europeia gerou um forte impacto na formação da população, concorrendo na ocupação e na organização do espaço da região com os residentes. Inicialmente, a maioria dos imigrantes desenvolveram atividades em pequenas produções agrícolas, como a plantação de videiras, batata e cebola nos núcleos e colônias na região. Posteriormente, esse tipo de produção, deu lugar à criação de olarias, e à formação das primeiras atividades industriais, como a tecelagem e a marcenaria. Grande parte dos novos imigrantes e seus descendentes passou a integrar a composição da classe operária que se adensou na região, pois, na passagem do século XIX para o XX, a localidade abrigou um número significativo de indústrias, a exemplo das fábricas Silva e Seabra & Cia – “Ipiranguinha” – produtora de brim de algodão; da Streiff – fabricante de cadeiras; da Kowarick – produtora de casimiras (espécie de tecidos de lã); da Rhodia – produtora de fios sintéticos (1919); e da Rhodiaseta – produtora de fios sintéticos para produção de tecidos (1929).

No início da década de 30, a industrialização transformou-se no principal elemento de impulso à economia local, entre todas as atividades desenvolvidas na região do ABC, constituindo o segundo maior parque industrial do estado de São Paulo, com quatrocentas e noventa e oito fábricas. Esse conjunto representou cento e nove ramos diferentes da indústria, tornando o município de São Bernardo um dos mais importantes centros industriais no país. No período, a arrecadação de tributos federais na região foi superior à de vários estados brasileiros, entre eles Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro e Pernambuco (ALMEIDA, 2009:36). Nos anos de 1940, ao longo da ferrovia, instalaram-se fábricas de grande importância, como a

Laminação Nacional de Metais, os moinhos Fanuchi e Santista, a Firestone e a Eletrocloro, entre outras, que deram destaque ao município Santo André como polo de desenvolvimento, e consolidaram o perfil industrial da região (FABIAN, 2006).

> "A minha mãe veio para cá na década de quarenta. Quando minha mãe veio para São Paulo, ela e meu pai se casaram. Meu pai estava sem emprego, e eles tentaram colocar o meu pai na estrada de ferro, mas o negrão não quis trabalhar na estrada de ferro, ele falou: 'Vou ter que ficar a vida inteira na estrada de ferro? Eu, não eu não quero! Ele veio para o Jardim Bom Pastor. Lá ele encontrou os italianos'.(Claudínia Auxiliadora de Assis, 75 anos, negra, doméstica, moradora do Jardim Santo André, SA. FABIAN, 2006:25).
>
> "Eu casei em 54, nessa altura já não estava mais morando no Parque [das Nações], já estava morando aqui no Bangu, na Rua dos Aliados. Nós mudamos para o Bangu para ficar mais perto da fábrica Rhodia [...] Ah! O Bangu também tinha uma, duas casinhas, e aí já estavam colocando o paralelepípedo. Ali no Bangu... ali na Rua dos Aliados, tinha bastante [sic] casinhas." (Alcebíades Lima, 85 anos, negro, motorista, morador do Jardim Alvorada, SA. FABIAN, 2006:28).
>
> "Nós, do lado de cá, era tudo negro, quase todos cariocas {...} Aqui em Santo André não tinha nada só umas casinhas, era tudo mato. O Parque das Nações já existia. E lá não tinha negros, tinha negros no Bangu." (Deusdete de Andrade, 88 anos, negro, ajudante geral, ex-morador do Jardim Santo Alberto, AS. FABIAN, 2006:29)

Com o crescimento industrial, o município ampliou o seu operariado, tendo um novo significativo acréscimo nos anos de 1950 e 1960, devido à chegada de migrantes da zona rural mineira e da região nordeste do país, vindos para compor a mão de obra do novo parque automobilístico brasileiro. Esse processo de formação de mão de obra local de negros, imigrantes e migrantes nordestinos contribuiu não apenas para transformar a região em um polo de expressiva produção de riquezas, conforme o modelo econômico adotado, mas também foram a base da mobilização e da organização social de importantes movimentos sociais de trabalhadores no percurso do século XX.

Região metropolitana de São Paulo, em destaque o Grande ABC

Figura 01 – ilustração da região do Grande ABC (AGENCIA GABC, 2013)

2.2 - O surgimento das organizações sindicais e o campo político de esquerda

A importância política e econômica do crescimento industrial da região do ABC explica-se não somente pelo crescimento exponencial do setor industrial, mas também pelo avanço na organização classista da massa de trabalhadores locais em movimentos sociais e suas entidades. Desde o crescimento das primeiras indústrias, durante a 1ª República, observa-se o avanço na concentração urbana e a formação

e organização dos trabalhadores locais. Em 1906 e 1907, surgem o primeiro movimento grevista e a formação dos primeiros sindicatos da região do ABC, no caso, a Liga Operária de São Bernardo do Campo. Tempos depois, em 1918, a União Operária do ABC. Ao longo das primeiras décadas do século XX, os novos movimentos grevistas foram a expressão do nível de organização dos trabalhadores, orientados pelo ativismo anarcossindicalista, basicamente desenvolvido pelos italianos na região, mas que pouco a pouco cedeu espaço ao avanço dos movimentos socialista e comunista presentes em São Paulo, Rio de Janeiro e no restante do país.

A organização dos trabalhadores na região, com base na crescente influência socialista e comunista, instaurou um ciclo de greves, protestos políticos e organização sindical nas fábricas e nos bairros, que perdurou até a instauração do governo de Getúlio Vargas, em 1930, sofrendo uma maior limitação em sua organização com a criação do Estado Novo (1937 - 1945), pois, nesse período, deu-se a perseguição aos políticos e às organizações de esquerda no país. Dentre os atos de protesto e organização sindical na região, pode-se destacar, como exemplo: em 1933, o surgimento do sindicato de marceneiros, carpinteiros e classes anexas de São Bernardo do Campo; no mesmo ano, surgiu o Sindicato dos Metalúrgicos, em Santo André; as greves dos trabalhadores da Pirelli em Santo André, em 1934; em 1935, o primeiro congresso nacional dos trabalhadores metalúrgicos; a criação do Sindicato dos Têxteis em Santo André, em 1936; a do Sindicato dos Químicos, em 1938; a do Sindicato das Indústrias de Artefatos de Borrachas e Pneumáticos em 1942; e a do Sindicato da Fiação e Tecelagem de São Bernardo do Campo e Diadema, em 1944.

> “Cabe registrar que essas primeiras formas de organização desenvolvidas pelos trabalhadores do ABC não surgiram isoladamente e, sim, como resultado de um trabalho mais amplo, colocado em prática por diversos segmentos de trabalhadores através dos fóruns que paulatinamente foram sendo constituídos, como federações, confederações, congressos operários, grupos de teatro, escolas livres, círculos e movimentos operários etc. Aliás, apesar das variadas práticas repressivas impostas à classe operária brasileira nesse período, o esforço despendido por muitos ao buscarem formas alternativas de organização das lutas pode ser percebido através da criação, nas duas primeiras décadas do século XX, de associações, alianças, ligas, uniões e sindicatos, especificamente voltados para esse fim” (ALMEIDA, 2009:205).

O adensamento da classe operária e a organização ocorreram por significativas transformações promovidas pelo governo do Presidente Getúlio Vargas, ou seja, pela acelerada transição estrutural de uma sociedade agrária tradicional para uma sociedade de classes moderna industrial. O modelo político adotado por seu governo foi o da modernização do tipo conservador, que, através de um programa de substituição das importações, promoveu a forte urbanização e a metamorfose da sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, no campo, ocorreu o abandono da tradição rural por um novo modelo de atividade agrícola estruturada no latifúndio e orientada para o mercado externo.

Junto com a industrialização, o crescimento dos serviços e da burocracia estatal gerou uma série de oportunidades sociais para trabalhadores em busca de uma ascensão social. Outro segmento beneficiado foi o da pequena burguesia, caracterizada por empregados e empregadores ligados ao comércio e com forte presença de imigrantes. No entanto, um grande número de trabalhadores manuais permaneceu desprovido de mecanismos de proteção social e com alto grau de informalidade, principalmente aqueles fixados na periferia dos grandes centros de produção industrial.

Naquele contexto, a mobilização dos trabalhadores e a formação das organizações sindicais foram as principais ações das lideranças comunistas, pois

incentivaram o aumento dos protestos políticos contra as condições de trabalho ofertadas pelo empresariado e as iniciativas de regulação promovidas pelo poder público. A ocupação pelos ativistas dos cargos de direção sindical gerou um processo de institucionalização e profissionalização de sua trajetória política em um quadro sindical, no qual o governo de Vargas destacou-se por promover o revés à organização política da classe trabalhadora, instaurando iniciativas assistenciais, de atrelamento político, e um aparato de controle e opressão dos opositores ao regime. Um exemplo desse processo repressivo foi em São Paulo, a criação, em 1930, do Departamento Estadual de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo – Deops/SP –, para onde seguiram muitos dos ativistas de esquerda da região do ABC, perseguidos pelas forças policiais naquele período.

A instauração da nova legislação trabalhista no Estado Novo, de 1937 – 1945, estabeleceu um forte controle do Estado sobre a organização dos trabalhadores locais, cassando a autonomia organizativa e instaurando um sindicalismo oficial sob a tutela do Governo Vargas. Os sindicalistas do ABC tentaram requerer oficialmente a criação de um sindicato que reunisse todas as categorias sindicais; no entanto, tal iniciativa foi sistematicamente negada pelo Estado Novo, que procurou desarticular a organização e a unidade classista. A fragmentação dos sindicatos repercutiu não apenas na redução da força organizativa, mas também interferiu no acesso aos recursos materiais para a luta política, pois muitas das vezes era necessário, para os sindicalistas, partilhar as mesmas instalações entre várias categorias. Para burlar o ambiente de repressão, muitos dos ativistas de esquerda criaram novas organizações associativas, a exemplo das cooperativas assistenciais, que serviam para se esquivar do controle estatal e recrutar novos militantes sindicais.

> “Diante da inexperiência para lidar com essa nova forma de organização sindical, não dispondo de recursos financeiros e contando com poucas e precárias instalações, a solidariedade estabelecida entre os sindicalistas foi de fundamental importância para o funcionamento das entidades nesse primeiro momento. Ela se fez presente na troca de experiências – aqueles mais antigos orientavam as diretorias nascentes sobre os procedimentos necessários para se conseguir as novas cartas sindicais – e também na socialização do próprio espaço físico.” (ALMEIDA, 2009:213).

A partir de 1945, com o fim do Estado Novo e a convocação das eleições presidenciais, Getúlio concedeu anistia aos presos políticos e deu liberdade para a organização dos partidos que pretendessem participar das eleições. Mas, ao mesmo tempo, estimulou seus partidários a realizarem manifestações públicas favoráveis a sua continuação no poder, em um movimento reconhecido como o Queremismo. A retomada das eleições democráticas e a instalação do governo de Dutra para suceder Getúlio, no mandato de 1946 – 1951, verificou uma abertura do regime com a anistia e a volta dos comunistas ao cenário político nacional por um curto período de tempo. O resultado determinou o retorno de um importante líder comunista ao país, no caso, Luiz Carlos Prestes, cuja atuação política na região do ABC correspondeu à presença em vários comícios políticos, impulsionando grandes mobilizações dos militantes para promoção dos seus candidatos aos cargos do legislativo e do executivo nos níveis municipal, estadual e federal.

No entanto, com o final da Segunda Guerra Mundial e a instauração da política da Guerra Fria, o governo ampliou a perseguição aos comunistas, principalmente por iniciativas financiadas pelos Estados Unidos da América. Isso levou o governo Dutra a reestabelecer aos comunistas um quadro maior de restrição política, chegando ao ponto da justiça eleitoral adotar uma série de manobras eleitorais para efetuar a cassação política dos parlamentares e lideranças do executivo eleitas no país sob a legenda das agremiações de esquerda. Em Santo

André, por exemplo, nas eleições municipais para prefeito de 1948, na qual os comunistas conseguiram levar a vitória, um importante ativista sindical da região, Armando Mazzo, marceneiro de profissão, juntamente com uma bancada de 13 vereadores, foi cassado por manobras da elite local por ser um político comunista, sendo, então, empossado na prefeitura um representante da elite local e conservador, no caso, Antonio Flaquer. Mesmo considerando o ambiente de crescentes restrições políticas e fragilidades da democracia brasileira aos interesses das elites, os resultados eleitorais, pelo menos em Santo André, demonstraram o prestígio dos comunistas junto ao eleitorado, permitindo parcialmente a profissionalização política dos ativistas políticos no âmbito estatal, ao mesmo tempo em que mantinham o controle das diretorias dos sindicatos locais.

No plano nacional, o retorno de Getúlio Vargas pelo voto popular, em 1951, deu-se num quadro de acirrada disputa política entre as elites, que resultou no suicídio de Vargas em 1954, gerando uma situação de instabilidade política até a eleição de Juscelino Kubistchek à Presidência da República, em 1956. O mandato de JK, de 1956 até 1961, marcou a continuidade do modelo de modernização conservadora nos anos 50 e 60 no país. O plano de metas do governo JK procurou acelerar o processo de industrialização, abandonando as bases da industrialização exclusivamente nacional para constituir um parque industrial articulado às empresas multinacionais – ao capital externo. Assim, a continuidade da política de substituições de importações iniciada por Getúlio foi reformulada por JK numa maior abertura para o capital internacional. Para suceder Juscelino, o candidato Jânio Quadros foi eleito presidente pelo voto popular, no entanto, sua renúncia como tentativa de promover um golpe civil fracassou. A instabilidade política instaurada com a renúncia de Jânio, seguida da chegada do vice-presidente, o trabalhista e

simpatizante da esquerda política, João Goulart, levou a uma breve interrupção do modelo de crescimento e do regime democrático no país, sendo retomado com a instauração do regime militar autoritário em 1964 e a fabricação do “milagre econômico brasileiro”.

Para as cidades do ABC, o desenvolvimento da política econômica de substituição das importações, direcionada pela entrada do capital externo, transformou a área no maior pólo de desenvolvimento da indústria no país. Isso se deu, principalmente nos anos 60, com a instalação, do setor automobilístico, das companhias: Mercedes-Benz, Ford, Volkswagen, General Motors, Chevrolet, sucedido pelos setores de fármacos e alimentícios, gerando um novo fluxo migratório de trabalhadores do nordeste do país para a região, no qual os estados da Bahia, Minas Gerais e Pernambuco forneceram grande parte do contingente populacional, o que ampliou ainda mais a massa de trabalhadores na região (SANTOS, 2003)[69].

Contudo, a forte expansão econômica no início do regime militar, 1964 – 1974, não diluiu as contradições entre os setores da economia mais dinâmicos e os setores mais tradicionais. Sucedida por um quadro de estagnação econômica e inflação, prolongados aos anos de 1980 e parte de 1990, os efeitos dessa dinâmica foram observados na redução dos postos de trabalho, principalmente dos setores manuais, com baixa qualificação, e das políticas de congelamento de salários. Em paralelo, a estrutura produtiva registrou o aumento considerável do quadro de serviços modernos no meio urbano, levando a crescente exigência de trabalhadores em relação ao maior nível de qualificação profissional e escolar.

---

[69] Cf.: SANTOS, Milton. *Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

Nesse contexto de crescimento industrial, somou-se um quadro social marcado pela formação das periferias nos grandes centros industriais, como da cidade de São Paulo e no seu entorno. No caso da região do grande ABC, tratou-se da formação de cidades caracterizadas pela conexão aos complexos industriais existentes, constituindo um espaço comum de habitação – dormitórios, e circulação da massa de trabalhadores ligados ao principal polo de desenvolvimento industrial no país. Integrados à dinâmica produtiva da região, os trabalhadores encontravam no seu cotidiano a escassez dos recursos e serviços mais básicos à sua sobrevivência, como a falta de iluminação pública, saneamento, acesso à educação, transporte público insuficiente, moradia adequada e cuidados mínimos com a saúde.

Diante do adensamento populacional e o quadro de limitados recursos para a sobrevivência, não foi estranho que um quadro de necessidades se transformasse em oportunidades para as ações do ativismo de esquerda, gerando também a mobilização dos moradores nos bairros da região e o surgimento de novas lideranças entre os trabalhadores. Esse novo ativismo era herdeiro de uma cultura política elaborada nas antigas organizações sindicais, liderada pelos ativistas comunistas. Foi em parte esse vínculo entre a cultura política e as aspirações da nova geração de trabalhadores que permitiu, na região do ABC, o desenvolvimento de um número importante de organizações sociais, especialmente no período de restrições políticas impostas pelo regime militar autoritário, de 1964 até 1982.

Nesse processo de organização política dos trabalhadores, a associação entre o ativismo de esquerda e dos setores da Igreja Católica levou ao engajamento dos setores católicos adeptos da Teologia da Libertação, que passaram a atuar no cotidiano dos trabalhadores locais através da Pastoral Operária (PO) e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). A confluência entre os ativistas no final do

regime militar levou-os à criação de uma poderosa rede de mobilização social e política, que deu origem, no contexto da redemocratização, ao Partido dos Trabalhadores, e a novas organizações sociais do campo político da esquerda, como a Central Única dos Trabalhadores, a Central de Movimentos Populares, todas engajadas no processo de redemocratização e consolidação da democracia no país.

O crescimento das organizações foi possível, naquele período, no ABC, principalmente por existir uma cultura política de protesto constituída ao longo do século XX, herdeira na perspectiva étnico-racial do ativismo político dos imigrantes europeus, principalmente, dos italianos, a qual esteve integrada ao movimento político de esquerda, aproximadamente entre os anos de 1930 e 1950, sendo reatualizada numa abordagem regionalista, com os migrantes nordestinos nos anos de1960, fundamentalmente a partir da ação da Igreja Católica.

Entretanto, em relação à mobilização política dos negros na região, seu cotidiano foi até a metade do século XX, muito semelhante ao contexto vivido pelos negros na cidade de São Paulo, no que se refere a um referencial marcado por definições na legislação trabalhista, que oscilou entre a restrição e liberalização do seu acesso ao mercado de trabalho, gerando a competição por posições empregatícias com os imigrantes, e o enfrentamento das formas de discriminação racial no cotidiano. Ambas as situações limitavam a integração dos negros à massa de operários da indústria e do setor de serviço. Entretanto, os negros residentes na cidade de São Paulo contaram, ainda com uma estrutura de ocupações mais ampla daquela formada nas regiões que constituíam o subúrbio da cidade de São Paulo, como o ABC. Essa diferença permitiu aos negros paulistanos a maior inclusão no mercado de trabalho, gerando, em termos de renda, a formação de uma classe média negra desejosa por mobilidade social. Ao mesmo tempo, a centralidade de

processos associativos e de protestos políticos na cidade, somada à mobilização dos trabalhadores imigrantes, parece ter inspirado esses negros à criação de organizações como forma de buscar a sua integração social (ANDREWS, 1998: 197,198).

A criação de uma imprensa paulista voltada para a comunidade negra e sua vitalidade no período foi o registro da disposição dos ativistas negros, alguns deles com acesso a recursos educacionais e ocupações de melhor remuneração. Eram negros que constituíam uma espécie de classe média negra disposta a se organizar, mesmo com restrição de oportunidades e recursos. Esse grupo de negros procurou se posicionar no espaço público mediante organização de outros grupos étnicos raciais na cidade de São Paulo, e frente ao racismo presente nas disparidades de oportunidades da estrutura social brasileira.

Conforme Ferrara (1985), os jornais feitos por negros e para os negros no período representam o esforço de uma camada social descendente de escravos, que, após três décadas de liberdade, conseguem articular-se socialmente, imprimindo suas ideias e organizações, a exemplo dos jornais *O Clarim da Alvorada* (1924 - 1932), *Elite* (1924), *Auriverde* (1928), *Voz da Raça* (1933), entre outros. Ao longo dos anos de 1930, mesmo com o golpe promovido por Vargas, as iniciativas desses negros se mantiveram na formação da Frente Negra Brasileira[70] e de uma imprensa alternativa, como a *Revista Cultura* (1932), até a instalação do Estado

[70] A Frente Negra Brasileira (FNB), fundada em São Paulo, em 1931, destacou-se por sua capacidade de mobilizar os negros em torno de um programa que condenava o preconceito de cor, ao mesmo tempo em que oferecia serviços e assistência a esta população. Em 1936, em meio à expansão internacional do nacional-socialismo, a FNB passou a defender teses de caráter ultranacionalista, sendo transformada em um partido político negro com forte identificação fascista. O declínio da organização veio com a instauração do Estado Novo, de Getúlio Vargas, que cassou todos os tipos de organizações politicas, principalmente aquelas que podiam gerar instabilidade para a ordem instituída. (DOMINGUES, 2007:106-107)

Novo (1937 – 1945), que cassou a liberdade de organização politica. Com a redemocratização de 1945, a partir da distensão ocorrida e do retorno à democracia, emergiram novas organizações do movimento social negro, como, por exemplo, a União dos Homens de Cor (UHC), surgida em Porto Alegre, no ano de 1943, tendo, ao longo da sua trajetória, criado uma série de outros núcleos associativos em dez estados brasileiros (SP, BA, MG, PI, MA, CE, SC, RS, ES e PR). Novas iniciativas da imprensa negra continuaram no meio urbano, com os jornais: *Alvorada* (1945) a *Senzala* (1946), *União* (1948), em 1950 - *Mundo Novo, Quilombo,* e *Redenção; O Novo Horizonte* (1953), *Correio de Ébano* (1963) e outros.

Na travessia dos anos de1950 para os de 1960, até a instauração do golpe militar de 1964, as iniciativas do ativismo negro no país não foram convertidas em uma aproximação imediata entre as reivindicações das organizações negras e os partidos de direita e esquerda, pois militantes partidários viam com desconfiança as demandas dos negros, principalmente, porque consideravam nelas a possibilidade de comprometer o aspecto conciliatório da unidade nacional ou de promover a fragmentação da luta socialista (HANCHARD, 2001:131; DOMINGUES, 2007:107-111).

Assim, como os ativistas de esquerda, o ativismo negro fez-se presente na trajetória do principal centro de expansão industrial do país no século XX, ou seja, a cidade de São Paulo. Porém, mesmo espacialmente próximos de São Paulo, os negros da região do ABC aparentemente parecem ter passado ao largo de toda a experiência de organização política com base nos atributos raciais desenvolvida na capital paulista. Apenas a partir da redemocratização brasileira, no final dos anos de 1970 e início de 1980, registra-se o surgimento de um ativismo negro na região do grande ABC, baseado na organização política racial. A ação coletiva dos negros

restringiu-se, ao que parece, durante os anos da industrialização da região, à participação em eventos religiosos nos bairros, em clubes recreativos e escolas de samba, a exemplo do Clube Palmeiras de Santo André e do Primeiro de Maio:

> "Naquela época era cordão (...) Eu era garotão, jogava, dançava, fazia carnaval no Esporte Clube Palmeiras, no bairro Bangu. (...) Nessa época, tinha a sede do Palmeiras Futebol Clube – ali era um bar, na época não tinha nada – (onde) era o cordão carnavalesco dos pretos do Palmeiras de Santo André. Nos dias do Carnaval, na passarela (...) as pessoas ficavam ali esperando nosso cordão para a gente brincar, era divertido. E eu mesmo fui diretor de lá [O Esporte Clube Palmeira] (...) O Parque das Nações, era só gringo estrangeiro, foi formado por essa gente (...) nós morávamos do lado de cá [zona norte]. Quando a gente ia do outro lado [centro da cidade], os gringos achavam ruim, e a gente quebrava o pau. Tinha muita briga. (Deusdete de Andrade, negro, 88 anos, ex-morador do Jardim Santo Alberto, SA., FABIAN, 2006:56)
>
> "Era um salãozinho de bairro, muito engraçado... e eu gostava, eu gostava muito de uma dança, era comigo mesmo. [...] O Palmeiras era ali na esquina da [rua] Rio Grande com a [rua] dos *Aliados*." (Maria do Carmo Lima, 75 anos, negra, costureira, moradora do Jardim Alvorada, SA., FABIAN, 2006:54)
>
> "As damas foram na frente, entraram e subiram todas, e quando chegou a nossa vez, eles brecaram: 'Não pode.' 'Mas como não pode?' As damas estão aí, e como é que faz?'. Era o Primeiro de Maio [...] sabe que não era bem um racismo? Eles tinham medo, porque os homens são de briga, então mulher podia entrar, porque era medo dos homens chegar lá e [...] fazerem baderna [...]"(Alcebíades Lima, 85 anos, negro, motorista, morador do Jardim Alvorada, SA., FABIAN, 2006:55)

Mesmo com os negros sendo parte integrante da massa de trabalhadores da região, também estes eram alvo das manifestações de racismo no seu cotidiano, ou seja, estavam submetidos no meio popular a estrutura de desigualdades raciais existentes no país.

> "às vezes a coisa acontece porque você fica observando demais... sabe, eu acho que é por aí. Quando entrei na Rhodia, eu senti que quando a gente ia para a mesa do almoço [...], que as meninas não gostavam de sentar com os negros; eu não 'dava bola'. Então eu não posso dizer 'eu já senti isso na pele'. Eu nunca me preocupei com isso... (Alcebíades Lima, 85 anos, negro, motorista, morador do Jardim Alvorada, SA. FABIAN, 2006:55)

> “Eu mandei os meninos num barbeiro cortar o cabelo, era na casa dele. Dei o dinheiro para os meninos, e quando cheguei à noite os meninos estavam tristonhos: ‘Não foi nada, não mãe’. Eu fui lá. Tinha a Dona Regina, comadre desse barbeiro de nome Josias, que me falou que ele não cortou o cabelo dos meninos porque eram pretos. ‘Ah é!’ Eu falei para ele: ‘branco pobre, negro é. Ele não é melhor que nós. Fica triste, não, que a mãe manda vocês em outro barbeiro para cortar o cabelo.’”(Claudínia Auxiliadora de Assis, 75 anos, negra, doméstica, moradora do Jardim Santo André, AS. FABIAN, 2006:57,58)

No entanto, não havia na região uma organização política, como as existentes em São Paulo e em outras capitais do país, de caráter antirracista. Assim, o processo de reconhecimento da questão racial para os negros somente foi alterado a partir do surgimento de um ativismo negro local no final dos anos de 1970 e início de 1980, a partir do contato com ativistas do Movimento Negro Unificado da cidade de São Paulo, pois, até aquele momento, o enquadramento político de esquerda e do ativismo católico não se mostrou favorável à temática racial.

Ao que tudo indica, a população negra do ABC viveu, em seu cotidiano, além do racismo e da condição de classe subalterna, uma desigualdade definida por seu pertencimento ao subúrbio, como um território de periferia marcado pela escassez de recursos básicos à sobrevivência, limitando ainda mais suas possibilidades de ascensão social e conquista de direitos. Todavia, a experiência associativa nas organizações comunitárias e recreativas, juntamente com a interação no meio sindical de esquerda, nas pastorais católicas da Diocese de Santo André, e na reivindicação nos bairros, foi um importante processo, que confluiu na experiência dos negros frente à reivindicação dos direitos de cidadania, que posteriormente, nos anos de 1980 e 1990, em interação com outros fatores políticos, converteu-se na reinvindicação de uma política racial. Isso ocorreu principalmente pelo contato com a rede de movimentos sociais surgida da articulação dos setores católicos e dos políticos de esquerda, conformando um importante espaço político no qual o

ativismo negro pode mobilizar recursos, usufruir da estrutura de oportunidades politicas e lidar com restrições na construção de uma agenda racial que promovesse a luta antirracista na região.

2.3 – A base de organização do ativismo católico e a importância das redes de movimentos sociais no pós 1964

Para o entendimento do processo contemporâneo de formação do espaço de oportunidades políticas e restrições ao ativismo negro na região, é importante desenvolver a análise da constituição e da herança das redes de movimentos sociais elaborados pela associação entre os setores de esquerda e a Igreja Católica na Diocese de Santo André. De fato, as limitações políticas impostas pelo golpe militar de 1964 tornaram a herança organizativa dos trabalhadores na região do ABC um importante recurso político, que permitiu, mesmo no forte ambiente de restrições políticas, o desenvolvimento de organizações reivindicativas e a profissionalização da nova geração de ativistas de esquerda.

A associação entre a esquerda política e os setores progressistas católicos em Santo André decorreu da maior ênfase na interação entre a Igreja Católica e a mobilização social dos trabalhadores na região. A força da Igreja Católica no meio operário relaciona-se historicamente à capacidade organizativa dos ativistas católicos em Santo André desde a chegada dos imigrantes italianos à região, nas primeiras décadas do século XX. O catolicismo se constituiu como a principal forma de religião adotada pelos moradores da região, algo que se manteve também entre os migrantes nordestinos e mineiros que chegaram à cidade, nas décadas de 1950 e 1960.

A experiência associativa gerada com a institucionalidade católica foi importante, pois permitiu aglutinar, em diferentes momentos históricos, setores da população, nativos, imigrantes e migrantes, seja numa perspectiva política conservadora, seja progressista. Essa aproximação dos imigrantes e migrantes ao círculo de influência católica na região esteve baseada nas práticas da religiosidade católica popular vividas por essas pessoas em seus locais de origem, principalmente no meio rural. A reorganização dos católicos como operários urbanos permitiu ressignificar, no contexto da cidade, as ações coletivas, estabelecendo novas redes sociais comunitárias e de solidariedade social.

Desde as primeiras décadas do século XX, em São Bernardo, do qual Santo André era apenas um subdistrito, as organizações sociais de inspiração católica constituíram-se em torno da construção das paróquias e dos serviços religiosos administrados pelo clero. Um significativo exemplo foi a criação, no início dos anos de 1930, do Círculo Operário Católico, que funcionou como um dos principais propagadores da moralidade católica conservadora para sociedade da região. Na mesma lógica, nos anos de 1940, também ocorreu a mobilização de operários e jovens católicos, através da Pastoral Operária – PO, da Ação Católica Operária – ACO, da Juventude Católica – JUC, e da Juventude Operária Católica, a JOC, todas criticando a modernização do comportamento, o consumismo e as ações dos movimentos comunistas. Contudo, as crescentes transformações ocasionadas pelo processo de industrialização na região do ABC durante os anos de 1950 e 1960 levou a um reposicionamento ideológico de seus dirigentes católicos mediante a realidade do operariado local, pois, frente à precariedade social vivida pelos trabalhadores, inúmeras eram as críticas dos setores de esquerda e dos

trabalhadores à orientação conservadora e assistencial da Igreja Católica, com uma pastoral operária pouco sensível à realidade dos trabalhadores na região.

> "os círculos operários católicos se dedicavam ao assistencialismo, à orientação religiosa e apresentavam um anticomunismo bastante acentuado (...) eram fundamentalmente, mais conservadores e clericais do que os demais movimentos da Igreja. Como proposta de 'subordinação' da classe trabalhadora à política de 'harmonia social', que foi a sustentação do Estado Novo" (MARTINS, H.1994:86).

As dificuldades da igreja Católica em responder as demandas dos trabalhadores e a necessidade de recrutar nos adeptos mediante um contexto moderno de maior pluralização, concorrência religiosa e da industrialização, constituiu uma oportunidade política para os setores católicos mais sensíveis à condição de vida dos trabalhadores e simpáticos ao ideário de luta da esquerda política. Esse agrupamento foi capaz de promover, na estrutura de poder da Igreja Católica, a expansão de uma nova perspectiva ideológica, propagada na forma da Teologia da Libertação e da opção preferencial pelos mais pobres, gerando uma reorientação institucional da Igreja Católica na América Latina como um todo.

Esse processo desenvolveu-se já no início dos anos de 1960, a partir da encíclica *Mater et Magister.* Nela, a Igreja Católica destaca, com base em uma perspectiva gramsciana, o papel da autonomia da sociedade em relação ao Estado, e a necessidade de se criarem novos organismos como forma de revitalizar a sociedade civil e a sua influência sobre a mesma. O documento apregoava uma "educação integral" de cunho popular como ação institucional capaz de promover um desenvolvimento participativo e autodeterminado dos povos, principalmente os latino-americanos, opondo-se ao totalitarismo e ao liberalismo individualista. Isso inspirou a criação de organizações profissionais e culturais, as primeiras ONGs, como as "comissões de justiça e paz", a valorização dos direitos humanos e a

mobilização social das Comunidades Eclesiais de Base, as CEBs. Os principais precursores da nova abordagem teológica na América Latina foram o peruano Gustavo Gutiérrez, e os brasileiros Leonardo Boff e Frei Betto, sendo este último um importante militante de esquerda que atuou nos anos 1970, no processo de formação da Oposição Sindical na região do ABC (DOIMO, 1995:81, 82).

Na diocese de Santo André, a reorientação institucional compreendeu a confluência para um processo de mudança de 1954 até 1975, com a chegada do bispo Dom Jorge Marcos de Oliveira à cidade, pois, ao entrar em contato com a realidade dos trabalhadores da indústria local e suas reivindicações, o religioso foi pressionado a rever a relação entre a Igreja e as organizações dos trabalhadores locais. De fato, em Santo André, a confluência dos fatores levou a diocese a assumir definitivamente uma atuação mais forte na defesa dos interesses dos trabalhadores diante do empresariado local e do poder público, instaurando um novo ciclo de ação política dos agentes das pastorais católicas, que se manteve mesmo com a substituição de Dom Jorge Marcos por Dom Cláudio Hummes, no período de 1975 a 1996.

Essa nova abordagem direcionada aos trabalhadores pelos ativistas católicos gerou um grupo de oposição, as elites políticas locais, concorrendo também com os ativistas de esquerda – os comunistas do PCB, no caso os tradicionais diretores das organizações sindicais da região. A aglutinação dos jovens católicas e clérigos alinhados ao campo político de esquerda permitiu uma maior influência da Igreja Católica no meio sindical, estabelecendo uma crítica ao processo de institucionalização das lideranças sindicais no aparato estatal, o distanciamento das bases sindicais, ou seja, a “crítica ao elitismo e ao dirigismo político” das lideranças sindicais mais antigas.

A expansão do ciclo de ação política católica em Santo André, nos anos de 1960, não se restringiu apenas ao município, mas projetou-se em toda a região, graças à rede social constituída por paróquias que extrapolavam os limites da cidade. Além disso, o trabalho de evangelização dos agentes pastorais deparou-se cotidianamente com a falta de infraestrutura nos bairros, o desemprego e a exploração no trabalho, uma situação recorrente nos municípios da região do ABC. Por isso, mesmo observada a centralidade de Santo André no processo de mobilização social e política, estabeleceu-se, também uma conexão de várias organizações populares nos municípios da região, como São Bernardo do Campo e Diadema, e a cooperação com diversos tipos de organismos da sociedade civil, a exemplo de universidades e centros de pesquisa, como a PUC-SP e a USP. Nesse processo, a Igreja Católica direcionou os seus recursos materiais, intelectuais e humanos para a mobilização e a organização do operariado local, principalmente nos bairros, nos meios sindical e partidário. Muitos dos religiosos, além de desempenharem suas funções sacerdotais, integraram-se à vida cotidiana dos operários nas fábricas, vivendo também como operários, e inserindo se na organização sindical (MARTINS, H. 1994; ALMEIDA, 2009).

Outra característica do ciclo foi a restrição dos direitos civis e políticos impostos pelo regime militar autoritário, e o banimento para a clandestinidade dos setores políticos de esquerda, das organizações sindicais e dos partidos políticos, desmobilizando de forma significativa a ação dos trabalhadores. Naquela situação, as entidades sindicais, esvaziadas das lideranças mais combativas ou dirigidas por interventores oficiais, perderam o papel de instrumento de luta da classe, tornando-se um aparelho político do Estado, dominando, amortecendo e dificultando os movimentos de reivindicação dos trabalhadores.

Nesse aspecto, a mobilização dos trabalhadores pela Igreja Católica através do trabalho pastoral converteu-se em um importante espaço de articulação também dos setores da esquerda, agora na clandestinidade. A articulação levou à formação de novas lideranças sindicais e de movimentos sociais nos bairros, especialmente no meio sindical, a formação da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, em 1967, e do chamado sindicalismo “autêntico”. Esse agrupamento, autonomeado de “independentes”, compôs uma chapa de oposição e criticou as práticas da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos, dirigida por Joaquim dos Santos Andrade, basicamente por seu distanciamento das demandas e da defesa dos interesses dos trabalhadores em São Paulo. Ao mesmo tempo, funcionando como uma frente sindical, passou a defender uma pauta de reivindicações caracterizada pela defesa da organização pela base dos trabalhadores nas unidades de produção, pela constituição de comissões de empresas no interior das fábricas, pelo fim da estrutura sindical atrelada ao Estado, pela liberdade e autonomia fiscal dos sindicatos. Esse processo levou parte dos ativistas ao afastamento das organizações sindicais mais tradicionais ligadas ao PCB.

A reorganização do meio sindical no período, sobretudo pela ascensão da Oposição Sindical na conquista das diretorias dos sindicatos locais, pode ser descrita por duas frentes internas: a primeira procurava transformar a estrutura sindical de fora para dentro; a segunda tentou desconstruí-la de dentro para fora. Ou seja, uma criticava a estrutura sindical vigente, os chamados “pelegos”, posicionando-se como uma alternativa política; a outra era centrada na experiência cotidiana no interior da fábrica, procurando, a partir dela, definir os limites da organização operária e as condições de sua superação a partir das bases (RODRIGUES, I.,2011).

O avanço desse agrupamento na região no sindicalismo de São Bernardo do Campo e Diadema levou a organização de protesto político mais veemente, em 1978 e 1979, pressionando o empresariado e o governo militar para o atendimento das reivindicações trabalhistas e o restabelecimento da democracia no país. Eram poderosas greves da região, cujo efeito foi o de se alastrar pelo país promovendo a adesão de outras categorias, como os bancários, professores, médicos, construção civil, entre outros. A força da mobilização residiu em uma ampla rede de movimentos sociais atuando como apoio, a exemplo do Fundo de Greve dos Metalúrgicos do ABC, que conseguiu aglutinar a colaboração de diferentes setores da sociedade: intelectuais, religiosos, artistas, sindicalistas, professores, entre outros segmentos.

A reação militar foi intervir nos sindicatos e cassar as lideranças, como ocorreu com a prisão de Luiz Inácio Lula da Silva. As greves transformaram-se, então, no fato político de maior importância no período, constituindo o principal movimento de oposição ao regime militar. Além disso, destacaram-se também as lideranças sindicais do ABC: Heguiberto Guiba Della Bella Navarro, Jair Antonio Meneguelli, José Lopez Feijó, Luiz Marinho, João Avamileno, Vicente Paulo da Silva (o único autodeclarado negro entre os diretores do sindicato no período, os quais eram, em sua maioria, brancos). A reunião desse agrupamento sindical, com intelectuais de esquerda, ativistas católicos, lideranças de movimentos sociais, levou, no começo dos anos de 1980, à formação do Partido dos Trabalhadores (1980) e da Central Única dos Trabalhadores (1983).

2.4 – A mobilização das mulheres, das feministas e a inclusão de uma agenda de gênero no governo do PT.

Como verificado nos parágrafos anteriores, a forte mobilização dos trabalhadores pelos ativistas católicos e da esquerda foi um importante elemento na organização da massa de operários da região, que serviu para mobilizar e formar ativistas para o engajamento na luta social. Porém, outros atores não menos importantes nesse processo contribuíram para um crescente ciclo da ação coletiva, em uma variada gama de reivindicações. Através dos relatos das ativistas feministas, Ivete Garcia, Luzia Arlete, Cristina Petcholl, Silmara Conchão e Matilde Ribeiro, encontram-se traços dessa trajetória de interação do feminismo ao circuito de esquerda na região do ABC.

> "A época daquela greve da Scania, a gente arrecadou alimento, nós éramos da Pastoral da Juventude, porque a gente começou a discutir o Leonardo Boff, essas coisas de solidariedade América Latina e aquelas músicas, aquele envolvimento todo e as missas. Começamos a mudar muita coisa, então a nossa participação era assim, tinha as plenárias para organizar as greves gerais, a de 1983. (...) Então, no sindicato eu era só da JOC. Já não estava mais na Pastoral da Juventude." (Entrevistas de Ivete Garcia, 48 anos, 2010)

> "Eu tenho uma origem na teologia da libertação da Igreja Católica, na comunidade eclesial de base, depois entrei no PT. Na secretaria de mulheres do PT, no movimento de mulheres, por aí. No sindical eu nunca atuei". (Entrevista de Cristina Petchol, 48 anos, 2010)

> "Celso Daniel criou essa Assessoria dos Direitos da Mulher, eu era uma pessoa que trabalhava, militava na igreja e tal. (...) E eu não conhecia as políticas públicas assim mais de perto, essa militância mais politica. Eu era afiliada do PT e tal, mas não.... Foi pela própria assessoria que começou a fazer uma formação política em gênero para as lideranças dos bairros. E aí a partir dessa formação, desses cursos...A Ivete Garcia...que era assessora. Daí então nesse período eu comecei a participar dessas oficinas sobre saúde da mulher, sobre autoestima, prazer, etc. Aí, no final de 1992, a gente fez um curso de formação em higiene de... não lembro quantas horas, mas um curso bem longo, toda sexta feira no período da tarde e finalizamos no final de semana lá no Instituto Cajamar." (Entrevista Luzia Arlete 57 anos, 2010)

> De verdade, filiada desde 1992, mas sempre apoiei o partido desde antes de ter direito ao voto. Pela minha história familiar, meu pai, minha mãe, e toda a história do PT, aqui em Santo André, na região do ABC, me fizeram me envolver. Meu pai, meu avô são daqueles brasileiros que amam o Lula, têm paixão pelo Lula e pelo PT. Meus pais participavam de encontros nos núcleos, na época a gente chamava de PT no bairro. Iam para as CUTs também. Eles contribuíram nas primeiras campanhas do PT em Santo André. Onde o Celso Daniel era candidato a prefeito. (...) Pela questão do ideal ligado à esquerda, então quando era PMDB, a simpatia pelos peemedebistas, essa tendência, esse idealismo ligado a esquerda. E aí, quando o partido nasceu, cresceu, foi se fortalecendo, eles conheceram o Lula logo no começo. Eu lembro que os comícios que aconteciam, eu era pequena, mesmo eles não estando ligados ao movimento sindical mas eles gostavam muito de ouvir o Lula falar, isso quando o Lula era bem jovem.(...) E depois conheci a Ivete, conheci o Alberto, companheiros de partido, desde essa época, ai eu entrei com tudo no movimento das mulheres" (Entrevista de Silmara Conchão,43 anos, 2010)

No caso, eram ativistas dos movimentos sociais surgidos da articulação de identidades sociais e reivindicações de natureza não classista. Entre esses ativistas, o movimento de mulheres e o feminismo foram, em meio aos setores do novo sindicalismo de esquerda, um importante fator, que trouxe à tona as especificidades de gênero em meio às discussões de classe, seja na formação da Central Única dos Trabalhadores, no interior do Partido dos Trabalhadores e nos governos municipais conquistados no período da redemocratização.

Ao estruturar o debate sobre a temática de gênero e sobre uma agenda política no circuito de esquerda e nos governos de oposição, as mulheres possibilitaram que aos poucos outras reivindicações de caráter não classista, a exemplo das promovidas pelos ativistas negros, homossexuais e lésbicas pudessem se tornar objeto da atenção política dessas lideranças partidárias. Ao reproduzir a estratégia feminista no campo político de esquerda, ocorreu com os outros movimentos aquilo que Tilly (2000) nomeou emulação, ou seja, a imitação de formas

de organização consolidadas e/ou, a transferência de relações sociais de um lugar a outro, reproduzindo padrões de inclusão e exclusão.[71]

Particularmente, em Santo André, nos três governos do Partido dos Trabalhadores, durante a redemocratização, esse fenômeno pode ser verificado na institucionalização de uma agenda de reivindicações feministas e na formação do Movimento Social de Mulheres, em Santo André, pois foi devido à interação com o partido, ao movimento social e ao governo petista no município que foi formulada uma política pela igualdade de gênero.

A mobilização feminista em Santo André ocorreu em um contexto político do enfraquecimento do regime militar, já nos anos de 1970, no qual foi possível a retomada do movimento feminista, principalmente com o regresso do exílio dos ativistas políticos cassados pelo governo. Ao regressaram da Europa, boa parte das ativistas retornam com novas experiências e reflexões sobre o feminismo, o feminismo classista e a esquerda política. Com o processo de distensão política iniciado em 1974, a anistia em 1979 e o crescimento da oposição ao regime nos anos de 1980, um conjunto de novas oportunidades políticas foi aberto para a institucionalização da agenda feminista, à medida que os setores de oposição, capitaneados pelo PMDB, naquele momento o partido de oposição melhor estruturado em nível nacional, cresceram com expressivas conquistas nas casas legislativas e no executivo na eleição para governos estaduais.

[71] Segundo Tilly (2000:107) "... por emulação pode-se entender a reprodução de modelos organizacionais que atuam em diferentes lugares. A emulação funciona amplamente no mundo social e inclui a adoção de modelos igualitários de interação, assim, como de outros que se aplicam a uma gama variada de relações sociais, tanto iguais como desiguais" (nossa tradução)

No âmbito internacional, a ação das redes sociais feministas levou a ONU – Organização das Nações Unidas – a estimular a adesão entre os seus países membros à agenda de promoção da década da mulher. O Brasil, como participante do órgão, passou a assumir e a desenvolver iniciativas políticas para contemplar tal orientação, o que constituiu uma nova oportunidade política para as feministas no próprio Estado.[72] Por isso, parte das ativistas ligadas ao PMDB, como a socióloga Eva Alterman Blay[73], se inseriu no processo de institucionalização através dos conselhos de defesa das mulheres, configurando uma das possibilidades de atuação política naquele contexto.

Outro percurso importante na ação coletiva das mulheres no período foi a articulação dos movimentos de mulheres presentes no meio urbano, formando expressivas redes sociais, que promoveram a participação feminina à frente de vários movimentos sociais reivindicatórios, como: o Movimento Nacional de Luta Contra Carestia, os movimentos de Luta por Creches, o Movimento Panela Vazia, o Movimento Nacional pela Anistia (1974), Os Clubes de Mães e os Centros da Mulher (1975).

---

[72] No ano de 1975, a Conferência Internacional da Mulher, promovida pela ONU, referendou-se o dia 08 de março como o Dia Internacional da Mulher, e se instituiu a "Década da Mulher", definindo inclusive para a próxima década um plano de ação com o objetivo de eliminar a discriminação contra a mulher.

[73]Cf.: "Eva Blay foi uma das primeiras a realizar estudos sobre a questão de gênero na Academia. Participou de todos os eventos organizados pela 2ª onda do movimento feminista, iniciado em 1975. Criado o Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, seu nome foi indicado para a presidência. Ajudou a organizar o PMDB Mulher, propondo a cota mínima de candidatas mulheres. Foi senadora e membro do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher."(SCHUMA Schumaher & VITAL Érico Brasil, 2000)

Na região do Grande ABC, esse processo de avanço das feministas foi registrado inicialmente na participação de mulheres no 1º Congresso de Mulher Metalúrgica de São Bernardo do Campo e Diadema, em janeiro de 1978. O evento ganhou evidência a partir de um debate promovido por um jornal do meio sindical – a “Tribuna Metalúrgica” – sobre as condições das trabalhadoras nas fábricas da região. Para o Congresso, inscreveram-se cerca de 800 mulheres, mas, devido à pressão dos patrões e às ameaças de demissão, participaram cerca de 350 trabalhadoras de 39 empresas na região. Mesmo diante da ameaça patronal, o evento permitiu tornar público o descaso em relação aos direitos trabalhistas a que eram submetidas as operárias nas fábricas.

As ativistas feministas de esquerda tiveram uma participação de destaque na organização da mobilização das mulheres trabalhadoras na região, em especial a produção intelectual das sociólogas e feministas Heleieth Iara Bongiovani Saffioti – da PUC/SP, que foi investigadora da violência contra a mulher e da associação entre capitalismo e patriarcado; e da professora da USP, Elizabeth Lobo, dedicada à mobilização e à organização das mulheres e aos estudos feministas no meio sindical. As iniciativas dessas mulheres serviram de base para a formação intelectual e política das mulheres e das novas ativistas que aderiram à mobilização feminista.

Durante a década de 1980, Lobo e outras feministas de esquerda, como Vera Soares, Maria Berenice Godinho Delgado “Didice Godinho”, e Maria do Carmo Godinho Delgado “Tatau Godinho”, como ativistas e intelectuais, formaram quadros e desenvolveram uma série de pesquisas sobre as operárias brasileiras, os

processos de trabalho e a divisão sexual do trabalho nos estabelecimentos industriais do ABC paulista, além da participação das mulheres nas lutas sindicais[74].

> "A Bete, a Vera Soares, a gente tinha uma assessoria de feministas dentro do movimento sindical. Essas inclusive já assessoraram de 78, o primeiro congresso da mulher metalúrgica. Ela só acompanhava. Então, assim, essas mulheres, Didice, Vera, Ana Lúcia, essas pessoas acompanhavam a ação da gente, ajudava a refletir, enfim, a gente se pautava pela bandeira e creche para todos, como foi em 1986. A gente trazia a bandeira para dentro do sindicato, para a CUT regional, a gente ia multiplicando o trabalho nacional aqui na região. (Ivete Garcia foi líder sindical, feminista, assessora da ADM da PMSA, vereadora e vice-prefeita de SA, 2010)".(Entrevista de Ivete Garcia,48 anos, 2010)

A atuação das feministas e intelectuais no meio sindical de esquerda representou na região uma influência também na organização das mulheres nos sindicatos e na formação do Partido dos Trabalhadores e da Central Única dos Trabalhadores, com uma significativa mudança sobre o entendimento do trabalho feminino e a incorporação da agenda de reivindicações feministas. Esse processo pode ser verificado no relato da trajetória de vida de Ivete Garcia, ativista sindical e liderança feminista na região.

> "A Elizabeth Lobo, minha amiga, era socióloga, estudei sociologia também, muito incentivada por tudo isso, Ela me estimulou a estudar muito, a Beth, a Vera Soares. A gente tinha uma assessoria de feministas dentro do movimento sindical. Essas já assessoravam em 78, no primeiro congresso da mulher metalúrgica. Elas só acompanhavam. Então essas mulheres, Didice, Vera, Nalu, essas pessoas acompanhavam a ação da gente. Ajudava a refletir. A gente se pautava. Por exemplo: a bandeira creche para todos, como foi em 1986, a gente trazia a bandeira para o sindicato, para CUT regional, a gente ia multiplicando o trabalho nacional aqui. (Entrevista de Ivete Garcia, 48 anos, 2010)".

A significativa participação das mulheres na composição da base em várias categorias sindicais da região e os problemas por elas enfrentados no cotidiano dos bairros mostraram-se como terreno fértil para ação de um feminismo de recorte

---

[74] Uma das pesquisadoras feministas pioneiras sobre a dinâmica mulher e trabalho foi Heleieth Saffioti, que se tornou uma das mais importantes referências teóricas no debate sobre gênero e classe.

classista, a exemplo da AMUSA – Associação de Mulheres de Santo André, que promoveu vários atos pelos direitos da mulher, principalmente em relação à instalação de creches públicas nos bairros, e as greves da década de 1980, na qual os metalúrgicos puderam contar também com o apoio das mulheres trabalhadoras nos bairros na organização do *Fundo de Greve dos Metalúrgicos do ABC*. A participação feminina nos movimentos operários do ABC possibilitou a entrada de várias mulheres nas diretorias de sindicatos e, consequentemente, uma pequena mudança na própria estrutura sindical, cujo predomínio era eminentemente masculino. Assim, no decorrer dos anos de 1980, as mulheres começaram a formar quadros e a constituir comissões de gênero no meio sindical, na formação do Partido dos Trabalhadores e na organização da Central Única dos Trabalhadores – CUT.[75]

Em 1986, a criação da "Comissão Nacional sobre a questão da Mulher Trabalhadora" – CNMT – da CUT, permitiu ampliar o debate sobre os problemas cotidianos das mulheres nos locais de trabalho. No mesmo ano, mulheres sindicalistas criaram, na estrutura da entidade, a comissão regional sobre a questão da mulher trabalhadora, com o objetivo de integrar a ação sindical, formar lideranças femininas, sensibilizar o meio sindical sobre as reivindicações femininas, incentivar a participação das mulheres trabalhadoras na pauta de reivindicação e negociação coletiva, nas direções dos sindicatos e na própria Central. Outra organização regional importante para a mobilização das mulheres foi a "coordenação de

[75] Cf.: GODINHO, Tatau. "O PT e o feminismo". In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau (Orgs.). *Mulher e política. Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

mulheres do ABCDMRR", criada no mesmo ano, com base nos vários grupos de mulheres da região articulados pelas ativistas do campo político de esquerda.

> "Assim, lá no sindicato eles convocavam os sindicatos, e aí a Didice, que depois se tornou a coordenadora nacional, somos amigas até hoje, pediu. Lógico, se pede lá no grupo de mulheres, começou a pedir para os sindicatos enviarem mulheres e tal. (...) Essa coisa das mulheres nessa década também, em 85, quando eu vou para a diretoria do sindicato, a gente começa a articular com as mulheres, aí vem esse negócio da CUT, da comissão, mas eu viro diretora da CUT também, daqui, regional nessa época. (...) Na CUT, eu começo a encontrar as feministas e, aqui na CUT regional, a gente começa a articular sindicalistas, que aí construção civil, metalúrgica, que tinha trabalho, aí começamos a incentivar a criação de comissões de mulheres dentro dos sindicatos, aí eu começo a articular uma comissão dentro.... Já tinha um trabalho na CUT, mas aí a gente fortalece uma comissão de mulheres dentro do sindicato e aí a gente começa a articular regionalmente a partir de uma coisa chamada Coordenação de Mulheres do ABCDMRP, que era toda a região. (Entrevista de Ivete Garcia, 48 anos, 2010)".

Essas ativistas, além de organizar as mulheres no meio sindical, promoveram ações como seminários, debates, manifestações, atos políticos referentes ao Dia Internacional da Mulher nos municípios da região, articulando suas iniciativas a outras redes feministas de mobilização, graças ao envio de representantes para os principais encontros feministas no período, como o IX Encontro Nacional Feminista em Garanhuns (PE) – 1987, o X Encontro Nacional Feminista em Bertioga (SP) – 1989, e o V Encontro Feminista da América Latina e do Caribe – San Bernardo (Argentina) – 1990; ao mesmo tempo em que integraram suas iniciativas à frente de participação popular na Assembleia Nacional Constituinte.

A mobilização das mulheres nos sindicatos e nos bairros, juntamente com a orientação feminista, levou, em Santo André, à formação de um movimento social de mulheres fortemente articulado ao campo político de esquerda, em especial ao Partido dos Trabalhadores. Por isso, além dos sindicalistas, a organização das mulheres foi também uma significativa força política para o apoio da candidatura de

Celso Daniel à prefeitura de Santo André na eleição de 1988. Essa ação das mulheres nos bairros pela eleição do novo prefeito de esquerda ocorreu através de passeatas, manifestações, e da formação de comissões de apoio[76].

> "Então, aí eu estou no movimento sindical, já sou uma referência por conta desse trabalho na CUT, aqui na região, porque muitas lutas, muitas coisas junto, greve, manifestações, formação, a Bete, todas essas coisas. A gente fez muita formação com mulheres. Aí o Celso, em 88 eu venho para ajudar naquela eleição do PT, os sindicatos químicos começa a atuar e aí eu venho pelo sindicato dos químicos, o Celso me pediu para apoiar um candidato a vereador, eu morava na Vila Luzita, a gente montou um núcleo lá para esse cara sair candidato (...). A gente queria organizar uma atividade de mulheres, então eu venho como dirigente sindical feminista para ajudar nisso. Então começamos a organizar mulheres, fizemos uma passeata para o Celso, umas 500 mulheres no Oliveira Lima, ficamos um mês organizando aquilo, e também programa de governo, porque não tinha (...) o Celso já acolheu aquilo, já botou no discurso dele, principalmente a violência contra a mulher. Então fez parte da campanha. Não teve uma atividade de mulheres, tinha no programa e a nossa presença, que era pequena, mas tinha algumas candidatas mulheres e tal. (Entrevista de Ivete Garcia, 48 anos, 2010)".

Toda essa mobilização deu uma nova visibilidade para as proposições feministas, gerando um processo de debate e institucionalização das temáticas nos governos municipais do PT, em especial em Santo André, colocou a sua agenda, e a política de afirmação de gênero em um novo cenário de disputas políticas e conquista de direitos.

2.5 A formação da assessoria de defesa da mulher na primeira gestão do PT (1989 – 1993)

A posse, em 1989, de Celso Daniel como prefeito, e do sindicalista José Cicote como vice, para o município de Santo André, significou o fortalecimento da ala sindical no interior do partido e uma limitação ao poder dos grupos mais à

[76] Essa mobilização feminina também pode ser verificada nas prefeituras de Diadema e São Bernardo, principalmente nos governos do PT de 1989 e 1992.

esquerda. Ao mesmo tempo, para os movimentos de mulheres, por sua proximidade com o setor sindical, esse resultado surgiu como a oportunidade de enquadramento de suas reivindicações, principalmente com a criação da Assessoria de Defesa da Mulher – ADM e com a institucionalização de sua representação política ligada diretamente ao gabinete do prefeito.

Ao assumir a centralidade da ADM, Ivete Garcia, a feminista egressa do movimento da JOC e do movimento sindical, desenvolveu iniciativas caracterizadas pela mobilização das mulheres e do confronto político, principalmente ao direcionar os esforços para o incremento da formação e da promoção do ativismo das mulheres em Santo André, levando inclusive a dinâmica do protesto político para o interior do próprio governo petista. Os impasses dessa dinâmica geraram, por vezes, a reação do chefe do executivo, solicitando da ADM uma adequação da conduta de maior mediação dos interesses do governo.

> "A minha relação era direto com o Celso. Era com ele que eu discutia 'ah, vou alugar a Delegacia da Mulher, você acha bom ali ou aqui? O que você acha Celso?'. Ou ele corrigia meus discursos nos jornais: 'Está muito sindicalista esse discurso, precisa tal'. Eu tinha que me portar como uma assessora dos direitos da mulher, não como uma dirigente sindical que está reivindicando, eu tinha que falar ao contrário. Então eu falava muitas palavras que parecia que eu era do movimento sindical, não era assessora." (Entrevista de Ivete Garcia, 48 anos, 2010)

> "Tem a história da assessoria contada até aqui, então começa subordinada em 1989 a de gênero, começa subordinada ao gabinete do prefeito, que é um modelo que o movimento, as feministas, elas defendem, que a assessoria coordenadoria ou a secretaria especial ou a secretaria ou o ministério, que esteja ligado diretamente ao mandatário maior." (Entrevista Cristina Petcholl, 48 anos, 2010).

A indicação da Ivete Garcia para ocupar essa função resultou em parte da mobilização das mulheres e feministas no campo político de esquerda na região e de sua organização na CUT. Por outro lado, o partido, ao projetar a candidatura de Lula para esfera federal, necessitou propagar a "participação popular" e a articulação

dos movimentos sociais com os governos do PT, como uma nova forma de fazer política.

Dentro do núcleo de poder da prefeitura de Santo André, a nomeação de Ivete Garcia para o cargo de assessora ocorreu em um processo de disputa com Nereuza Maria de Nogueira, outra liderança feminista vinculada à comissão municipal de mulheres do PT. Conforme o relato de Ivete, a sua escolha correspondeu à proximidade com Celso Daniel, aos seus vínculos com o movimento sindical e a ação na mobilização e formação de mulheres na região, uma vez que não possuía forte organicidade com a estrutura partidária.

> "E ainda fiquei 6 meses nos químicos, depois que eu saí de verdade, porque minha portaria só saiu em junho, mas em março eu já organizei o 08 de março na prefeitura, aí eu comecei a gostar, só que não tinha movimento de mulheres, não tinha nada para dar um apoio. A comissão de mulheres [do PT] ficou meio chateada naquela época, porque elas esperavam que fosse alguém da comissão, eu não era da comissão de mulheres, meio que ficou um clima... (...). Eu vim do sindicato para a assessoria, eu saí da comissão. Eu era uma referência, mas não era da comissão de mulheres do PT. (...).E o partido ficava achando que seria alguém indicado por essa comissão. Bom, resolvi então assumir, abraçar mesmo, só que eu comecei do zero aí, não tinha nada, nada, nada. Não sabia o que era política pública. Comecei a estudar e aí a equipe era uma coisinha de nada, veio uma companheira da comissão de mulheres, a Nereuza (...) Eu, a Nereuza, aí eu trouxe uma mulher do estado, Ana Maria Klinger, que é assistente social, que veio emprestada, depois a gente conseguiu comissionar e aí foi montando o trabalho. A Nereuza era do PT, da comissão municipal de mulheres. Tinha uma atuação muito mais orgânica que eu no PT, muito mais."(Entrevista de Ivete Garcia, 48 anos, 2010)

Mesmo ingressando no governo, e devido à pouca organicidade com a estrutura partidária, Ivete manteve vínculos com a direção do sindicato e a CUT, permanecendo licenciada dos cargos enquanto exercia o papel de assessora do prefeito. Tal estratégia na realidade refletia a necessidade de emular seu capital político para o novo governo, principalmente a base de mobilização social constituída no ativismo sindical e com as mulheres, como tentativa de assegurar a

sua posição e alavancar a agenda feminista em um quadro de disputa de posições políticas e recursos.

Com o mesmo intuito foi criado o Elo Mulher – um fórum interno da prefeitura que articulou a ação de várias mulheres engajadas na agenda feminista presentes na estrutura da administração municipal. Além de ser um espaço de debate sobre as politicas e a desigualdade de gênero, esse espaço político funcionou como uma possibilidade de aglutinar esforços e recursos dentro do próprio governo, pois conseguiu reunir representantes políticos, secretárias, diretoras, funcionárias etc.

> "Logo que eu cheguei para fazer essa interface das políticas, a gente criou o Elo Mulher. O Elo Mulher era assim, tinha mulheres de várias secretarias. (...) Era planejamento, assistência social, que tinha afinidade com o tema gênero, saúde. E a gente discutia lá as ações comuns. O Elo Mulher foi a coisa mais importante, porque deu uma visão do todo de governo, as marcas. Ali tinha o pessoal de cultura, que tinha os centros comunitários, a gente fazia atividade. Era superimportante." (Entrevista de Ivete Garcia, 48 anos, 2010)

> "O Elo Mulher era uma coisa de articular política, de articular, de formular a política, de pensar política, de criar estratégia, por exemplo. Vou te dar um exemplo muito forte na época, tem publicado também no consórcio, quando a gente foi discutir o plano diretor, não sabia direito o que era o plano diretor, na época a Ivete também teve uma experiência na primeira assessoria, passou material, a Ivete era presidente da câmara, então a gente tinha muito contato também, a Ivete me passou o material, levei para o Elo Mulher, discutimos o plano diretor, como que cada área pode fortalecer a participação das mulheres em função do plano diretor, chamei o fórum de mulheres, então o Elo Mulher era uma articulação dentro do governo, onde a gente pensava e formulava uma agenda. O fórum de mulheres era fora, era onde aproximava as organizações do movimento, e também pensava, mobilizava." (Entrevista de Silmara Conchão, 43 anos, 2010)

Vinculada ao gabinete do prefeito, a ADM nasceu com poderes para influenciar de forma direta a agenda política dos secretários de governo. Mesmo sem orçamento próprio, o que era uma restrição à atuação política, mas com recursos do gabinete, esse posicionamento correspondeu a um *status* na estrutura de governo que permitiu atuar de forma mais persuasiva com outros gestores em

diferentes níveis de poder. A conquista dessa posição correspondeu a uma estratégia de poder defendida pelas feministas de vincular o órgão responsável pela política de gênero ao poder executivo, suprimindo uma série de mediações, restrições e disputas, presentes na estrutura de Estado que impediriam o avanço da agenda.

1º POSICIONAMENTO DA ADM NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA PMSA - 1989

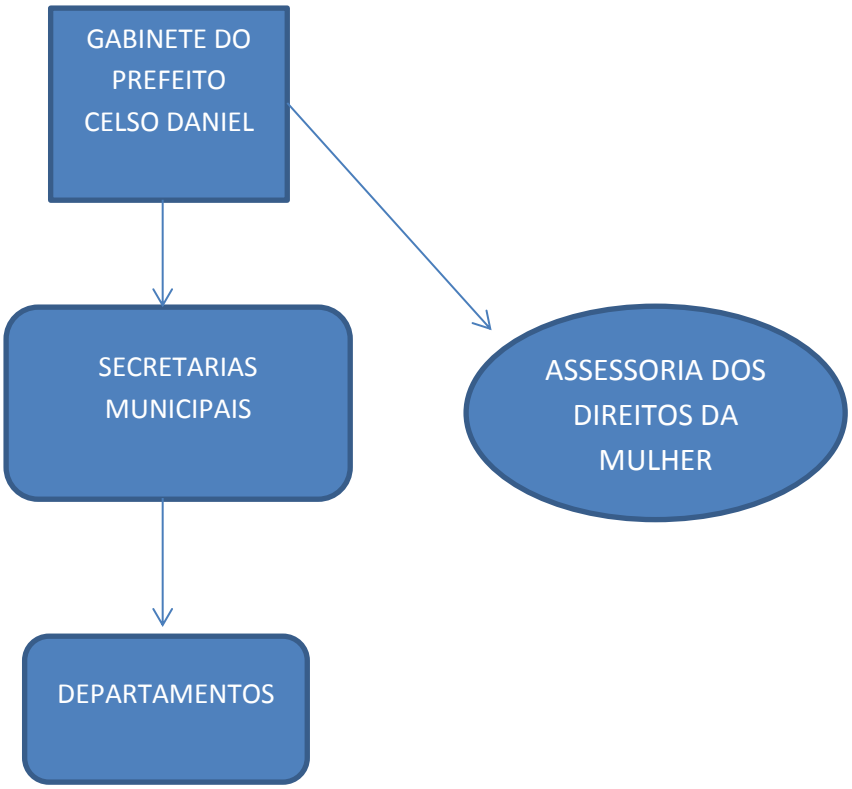


Figura 02 – PMSA (1989)

Todavia, ainda no primeiro ano, o prefeito promoveu uma nova reforma administrativa para reorganizar a administração da prefeitura e fomentar a “participação popular”. Nesse processo, foi criada a secretaria de governo.

Comandada por Terezinha Santos, o objetivo do órgão era de desenvolver a estrutura do orçamento participativo, o trabalho da assessoria de meio ambiente e o da assessoria de defesa da mulher, e o relacionamento do governo com a câmara de vereadores e o judiciário. Esse processo subordinou ADM à secretaria de governo, reduzindo a sua autonomia política e financeira no direcionamento das ações, pois sua intervenção passou a ser mediada pela secretária de governo, restringindo o contato direto com o prefeito e os secretários municipais.

> "E no início do governo do PT em Santo André foi assim, eu estava no gabinete do Prefeito e aí a assessora era a Ivete Garcia, mas logo na primeira gestão do Celso Daniel houve uma mudança e em 1990 ela passou a ser subordinada na secretaria de governo, então ficamos praticamente um ano só no gabinete do Prefeito, e logo depois ela ficou subordinada à secretaria de governo, mas isso logo no fim do ano ela já desceu no escalão." (Entrevistas de Cristina Petcholl, 48 anos, 2010)

2º POSICIONAMENTO DA ADM NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA PMSA - 1989

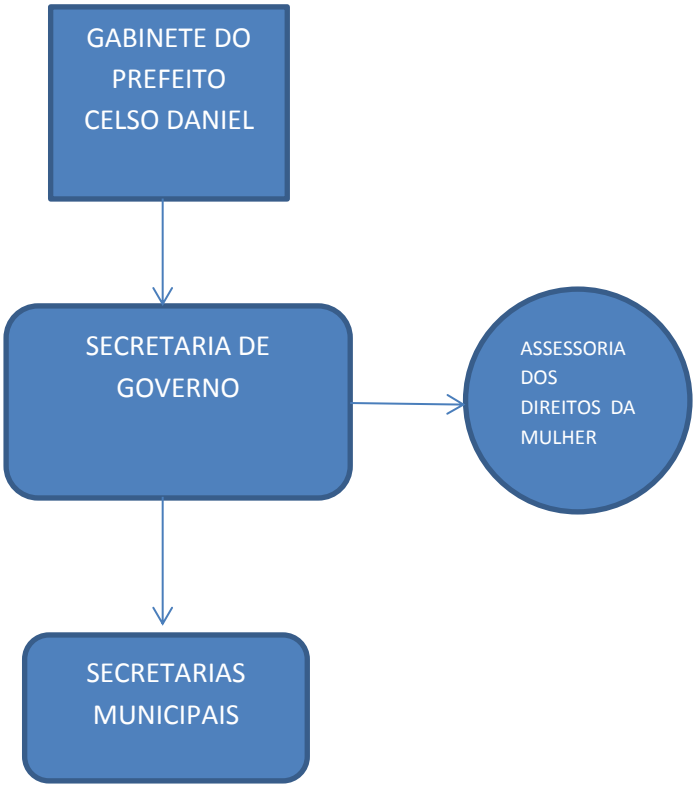


Figura 03 – PMSA (1989)

As iniciativas desenvolvidas nos primeiros anos, além de serem direcionadas à mobilização das mulheres nos bairros, incluíram estrategicamente a intervenção das assistentes sociais da prefeitura e a contratação de assessorias de ONGs feministas, como o Coletivo Feminista de Sexualidade[77], criado por Elizabeth Lobo; e a SOF – Organização Feminista SempreViva[78], representadas pela física Vera Lucia Lemos Soares – Vera Soares, e pela assistente social Matilde Ribeiro, entre outras, todas de organizações que serviram para dar suporte teórico e técnico à atuação da ADM e à formação do quadro de ativistas do movimento social na região.

> "Em 91, eu fui representar a SOF em uma atividade de capacitação de gestores da área da saúde em Santo André, contratada pela assessoria dos direitos da mulher, que na época a assessora era a Ivete Garcia. Eu não conhecia a Ivete Garcia, não conhecia Santo André, então eu cheguei lá, eu e uma colega da SOF, a Sônia Coelho, nós ficamos seis meses indo processualmente toda semana, coordenando oficinas e um curso sobre saúde da mulher, que era um dos temas com os quais a SOF trabalhava. Então, a partir desta relação de ir lá prestar uma assessoria, eu fui conhecendo as pessoas, depois fui convidada a voltar várias vezes, quando terminou a primeira gestão do Prefeito Celso Daniel, no processo de finalização da gestão..." (Entrevista de Matilde Ribeiro, 50 anos, 2010)

No início dos anos de 1990[79], o trabalho das assessorias feministas e das ativistas andreenses gerou ações como a criação dos grupos de mulheres da cidade de Santo André, que recrutou e formou as mulheres nos bairros através das oficinas

---

[77] O Coletivo Feminista de Sexualidade é uma ONG feminista criada em 1985, com o objetivo de humanizar o atendimento de saúde primária as mulheres. Cf.: http://www.mulheres.org.br/site/, acesso maio 2013.

[78] A SOF – é uma das mais reconhecidas entidades do movimento feminista, fundada em 1963, como uma organização não governamental - ONG, na cidade de São Paulo, por feministas do campo político de esquerda, cuja atuação esteve direcionada a mobilização e organização de mulheres no meio sindical, popular, urbano e rural. Cf.: http://www.abong.org.br/associada.php?id=258, acesso maio 2013.

[79] Cf.: anexos: ADM – Assessoria dos direitos da mulher/PMSA. *Relatório de análise sobre a oficialização da ADM, suas competências, dificuldades, conquistas, valores, relação com a comunidade*. PMSA, SA, SP, [1990]; Grupo de Mulheres de Santo André. *Roteiro de dinâmica em grupo direcionado a mulheres*. SA, SP, nov.1990; Grupo de Mulheres de Santo André. *Cancioneiro do 1º encontro de mulheres de Santo André*. SA, SP, nov.1991.

de sexualidade, envolvendo 130 participantes em 1990, e 164 em 1991, nos seguintes bairros: Valparaíso, Santa Terezinha, Parque Erasmo, Santo Antônio, Vila Linda, Vila Floresta, Santo Alberto, Guarará, Salvador Santos e Guarani.

> "O movimento de mulheres em Santo André, que foi assim uma aglutinação de várias lideranças em Santo André, com o incentivo da Ivete Garcia quando ela estava na assessoria da primeira gestão, então ela foi buscar nos bairros várias lideranças comunitárias para realizar o primeiro encontro de mulheres de Santo André que foi em 1991, e que, para o encontro acontecer, ela fez uma articulação com várias lideranças de Santo André, então ela foi buscar nos clubes de mães, dentro das organizações de igreja." (Entrevista de Cristina Petcholl, 48 anos, 2010)

Outro espaço importante para articulação das mulheres foi a formação de um "Fórum de Mulheres", que funcionou como um espaço de aglutinação de mulheres de diversas inserções no município. Era uma oportunidade para elas reunirem esforços e irradiarem a agenda feminista na estrutura de governo e nos movimentos sociais, influenciando vários setores da administração pública e reforçando os vínculos dos diversos grupos de mulheres.

> "O que era o Fórum de Mulheres? Você tinha uma mulher da pastoral, uma operária, uma feminista, uma comissão de mulheres do PT, era um espaço que a gente reunia o que tivesse. Como a gente percebeu que era pequena essa presença das mulheres para discutir as políticas públicas, discutir a implantação da Casa, da delegacia, tudo isso a gente já foi fazendo de forma participativa, porque a participação era um eixo do governo. (...) Era pequeno esse grupo, depois ele foi crescendo e eu botei as assistentes sociais para ir aos bairros, o nosso QG eram os centros comunitários, que agora nem é mais centro comunitário. No centro comunitário, você tinha ginástica, tricô, sei lá, tinha qualquer coisa, tinha a mulherada que atuava na igreja, tinha a mulherada no posto de saúde. Então essas assistentes foram mapeando o que tinha na cidade. A partir daí, a gente ia convidando essas mulheres que tinham atuação em qualquer coisa, tricô, crochê, qualquer coisa, não precisava ter atuação exatamente, para vir para esse fórum. E a gente começou também a trabalhar com formação nesse fórum." (Entrevista de Ivete Garcia,48 anos, 2010)

Realizou-se, também, o curso de Relações de Gênero de Metodologia do Trabalho com Mulheres – SOF/ADM; a instalação da Delegacia da Mulher no município ADM/Governo do estado de São Paulo; a campanha de denúncia da violência contra a mulher - ADM (1990); o curso sobre sexualidade feminina de iniciativa do Coletivo Feminista de Sexualidade/ADM (1990), a criação da primeira casa abrigo no município ADM/CIDA - Agência de Cooperação Internacional do Canadá (1990); a disseminação da formação de gênero para os funcionários da prefeitura, a exemplo do curso com 150 merendeiras sobre os direitos da mulher, e o treinamento da guarda municipal sobre a violência contra a mulher – ADM (1990); o curso sobre a “questão da mulher” com 150 funcionárias “garis” do Departamento de Serviços Urbanos da PMSA – ADM (1992), entre outras iniciativas.

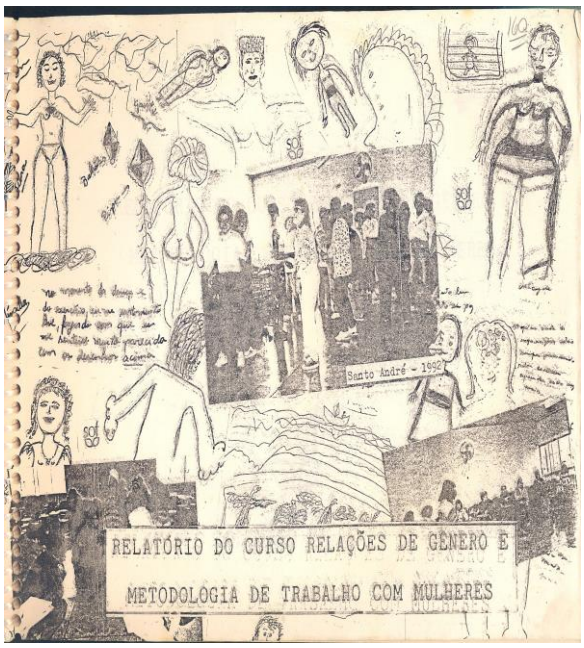


Figura 04: Capa do relatório do curso de relações de gênero desenvolvido pela SOF em Santo André, 1992.

Dentre esses eventos, o de maior destaque por sua capacidade de mobilizar mulheres foi o 1º Encontro de Mulheres de Santo André (1991), com o tema: Vida de Mulher, organizado por 62 mulheres representando a ADM, e o “Fórum de Mulheres”, com o apoio da SOF, da CUT e do PT. Realizado na Escola Técnica Estadual Júlio de Mesquita, o evento contou com a participação de 600 mulheres, mais o prefeito e parte do seu gabinete. Toda a logística do evento (alimentação, creche para crianças, instalações) ficou a cargo da prefeitura, as oficinas temáticas e os grupos de discussão ficaram sobre os cuidados das feministas vinculadas a ONGs e a ADM.

Além dessas ações, outra frente institucional importante foi a mobilização e a apresentação de propostas da agenda feminista para o projeto de lei do plano diretor da cidade de Santo André, cuja participação da ADM ficou a cargo de Ivete Garcia; da assistente social do estado de São Paulo, Ana Maria Kinger; de Nereuza Santos, da comissão municipal de mulheres do PT; e teve o apoio da geógrafa e feminista Sônia Alves Calió - USP. Tratou-se, na ocasião, da tentativa de estabelecer uma agenda feminista no plano diretor municipal, procurando criar medidas de combate contra a desigualdade entre homens e mulheres no espaço urbano.

Figura 05: Capa da publicação que traz as proposições das feministas para o projeto de lei do plano diretor em Santo André, no ano de 1992.

Contudo, a proposta encaminhada ao legislativo municipal foi rejeitada em bloco pelos vereadores, indicando o fracasso na capacidade do governo de Celso Daniel em mediar a sua agenda política com as forças de oposição ao seu governo no ambiente institucional, especialmente no legislativo. Além disso, no diretório municipal, as tendências não hegemônicas no partido, como a Convergência Socialista, que não foram contempladas com cargos expressivos em sua gestão, promoveram várias críticas às iniciativas do governo na condução do modelo de participação popular adotado.[80]

Apesar dos avanços na mobilização dos movimentos sociais em seu governo, em especial da mobilização feminista, Celso Daniel, em seu primeiro mandato, não

[80] No começo de 1990, o diretório do PT de Santo André, na figura de Jaime Alves de Almeida - da Convergência Socialista, e outros agrupamentos petistas, insatisfeitos com Celso Daniel, divulgam nota pública com críticas às ações do governo no que se referiu à forma centralizada de gestão e à precariedade de iniciativas de maior impacto popular. Cf.: LARANJEIRA, Carlos. *Celso Daniel:* muito mais que um rebelde. Gráfica Bartira. SBC, SP, abr. 2003.

conseguiu dar continuidade ao governo elegendo o seu sucessor, apenas ele mesmo foi eleito para deputado estadual para o mandato de 1994 - 1997, retornando ao cargo de prefeito do município o seu antecessor Newton da Costa Brandão, candidato do PTB. Com a vitória do partido alinhado à política de direita, todas as assessorias e os projetos envolvendo a participação popular foram encerrados e abandonados pela nova gestão durante o período de 1993 - 1996. Isso provocou a desarticulação da interação entre as ativistas feministas e os agentes do governo municipal.

Naquele contexto, com o afastamento das ativistas dos cargos de governo, criou-se a necessidade dessas mulheres de buscar novas atividades para geração de renda e continuidade da ação política. Por isso, as assessoras comissionadas da ADM foram deslocadas para assessoria dos sindicatos locais e/ou passaram a integrar o quadro de formadores do Instituto Cajamar[81], em paralelo aos esforços de mobilização foram direcionados à oficialização do movimento de mulheres local, através da criação da ONG FÉMININA.

---

[81] O instituto Cajamar foi criado em 1986, por um grupo de dirigentes partidários e sindicalistas, com colaboração de organizações sindicais internacionais, com o objetivo de ser um centro de formação politica de esquerda, com orientação marxista para os ativistas sindicais, dos movimentos sociais e militantes da esquerda. Cf.: ESTIMA F. *PT 30 anos: formação política.* Disponível em: http://www.fpabramo.org.br/uploads/TD82-PT30anos.pdf acesso fev. 2013.

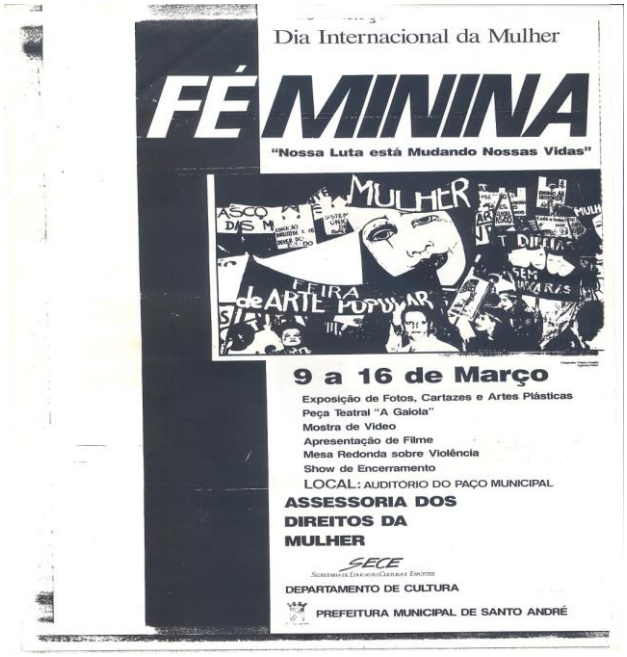


Figura 06: Cartaz do FÉMININA em comemoração ao dia internacional da Mulher – Santo André [1990]

A configuração do movimento social no formato de ONG correspondeu a uma tendência política e organizativa da sociedade civil brasileira, naquele contexto de profissionalização política do ativismo, principalmente nos anos de 1990. Em Santo André, este tipo de organização funcionou como uma tentativa de manter a rede de mobilização das mulheres, constituída pelas ativistas desde o período de formação da ADM. Na sua trajetória de profissionalização política, Ivete Garcia conseguiu agregar recursos e formar um número significativo de mulheres nos referenciais feministas, que, reunidas agora na organização FÉMININA, incumbiram-se da reprodução da rede de mobilização social local e da sua especialização técnica na criação de uma agenda política destinada às mulheres.

> “Eu ajudei nos debates, elas me chamavam para discutir com elas o significado da criação de uma entidade, os papéis que elas deveriam ter dentro dessa entidade, eu diria uma assessoria institucional. Qual seria o campo de ação da Fé-minina? Qual seria o nome da entidade? Até chegar à Fé-minina foi um exercício muito grande, e também elas me demandavam, não só a mim, mas com tantas outras feministas, como elas diziam, "lá de São Paulo". Elas demandavam que nós contribuíssemos no debate sobre os temas, o histórico do feminismo, a luta das mulheres no Brasil e no mundo, os temas sexualidade, saúde, enfim, nós vivíamos lá em processo contínuo de oficinas debatendo esses temas.” (Entrevista de Matilde Ribeiro, 50 anos, 2010)

> “Foi o período que eu comecei a me descobrir. Inclusive, nesse ano de 1992, lá no Instituto Cajamar, a gente estava tendo uma aula sobre feminismo e tal, e eu tinha assim acho que o ranço que a gente carrega da igreja e também da própria cultura de ter uma discriminação, preconceito quanto às feministas. O feminismo que a gente não conhece. Sabe quando a gente é ignorante? E aí o curso, eu lembro que a Matilde estava falando sobre o feminismo, a história do feminismo, a luta das mulheres por cidadania, por igualdade, por direito de oportunidades e tal. Eu falei: ‘Mas essa é a minha luta. Então eu sou feminista!’” (Entrevistas de Arlete, 57 anos, 2010)

> “A Matilde Ribeiro já atuava na Féminina, a Vera Soares, a Vera Soares vinha de São Paulo contribuir com as mulheres de Santo André, amiga, nossa companheira, amiga da Ivete, da Matilde. Quem mais que já atuava no Fé-minina nessa época? Várias lideranças, a Glorinha que é ligada à educação, enfim, várias lideranças, donas de casa, mulheres ligadas ao sindicato, ligadas à educação, e donas de casa também, a nossa intenção era tirar a mulherada de casa, a Maraísa também. (Entrevista de Silmara Conchão, 43 anos, 2010)”

Naquele contexto, se por um lado ocorreu o afastamento das feministas do governo municipal, de outro as ativistas continuaram a promover, durante a década de 1990, iniciativas para organização das mulheres na região, criando uma rede social que articulou os movimentos sociais em Santo André ao coletivo de entidades de esquerda presentes no instituto Cajamar e as ONGs.

> "Quando terminou o primeiro mandato do Celso, logo após a Ivete Garcia foi trabalhar no Instituto Cajamar, coordenando lá o programa relações sociais de gênero, e nós, feministas dessas entidades que mencionei, SOF, CUT e PT, nós montamos, junto com a Ivete, um coletivo em apoio à ação da Ivete em Cajamar. Cajamar foi o instituto de formação política ligado ao PT e à CUT com uma tarefa nacional. Então essas entidades foram colaboradoras, esse coletivo existiu durante um bom tempo em uma relação política direta com o Instituto Cajamar, então nós nos reunimos com a Ivete Garcia na condição de coordenadora do programa Relações Sociais de Gênero, sistematicamente montando a grade dos cursos do Instituto Cajamar. A Ivete ficou no Cajamar até 95 e, então, Santo André era uma ponte direta entre Cajamar. A gente sempre tinha atividades lá com as mulheres de Santo André e dentro dessa teia nacional. Quando a Ivete saiu do Cajamar, em 95, para se preparar para ser candidata a vereadora, ela me indicou para trabalhar no Instituto Cajamar." (Entrevista de Matilde Ribeiro, 50 anos, 2010)

O vínculo com o Cajamar, somado à continuidade na mobilização social, em Santo André, resultou na formação de novas organizações de mulheres no município, como a ONG 'Negra Sim' – Movimento de Mulheres Negras de Santo André (1995), e a Associação 'Viva Melhor' – Mulheres Mastectomizadas de Santo André (1999). Além disso, outro fator importante para o ativismo feminista no campo político de esquerda foi a adoção da política de cotas por gênero no interior do PT (1991), na CUT (1993), e, posteriormente, sua aplicação no legislativo brasileiro, com a definição de uma cota mínima de 20% de mulheres para compor as candidaturas nas câmaras municipais (1995)[82]. O avanço da agenda feminista colocou os movimentos de mulheres e feministas como um dos movimentos sociais de maior projeção no período político, por sua capacidade de mobilizar as bases e instituir uma agenda política, assim como ocorreu com os Movimentos de Moradia e com o MST – Movimento dos Sem Terra, no que se refere à política de moradia e à reforma agrária, e ao MOS – o Movimento de Saúde - na instituição do SUS – o

[82] Conforme a Lei nº 9.100, de 1995, que instituiu cotas eleitorais no país para a realização das eleições municipais, determinando um mínimo de 20% para as mulheres. Tal dispositivo sofreu novas correções em 1997 e 2009, definindo melhor a sua aplicação e a sua obrigatoriedade, com o aumento de sua cobertura para o legislativo no nível estadual e no federal, e a ampliação do percentual das vagas reservado às mulheres.

Sistema Único de Saúde. Mesmo tendo que lidar com restrições ideológicas à integração da agenda feminista, as ativistas foram capazes de avançar com suas reivindicações nos diferentes espectros dos setores de esquerda e nos novos governos e assembleias estaduais, e a câmara federal eleitos em 1990, abrindo novas oportunidades à inclusão de suas reivindicações.

Com a instauração de cotas por gênero nos níveis municipais, novas oportunidades políticas para as mulheres se consolidam no interior dos partidos durante as eleições para prefeito e câmara de vereadores em 1996. Em Santo André, a presença das mulheres ficou registrada na conquista do segundo mandato de Celso Daniel, com o retorno da ADM, do Elo Mulher e a eleição de Ivete Garcia para a Câmara Municipal como uma das vereadoras mais votadas no município. Porém, o enquadramento da assessoria na estrutura do novo governo sinalizou maiores restrições ao desenvolvimento da agenda feminista na nova gestão.

A partir desse cenário, no capítulo seguinte serão analisadas as inovações do segundo mandato de Celso Daniel e os seus efeitos sobre o desenvolvimento das políticas de gênero e raça, com destaque para a homologia entre o Movimento Feminista e o Movimento Negro, e a profissionalização política das ativistas.

CAPÍTULO 3

O contexto do segundo mandato de Celso Daniel – 1997-2001: a cooperação intermunicipal e a homologia entre o feminismo e o ativismo negro.[83]

Este capítulo investiga como as ativistas feministas e as mulheres negras conseguiram implementar sua agenda política no governo petista da Prefeitura Municipal de Santo André. Para isso desenvolve a análise do segundo mandato de Celso Daniel à frente da prefeitura e como suas iniciativas de modernização administrativa, ampliação da participação política e integração dos municípios da região criaram oportunidades políticas e restrições aos ativistas dos movimentos sociais.

Vitorioso nas urnas municipais em 1996, o PT retorna ao Paço Municipal de Santo André com a eleição de Celso Daniel para prefeito, em um segundo mandato, correspondente ao período de 1997 a 2000. Nesse mesmo período eleitoral, o partido conseguiu eleger o maior número de prefeitos na região, ou seja, três prefeitos, em Santo André, Diadema e Ribeirão Pires, aumentando seu espectro de influência. No novo governo de Celso Daniel, foram recriadas várias iniciativas da primeira gestão, como as assessorias, a promoção da cooperação entre municípios e o estímulo da participação da sociedade civil. Além disso, novos processos de descentralização administrativa e informatização configuram a implantação de um

[83] Na composição deste capítulo foram utilizadas as entrevistas das ativistas feministas e mulheres negras, juntamente com as fontes primárias que encontram-se devidamente identificadas e organizadas nos referenciais, e correspondem ao arquivo pessoal de Ivete Cardoso.

modelo de modernização aliado a um maior controle da gestão por parte dos cidadãos[84]. Para desenvolver essa face do programa de governo, o prefeito instituiu, por meio de reforma administrativa, os seguintes núcleos políticos e gestores: Núcleo de Participação Popular – a cargo de Pedro Pontual, Núcleo de Modernização Administrativa – Miriam Belchior, e Núcleo de Inovações Políticas - Jeroen Klink.

A ação dos núcleos de Modernização e Inovação levou o governo municipal a estabelecer convênios de cooperação internacional, como forma de captar recursos de agências promotoras de desenvolvimento social e ambiental, por exemplo, o BIRD (Banco Mundial), a ACDI/CIDA (Agência Canadense para Desenvolvimento Internacional), a GTZ (Sociedade Alemã de Cooperação Técnica), o Programa de Gestão Urbana da ONU (Organização das Nações Unidas), o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e o Instituto Lincoln de Políticas Mobiliárias (Boston/EUA). As iniciativas decorrentes das parcerias e do incremento da tônica participativa geraram, para o governo petista, o reconhecimento público de entidades internacionais e nacionais, como os prêmios ONU-HABITAT e FGV-Ford, pelo caráter inovador da gestão. Os convênios e premiações, além de agregar recursos à administração, reforçaram o papel do governo de Celso Daniel como um centro de experimentação e de desenvolvimento do modo de governar petista[85].

---

[84] Cf. a lei que promove a reforma administrativa da Prefeitura de Santo André – PMSA. Lei nº 7.469: dispõe sobre a reorganização administrativa dos órgãos, cargos e funções gratificadas da administração pública municipal de Santo André. 21 fev. 1997. *Folha de S.Paulo*, SP, 25 fev. 1997.

[85] Cf. DGABC. "Celso Daniel rompe fronteiras". *Livre Mercado***.** SA, mai. 1998; CAMACHO, Karen. "Prefeitos do PT avaliam orçamento participativo". *DGABC***.** SA, 27 nov. 1998; CARDOSO, Adriana. "Santo André ganha prêmio da FGV". *DGABC***.** SA, 31 ago. 1999; CRESPO, Rose. "Reconhecimento externo do modelo de Santo André". *Gazeta Mercantil*. SP, 10 abr. 2001; JACINTO, Gyslaine. "Celso viajou 17 vezes desde 1997". *DGABC*. SA, 24 jun. 2001.

No entanto, a implementação dos canais de participação popular em Santo André não se processou de forma consensual, porque, no partido, entre as tendências políticas e em sua órbita, ocorreram enfrentamentos sobre quais deveriam ser os princípios e mecanismos de participação política popular nos governos petistas. Ou seja, o debate girou em torno da definição sobre o caráter consultivo, deliberativo, ou mesmo gestor, dos conselhos populares. Desde o início dos anos de 1990, a "participação popular" foi a marca pública da maioria das novas prefeituras petistas, principalmente nas capitais, como São Paulo (SP), na gestão de Luiza Erundina, e Porto Alegre (RS), no governo de Olívio Dutra. No governo de Celso Daniel, a participação popular ficou traduzida no programa do "Orçamento Participativo" e nos fóruns e conselhos municipais dos movimentos sociais. Com caráter mais indicativo e consultivo quanto ao elenco de demandas estipuladas, os conselhos encaminhavam ao Executivo municipal as propostas, cabendo ao prefeito decidir quais seriam inseridas na peça orçamentária da Prefeitura e submetidas à aprovação da Câmara de Vereadores[86].

Foi nesse contexto de inovação administrativa e desenvolvimento da participação popular que se deu a retomada da ADM e do grupo de trabalho Elo Mulher[87], proporcionando novas oportunidades políticas para as feministas. Outro espaço político importante para a inclusão das feministas foi o Legislativo municipal, porque na eleição, em 1996, Ivete Garcia foi a candidata a vereadora mais votada do PT e a terceira entre todos os partidos do município. A chegada de Ivete à

[86] Cf. DGABC. "Prioridade divide grupo de conselho"- Da Redação. *DGABC***.** SA, 12 set.1998.

[87] O Elo Mulher é um grupo de trabalho criado na primeira gestão de Celso Daniel, por ação da Assessoria dos Direitos da Mulher, no fim de 1989, quando a ADM passou a ser subordinada à Secretaria de Cidadania e Ação Social. Esse grupo de trabalho manteve-se durante o segundo mandato, 1997-2000, sendo subordinado à Secretaria de Ação Social e Cidadania, e na terceira gestão, 2001-2004, à Secretaria de Participação e Cidadania, e depois a uma diretoria do Departamento de Habitação.

Câmara de Vereadores indicou a possibilidade de acesso a novos recursos e, aparentemente, a ampliação da atuação feminista na esfera do poder público municipal, com maior visibilidade para a questão do gênero no município. Todavia, o rebaixamento da ADM e do Elo Mulher na estrutura política da Prefeitura demonstrou a perda da autonomia política da assessoria na segunda gestão, pois o órgão ficou subordinado à Secretaria Municipal de Cidadania e Ação Social e a uma Diretoria das Assessorias[88].

Em seu deslocamento para o Legislativo, Ivete Garcia sugeriu ao prefeito Celso Daniel o nome de Matilde Ribeiro para coordenadora das ações da ADM. A escolha derivou da proximidade política entre ambas as ativistas, cujos antecedentes encontram-se nas atividades desenvolvidas por Matilde como integrante da SOF, no assessoramento da ADM, e do Movimento de Mulheres de Santo André, durante a primeira gestão de Celso Daniel à frente da Prefeitura (1989-1992). Naquele momento, com o fim do primeiro mandato petista, em 1993, o contato entre ambas se manteve, pois Ivete, com o apoio das entidades CUT, SOF e PT, passou a dirigir o programa de relações sociais de gênero do Instituto Cajamar, novamente contando com Matilde Ribeiro, agora no quadro de formadores. Em 1995, Ivete deixou o Instituto Cajamar para concorrer ao cargo de vereadora na Câmara Municipal de Santo André e indicou Matilde Ribeiro para coordenar o Programa de Relações Sociais e Gênero, no qual permaneceu até 1997.

[88] Na ocasião a direção da Secretaria de Cidadania e Ação Social ficou a cargo da assistente social e professora da PUC-SP Mercedes Cywinski.

> “E quando ela veio pra cá, sempre ela trazia a coisa da formação, tinha a questão junto, então a gente foi aprendendo muito com ela, ela sempre incorporava a questão racial, então foi um aprendizado para nós também. Aí, eu fui para Cajamar, a Matilde continuou na SOF. Quando a Matilde saiu da SOF, eu estava saindo de Cajamar para sair candidata. Indiquei a Matilde lá. Eu saí de lá em 95, de Cajamar, para sair candidata em 96. Aí, a Matilde foi para lá, a Matilde assumiu a coordenação lá.” (Entrevista de Ivete Garcia, 48 anos, 2010)

> “Bom, eu trabalhei no Instituto Cajamar durante dois anos, que foi o período até que ele fechou. A estrutura física está lá, mas o projeto político deixou de existir em 97, foi exatamente o ano que a Ivete se elegeu vereadora. (...) E voltou a gestão petista. Saindo do Cajamar, eu fui para Santo André, para a assessoria dos direitos da mulher, aí, por uma indicação novamente da Ivete, passando pelo crivo do prefeito Celso Daniel na época.(...) Bom, então eu cheguei no início da gestão de 97, a segunda gestão do Celso Daniel. A Ivete vereadora, eu assessora dos direitos da mulher, a Féminina em franca atividade e o período de 93 a 97, que o PT ficou fora da administração...” (Entrevista de Matilde Ribeiro,50 anos 2010)

A conexão entre as trajetórias das duas ativistas ocorreu pelos vínculos de atuação política no desenvolvimento da agenda feminista no campo político petista, como também pela proximidade em termos de tendências partidárias. No caso, Ivete Garcia era ligada à Articulação – o agrupamento político hegemônico no partido – e Matilde Ribeiro, inicialmente, à Democracia Socialista, grupo de posição mais à esquerda no interior do partido. Durante o percurso dos anos 1990, Matilde abandona a DS, segue como independente no partido, e, aos poucos, no fim da década, se aproxima da Articulação.

> “Eu já entrei nesse formato de segunda categoria, eu já entrei no momento em que a Assessoria dos Direitos da Mulher estava vinculada à Secretaria da Cidadania e Ação Social, então, assim, eu não tive a vivência anterior, a minha relação com o prefeito era uma relação distante. (...) A Ivete, junto com outras, a Arlete e tantas outras lá, com a minha chegada, nós fomos reconstituir os arquivos, a memória etc. Eu, então, passei a coordenar a assessoria, era uma equipe muito pequena, três, quatro pessoas trabalhando comigo, nós todas no apoio ao mandato da Ivete Garcia e tudo por fazer, recomeçar.” (Entrevista de Matilde Ribeiro, 50 anos 2010)

> “Aí, quando a gente retorna ao governo em 1997, novamente ressurgem as assessorias dos direitos da mulher, só que, aí, ela é criada subordinada a uma secretaria de cidadania e ação social. Desce mais um pouco, porque aqui vai ter uma diretora que vai coordenar as assessorias na Secretaria de Cidadania e Ação Social. E, aqui, nesse período que vai ter, nesta secretaria de ação social, vai ter a assessoria dos direitos da mulher, assessoria da pessoa com deficiência, assessoria da juventude, então é nesse governo de 1997 a 2000 que vão ser criadas as outras assessorias que não tinha antes, e a da terceira idade. E tinha uma pessoa, tipo um diretor, que organizava todas as assessorias, e que essas assessorias não tinham canal direto com o secretário, passava por essa diretora, aí. Então, você vê que de 1989 para a retomada em 1997 nessa estrutura se cria mais um escalão, mais uma escadinha. E essa é a briga da gente. Ficamos batendo desde lá de trás. Que não pode, que as coisas não acontecem desse jeito.” (Entrevista de Cristina Petcholl, 48 anos, 2010)

Além do novo enquadramento, as ativistas feministas também tiveram de lidar com a institucionalização e a concorrência de novas demandas de outros movimentos sociais, pois foram criadas outras novas assessorias: pessoas com deficiência, juventude, terceira idade e criança e adolescente; além da exigência de qualificação em nível superior para exercício da função gratificada, em 1997. Para os ativistas que procuravam ingressar no quadro institucional, a exigência educacional era a expressão de maior seletividade na ocupação das funções, limitando o acesso daqueles sem ensino superior, principalmente a base do movimento social, às posições institucionais. Isso tensionou ainda mais a distribuição de cargos no governo petista, ampliando o enfrentamento entre as tendências políticas no interior do partido.

> “Eu já tinha essa vivência nacional, tinha participado de vários encontros internacionais, aqui na América Latina. Em seguida os encontros feministas latino-americanos do Caribe, participei de cursos, seminários. Então, eu cheguei lá com a visão mais global da ação nessa área. Já tinha assessorado várias prefeituras, como eu falei, em 98 eu cheguei a Santo André na área de saúde, mas eu trabalhei muito tempo na Prefeitura de Angra dos Reis, Piracicaba, Itabuna e outras no Nordeste; então as coisas que eu via acontecer não eram novidades pra mim.” (Entrevista de Matilde Ribeiro, 50 anos, 2010)

POSICIONAMENTO DA ADM NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA PMSA – NA GESTÃO 1997-2000[89]

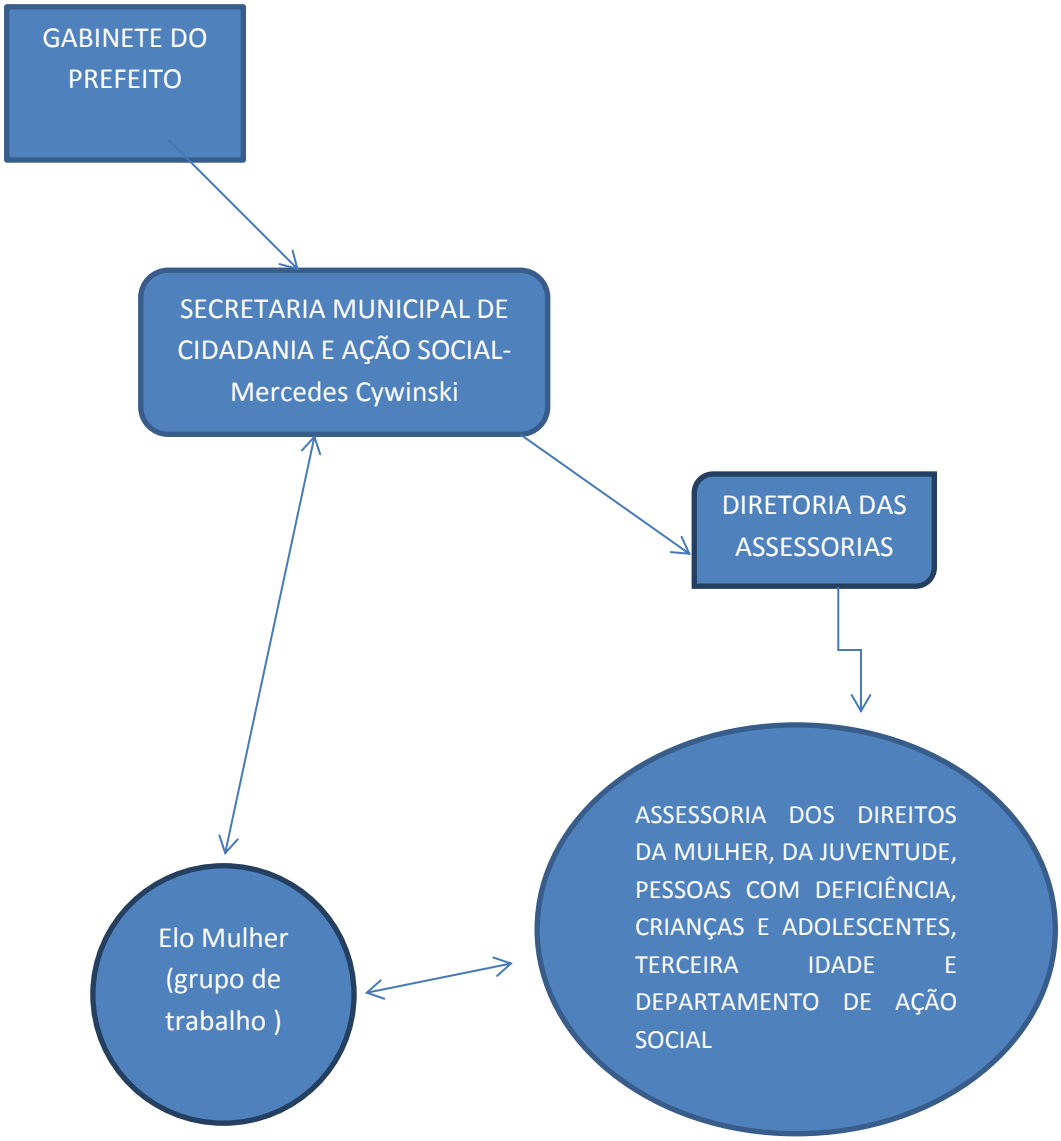


Figura 07 – PMSA (1997)

[89] Cf. a lei que promove a reforma administrativa da Prefeitura de Santo André – PMSA. Lei no 7.469: Dispõe sobre a reorganização administrativa dos órgãos, cargos e funções gratificadas da Administração Pública Municipal de Santo André. 21 fev. 1997. *Folha de S.Paulo*, SP, 25 fev. 1997.

Outro aspecto relevante na nomeação de Matilde Ribeiro é que, mesmo próxima de Ivete Garcia, do movimento de mulheres e das assessorias feministas presente no município, ela construiu uma estratégia a fim de consolidar e legitimar seu posicionamento no governo, pois sua presença em uma função gratificada era questionada pelos militantes petistas do diretório local.

> "Embora eu tivesse toda essa relação com o movimento feminista em São Paulo, no Brasil e lá em Santo André, as cidades no entorno de São Paulo têm uma dinâmica interessante: elas são grandes cidades metropolitanas etc., mas são também muito pequenininhas do ponto de vista da lógica política, Elas são muito fechadas, então, eu era considerada estrangeira na cidade, era alguém de fora." (Entrevista de Matilde Ribeiro, 50 anos, 2010)

Em seu contexto mais amplo, o segundo governo de Celso Daniel, por apostar em experiências inovadoras de gestão e pela falta de quadros especializados, recorreu a inúmeros ativistas, acadêmicos e especialistas de ONGs próximos da órbita partidária, mas que não estavam vinculados ao diretório local, ou não eram moradores do ABC. Ao incorporar aos quadros do governo esses profissionais qualificados na elaboração de políticas públicas, o prefeito procurou promover o desenvolvimento de seu programa de governo e afastar-se das disputas locais entre as tendências partidárias. Porém, para a militância local em busca da profissionalização política, a entrada dos especialistas significou perda de espaço e submissão à orientação político-administrativa de lideranças cuja trajetória política não foi constituída nos movimentos sociais da região do ABC. Dessa forma, muitas das novas iniciativas do governo de Celso Daniel foram constantemente questionadas não só pela oposição política, liderada pelo PTB local[90], mas também por militantes locais, gerando, assim, tensão na relação entre o partido, os movimentos sociais e o governo petista.

[90] Cf. JACINTO, G. "Celso Daniel viajou 18 vezes desde 97". *DGABC*. (SP), jun. 2001.

> "A Ivete Garcia sempre foi uma liderança reconhecida, tem um histórico maravilhoso, tantas outras mulheres por lá dentro dessa construção da Ivete Garcia como liderança e tal, mas o movimento de mulheres é extremamente significativo para a cidade e referência para o Brasil, mas na cidade apita pouco. A minha indicação vem, aí, no bojo da consolidação da Ivete enquanto uma liderança, como vereadora ela tinha voz ativa para dentro da gestão e, enfim, foi uma aposta. Toda e qualquer pessoa que chegava à gestão de Celso Daniel, (que) foi uma gestão inovadora, a primeira e a segunda, enfim, todas, inovadoras porque é a história da cidade e levou muita gente de fora, então tinha os 'locais' e os 'estrangeiros'. Eu compunha o grupo dos estrangeiros, não acho que era a visão do prefeito, o prefeito tinha uma mentalidade aberta, global eu diria. É uma mentalidade arraigada na cidade, nas lideranças, nos militantes etc." (Entrevista de Matilde Ribeiro, 50 anos, 2010)

Nesse cenário, o desenvolvimento da agenda feminista pelas ativistas precisou lidar não somente com uma estrutura política sob o predomínio masculino, mas também com as disputas políticas no interior do próprio governo. Foi necessário, para as feministas, criar estratégias para legitimar as posições de poder, como o Grupo de Trabalho Elo Mulher, formado por ativistas e gestoras integradas às secretarias de governo, cuja ação procurou inserir a questão do gênero em diferentes iniciativas políticas.

Outra forma de legitimação pode ser constatada na trajetória no governo andreense de Matilde Ribeiro, que, ao assumir a coordenação da ADM, procurou integrar-se à rede política local: primeiro, com a transferência da residência eleitoral de São Paulo para a cidade de Santo André; segundo, com o aperfeiçoamento da formação intelectual para responder às demandas da administração pública; e, terceiro, com o direcionamento de esforços para ampliar a mobilização das mulheres, especialmente das mulheres negras, no município.

> "E, lá, em Santo André, especificamente as demandas que o prefeito construía para cidade eram demandas muito amplas, projetos de envergadura maior até do que a própria cidade, por exemplo, a área de planejamento estratégico, que Santo André foi um centro de fomentação e se tornou centro de excelência nessa área. Eles tiveram que formar todos os profissionais, e eu também passei por isso. Minha chegada em 1997, na sequência, fiz, lá, os cursos da escola de governo, de planejamento estratégico e tudo mais. Tudo de bom. Mas eram dois ou três na cidade que tinham esse *know how*, que foram pondo investimento nisso. Então, assim, tinha gestores que foram se envolvendo nesse processo e passaram a estar acima da média. (...)". (Entrevista de Matilde Ribeiro,50 anos, 2010)

Mesmo não pertencendo ao núcleo de decisão político-partidária do PT em Santo André, feministas como Matilde Ribeiro encontraram, nas oportunidades surgidas no governo, uma maneira de se inserir em diferentes espaços de decisão, procurando adquirir maior reconhecimento político. Por isso, os novos projetos do governo Celso Daniel mostraram-se uma significativa oportunidade para mulheres e feministas, até porque, no período, elas eram, na região, o movimento social de natureza não classista mais estruturado, contando inclusive com estratégias próprias para o relacionamento com o partido, o governo e o Estado.

3.1 – A criação de oportunidades políticas por meio do projeto GEPAM

Entre os projetos de inovação, participação popular e modernização político-administrativa do segundo mandato, dois destacaram-se ao integrarem a estrutura administrativa do município às redes sociais de cooperação municipal, regional e internacional, favorecendo o desenvolvimento de uma agenda política de gênero e racial em Santo André. Trata-se do projeto GEPAM – Gerenciamento Participativo das Áreas de Mananciais, uma iniciativa com caráter ambiental e participativo; e do GRPE – Programa de Fortalecimento Institucional para a Igualdade de Gênero e Raça, Erradicação da Pobreza e Geração de Emprego, criado com a finalidade de diagnosticar os efeitos da reestruturação produtiva na região e de realizar o experimento de uma política pública para promoção da igualdade de gênero e raça (PMSA & CIDA, 2004; PMSA & OUTROS, 2003).

Em relação ao GEPAM, com 56% do território da região do ABC, ou seja, 841 quilômetros quadrados localizados em áreas de mananciais, algumas delas submetidas à regulação ambiental desde 1976, não foi estranho que esse tema integrasse a agenda de questões a serem enfrentadas pelos municípios da região. No caso de Santo André, tal preocupação veio a ser consolidada na Lei nº 7.733, de 1998, aprovada pela Câmara Municipal, que regulou os incentivos à Política Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental. A partir das definições da lei, a Prefeitura procurou desenvolver iniciativas para aprimorar os mecanismos de proteção e reabilitação das áreas de mananciais em Santo André e captar recursos para sua aplicação. O foco de atenção eram áreas afetadas por assentamentos informais, principalmente os mananciais – espaços mais sensíveis e ambientalmente degradados –, que necessitavam de uma intervenção eficaz para preservar a qualidade e a quantidade de água gerada na região.

De fato, a temática ambiental era uma questão pertinente aos municípios da região e um tema de forte apelo ao interesse público local, pois, desde 1960, formou-se entre os prefeitos do ABC a Comissão Intermunicipal de Controle da Água e Poluição do Ar e da Água (CIPA). Porém, foi na transição para a década de 1990, com a vitória do PT para o mandato de 1989-1992, nos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo (Maurício Soares) e Diadema (José Augusto Fioravante), que Celso Daniel retomou o tema, promovendo o enquadramento da cooperação entre os municípios como a principal saída para a captação e o gerenciamento de recursos a fim de suprir as demandas locais, diante do restritivo quadro econômico do país.

Com essa intenção, foi criado e formalizado, em dezembro de 1990, o Consórcio Intermunicipal das Bacias do Alto Tamanduateí e Billings (Consórcio do

ABC). Esse órgão teria por finalidade viabilizar mecanismos de participação e coordenação intermunicipal suprapartidários, tratando desde a gestão ambiental até o desenvolvimento econômico local. Ainda no primeiro mandato, em dezembro de 1991, foi criado, por meio da articulação dos organismos da sociedade civil da região, o Fórum Permanente de Discussões de Santo André, unindo autoridades públicas, empresários, representantes sindicais e de movimentos sociais preocupados, especialmente, com as questões econômicas e sociais promovidas pela reestruturação produtiva nos municípios da região. Esses órgãos passaram a articular uma rede social e o debate em torno de uma agenda regional, seja no âmbito do Estado, seja da sociedade civil (KLINK, 2001).

No entanto, no período de 1993 a 1996, com o crescimento do PTB e do PMDB no controle das prefeituras locais e a redução das prefeituras geridas pelo PT apenas à cidade de Diadema, com o governo de José de Filippi, a proposta da cooperação desloca-se do ambiente institucional para a sociedade civil. Os novos prefeitos não dão continuidade às ações de cooperação desenvolvidas por seus antecessores[91]. Com intuito de preservar a rede social em torno da temática regional, por iniciativa de Celso Daniel, formou-se o Fórum da Cidadania do Grande ABC. Esse espaço político permitiu articular a cooperação entre as organizações da sociedade civil, que não eram reconhecidas como interlocutoras pelos governos do PTB e do PMDB. A formalização do fórum ocorreu em março de 1995, contando com a participação inicial de 64 entidades da sociedade civil, entre elas as lideranças dos setores comercial, industrial, sindical, profissionais liberais e de outros (ABRUCIO & SOARES, 2001; KLINK, 2001).

[91] Diadema foi a exceção no bloco de prefeitos da região que abandonaram a questão da cooperação intermunicipal.

No período 1997-2000, o PT continuou no governo das cidades de Santo André (Celso Daniel) e Diadema (Oswaldo Dias) e conquistou o de Ribeirão Pires (Maria Inês)[92]. Com o novo mandato, Celso Daniel procurou viabilizar a temática ambiental, a participação e a cooperação intermunicipal na PMSA e no Consórcio do ABC.

A eleição de Mário Covas como governador do estado de São Paulo pelo PSDB (1995) permitiu uma aproximação política e articulação com o Consórcio e o Fórum, levando à criação, em 1997, da Câmara Regional do Grande ABC[93], organismo que reforçou a participação e cooperação intermunicipal por meio de convênios com os órgãos estaduais para a resolução dos problemas na região, principalmente os relativos ao saneamento básico e ao meio ambiente. Outro elemento importante do processo foi a constituição, em 1998, da agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, uma ONG de composição mista (pública e privada), cujo objetivo foi o promover o marketing da região do ABC, produzir e disponibilizar dados socioeconômicos da região e buscar financiamento para projetos de desenvolvimento regional, com maior ênfase para pequenas e médias empresas.

Esse contexto político marcado pela cooperação regional serviu para promover, ainda mais, a inclusão de outros agentes sociais à dinâmica política local. Por isso, o governo de Celso Daniel buscou recursos humanos, materiais e financeiros, assumindo parcerias com a Universidade de São Paulo, a ONG Cidade

---

[92] Em 2000, o PT assume a prefeitura com Ramon Velásquez, após a cassação do mandato de Barros Carvalho, do PTB.

[93] A Câmara do Grande ABC surgiu em 1997, por iniciativa do governo estadual, na gestão de Mário Covas (PSDB), e procurou promover a cooperação entre o governo estadual e a Rede de Cooperação Intermunicipal da Região do ABC (ABRUCIO & SOARES, 2001; KLINK, 2001).

e Democracia, a Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (CIDA), a University of British Columbia e a CITYPLAN, da cidade de Vancouver. Entre esses parceiros, a CIDA empreendeu um considerável volume de recursos tecnológicos e financeiros, sendo um dos atores importantes para o desenvolvimento de várias iniciativas, principalmente em relação à política de gênero. Ao exigir, como cláusula da adesão à iniciativa de cooperação em Santo André, a inclusão de um item específico relativo à temática de gênero na ação, ou seja, a inclusão da participação das mulheres, não apenas como beneficiárias do projeto, mas também como produtoras e gestoras da ação, a CIDA condicionou a abertura de oportunidades políticas e sociais às mulheres, como condição para manter a parceria com a PMSA. Para garantir o contrato, o governo de Celso Daniel mobilizou seu quadro de feministas da assessoria e ONGs especializadas para refazer o projeto de acordo com a exigência da agência canadense, o que permitiu, então, firmar a parceria e desenvolver o projeto de gerenciamento participativo das áreas de mananciais – GEPAM.

> "Outro momento estratégico foi o seguinte: em 1998, começou na cidade uma parceria entre a Prefeitura de Santo André e a Universidade British Columbia, do Canadá, em Vancouver. O convênio é um 'grande' projeto elaborado pelo prefeito, foi uma construção do Celso Daniel. Ocorre que este projeto, que foi mega, e que se chamava Gerenciamento Participativo paras áreas de mananciais, envolvia diretamente a Prefeitura de Santo André e a Universidade British Columbia, mas muitos parceiros brasileiros e internacionais nessa teia. E o financiamento principal da CIDA, agência canadense para desenvolvimento social. A CIDA, quando foi analisar o projeto, disse: 'só apoiamos se tiver a questão de gênero'. Foi aí que eu entrei, representando a Prefeitura de Santo André no projeto (...). Eu entrei no projeto nesse eixo, que pressupunha todo trabalho com a comunidade, e a consulta em relação às mudanças que o projeto traria: asfalto ecológico, formação de cooperativas, participação da comunidade na gestão do projeto..." (Entrevista de Matilde Ribeiro, 50 anos, 2010)

Com a inclusão da temática de gênero no projeto GEPAM e sua articulação com a cooperação entre os municípios, surgiram novas oportunidades para estimular a mobilização das mulheres nas comunidades locais, nas instâncias de gestão da Prefeitura, no Elo Mulher, nas ONGs e nos movimentos sociais envolvidos. Todavia, a integração das mulheres e feministas no planejamento e execução do projeto somente foi possível a partir do enfrentamento da discricionariedade da burocracia da Prefeitura, do predomínio masculino na equipe e da legitimação da agenda de reivindicações.

> "Eu comecei a participar deste projeto, que era direcionado por engenheiros e arquitetos. Então eu sentava, eu, pretinha, mulher, assistente social, era difícil o diálogo, quase nulo. Então, eles me agregaram por exigência da agência financiadora, mas não tinham expectativa de intervenção. Eu participei de uma reunião, não entendi nada, participei da segunda e descobri que não entendia nada de meio ambiente. Fui fazer a especialização, fui me capacitar porque achei procedente, gostei do projeto, era um novo desafio. E dentro do projeto não tinha capacitação dos envolvidos. Então, eu fui e fiz, era um curso da USP, mas era pago; um consórcio da USP. Nesse um ano eu fui entendendo, com ajuda do curso de especialização, o que era o chão, e num dado momento eu passei a desenvolver, coordenar esse eixo dentro do projeto, que era coordenado por engenheiros e arquitetos. Passou para minha mão a coordenação. Passamos a desenvolver as ações junto à comunidade." (Entrevista de Matilde Ribeiro, 50 anos, 2010)

A exigência para uma atuação especializada correspondeu, no desenvolvimento do projeto, a um modelo de gestão pública baseada na transferência de iniciativas do poder público a ONGs especializadas. Na limitação de seus recursos o governo transferiu para terceiros o levantamento e análise de indicadores que permitissem o diagnóstico, o monitoramento e a avaliação da política pública. Para feministas como Matilde Ribeiro, o acúmulo das experiências anteriores no município, sua qualificação intelectual e o vínculo com as ONGs

feministas e históricas[94] permitiram constituir uma ação do ponto de vista da profissionalização política muito mais eficaz para responder às exigências. O sucesso dessa estratégia de mobilidade e legitimação funcionou, inclusive, como referência de atuação para outras equipes no interior do governo, especialmente para as mulheres egressas dos movimentos sociais que atuavam no quadro de assessores.

> "Na verdade, eu tinha muitas informações que me ajudaram no papel de gestora na primeira vez, em Santo André. Isso me dava um jogo de cintura e um traquejo grande para a assessoria dos direitos da mulher e na relação com as demais. Eu era muito consultada pelas demais. Tanto no eixo política pública quanto paras as outras áreas. As outras eram ainda mais incipientes do que a da mulher, que já tinha tido experiências anteriores, em São Paulo, Santo André. Diferente de Ivete, foi uma referência nacional. Eu não tinha dificuldade no sentido da compreensão, eu e a equipe construímos uma unidade, ela funcionou como uma equipe, aqui eu integrava um trabalho de equipe superlegal. (...) Eu tinha um diálogo muito próximo com todas as outras assessorias, tínhamos reuniões semanais e eu era muito consultada pelos outros coordenadores." (Entrevista de Matilde Ribeiro, 2010)

De fato, o projeto GEPAM estimulou a mobilização das mulheres, levando as comunidades locais a acompanhar as iniciativas de proteção dos mananciais, inserindo-as nos programas de geração de renda e conscientização ambiental. Com seu desenvolvimento, o que era apenas uma ação do ativismo feminista no município de Santo André transformou-se em uma iniciativa de âmbito regional, por meio de projetos de caráter transversal e da inserção em diferentes órgãos públicos, articulados pelo Elo Mulher. O resultado foi a interação com o organismo de colaboração intermunicipal, gerando a regionalização da agenda feminista, principalmente o atendimento às mulheres vítimas de violência por meio da criação

[94] Por ONGs históricas entende-se as entidades surgidas nos contexto da redemocratização vinculadas a iniciativas de educação popular, à luta pela redemocratização política e aos setores da esquerda (LANDIM,1998).

de equipamentos de âmbito regional, como a Casa Abrigo, a Delegacia da Mulher e os centros de atenção à saúde da mulher.

> "E no cotidiano era, assim, muito não, mas a gente ia construindo até chegar o sim, e o trabalho principal da assessoria eram as atividades ligadas ao combate da violência contra a mulher. De 1997 até 2001, foram criados centros de referência de atendimento à mulher, a casa abrigo regionalizada, primeira no Brasil e aí também tem história de conflito, porque não justificava, dada a ação no ABC, e a ação do Celso Daniel como protagonista no processo de regionalização, as ações viam o consórcio, eram todas no nível macro, na área de economia, das grandes questões da região, não entrava gênero. Não justificava uma casa abrigo só pra Santo André porque a demanda era regional." (Entrevista de Matilde Ribeiro, 50 anos, 2010)

Devido à ação das feministas e do movimento de mulheres, a iniciativa de atendimento às mulheres vítimas de violência tomada pela ADM de Santo André passou a compor um dos grupos de trabalho dentro do Consórcio Municipal do ABC, a partir de 2000. Essa inserção permitiu dar maior visibilidade às demandas das mulheres, pois colocou na agenda dos sete municípios a temática de gênero como assunto a ser considerado em debates e proposições[95]. Por um lado, se ação das feministas foi exitosa em instituir uma agenda de gênero em um governo situado no campo político de esquerda, por outro, entre essas ativistas, algumas delas mulheres negras, como Matilde Ribeiro, Maria da Penha Cipriano e Maraísa Almeida, se ressentiam da ausência do debate racial na PMSA; elas procuraram, então, promover uma homologia entre a política de gênero e agenda racial para o enfrentamento da desigualdade racial em Santo André.

[95] Os grupos de trabalhos criados em 2000 no Consórcio do ABC eram: Resíduos Sólidos, Meio Ambiente, Censo Econômico, Transportes, Uso do solo Integrado, Monitoramento da Política Tributária Regional e Combate à Violência Contra as Mulheres (ABRUCIO & SOARES, 2001).

3.2 – A institucionalização da agenda racial: o Movimento Negro e o Movimento de Mulheres Negras

Num primeiro momento, a nomeação de Matilde Ribeiro para coordenar a ADM foi importante oportunidade para o ativismo negro próximo ao núcleo partidário petista, porque, com ela exercendo a função de coordenadora da ADM, foi possível aliar a reivindicação das organizações do movimento social negro à agenda feminista local. Essa homologia permitiu, no governo de Celso Daniel, o reconhecimento da questão racial no campo político de esquerda e a aproximação da estrutura política administrativa com as organizações negras locais.

A partir do tema direitos humanos, especificamente, nos encontros preparatórios e nas plenárias da 1ª e da 2ª Conferência de Cidadania e Direitos Humanos de Santo André – 1999 e 2001 –, as ações de Ivete Garcia e Matilde Ribeiro para a organização do evento e mediação dos temas formaram um espaço destinado ao debate sobre a presença da população negra no município e os seus direitos de cidadania[96]. A 1ª Conferência conseguiu mobilizar, no ano de 1999, cerca de noventa organizações; já a 2ª, realizada em 2001, triplicou essa participação, para cerca de 270 organizações, enumeradas como entidades comerciais, grupos da terceira idade, movimentos sociais de saúde, movimentos de luta pela moradia, agentes do poder público, associações de moradores, entidades comunitárias, ONGs, deputados estaduais, vereadores, centrais sindicais, organizações feministas, ativistas do movimento social negro, lideranças do movimento estudantil

[96] Cf. DGABC. ”Conferência dos Direitos Humanos lota municipal”. *DGABC.* SA (SP), 29 nov. 2001 ; PMSA. “I Conferência Municipal de Cidadania e Direitos Humanos de Santo André”. PMSA, SA (SP), 1999; PMSA. “2ª Conferência Municipal de Cidadania e Direitos Humanos de Santo André: Tolerância, diferenças respeitadas na diversidade”. PMSA, SA (SP), 1999.

e religiosas, membros do movimento Hip Hop, gestores da administração pública etc.

Mesmo com toda a mobilização dos movimentos sociais, a pouca proximidade entre as organizações negras da região e o núcleo da gestão petista, em Santo André, traduziu-se em dificuldades dos ativistas negros para integrar a questão racial à visão classista, principalmente por ser esse um tema pouco assimilado dentro das organizações do novo sindicalismo e dos movimentos sociais urbanos articulados à luta por bens de uso coletivo. Assim como as feministas desenvolveram o feminismo classista para legitimar suas reivindicações na órbita petista, os ativistas negros também aliaram o tema raça ao de classe, em um ambiente que foi se tornando centralizador e restritivo à construção de uma política de gênero e racial.

Outro fator relativo a esse distanciamento foi o fato de a maioria das organizações negras existentes em Santo André terem sido formadas em uma perspectiva de reconhecimento étnico-cultural, ou seja, elas defendiam, em seu discurso, a perspectiva antirracista de reconhecimento da cultura e a afirmação negra. Em alguns casos prestavam serviços à comunidade local, como ocorria com o “Belas Artes”, um grupo de capoeira local com forte inserção nas academias da cidade; os agentes pastorais negros – APNs e integrantes do Educafro; os representantes das escolas de sambas aglutinados pela União das Escolas de Samba de Santo André; os ativistas de organizações do movimento Hip Hop da região – o Núcleo Rotação, o Negroatividade – Resistência, Organizada de Trabalho e Ação; os agentes das ONGs Negras nascidas da articulação entre os setores sindicalistas, pastorais, ativismo negro e financiamento de ONGs internacionais, para prestar serviços sociais à comunidade, como o Centro Cultural Afro- Brasileiro

Francisco Solano Trindade; e o Instituto Afro-Brasileiro de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de São Paulo – Santo André.

3.2.1. – Os ativistas do MNU, a juventude negra e o Hip Hop na região.

Grande parte dos ativistas negros engajados na luta antirracista e pela afirmação de uma identidade negra emergiu no cenário local, no quadro de redemocratização brasileira e de retomada da luta antirracista pelo MNU. O contato político dos negros da região com os setores de esquerda ocorreu não somente pelas pastorais católicas, mas também por mediação de ativistas do MNU da cidade de São Paulo. Foi nos espaços de sociabilidade negra, na capital, que muitos dos jovens da periferia de São Paulo e seu entorno aderiram à cultura Hip Hop e a seu conteúdo de protesto político, gerando agrupamentos – "gangues" e "famílias" – na região central, primeiramente na estação Brás do metrô e depois deslocando-se para a Praça da República. Esse movimento, muito próximo da ideia de "posse", mas ainda sem uma definição regional específica, passou a ser reconhecido como "Sindicato Negro" – 1988, (BASTOS, 2008). Ao se inserirem no circuito cultural dos bailes negros – Chic Show e Zimbabwe –, do Movimento Soul, Funk e Hip Hop, os ativistas negros ligados ao MNU[97] e à esquerda, como Wilson Roberto Levy (MC Levy) e Suely Chan, conseguiram se articular aos jovens e formar uma nova geração de ativistas negros, associando os princípios políticos marxistas com a cultura do Hip Hop. Conforme os depoimentos de Suely Chan e Cristina Batista, ativistas negras que atuaram em 1999 e 2004, respectivamente no quadro de assessores do governo de Celso Daniel:

[97] Nesse período, ambos os ativistas também iniciavam a sua militância política no PT.

> "E, antes disso, eu era militante do MNU (Movimento Negro Unificado) e nós já vínhamos trabalhando com o Hip Hop em uma relação mais militante em função das demandas, também, que a juventude militante colocava. Na verdade, um dos nossos primeiros contatos com o Hip Hop, aqui em São Paulo, foi por ocasião do assassinato de um garoto dentro do metrô. Um jovem, que era do Hip Hop, Marcelo, isso em 1989." (Entrevista de Suely Chan, 56 anos, 2010)

> "Na verdade, pelo caminho das festas mesmo, eu cheguei ao Hip Hop. Acho que como todo mundo da década de 80, mais ou menos, chegou. Fui pelas festas, pela batida. Não adianta. Comecei aqui no Esporte Clube São Bernardo. Aí, depois, eu conheci o pessoal da capital, que fazia Hip Hop lá. Na São Bento. E, aí, nós não encontrando mais espaço na São Bento, fundamos a Roosevelt, que era o local dos rappers. A Praça Roosevelt. Tanto que nós formamos a primeira posse que foi o Sindicato Negro, enfim. Em 1989, e1990 mais ou menos. Foi a primeira mesmo. Daí, logo depois, veio a Aliança Negra. E a *Zulu Nation* é mais da metade da década de 90. Depois, também, quando começou a valorização das músicas do Funk. Daí, o *Dalí Funk*, que começou a ser muito cultuado, o *Grandmaster Fletching*, enfim, todos esses, os grandes papas. E inclusive o *Afrika Bambaataa* e tal. Daí, quando nós começamos a resgatar, dar uma valorização, *James Brown* e tal, e aí também veio a *Zulu Nation* com o Nino Brown aqui pelo Brasil. Toda a minha base veio do Hip Hop. Na verdade, eu entrei na militância pelo Hip Hop. (...) Mas, assim, toda minha fala sempre foi muito voltada para a juventude, o trabalho de mulheres negras principalmente. Porque eu sempre falei. As minhas letras do Hip Hop sempre foram voltadas para as mulheres negras, para o 'empoderamento', a emancipação das mulheres negras. Toda a minha trajetória, até hoje, foi pelo Hip Hop. Foi o Hip Hop que abriu as portas. Então, assim, eu não posso falar que é só o Movimento Negro. O Movimento Negro me deu uma base. Uma solidificação naquilo que eu já tinha em mim. Que o Hip Hop já tinha aflorado. Entendeu? Na verdade ele só fortaleceu aquilo que o Hip Hop já tinha aflorado." (Entrevista de Cristina Batista, 38 anos, 2010)

A expansão da cultura Hip Hop na região, durante os 1990, levou à formação de novas "posses" (os núcleos do movimento Hip Hop), inclusive a filiação de jovens líderes negros ao MNU, como ocorreu em 1991, com Honerê – que veio a se tornar o coordenador-geral da posse Hausa. Essa organização foi uma das primeiras da região e surgiu pela ação dos ativistas do MNU em mobilizar a juventude negra do Hip Hop de São Bernardo do Campo[98], com o intuito de reivindicar do governo petista de Maurício Soares (1989-1992) um espaço e recursos para os movimentos juvenis da cidade. Dessa interação, surgiu um dos primeiros núcleos do Hip Hop na

[98] O Projeto "Movimento de Rua de SBC", durante o governo de Maurício Soares (PT), 1989-1992, favoreceu a organização das primeiras "posses" do Hip Hop na região. Com o fim do governo petista, todas as ações foram extintas, provocando a desarticulação de parte dos ativistas (BASTOS, 2008).

região, passando a ter um espaço específico no Centro Recreativo Esportivo e Cultural da Prefeitura (CREC) do bairro Baeta Neves (BASTOS, 2008).

Também em Diadema, os ativistas da cultura Hip Hop, como Nino Brown[99], Nelson Triunfo e Marcelinho Back Spin, passaram a atuar de forma profissional durante os governos petistas na década de 1990[100], promovendo em oficinas a formação de MCs – mestre de cerimônias; a instrumentação do DJ – discotecário; a Breakdance – dança de rua; o Rap – a poesia e o ritmo; e o Grafite – a pintura. Especialmente no mandato do petista José Filippi Júnior –1993-1996 –, os investimentos na política cultural foram ampliados e direcionados às mulheres e à juventude local, constituindo para os ativistas negros uma oportunidade política, que favoreceu a organização e o fortalecimento do movimento Hip Hop na região do ABC.

Essa política cultural levou à mobilização de mulheres no município, dando origem a companhias de dança de mulheres, como o Grupo de Danças Mulheres do Eldorado, a eventos sobre a cultura negra (seminários, espetáculos teatrais e festivais) e à criação de equipamentos culturais, como a Casa do Hip Hop, no bairro Campanário, e a ONG Negra de caráter transnacional – a Zulu Nation (CARDOSO, 2001; BASTOS, 2008).

---

[99] Nino Brown, Nelson Triunfo e Marcelinho Back Spin começaram a sua inserção no mundo do cultura negra do Hip Hop nos eventos que, durante os anos 70, 80 e 90, reuniam os jovens negros no centro de São Paulo, especialmente nas escadarias da estação do Metrô São Bento e nas proximidades do Teatro Municipal. Durante esse período, no centro da cidade de São Paulo, era possível identificar uma cartografia negra correspondente aos locais onde os jovens negros e da periferia paulista constituíam as suas redes sociais em busca de lazer, afetividade e ação política.

[100] Os governos de esquerda em Diadema estiveram durante os anos 80 e 90 distribuídos na seguinte sequência: Gilson Menezes – 1983-1988 (PT); José Augusto da Silva Ramos – 1989-1992 (PT); José de Filippi Júnior – 1993-1996 (PT); Gilson Menezes – 1997-2000 (PSB); José de Filippi Júnior – 2001-2004 e 2005-2008 (PT); em São Bernardo do Campo restringiu-se à gestão de Maurício Soares, de 1989 a 1992

Ao promover a organização dos jovens negros da periferia e seu protesto político junto às prefeituras petistas, os ativistas do MNU procuravam orientar a ação política de acordo com as diretrizes de sua organização, o que gerou conflitos com a orientação partidária. Os relatos de Maraísa Almeida e Cristina Batista, ambas feministas e negras, são expressão desse processo:

> "O grupo que eu participava, na verdade, era o GT Baloguns, que acabou se dividindo em três. Depois se montou o Katinguelê, que era um grupo de jovens e que, hoje, alguns deles estão lá na Posse Hausa. (...) O Honerê, o Kêtu, estão lá. No Baloguns eu conheci gente de toda a região e Grande São Paulo também, porque era um dos poucos grupos que tinha uma continuidade, tinha um calendário de reuniões abertas, toda a primeira reunião do mês era aberta, então as pessoas vinham, conheciam (...).Sim, era uma mescla, mas a maioria, esse grupo, por exemplo, essa juventude acabou se dividindo no Katinguelê, depois se criou a Posse Hausa que já agrega gente de Diadema, São Paulo, Grande São Paulo, São Bernardo. Foi multiplicando. O movimento Hip Hop São Bernardo, Diadema. (...) A Zulu Nation. Esse momento de 1993, que nós não temos a Prefeitura em Santo André, a 1996, muitas das ações do MMU de política pública eram em São Bernardo, e eram feitas com a Prefeitura de Diadema." (Entrevista de Maraisa Almeida, 50 anos, 2012)

> "Eu comecei cedo na militância. Aos 15 anos, eu comecei no Hip Hop. E, aí, do Hip Hop eu fui para uma organização de mulheres negras que é o Geledés. E nisso eu permaneci por mais de dez anos no Geledés. Elas identificando em mim um potencial de liderança e até pela minha atuação dentro do Hip Hop, pela minha fala, que, embora eu não tivesse nenhum conhecimento, mas eu tinha uma fala bem carregada no feminismo. Então elas resolveram investir na minha formação. E investiram mesmo assim. Durante dez anos eu tive formação sobre a questão de gênero, raça, juventude, fora a educação formal também. Fiz vários cursos de elevação de escolaridade, enfim, de informática, todas essas questões, assim também de inglês, tudo isso foi...elas investiram bastante nessa minha formação tanto que em 1994–1995 teve os preparatórios da IV Conferência Mundial da Mulher e teve a conferência na China, no qual o BID fez um concurso na América Latina e Caribe para escolher uma jovem para representar. Uma jovem de cada país. E, no Brasil, eu fui a escolhida, por exemplo. E teve outras questões também que foram agregadas nessa minha formação. Bom, nisso, dentro do Geledés elas sempre nos instigaram a participar politicamente. Elas sempre nos instigaram a estar, ali, atuando. Assim, olha, não é para você fazer uma opção por um partido ou para você ser militante de um partido, mas você estar ali participando de uma forma política das decisões. Tem que ter uma presença ali. Então, foi mais ou menos isso, assim. O Geledés. E, aí, também, na verdade todo pessoal do Movimento Negro, o pessoal da UNEGRO, do MNU, todos eles serviram também de base para minha formação. Eu acabei sendo a pupila deles. Então, até hoje eles me respeitam, até porque eu provei também que não era só a atriz, a gracinha, a bonitinha. Não. Eu tinha... Realmente, enfrentei embates com eles assim dentro do partido, por exemplo, dentro do PT." (Entrevista de Cristina Batista,38 anos, 2010)

O processo de pluralização do sistema político brasileiro ampliou a divisão política partidária no interior do MNU, expondo as novas lideranças ao assédio maior dos partidos de esquerda, como PCdoB, PSB, PCB e outros. Um exemplo foi a filiação de Marcelo Buraco – coordenador nacional de formação da Nação Hip Hop Brasil — à União da Juventude Socialista (UJS), braço político jovem do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e da UNEGRO. Além disso, houve a criação de ONGs Negras, como o Geledés — orientada pelo feminismo negro, que passou a recrutar e mobilizar jovens negros e não negros formados na cultura do Hip Hop, estimulando a disputa política entre as lideranças negras no campo de esquerda[101].

> "A cidade de Santo André era rica em termos de organização juvenil. Tanto que, quando eu cheguei lá, antes mesmo de eu chegar, havia um número muito grande de agrupamentos juvenis, desde os partidários. O PT tinha uma presença muito forte, significativa, até por conta da gestão que era petista também, e eram bem organizados na cidade pelo partido, mas nós tínhamos, lá, jovens do PSB, jovens do PCdoB. Isso em termos partidários. Para além das organizações juvenis partidárias nós tínhamos o movimento estudantil, que também era muito forte e também tinha imbricação da expressão partidária que há no movimento estudantil e as suas tendências de movimento estudantil. Lá a gente encontrava a galera da igreja. As pastorais..." (Entrevista de Suely Chan, 56 anos, 2010)

É perceptível que, para a organização do Hip Hop na região, muito mais do que para outras organizações negras do período, as prefeituras petistas foram importantes espaços de mobilização da juventude negra, porém esse processo não decorreu sem impasses entre os ativistas das organizações negras e as lideranças do partido. Mesmo a ampliação dos agrupamentos negros não levou à aproximação com o núcleo partidário petista, principalmente da tendência hegemônica – Articulação. Isso porque o ativismo negro do MNU continuou a ser caracterizado por

[101] O Geledés – Instituto de Mulheres Negras – desenvolveu, no início dos anos 90, o Projeto Rappers com o intuito de mobilizar e formar a juventude negra. Um dos produtos dessa ação foi a revista *Pode Crê*. (BASTOS, 2008).

certa rejeição aos espaços e organismos institucionais, reproduzindo um discurso de crítica e desconfiança do Estado, do governo e dos partidos políticos, e das lideranças tradicionais, muito semelhante ao dos grupos de esquerda mais radicais.

Essa também era uma forma de manter a orientação política dos novos ativistas negros do MNU, mediante o processo de institucionalização política da militância dos movimentos sociais diante dos novos partidos que surgiam. Por isso, a coordenação local do MNU reforçou o compartilhamento de uma perspectiva política de desconfiança com a institucionalidade. Assim, em sua norma, o protesto negro deveria ser pautado pela mobilização da base, na ação política de denúncia do racismo e de defesa da autonomia do movimento negro. Trata-se de uma interpretação na qual qualquer grau de institucionalização ou maior interação com o sistema político correspondia a submeter os negros à cooptação e à manipulação política por parte do Estado.

Criada em 1997, a Assessoria da Juventude foi uma tentativa de institucionalizar a agenda dos movimentos sociais jovens de Santo André, em grande parte articulados ao movimento Hip Hop, que reivindicavam a construção de um Centro de Referência da Juventude no munícipio. Conforme o relato de Suely Chan:

> “A assessoria foi criada a partir de uma demanda do Movimento de Juventude de Santo André com protagonismo muito forte da juventude petista de Santo André. Quando o Celso Daniel foi reeleito, em 1997, esta juventude organizada apresentou, e acho que já haviam apresentado no programa de governo, a construção de uma área de política pública voltada para a juventude.(...) E aí ele cria a Assessoria de Juventude. Mas, se eu não estou enganada, antes mesmo da criação da Assessoria da Juventude, no primeiro orçamento participativo da gestão dele, a juventude se organizou e apresentou no OP a construção do CRJ – Centro de Referência da Juventude.(...) E foi aprovado no orçamento participativo e eu tenho a impressão de que foi meio esse movimento. Se aprova a criação do Centro de Referência da Juventude no orçamento participativo e a partir daí o Celso Daniel organiza dentro da secretaria essas assessorias, inclusive a de juventude.” (Entrevista de Suely Chan,56 anos, 2010)

As organizações do movimento negro, mesmo pertencentes ao campo político ideológico da luta antirracista, reproduziam não apenas as diferenças em termos estéticos acerca da identidade negra e de sua organização, mas também a disputa entre as tendências partidárias oscilantes: entre uma maior interação com o Estado e uma defesa da autonomia das organizações do movimento social negro. Por isso, para Matilde Ribeiro e as ativistas negras inseridas no quadro de governo, a formação do movimento de mulheres negras – Negra Sim ─ foi uma estratégia para a construção da legitimidade política, a partir de uma base social mais próxima das concepções ideológicas de ativismo negro e feminino em franco processo de profissionalização política e institucionalização, que deveria orbitar e interagir com o núcleo partidário petista.

3.2.2. A formação do movimento de mulheres negras de Santo André – Negra Sim

A organização das mulheres negras de Santo André, primeiro como movimento de mulheres negras, depois na sua formalização como ONG Negra Sim, em 1995, foi resultado da ação de Matilde Ribeiro e das ativistas negras por mobilizarem as mulheres negras no interior do FÉMININA, conforme o depoimento de Maria Penha Cipriano, que veio a ser, por indicação de Matilde Ribeiro, uma das primeiras assessoras da Assessoria de Defesa da Comunidade Negra – ACDN –, no terceiro mandato de Celso Daniel.

> "Eu fui antes disso em duas reuniões da FÉMININA, e, aí, as mulheres negras estavam passando por um processo de planejamento. Então, esperaram passar pelo planejamento para depois eu entrar para o movimento das mulheres negras. Aí, eu já comecei a navegar nos dois, na verdade a Negra Sim é uma consequência desse planejamento. Dentro do FÉMININA tinha as mulheres negras (...). Então, quando eu entro, dialogo com as duas, tanto com a FÉMININA quanto com a Negra Sim; porque eu entro pela mão da FÉMININA, que me mostra e me aponta umas mulheres negras fazendo discussões específicas." (Entrevistas de Maria da Penha Cipriano, 52 anos, 2010)

A criação do movimento de mulheres negras de Santo André – Negra Sim – surge como um dos primeiros espaços de organização negra, no município, de atenção específica às demandas das mulheres negras, pois até esse momento as organizações existentes estavam direcionadas à preservação e manifestação da cultura negra de forma ampla[102]. Outro aspecto importante foi esse organismo passar a recrutar não somente as mulheres dentro do circuito feminista classista, mas também parte da militância de mulheres negras, que iniciaram o seu ativismo racial por meio do MNU.

[102] Mesmo sendo expressiva a presença de mulheres no ativismo negro, as organizações do movimento social negro sempre foram caracterizadas pelo predomínio masculino e pelo pouco espaço dedicado às mulheres. Com a recente conversão de parte de suas lideranças ao Islã, o espaço político para as mulheres tem mostrado uma novas barreiras, restringindo a presença feminina à uma condição subalterna. (BASTOS, 2008).

> “Em 1993 e depois, 1995, dois anos depois, nós fazíamos sempre, e ainda fazemos, a tarja lilás em comemoração ao 8 de Março e fazíamos as atividades, também, do dia 23 de novembro, o Dia Internacional pela Não Violência Contra a Mulher. Nesses encontros o que eu percebia: nós sempre incluíamos a oficina sobre racismo, o espaço para discussão e sempre vinham as mesmas mulheres negras e brancas fazer a discussão. Em 1995 nós falamos: ‘Não. Por que nós não montamos uma comissão desse movimento para discutir de forma mais permanente? Nós estamos somente nos encontrando em marcha, em movimento. Por que nós não resolvemos, não nos encontramos?’. De lá, nós tiramos como definição daquela oficina e levamos para o plenário, informamos que: ‘Olha, a partir de agora, nós vamos montar uma comissão’. Convidamos, abrimos convite para quem quisesse participar.(...) A Ivete sim, mas quem participou desse momento da oficina foi a Ana Maria Boaventura Fabian, a Sônia Maria de Oliveira, a Rosana, que está na CUT hoje, a Rosana Aparecida Silva. Tinha outra senhora chamada Bernadete, que nós perdemos o contato, ela não conseguiu acompanhar conosco. Tinha a Maria de Lourdes, que era já conhecida do MNU. A Benedita, que, esporadicamente, nos acompanhava nesse primeiro momento. Tentamos levar outras mulheres, mas naquele momento não conseguimos, por conta de estarem em outras agendas. (...) Do MNU, por exemplo, a Lourdes e a Benê participavam. Eu também já participava do MNU. Eu entrei, ao mesmo tempo, com a FÉ-MININA, em 1993, ao mesmo tempo, fui procurar o MNU, São Bernardo do Campo, que atuava ali na região. Então, essa criação, por exemplo, que saiu da tarja lilás com as mulheres negras, que hoje é a Negra Sim, essa articulação aconteceu em paralelo também com a minha participação no MNU. Já tinha algumas mulheres que participavam do MNU, em São Bernardo e moravam em Santo André. Então, nós acabamos fazendo o convite. Umas responderam e outras não.” (Entrevista de Maraísa Almeida, 50 anos, 2012)

> “É verdade. E quando você falou assim ‘falaram para você ter visibilidade’, na realidade a visibilidade não era da população negra, era do movimento negro. Tinha a capoeira que fazia as atividades dela – a capoeira chamava ‘Belas Artes’, que era do mestre Zezinho, ele tinha três ou quatro academias, era forte na cidade – então a capoeira fazia as atividades, lá, os meninos do Hip Hop, do ‘Negro Atividade’ era muito forte lá no Center Vile, porque é uma área que foi ocupada por militantes do movimento de habitação, então, os meninos eram extremamente politizados. Tinha, também, a Pastoral, ela também fazia parte na época. E o que o pessoal dizia? ‘Vocês são muito fortes, mas vocês estão na periferia’. Na realidade, como eles falavam na época – veja como é o jogo das palavras, o jogo político –, falavam que a gente estava dividido; e, na realidade, estava todo mundo na periferia fazendo seu trabalho, e a ideia deles era: ‘venha para cá onde tem a luz’ e a luz, na concepção deles, era em torno do Executivo e do Legislativo.” (Entrevista de Maria da Penha Cipriano, 52 anos, 2010)

Esse processo de recrutamento tensionou ainda mais as relações políticas entre as lideranças ligadas ao MNU e os ativistas negros inseridos no governo de Celso Daniel, levando, inclusive, a coordenação do MNU a declarar o desligamento de Maraísa Almeida, alegando como motivo a participação dela no processo de

criação de uma organização de mulheres negras sem a anuência da coordenação. Organizado com base no modelo dos grupamentos de esquerda tradicionais, como os partidos comunistas do século XX, e caracterizando-se por uma coordenação hierarquizada, centralizadora e pouco aberta a encaminhamentos das novas lideranças, o MNU procurava, com tais iniciativas, manter a orientação política de seus ativistas e responder ao assédio dos novos partidos de esquerda.

> "Eu recebi uma cartinha mesmo de afastamento. Lá diz afastamento, mas, na verdade, era uma expulsão. Mas, por quê? (...) Foi na época que nós já estávamos nos reunindo há dois anos com o pessoal que hoje é a Negra Sim, e nós fizemos uma festa no mês de novembro. E o que eles diziam, dizem, nessa carta é que eu descumpria umas coisas do estatuto, porque nós temos um estatuto, uma cartilhinha do MNU. Então, eles diziam que eu desobedecia a três itens lá.(...) O que aconteceu? Nós fizemos essa atividade, essa festa do 20 de novembro na Escola de Samba Cidade de São Jorge (...). Acrescentamos coisas que, inclusive, o MNU contribuiu, o grupo. O que nós acrescentamos? Hip Hop, com os meninos do MNU, nós acrescentamos o desfile de moda afro que o GT Baloguns, a Hilma e o Adonai faziam. Acrescentamos capoeira e o baile. Então, tivemos públicos diferentes, inclusive, durante a noite, a madrugada.(...) E o MNU estava lá. Esse mesmo povo que fez, dez dias depois, a assembleia que me expulsou, eu percebi que eles estavam diferentes. Depois que me ligaram e me disseram que eu estava afastada, que a Hilma me falou, que era coordenadora, na época, do GT: 'Bom, Maraísa, a sua expulsão é porque você criou uma entidade sem discutir conosco'. Eu falei: 'Não é que eu não discuti com vocês. Vocês estavam na festa. Como é que eu não discuti? Foram lá, fizeram o desfile de moda afro, os meninos dançaram. Como eu não discuti?'. Eu fiquei sem entender, você fica chateado. Ela falou, no telefone: 'Olha, você vem aqui que eu estou fazendo o relato e vou lhe entregar a carta'. E no dia que eu fui pegar que eu vi o afastamento, e para recorrer do afastamento eu teria que recorrer, que me defender em um congresso nacional, que aconteceria dali a dois anos, da entidade." (Entrevista de Maraísa Almeida, 50 anos, 2012)

Por isso, para as ativistas feministas e negras, o MNU tornou-se um espaço limitado para a organização das mulheres e a elaboração de uma nova agenda política para o segmento negro, que, no contexto político dos anos 1990, viu se desenvolver a profissionalização dos ativistas e de sua ação política por meio de ONGs Negras ou da integração aos novos quadros de governos da esquerda ao centro político.

3.3 - A criação do projeto GRPE[103]

A organização do Negra Sim foi uma estratégia de mobilização política que permitiu reforçar a posição da questão racial no interior do governo, pois as ações das ativistas negras estavam diretamente articuladas à mobilização feminista tanto fora como no interior do governo, principalmente por organismos como Elo Mulher e a ADM.

> "(...) atuação da Matilde, aqui em Santo André, foi para o fortalecimento do movimento Negra Sim, o movimento de mulher e o movimento negro em Santo André. A participação dela foi fundamental, porque eu me lembro de quando a gente começou o FÉMININA, a gente não trazia a questão da raça junto, a gente não tinha essa compreensão, aí, a gente passou a compreender e a absorver a importância de trazer o recorte racial, são mulheres e mulheres, toda essa diversidade." (Entrevista de Silmara Conchão, 43 anos, 2010)

Trata-se do estabelecimento de uma rede que criou oportunidades para a institucionalização da agenda racial defendida pelas organizações do movimento negro na região. Entretanto, mesmo reunidas na luta antirracista, somente as ações das ativistas negras próximas ao núcleo do governo petista se mostraram mais eficazes em seu estabelecimento e na reprodução da agenda de gênero e raça. Isso, mesmo considerando o machismo, o racismo e o centralismo político existentes na estrutura política.

[103] Ver detalhes do projeto em GUIMARÃES, Nadya, & LEITE, Marcia (2003).

> “O fato de a cidade ser pequena, tinha isso, era um facilitador. Não era fácil o trabalho no que chamamos de construção de transversalidade entre as áreas. Nada fácil. Eu vou contar uma situação vai fazer chegar no GRPE. Eu, bastante animada quando cheguei lá, fui conversar com o secretário do Trabalho, que na época era um empresário alçado à situação de gestor. Contei das experiências que eu conhecia do gênero e trabalho, a questão do ‘empoderamento’ no mercado de trabalho, a importância de mais mulheres. Fui procurar ganhá-lo para a construção de uma política com protagonismo na Prefeitura. Esse cidadão virou para a equipe e disse: ‘muito prazer, mas olha: trabalho é trabalho. Não tem que ter esse olhar de desigualdade racial e de gênero, eu estou aqui pra coordenar as ações no trabalho’. Aí, contou as experiências mirabolantes que ele conhecia dos EUA. Conclusão: racismo não existe, machismo não existe, depende de cada um. Eu peguei a pasta e fui embora, porque eu falei: ‘desse mato, não sai coelho’. Só que, como eu tinha experiências que aconteciam fora, eu montei um seminário, chamei as feministas tops do Brasil para esse seminário para discutir...” (Entrevistas de Matilde Ribeiro, 50 anos, 2010)

Por isso, a composição das redes sociais e políticas foi importante recurso para lidar com as restrições na estrutura de poder. Um exemplo significativo dessa estratégia foi no período de 1998 a 1999, quando a ADM, a partir de sua articulação com a rede de feministas mais ampla, aderiu ao projeto Gênero nas Administrações: desafios para as prefeituras e governos estaduais, desenvolvido pela ILDES – Fundação Friedrich Ebert, cuja finalidade era promover, para os seis municípios e três estados governados pelo PT, uma reflexão sobre as condições de implementação das políticas públicas com a perspectiva de gênero. Como representante de Santo André no que se referia à política de gênero, a ADM estabeleceu, então, um convênio com a ILDES para investigar a integração de gênero e raça ao estudo das políticas públicas. Procurou-se tratar a questão de gênero e raça não apenas como uma mudança cultural em relação à representação social de mulheres e de negros, mas buscou-se também analisar a relação entre estrutura de oportunidades ocupacionais e as desigualdades vividas por esses segmentos, especialmente no processo de reestruturação produtiva e redefinição espacial da indústria do Grande ABC. O sentido foi o de propagar a necessidade de

uma política de promoção da igualdade de gênero e raça para integrar mulheres, negros e negras às novas estruturas de trabalho.

Para promover o desenvolvimento dessa ação, foi estruturado um grupo de trabalho interinstitucional, reunindo entidades de pesquisa, como o CEBRAP e o NEDIC/USP, e as ONGs especializadas em políticas públicas de gênero e raça: CEERT – Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades, que investiga gênero, raça e trabalho; ELAS – Elizabeth Lobo – Assessoria, Trabalho e Políticas Públicas, com ações vinculadas à temática de gênero, trabalho e ações afirmativas; PÓLIS – Instituto de Assessoria, Formação e Estudos em Políticas Sociais, com pesquisa em orçamento participativo; e a SOF – Organização Sempreviva Feminista, direcionada à questão de gênero, direitos reprodutivos e participação popular; junto com o apoio de mais órgãos dedicados ao planejamento e à gestão locais, como o Instituto Latino Americano e do Caribe de Planificação Econômica e Social (ILPES), a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Central de Trabalho e Renda (CTR) da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (CARVALHO & RIBEIRO, 2001; GUIMARÃES & LEITE, 2003).

Inicialmente, montou-se um seminário com as ativistas e intelectuais de atuação reconhecida em todo o Brasil sobre os temas do gênero e da raça. O objetivo era discutir e estruturar um diagnóstico sobre as condições de vida da população de mulheres e negros em Santo André, principalmente os efeitos da reestruturação produtiva sobre essa parcela da população. Com o desdobramento do seminário, partiu-se para a ideia de construir um projeto de pesquisa e captar financiamento para sua aplicação. Foi quando, no mesmo período, uma convocatória para a investigação de Políticas Públicas, aberta pela FAPESP em

1999, mostrou-se uma oportunidade para dar andamento ao projeto. Assim, para realizar o estudo, elaborou-se um pré-projeto com enfoque sobre gênero, raça e trabalho, que foi encaminhado à agência estadual, sob a responsabilidade de Nadya Araújo Guimarães, pelo CEBRAP; Maria Aparecida Bento, pelo CEERT; Laís Abramo, pela CEPAL/ILPES; Vera Soares, pelo ELAS; e Cibele Reznick, pelo NEDIC/USP.

> "Não, lá no início, 97, 98. Levei Laís Abramo, que hoje é diretora da OIT, Vera Soares que é muito atuante, professora da USP, física–feminista. Didice Godinho, foi a primeira coordenadora da comissão de mulheres da CUT. Levei o batalhão. Dois dias de debate, saiu no jornal; e, aí, essas mulheres me ajudaram a construir um projeto que ainda não é o do GRPE, financiado pela FAPESP, Nós agregamos o CEBRAP, Nadya Guimarães e Márcia Leite, e o CEERT, Maria Aparecida Bento, nesse grupo, junto conosco em Santo André.(...) Foi uma estratégia para ter um enfrentamento dentro da gestão, para apresentar alternativas de gente com 'pedigree', para dizer: 'isso funciona'. Captei recursos com as próprias entidades. No primeiro momento, essas pessoas e entidades vieram sem remuneração. Vieram numa perspectiva de colaboração, na confiança do que eu e a Ivete vínhamos construindo na cidade. E depois do seminário a FAPESP abriu uma linha de pesquisa dentro de gênero e trabalho. Foi aí que o CEBRAP, o CEERT, a Nadya Guimarães, foi a tutora desse projeto. (...) O que aconteceu foi que nós descobrimos essa linha de pesquisa da FAPESP, chegamos à Nadya, montamos um GT para elaborar o projeto e iniciou na pesquisa com foco e gênero trabalho; que envolvia os agentes dentro da pesquisa. Nós apresentamos o pré-projeto para o prefeito, que abraçou, e aí nós fomos construindo a condição de viabilização desse projeto." (Entrevistas de Matilde Ribeiro, 50 anos, 2010)

A articulação das ativistas feministas e negras de Santo André com as pesquisadoras e ONGs especializadas permitiu que fossem aglutinados recursos teóricos e metodológicos, para que, no interior do governo, se propagasse a relevância do tema. Isso garantiu a preservação das iniciativas da ADM e configurou a necessidade de criação de uma assessoria específica para o enfrentamento das desigualdades raciais.

> “Eu adotei a estratégia de não ficar brigando pelos corredores e apresentar um projeto que consolidasse novas visões de política pública. (...) Porque isso não leva a lugar nenhum. Claro que o enfrentamento político passa pelo debate político, e isso aconteceu, via seminários, cursos e oficinas. Mas eu brincava com minha equipe dizendo: ‘para a gente avançar nas políticas de gênero em relação às demais, nós temos que acreditar que, se não for por amor, será pela dor’, pensando nesse secretário que certamente nunca quis entender as desigualdades de gênero e raça. Mas com um projeto dessa envergadura envolvendo tantas instituições, pessoas importantes e recursos, aí o prefeito aprovando, ele tinha que se resignar. Então, eu acho que o aprendizado foi grande, no sentido de que o enfrentamento institucional, seja do racismo ou do machismo, você combate com ideias e ações. Essa é uma estratégia que eu considero exitosa. O GRPE foi resultado dessa primeira ação com a FAPESP, foi a consolidação.” (Entrevista de Matilde Ribeiro, 50 anos, 2010)

O pré-projeto do GRPE foi um importante marco para a construção da assessoria da comunidade negra no segundo governo de Celso Daniel. Ao mesmo tempo, a sua estruturação, nos níveis municipal e regional, não ocorreu sem restrições e enfrentamentos das feministas e mulheres negras com o núcleo de poder do governo. Com a continuidade do governo de Celso Daniel para o mandato de 2001 a 2004, em um terceiro governo do PT em Santo André, novas mudanças na administração municipal e na conjuntura eleitoral levaram parte das ativistas feministas e negras a integrar o projeto da campanha presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva. Outra parte delas resistiu à desmobilização das iniciativas da ADM dentro do governo municipal.

No Capítulo Quatro, será feita a análise do processo de desenvolvimento do GRPE e do enfrentamento das ativistas feministas e das mulheres negras contra a desmobilização das ações de gênero e raça no governo petista em Santo André, e de seus efeitos para a política de promoção da igualdade de gênero e raça.

Capítulo 4

O terceiro mandato de Celso Daniel – 2001-2002: A regionalização da agenda de gênero e racial, e a criação da SEPPIR.[104]

A fim de aprofundar a investigação sobre a política de promoção da igualdade de gênero e raça e sua regionalização no Grande ABC, este capítulo analisará a relação entre a estrutura administrativa do governo petista da PMSA e a ação das ativistas feministas e mulheres negras. Para isso, caracterizará a criação de oportunidades e restrições políticas às ativistas, considerando a necessidade do núcleo de poder petista de estabelecer o controle político da administração e garantir a sua hegemonia política no município pelas conquistas eleitorais.

De início, o terceiro mandato de Celso Daniel, em 2001, significou o prosseguimento das ações de modernização e inovação do programa de governo da gestão anterior, com o aprofundamento dos processos de modernização administrativa, ampliação da participação dos munícipes, a inovação por meio da integração regional e dos projetos GEPAM e GRPE, e a criação de uma secretaria de relações internacionais e captação de recursos e financiamento internacional.

---

[104] As fontes primárias que serviram de base para a formulação deste capítulo encontram-se devidamente identificadas e organizadas no anexo 3, e corresponde ao arquivo pessoal de Silmara Conchão. Além disso, para reconstrução desse percurso histórico foram utilizados os depoimentos das ativistas feministas e negras, juntamente com as informações do relatório: *Gestão local, empregabilidade e equidade de gênero e raça: um experimento de política pública no ABC*. FAPESP/CEBRAP 98/14044-8. PMSA, CERET, CEBRAP, ELAS, AGENCIA ABC, FAPESP, IGCABC. 2003.

> "... O convênio – GEPAM – começou com uma história do próprio Celso Daniel, política do Celso. Ele estruturou uma área de relações internacionais, ele tinha uma visão muito moderna da administração pública municipal, o município tinha que ser competitivo, e uma das formas de ser competitivo era também se apresentar no mercado internacional. Você vê que tem políticas públicas no município, é um município que pensa nas políticas sociais, qualidade de sua cidade para ter qualidade de vida; enquanto ele comentava muito essa vinda da área de serviços para Santo André. Então, tinha toda uma estrutura, e ele promove então a Secretaria de Relações Internacionais, forte, que vem com outra lógica de captação de recurso – não só recurso para viabilizar projetos da prefeitura, não só recursos financeiros, mas recursos humanos –, então, começa a buscar recursos, projetos em outros municípios da Europa. E, aí, surgiu o Canadá, com essa proposta de fazer, via Agência Canadense de Desenvolvimento, um convênio para desenvolver um projeto de gestão participativa em áreas de mananciais, e, aí, que começou tudo." (Entrevista de Sara Juarez Sales, 2010)

O conjunto de grande parte das ações esteve a cargo do núcleo de governo composto pelo prefeito Celso Daniel e seus secretários, com destaque para Miriam Belchior, Mauricio Mindrisz, Rene Miguel Mindrisz, Mário Maurici, principalmente, por sua atuação partidária, na ocupação de cargos do primeiro escalão do governo municipal petista, e os vínculos pessoais de mais de duas décadas com o prefeito. A direção dada à gestão, por esse núcleo – em especial por Miriam Belchior[105] à frente da Secretaria de Inclusão Social e Habitação, durante o período de 2001 até 2002 –, repercutiu sobre as ações do ativismo feminista e negro no município, com a criação de novas oportunidades políticas e restrições, e o estabelecimento de maior controle político das posições de poder no governo.

> "Duas mulheres que eu consigo destacar agora, três até eu conseguiria, Ivete Garcia, Miriam Belchior, hoje Ministra do Planejamento. Rosana Denaldi que foi, era uma técnica, que foi se 'empoderando' até ser secretária da educação. Então, essas três. Outras vieram de fora. Mas eram em minoria. O movimento social não estava lá, tinha Ivete que era uma liderança nesse campo. Mas, assim, as mulheres mais integradas dentro do movimento social não estavam nesse front. É eu não estava nem num lugar nem no outro. Considerando-se o seguinte, eu não era massa, mas também não era integrante do grupo nuclear do Celso Daniel." (Entrevista de Matilde Ribeiro, 50 anos, 2010)

[105] Miriam Belchior também integrou a equipe de transição do governo Lula em 2002.

4.1 - A criação da Assessoria de Defesa da Comunidade Negra - ADCN

Entre as novas oportunidades, um ponto de destaque para o ativismo feminista e negro foi a criação da Assessoria de Defesa da Comunidade Negra (ADCN). Tratava-se de uma resposta às iniciativas de Matilde Ribeiro, das organizações negras locais, em especial à entidade Negra Sim, que, articuladas em um fórum de organizações do movimento negro, investiram na construção de uma política para a promoção da igualdade racial no município.

> "Então, nós criamos um coletivo de negros, construímos um programa de governo – isso daí é mérito e iniciativa da Matilde, ela que carregou, foi a primeira coordenadora do coletivo nosso. Então, nós fizemos o coletivo, fizemos o programa de governo, como resultado do programa de governo foi criada a Assessoria dos Direitos da Comunidade Negra. Então, em 2001, tinha o fórum, a criação da Assessoria dos Direitos da Comunidade Negra, e eu acho – aí, você confirma mais com a Sônia, com a Maraísa – que a Negra Sim também estava nascendo do ponto de vista jurídico, aí, deixa de ser Movimento de Mulheres e passa a ser Negra Sim. Tudo isso estava acontecendo ao mesmo tempo em Santo André." (Entrevistas de Maria da Penha Cipriano, 52 anos, 2010)

> "Dada essa minha militância, aqui, em São Paulo e no Brasil de colar o partido no movimento negro e feminismo, eu cheguei com maior intensidade de relação com o feminismo, mas circulei pelos outros espaços e o movimento negro de Santo André não tem um corpo tão firme como é a FÉMININA, não que não tenha outras entidades de mulheres na cidade, mas quando se pensa em uma entidade feminista é a FÉMININA que surge. O movimento negro não tem isso, tem os militantes que estão dentro do PT, tem várias entidades, escolas de samba, enfim, tem 'N' focos e não tem a entidade. Então, chegou uma hora que esses vários focos, principalmente pessoas internas do PT, me chamaram e falaram: 'Matilde, temos tarefas aqui, precisamos concluir isso, isso e isso, precisamos de você para ajudar a gente nesse processo.(...)' E com a gestão da prefeitura. Então, por dentro da prefeitura eu provoquei discussões com a assessoria do prefeito, com a Câmara sugerindo a criação da assessoria dos direitos da população negra." (Entrevistas de Matilde Ribeiro,50 anos, 2010)

Porém, a lentidão no processo de escolha de um coordenador da ADCN, no decorrer de seis meses, demonstrou as dificuldades de Celso Daniel em instituir alguém da sua confiança. Outros complicadores foram o embate dos agrupamentos negros pela direção da ADCN e as próprias dificuldades dos gestores em incorporar

a temática racial. Para manter o controle político sobre as lideranças negras em Santo André, o prefeito e o secretário Pedro Pontual definiram como responsável pela ADCN uma pessoa em quem confiavam, no caso a ativista negra e petista Elair Santos, cuja trajetória política foi construída no MNU da cidade de Santos (SP). Essa escolha permitiu ao núcleo do governo dissuadir da mobilização as entidades negras, rejeitando a indicação política de Edgar Amaral, ativista negro ligado à pastoral negra e à ONG católica Instituto Solano Trindade, de Santo André. Para dar suporte à nova gestora foi integrada à assessoria, por indicação de Matilde Ribeiro, a ativista negra e feminista Maraísa Almeida, cuja atuação no governo, junto às feministas, ocorria desde o segundo mandato da gestão petista.

> "O secretário convidou uma diretora, a diretora conhecia essa pessoa. Ela tinha uma indicação para o meu nome, ele resistia, o secretário, em montar essa assessoria e (...) o Pedro Pontual. A coisa demorou, seis meses para montar essa assessoria, ela já criada. Eu já tinha feito, na verdade, uma opção por colocar uma pessoa do perfil do Solano Trindade, na época, que era o Edgar Amaral, que é da Pastoral do Negro. Houve resistência e, no fim das contas, ele optou por buscar alguém de fora. Alguém de fora foi essa pessoa indicada pela diretora que tinha chegado, conhecia essa moça. Dentro do poder público, infelizmente, ainda esses processos são muito pessoais, das indicações das equipes e a fidelidade política.(...) Acho que, inclusive, há uma resistência em relação ao tema. Eu acho que, na verdade, tinha uma resistência e achava-se, não vou generalizar não, nunca foi verbalizado, mas tinha uma coisa de não achar que fosse importante." (Entrevista de Maraísa Almeida, 50 anos, 2012)

A dificuldade da definição demonstrou o quanto era importante para o núcleo de poder assegurar o controle dos ativistas dos movimentos sociais. De fato, o desenvolvimento da agenda racial estava condicionado à necessidade dos arranjos institucionais e partidários no interior do governo. Todavia, mesmo com tais restrições, foi significativo o crescimento do número de mulheres negras no quadro

das assessorias, registrado pela presença de Matilde Ribeiro – ADM, Suely Chan – Juventude[106], Maraísa Almeida – ADCN e outras.

> "Eu contribuí para ADCN ser criada e a pessoa que foi a primeira coordenadora foi a Maraísa. Ela era da equipe da assessoria da mulher, hoje a Maraísa está em Brasília. Nereusa era integrante da equipe da assessoria da mulher. A Nereusa fez parte da primeira gestão, com a Ivete, e depois trabalhou comigo na equipe. A minha equipe era formada por Nereusa, que veio da primeira gestão, a Arlete, que hoje está na prefeitura de (...) A Haíde também, que é pastora luterana, a Maraísa, depois chegou a Marilda. (...) Sueli Chan é militante antiga do movimento negro, ela chega em Santo André para coordenar a assessoria de juventude, eu a apresentei para a Mercedes, que era a secretária que a contratou. A Sueli Chan tem um histórico de ser do MNU e o fato de ela chegar para a assessoria de juventude é em função do trabalho que ela havia feito, aqui, em São Paulo, no governo Erundina, ela estava trabalhando com Hip Hop (...). Com as questões raciais. Então, chegou uma época que nós éramos três assessoras negras, a Matilde na Mulher, Sueli Chan na Juventude e Maraísa na Comunidade Negra. Éramos três negras em cinco." (Entrevista de Matilde Ribeiro, 50 anos, 2010)

Se, por um lado, o núcleo estabeleceu o controle político sobre o ativismo no interior e na órbita do governo, promovendo o rebaixamento das assessorias e maior subordinação, por outro, o não reconhecimento da representatividade política dos gestores indicados pelo núcleo de poder significou para os ativistas novos impasses no desenvolvimento da política de promoção da igualdade de gênero e raça, gerando dissidências no quadro dos assessores.

[106] Suely Chan deixa o quadro da assessoria da juventude na PMSA em 2000 e vai ser secretaria da Cultura em Diadema.

> “Quando se definiu que seria ele o secretário, Pedro Pontual (...) a Secretaria de Combate ao Racismo do PT, em Santo André, fez uma reunião com ele e fez a indicação do meu nome. Mas só que, no mesmo grupo, tinha uma pessoa, essa mesma pessoa que por fora botou outro nome. O que aconteceu? Por conta dessa história já, a pessoa não está a fim de fazer. Tem dois nomes, foi postergando. Ele tentou colocar essa outra pessoa, não deu certo. Ele levou seis meses para trazer alguém de fora. Esse alguém de fora encontrou bastante resistência em relação ao movimento, porque não era do movimento. É bem diferente você trazer alguém que não é do movimento para o governo federal, que não é governo federal, do que você levar para uma prefeitura. Porque ali a relação é direta. (...) Sim, o contato é muito direto. Então as coisas não se sustentam por muito tempo. Tanto é que isso que eu estou dizendo se confirma, por quê? A saída dois anos depois de toda a equipe de direção da secretaria. Entendeu? Não foram a Elair e a diretora que saíram. Saiu o secretário, a assessora dele, a diretora. Porque as pessoas acabaram percebendo que tinha um problema...” (Entrevista de Maraísa Almeida, 50 anos, 2012)

O processo de rebaixamento das assessorias as transformou em uma espécie de gerência temática, com maior grau de restrições políticas às suas iniciativas e ao contato direto com o prefeito. Além disso, o deslocamento de Ivete para o mandato legislativo e a falta de integração de Matilde Ribeiro com o núcleo de poder do governo ampliaram a tensão entre as ativistas e as lideranças da Articulação na PMSA, ampliando ainda mais seu isolamento político.

> “É, eu acho até que foi um erro meu não fazer parte do grupo político majoritário, que era o grupo do Celso Daniel na cidade. Eu não fui para dentro da articulação naquela época, estou indo agora. Então, assim, foi um... eu acho que é um erro político, eu deveria ter ido. Mas também posso compreender esse erro político se eu dato ele. Se eu olho para trás datando e vendo quais eram as conjunções da época. Eu havia saído da DS, saído da DS em 94, por aqui. (risos) aí...(...) Ah, eu assim, eu sou uma pessoa de pensamento independente, não gosto de amarras, embora também seja muito fiel, não sei se fiel é a palavra. (...) Eu sou muito leal às estruturas de que eu faço parte, sempre fui, tanto é que tenho vida, a minha vida nas instituições é duradoura (...) Quando eu falo, fiquei sozinha assim, que eu deveria, poderia ter chegado na cidade, ter reciclado e tal, e ter tido a participação mais focada na política e em tudo isso que eu contribuí para construir, ter tido um link mais efetivo com a política, real. Isso eu não fiz, eu construí tudo, toda essa teia e ofertei ao movimento social, que é importante, mas faltou um fio.” (Entrevista de Matilde Ribeiro, 50 anos, 2010)

POSICIONAMENTO DA ADM NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA PMSA – NA GESTÃO 2001-2002[107]

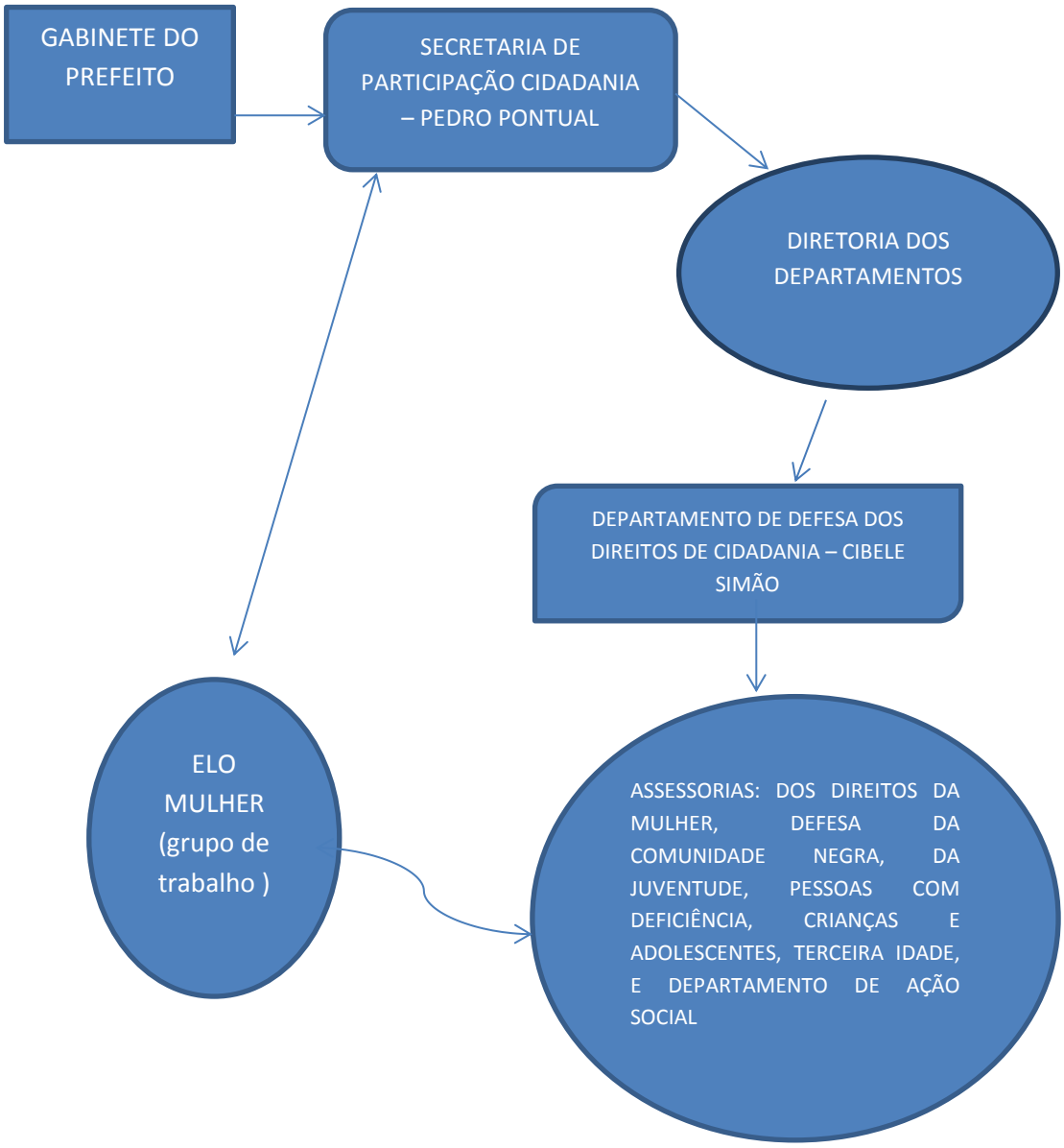


Figura 08 – PMSA (2001)

[107] Cf. Projeto de Lei nº 093, de 08.12.2000 - Proc. nº 47.514/29000-1, que dispõe sobre a reorganização da estrutura administrativa, bem como extingue, cria e transforma cargos em comissões e funções gratificadas da Administração Pública Municipal de Santo André e dá providências correlatas, resultante na Lei nº 8.157 de 1º de janeiro de 2001.

Todo esse processo de diluição de poder dos ativistas dos movimentos sociais no terceiro mandato gerou para as feministas e mulheres negras a necessidade de rearticulação de sua rede social na PMSA. Com a saída de Matilde Ribeiro do quadro da ADM e o ingresso na equipe da campanha presidencial petista de Silmara Conchão, outra ativista feminista, com forte envolvimento no PT e no movimento de mulheres local, foi indicada para o cargo. Ela e Maraísa Almeida foram responsáveis por desenvolver uma nova estratégia para garantir a conquista dos espaços de poder.

> "Essa, aqui, a gestão 1997, 2000, e depois 2001, 2004, mantém-se essa estrutura mudando os personagens, que, aí, o secretário é o Pedro Pontual, a adjunta é a Natalina Ribeiro, a diretora é a Cibele Simão, e há as assessorias. É aqui, que, em 2001, eu rompo essa estrutura porque ficou pesada demais para mim, quando eu saio. Aí, depois, na gestão 2004-2007, que é a gestão Ivete e João Avamileno, aí, cria-se a estrutura dos núcleos, as assessorias são destituídas..." (Entrevista de Matilde Ribeiro, 50 anos, 2010)

> "Eu vou dizer para você que, quando chegou a minha vez, olha só, depois da Ivete, depois da Matilde, dois nomes fortíssimos, de grande liderança, que representam muito para a luta das mulheres, para a luta dos negros no Brasil, as duas, eu assumi a terceira, precisou ter muita força, muita paixão, ter muita 'FÉ-MININA', porque o local, a Ivete estava vinculada ao gabinete, à chefia de gabinete, a Matilde estava vinculada a uma secretaria forte, mas já estava com status de departamento, quando eu entrei as assessorias já estavam com status de gerência, dentro de um departamento, dentro de uma secretaria, dentro de uma administração, então foi despencando. E Santo André, por ser essa referência que a gente diz com orgulho, foi a primeira a ser criada no Brasil, por ser a referência, jamais poderia ter permitido que isso acontecesse, e nós não tivemos força. (...) Porque a Matilde saiu não só pelo fato de ter assumido uma responsabilidade maravilhosa, significativa, importante para a luta das mulheres, para a luta da comunidade negra, ela não só saiu para assumir, e a gente com muito orgulho, ela foi nossa ministra, mas a gente já começava a enfrentar as dificuldades, quando, mesmo no governo de Celso Daniel, as assessorias perdem status, as assessorias perdem status no sentido de que a gente defende, a gente que estuda a questão de gênero, raça, a gente defende que é preciso esses organismos estarem vinculados ao local estratégico de poder dentro da gestão, para que ele tenha articulação, para que ele tenha mobilidade dentro do governo, para que ele tenha portas abertas para ser recebido, inclusive para que tenha status de primeiro escalão dentro do governo." (Entrevista de Silmara Conchão, 43 anos, 2010)

Os vínculos de Silmara e Maraísa com Matilde Ribeiro e a rede feminista e de mulheres negras eram a garantia de manter na coordenação da ADM pessoas ligadas ao desenvolvimento da política de promoção de igualdade de gênero e racial. Por isso, para lidar com o cenário de restrições, a nova coordenação buscou maior suporte para suas iniciativas por meio da mobilização do Elo Mulher no interior do governo e da integração do programa GRPE ao consórcio intermunicipal do ABC.

> "Eu aprendi muito quando eu cheguei na Assessoria dos Direitos da Mulher, que eu vi o que a Matilde tinha deixado, porque eu estava na educação, eu estava no movimento, mas eu não acompanhava o dia a dia, a gente participava mais quando eram os grandes encontros, não tinha uma participação muito efetiva na assessoria da mulher na época da Matilde. Mas quando eu assumi e vi o tamanho, porque a Matilde fortaleceu a ação regional e também as relações de Santo André com outras instituições, em São Paulo, no Brasil, no exterior inclusive, então, a assessoria com a Matilde teve uma repercussão forte até em nível internacional. A Matilde foi uma grande articuladora, e ela traz a luta dela na questão da mulher naquele momento da ADM, que ela estava na ADM, mas ela traz o recorte racial com tudo e a gente começa também a assimilar a importância disso, foi com ela, porque antes era só mulher, a gente foi avançando na perspectiva." (Entrevista de Silmara Conchão, 43 anos, 2010)

Naquele contexto, o aumento da organização das feministas e mulheres negras no interior do governo foi acompanhado por um processo de maior centralização política por parte do núcleo de poder da PMSA. Era uma reação ao avanço e à influência dessas lideranças feministas no governo e à atuação do Elo Mulher. Mesmo que a tônica participativa fosse um importante elemento da imagem da gestão petista, para o núcleo de poder ela deveria ocorrer de forma controlada, mantendo inclusive a centralidade das ações no Executivo municipal e nas mãos da sua principal tendência político-partidária.

> “Era o grupo da administração atual, um grupo fechado e um grupo que centralizava decisão. Tinha homens e tinha mulheres. Porque não são todos que têm essa compreensão, por isso que eu também fui estudar, a gente tem que estudar muito, nós mulheres, negros – vocês, negros –, nós temos que estudar muito, e mesmo assim a gente enfrenta mil obstáculos, mil barreiras, infelizmente, a gente trabalha muito, a gente tem que provar sempre, porque o fato de você estar lá, qualquer coisa que você fizer “‘olha lá, é mulher’, ‘olha lá, é negro, está vendo?’. Então, assim, conquistar o espaço de poder não é simples, para as mulheres e negros no espaço da política, das decisões governamentais, é uma luta. E o que acontece? Eles que não têm o acúmulo que a gente tem hoje, que você tem, que eu tenho, que muitas pessoas ligadas ao movimento negro, ao movimento de mulheres têm, eles não têm esse acúmulo, acabam decidindo sem levar em consideração nossa história, nossa experiência, nosso acúmulo, e decidem em portas fechadas o grupo da inteligência. Isso é centralismo, e esse grupo tinha mulheres também, negros não tinha, isso eu posso te afirmar.” (Entrevista de Silmara Conchão, 43 anos, 2010)

Se, do ponto de vista local, o ativismo feminista e negro enfrentava restrições no direcionamento da política de promoção de gênero e raça (culminando em parte com a saída de Matilde, por divergência com o secretário de Participação e Cidadania, Pedro Pontual), em outro aspecto, uma nova oportunidade política surgiu quando ela foi indicada por organizações negras para compor, em 2002, a equipe que coordenaria a redação do programa de governo do candidato do PT à Presidência da República. A indicação de Matilde Ribeiro expressou o reconhecimento por parte do ativismo negro e de esquerda de sua atuação na promoção das políticas de gênero e raça, em Santo André.

Dentro do partido, Celso Daniel também respaldou a indicação de Matilde Ribeiro, transferindo-lhe o prestígio de seu governo e de sua competência no campo da gestão pública. Ao mesmo tempo, o fortalecimento de Celso Daniel na estrutura partidária, graças a sua significância pública, tornou-o também um dos principais articuladores do programa de governo do então candidato à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

> “Eu cheguei no início de um governo. Quatro anos depois, nas eleições de 2000, tinha a tarefa de elaborar o programa do governo, tinha cursos de formação política, tinha a estruturação da assessoria da comunidade negra. Então, o movimento passou a me requisitar para contribuir nesses processos, assim como eu contribuía com o de mulheres, sendo que, pelo fato de não ter a entidade uma liderança tão visível como a Ivete, eu passei a ocupar esse lugar. (...) Então, eu atuei como técnica e agente política dentro da prefeitura e também na relação com o movimento. (...) O Celso Daniel, inclusive, foi uma das pessoas que, quando eu fui indicada para a coordenação do programa de governo do Lula, candidato em 2002, o Celso Daniel, em 2001, foi uma das pessoas que me afiançou para esse papel. (Entrevista de Matilde Ribeiro, 50 anos, 2010)

O deslocamento de Matilde para uma campanha eleitoral de âmbito nacional a distanciou das iniciativas políticas que haviam sido implementadas pelas feministas e mulheres negras em Santo André. Sua presença na campanha presidencial, além de reaproximá-la da tendência Articulação, procurava responder às demandas dos ativistas negros ligados ao partido, que solicitavam a construção de uma agenda racial no programa de governo do candidato Lula. Todavia, novos acontecimentos no quadro da gestão e na coordenação da campanha presidencial repercutiram na interação das ativistas com a estrutura política local e partidária.

4.2 – A morte de Celso Daniel e a reorganização administrativa em Santo André

O terceiro mandato de Celso Daniel, iniciado em 2001, foi abreviado no dia 20 de janeiro de 2002, quando ocorreu sua morte[108]. Para completar os anos restantes da administração petista, João Avamileno, sindicalista e então vice-prefeito, foi empossado como o novo líder do governo. A instabilidade política provocada pela perda da liderança foi ampliada, porque se instaurou sobre o governo uma investigação criminal que procurou verificar se a morte do prefeito teria motivações de natureza política. Nesse contexto, o partido procurou, primeiramente com ações de maior centralização política, dar continuidade ao programa de governo. Assim, a hegemonia petista na PMSA permitiu ao partido oferecer uma resposta política à sociedade, em especial aos questionamentos do Judiciário e à imprensa local sobre os motivos da morte do prefeito. Em segundo lugar, no interior do governo andreense, a ascensão de Avamileno levou à posse de Ivete Garcia como vice-prefeita, e à reorganização administrativa da prefeitura, com maiores restrições na relação do governo com os movimentos sociais, pois se adotou ao final de 2002 um novo rebaixamento das assessorias na estrutura política administrativa.

[108] Cf. REDAÇÃO. "Prefeito seria protagonista no governo Lula". *DGABC*. SA (SP), 20 jan. 2012.

POSICIONAMENTO DA ADM NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA PMSA – NA GESTÃO 2003-2004[109]

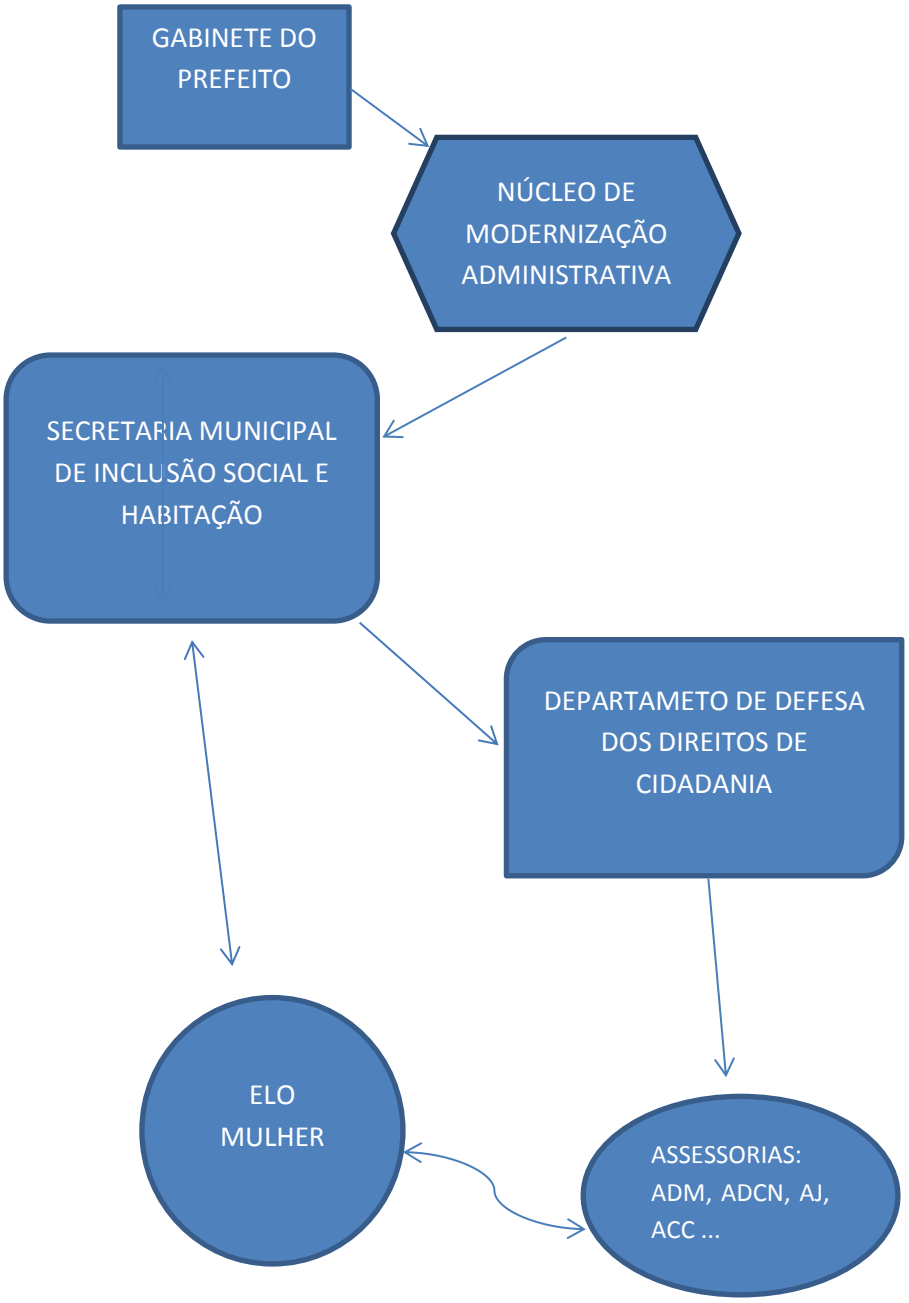


Figura 09 – PMSA (2003)

[109] Com a posse de João Avamileno, em 2002, ao cargo de prefeito é promulgada a lei que promove a reforma administrativa da prefeitura de Santo André: PMSA. Projeto de Lei nº 092, de 11.12.2002 – Proc. nº 45.388/2002-5: Dispõe sobre a reorganização administrativa dos órgãos, cargos e funções gratificadas da administração pública municipal de Santo André.

Em 2002, Avamileno, na condição de prefeito, estabeleceu uma reorganização política, retomou o núcleo de modernização e extinguiu a Secretaria de Participação e Cidadania. Ao mesmo tempo, o Departamento de Defesa dos Direitos de Cidadania (DDDC) e o comando das assessorias foram redirecionados, passando a subordinar-se à Secretaria de Inclusão Social e Habitação e ao Núcleo de Modernização Administrativa. Todo esse processo de reordenamento político apontava a intenção do Executivo de manter sob controle os ativistas dentro e fora do governo. Para as assessoras, essas ações configuravam excessiva burocratização e o emperramento de suas iniciativas, provocando a redução de parte da mobilização social.

> "A burocratização atrapalhou o andamento dos trabalhos, a gente perde poder, a gente perde a oportunidade, a necessidade de dialogar com secretários, a Maraísa tinha uma capacidade importante com a questão racial, eu também, porque eu já estava ali há algum tempo e já vinha preocupada em saber mais sobre essa questão de gênero e as políticas públicas. E, aí, tinha que esperar a agenda da diretora, juntar com a minha agenda para juntar os três para conversar, a diretora jamais daria conta de acompanhar todas as assessorias porque todas corriam muito, trabalhavam muito, com poucos recursos ainda conseguiam estabelecer relações com os movimentos, estabelecia diálogo permanente com os movimentos, inserir as atuações nos planejamentos das secretarias, com muito esforço a gente conseguia isso, mas a burocracia emperrava, atrapalhava, e os conflitos surgiam, porque se eu fosse falar com o Jeroen sem a diretora, 'a Silmara está passando por cima, a Silmara está atravessando, a assessoria da mulher está passando...', e era uma necessidade." (Entrevista de Silmara Conchão,43 anos, 2010)

Os anos de 2003 e 2004 foram caracterizados pelas iniciativas para reeleger João Avamileno como prefeito e Ivete Garcia como vice-prefeita, garantindo a continuidade da hegemonia petista em Santo André. Nesse processo, a mobilização dos movimentos sociais foi uma estratégia importante para assegurar um resultado eleitoral positivo. Ao mesmo tempo, essa oportunidade política também foi utilizada

pelas feministas e mulheres negras para reivindicar o retorno das assessorias ao primeiro escalão do governo municipal.

> "Exato, e gênero e raça no primeiro escalão, era essa a nossa luta, a nossa briga, aí, eu te falo, brigamos dentro, brigamos quatro anos dentro, porque eu te falei, eu decidi ficar dentro do departamento e a gente fez muita coisa, nós ganhamos prêmio, mesmo dentro do departamento, por quê? Porque a gente precisava se fortalecer, mostrar trabalho, continuar mostrando que o trabalho era importante, era fundamental, trabalhamos com dados, tem que mostrar os números, tudo que a Matilde e a Ivete trouxeram a gente cuidou de dar continuidade e atender às novas demandas, a gente trabalhou muito, porque a gente ia sair daquele lugar, as assessorias iam sair daquele lugar." (Entrevista de Silmara Conchão, 43 anos, 2010)

Com o retorno de Ivete Garcia ao Executivo municipal e o engajamento dos movimentos sociais na campanha para reeleição de Avamileno, a vitória no pleito municipal em 2004 permitiu o reposicionamento das assessorias no primeiro escalão da prefeitura no ano de 2005, em um novo formato. Trata-se da criação do Núcleo de Políticas de Gênero, Raça, Geração e Pessoa com Deficiência – NPGRGPD. Sem rubrica orçamentária própria, o órgão deveria desenvolver, a partir do conceito de matricialidade, ações políticas de grande porte, ou de maior complexidade, que exigiam a integração de várias secretarias e seus recursos em um plano, programa e/ou projeto político (BENTO, 2009).

> "Aí, nos quatro anos foi uma briga lá dentro, porque: 'olha se a gente ganhar de novo a eleição vamos nos organizar', se você visse a campanha que nós fizemos com os movimentos, os movimentos envolvidos quando o João Avamileno venceu, foi uma campanha muito linda, os movimentos envolvidos, o nosso programa de governo, então a gente estava dentro do departamento, mas a gente mobilizou a juventude, negros, mulheres, e fomos para a rua, vestimos a camisa vermelha e fomos para a rua, porque eles participaram, nós participamos, eles participavam do programa de governo, e aí era a nossa esperança, nós vamos ganhar e a gente no programa de governo, não quiseram discutir estrutura no programa de governo, não permitiram que a gente discutisse estrutura administrativa, que a gente queria levar a questão das assessorias para o primeiro escalão, principalmente gênero e raça, era essa a compreensão que a gente tinha, gênero e raça, primeiro escalão." (Entrevista de Silmara Conchão, 43 anos, 2010)

Essa forma de gestão, conforme Martins (2005), corresponde a um modelo de governança social baseado em uma rede de organizações, tanto dentro como fora do ambiente institucional. Seu gerenciamento deve articular verticalmente diferentes interseções (nós) entre as várias organizações necessárias à constituição do programa de governo. Para coordenar esse arranjo pode-se definir um alinhamento horizontal, que implica formas de autocoordenação, rodízio, colegiado, supervisão etc. Na PMSA a adoção do modelo correspondeu a uma organização política na qual as assessorias, submetidas a uma coordenação e em esquema de rodízio, deveriam desenvolver de maneira transversal as reivindicações dos movimentos sociais na estrutura de governo. Ou seja, a agenda de demandas dos ativistas dos movimentos sociais deveria ser integrada a diferentes espaços da estrutura político-administrativa da prefeitura, sob uma coordenação de confiança do núcleo de poder, articulando no formato de uma rede toda a pluralidade de iniciativas para o desenvolvimento das políticas públicas.

POSICIONAMENTO DA ADM NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA PMSA – NA GESTÃO – 2005 - 2008[110]

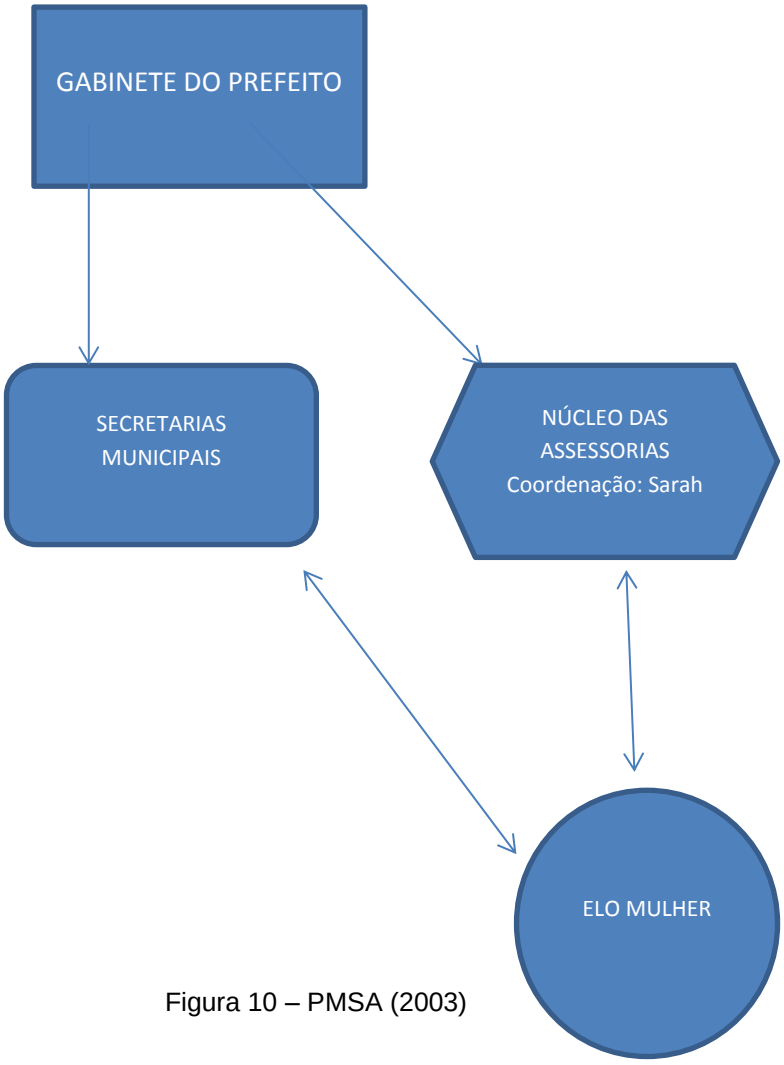


Figura 10 – PMSA (2003)

Para coordenar o quadro de assessores do núcleo foi nomeado, primeiramente, Alan Cortês, representante dos movimentos de pessoas com deficiência, que permaneceu pouco tempo porque logo veio a falecer. Em seguida, foi indicada Sara Juarez Sales, engenheira agrônoma, cujo ingresso na prefeitura se deu, em 2001, para efetuar a gestão da subprefeitura de Paranapiacaba e a

[110] Com a posse de João Avamileno em 2004 no cargo de prefeito, é promulgada a lei que promove a reforma administrativa da Prefeitura de Santo André: PMSA. Projeto de Lei nº 082, de 02.12.2004 – Proc. nº 43.052/2004-8: Dispõe sobre a reorganização administrativa dos órgãos, cargos e funções gratificadas da administração pública municipal de Santo André.

coordenação do projeto GEPAM. Sua escolha decorreu da indicação de Maurício Murici e Miriam Belchior, lideranças da Articulação. Após a saída de Sara, outra indicada foi Solange Ferraresi que permaneceu até o fim do governo.

> "O Alan era deficiente, cadeirante e tal, aí a expectativa é que 'oh, tal', um cara bem sensível e tal. Não deu certo. Depois, veio a Sara, acho que a segunda foi a Sara. Também não entrosou, deu problema, a Silmara saiu, teve um monte de problemas e ficou até o fim. Aí, depois, veio a Solange Ferraresi. Eu acho, assim, a ideia do núcleo enquanto gestão das políticas é interessante, porque você imagina que poderia entrosar, integrar, seria o melhor dos mundos, porque essa é a ideia, né? Quer dizer, é pensar um estágio muito avançado, de que, 'olha, nós não temos mais, então vamos trabalhar tudo junto e tal'. Não, isso não foi possível." (Entrevista de Ivete Garcia, 2010)

> "Eu sou engenheira agrônoma. E lá, na subprefeitura, teve uma passagem interessante, porque ela reproduzia, naquela região, todas as políticas da prefeitura que havia no centro, então, a parte de saúde, de cultura, esporte, era tudo nós que coordenávamos, lá, naquela região. Então, as poucas ações sociais tinham alguma relação. Quando as assessorias nos acionavam também para políticas de gênero, raça, juventude, também meio que conversavam comigo, mas eu não tinha nenhuma formação nessa área, a minha formação forte é a visão de gestão, fazer a coisa acontecer." (Entrevista de Sara Juarez Sales, 2010)

O ingresso de Sara na coordenação da assessoria e sua permanência durante o início do quarto mandato petista correspondeu ao período de estabelecimento do rodízio entre os assessores, determinado pelo núcleo de poder, com o objetivo de articular a matricialidade e a transversalidade das ações políticas entre os assessores, os movimentos sociais e a estrutura político-administrativa da prefeitura.

> “E o núcleo tinha uma proposta matricial, então, você tinha que identificar nas secretarias quais as ações que já aconteciam e, conforme fosse, você podia articular as ações ou você criaria, ali, marcas que a gente pudesse desenvolver em projetos específicos, ou até mesmo aquelas secretarias que não faziam nada, a gente podia propor. Então era um time de assessores que estava num posicionamento muito bacana, estava dentro da secretaria de governo, estava dentro do poder. Só que a forma de ver o núcleo, como o núcleo deveria trabalhar, não era naquela linha das assessorias independentes. Então, para quem trabalhava no núcleo, diluía a visibilidade, diluía poder, mas o núcleo, em si, era um espaço para ser forte, ele tinha poder de entrar em todas as secretarias, o núcleo podia conversar com qualquer secretário, tinha o respaldo do secretário de governo para isso, e aquela estrutura estava meio pactuada com a estrutura da própria prefeitura como estava estruturada na época. A Secretaria de Governo era uma secretaria muito forte, tinha a parte política com a chefia de gabinete, a Secretaria de Governo tinha que responder pela máquina de governo. Então, o núcleo ali dentro era forte, era um núcleo que podia entrar na máquina de governo e voltar e dizer para o secretário que o fulano de tal não quer fazer, aí, o secretário de governo chamava o fulano de tal e falava ‘vai fazer’. (...) Não é fácil, mas é uma técnica já conhecida por todos, porque, quando a gente fala de projeto matricial, você está falando de um projeto em que você vai pegar várias áreas e colocar numa mesa de negociação. E essa mesa de negociação – o PT tem uma escola, principalmente o PT municipal, de políticas municipais – é conhecidíssima, as técnicas do processo participativo. E numa mesa de negociação está lá todo mundo, tem uma proposta, tem um prefeito que diz ‘tem que acontecer o que eu quero’, todo mundo senta e faz; e não é difícil porque tem um planejamento, cada um tem suas responsabilidades, seu prazo de entrega; aí você tem só que manter esse espaço matricial ativo, tem que utilizar um pouquinho de técnica, aí, você marca as reuniões com uma certa frequência e vai cobrando, e, paralelamente a isso, você vai fazendo alguns movimentos para manter sempre vivo.” (Entrevista de Sara Juarez Sales, 2010)

A criação do Núcleo foi um experimento do modelo de matricialidade, com base no princípio de gestão participativa propagado pelo PT. Todavia, recebeu fortes críticas no interior do próprio governo, principalmente por parte das ativistas, pois, em vez de fortalecer a ação das assessorias, essa nova configuração atingiu fortemente a capacidade de ação política das assessorias mais estruturadas, como ADM e ADCN, retirando a especificidade de suas iniciativas.

> “Eu não conhecia essa pessoa, eu fui conhecer lá, e ele faleceu faz pouco tempo, em um momento em que de novo a gente estava enfrentando um desenho com que a gente não concordava, uma coordenação que não tinha acúmulo. Mas, eu volto a insistir, pela minha experiência, essa questão pessoal dessa coordenação, você pode escrever dessa forma, não são as pessoas, as pessoas atrapalharam, muito, desde a Cibele, Marisa, Alan, Sara, atrapalharam muito. A Solange, que veio depois. Mas a estrutura estava errada, esses organismos não têm que estar vinculados a departamento, a núcleos, a secretarias, esses organismos têm que estar em local estratégico de poder, ter legitimidade, ter maior legitimidade e trânsito dentro do governo, autonomia, para poder articular as ações específicas nas áreas. E outra coisa que a gente tinha conquistado, que foi parar nas outras secretarias, coordenações que não tinha acúmulo, por exemplo, nós quase perdemos a Casa Abrigo originalizada. Nós quase perdemos o Vem Maria, que na minha época foi regulamentado em lei, no período em que a Ivete foi prefeita por dez dias. A Casa Abrigo, a ideia da regionalização da Casa Abrigo começa com a Matilde, e quando eu chego cada prefeitura bancava uma parte para manter a casa, a de Mauá, o motorista, o assistente social. Nós conseguimos legitimar, fazer com que o consórcio criasse uma rubrica Casa Abrigo, e que os municípios depositassem dinheiro, trouxemos os sete prefeitos, a Matilde veio, assinou, a ministra veio e assinou, nós consolidamos isso, pegamos o recurso da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Construímos outra em Diadema, nós temos duas casas, nós quase perdemos esse projeto, porque, em 2005, quando se criou o núcleo e esses projetos vão para as mãos de outras coordenações, que não tinha como, nós quase perdemos.” (Entrevista de Silmara Conchão, 43 anos, 2010)

Outro efeito do modelo foi a redução do controle das ações desenvolvidas, devido à maior circularidade entre os assessores e à ausência de vínculos mais orgânicos com os movimentos sociais. Isso implicou não somente o aumento do nível dos conflitos no interior do governo, mas também, externamente, a desmobilização das redes sociais.

> “Não havia. E, aí, eu te falo de novo em nome da transversalidade, vamos criar um núcleo em 2005, na reforma administrativa, no local estratégico de poder, não é isso que vocês querem?, vamos colocar o núcleo em um local estratégico de poder, gênero, raça, geração, pessoa com deficiência, juventude virou geração, e o quanto isso era importante, juventude, assessoria da juventude, o quanto isso, a questão do nome dá significado, sim, a gente não tinha recurso, de repente tudo se perde, a gente vai para um local estratégico de poder, o pouco que a gente tinha, já não tem mais.” (Entrevista de Suely Chan, 56 anos, 2010)

> “Então, aí, que tem a estrutura dos núcleos, do núcleo ligado à Secretaria de Governo, que a Ivete, é junto com o núcleo que tem uma argumentação que a Ivete me fez uma vez que tem sentido, mas não tem lógica. (...) É, mas não é secretariado, ele é 50% homens, 50% mulheres, é uma novidade. É raro. Ocorre que ninguém cuida da sistemática, então, há um achatamento aqui. Mas tem uma tal de história da transversalidade e matricialidade que ninguém sabe muito bem o que é e que eu acho que é. Então, o argumento da Ivete, quando ela defendia a proposta, era esse. Nós duas até evitamos de conversar muito sobre isso para não nos desentendermos. Mas o que, qual era o argumento da Ivete aqui? É que a raridade de 50% de mulheres no secretariado, isso é fato. Combinado com o núcleo que era o garantidor da matricialidade e da transversalidade.” (Entrevista de Matilde Ribeiro,50 anos, 2010)

> “O núcleo local estratégico de poder, reivindicação histórica de vocês, nós estamos atendendo à reivindicação! As equipes ficaram lá, e esse núcleo, no começo eu achei até interessante, estaremos na Secretaria de Governo, e cuidando das questões gênero e raça, continuaremos o Elo Mulher, continuaremos esse diálogo com o movimento de mulheres, mas no núcleo haverá coordenação. Aí, eu falei, pronto é o desenho do DDDC de novo, o núcleo terá uma coordenação e o coordenador é o senhor Alan Cortês. (...) Do movimento da pessoa com deficiência, uma pessoa que nunca, não era ligada à esquerda, nunca questionou nosso trabalho no quesito cor, então ele tinha uma concepção muito equivocada das políticas de gênero e raça, extremamente equivocada. (...) Por exemplo, ‘eu não concordo com a importância do quesito cor’, isso em reunião de planejamento, ‘porque eu vou me sentir discriminado se me perguntarem qual é a minha cor’, não preciso dar outro exemplo, não é?” (Entrevista de Silmara Conchão, 43 anos, 2010)

O núcleo de poder justificava a adoção da matricialidade como forma de corrigir a fragmentação das ações, romper com o corporativismo e equalizar o nível de poder entre as assessorias. Trata-se de uma crítica, principalmente, à incapacidade técnica dos movimentos sociais e de seus assessores em definir uma agenda política e propor formas de implementação com base nos instrumentos de diagnóstico, intervenção e avaliação de políticas públicas, permitindo o monitoramento das iniciativas por parte do governo. Nesse discurso, era estabelecida a oposição entre a mobilização política dos ativistas e a capacidade de gestão dos “técnicos” do governo, gerando mais embates entre os setores da Articulação e quadros de assessores.

> “Tinham formas de pensar lá. Se você pegasse o pessoal da área da engenharia, da área ambiental, são pessoas que têm uma lógica, um modelo mental diferenciado, eles pensam mais organizado, se você determina uma meta, vai todo mundo perseguir aquela meta; quando você vai para políticas mais sociais, não, ali tem embates políticos, você disputa espaços ali, que não eram espaços que eu estava disputando, mas acho que quando você não vai para um jogo de disputas, mas você é colocado lá, você se torna mais alvo ainda, então essas relações eram mais complicadas. (...) Por exemplo, quando eu fui para o Núcleo, ninguém me aceitou muito, a militância feminista não me aceitou, ninguém entendeu como é que a Sara da área ambiental caiu lá. Eu entendo, na época tinha uma proposta de mudança e de posicionamento da prefeitura em relação aos movimentos que eles preferiram uma pessoa neutra, mas as pessoas não leem assim, as pessoas querem se construir ou construir alguém. (...) Essas políticas de juventude, raça, gênero, surgiram dos movimentos sociais, e os movimentos, quando assumem o poder do Executivo, eles politizam espaços, e, ao politizar espaços, deixam de ser técnicos, e, se as pessoas não adquirem uma formação técnica para fazer com que aquelas políticas realmente aconteçam, vira meramente disputa política.” (Entrevista de Sara Juarez Sales, 2010)

> “O forte é a Articulação, que ainda diminuía a importância das coisas que a gente fazia. Vou te dar dois exemplos, quando diziam: ‘o movimento negro, nem eles conseguem se entender’, ‘vou ouvir sim, deixa vir, mas nem eles conseguem se entender’. Veja como é difícil! Ou, então, ‘as mulheres se organizaram, mas veja quando elas vêm, elas não sabem propor e fazem uma confusão e a gente acaba não compreendendo, elas também ainda não se organizaram, é difícil a gente incluir dessa forma que vocês estão dizendo porque não estão organizadas o suficiente’.” (Entrevista de Silmara Conchão,43 anos, 2010)

No decorrer da instauração do Núcleo, mesmo uma ativista como Ivete Garcia, que participará da idealização e defesa do modelo, considerou como fracassada a tentativa de promover uma maior integração das assessorias. O insucesso da proposta pareceu derivar também dos diferentes referenciais políticos de seus membros, pois existiam no órgão desde funcionários de carreira e indicações feitas por parlamentares até ativistas de movimentos sociais. O que efetivamente criou distintas interpretações sobre o papel das várias agendas políticas, alimentando a competição entre as lideranças e a centralização das ações pelo núcleo de poder.

“A outra coisa do núcleo, o núcleo eu já faço minha culpa, porque o núcleo é assim, como a gente avançou muito em termos da matricialidade, pelo menos na minha cabeça, sei lá, já tinha esgotado, precisava de um modelo que tentasse viver de verdade a interface de tudo isso, e eu acho que o núcleo foi uma ideia que não deu certo, foi uma péssima a ideia. E eu estava como vice-prefeita e secretária, e acho que o núcleo não foi uma boa ideia. (...) o núcleo foi uma ideia boa, mas que o resultado não foi tão bom quanto a ideia, que era a de você ter um espaço, matricialidade, então você junta a questão da mulher com a da mulher negra, com a da mulher idosa, porque isso não acontecia. Quando você tinha assessoria, as coisas eram trabalhadas muito fragmentadas, então você tinha a assessoria da juventude, assessoria dos negros, tudo separado, cada um tocava seu trabalho e tinha lá uma ideia de matricialidade, mas aí a ideia de forçar essa matricialidade no núcleo era para ver se essas coisas se integravam, só que as pessoas não estavam preparadas e tampouco se conseguiu tirar um plano, um projeto. (...) Eu acho que o núcleo foi uma experiência do ponto de vista de gestão que contribuiu para essa redução do poder das mulheres, embora ligadas à Secretaria de Governo, mas reduziu muito. Mas é isso, eu acho que nossa presença dentro dos governos é fundamental. Por exemplo, o João Avamileno, ele tinha a metade do secretariado que eram mulheres.” (Entrevista de Ivete Garcia,48 anos, 2010)

“Especificamente, quando a gente estava conversando, discutindo, porque, assim, eu era governo, eu fazia movimento lá dentro, naquele momento eu não trazia essa discussão para fora, mas lá dentro eu fazia muito movimento, lá dentro porque eu era governo e era lá que eu tinha que discutir. Então eu aprimorava, quando eu te falo, eu também fui estudar, porque era um desafio, eu olhava no plano plurianual, por exemplo, a gente não tinha uma linha sobre a questão da mulher. ‘Ah, mas está transversalizado em todas as áreas’, a transversalidade foi tanta que se perdeu, foi tão transversal que a gente não encontrava mais nada. (...) E quando você ia para o argumento, ‘não, mas está transversalizado’, ‘não, a gente vai fazer uma reunião com o secretariado, fica tranquila’. (...) Isso era fala desses grupos de inteligência, de pessoas que decidiam essa fala do plano plurianual, eu lembro como se fosse hoje, foi do Mauricio Mindirsz, que hoje é o cara que também decide lá em São Bernardo, ele decidia aqui também, isso junto com o Celso Daniel, isso junto com João Avamileno, ele era o cara que decidia aqui também.” (Entrevista de Silmara Conchão, 43 anos, 2010)

“É. E eu estou falando muito do olhar de dentro, mas se você se afastar e olhar de fora, talvez a preparação para criação desse núcleo tenha sido muito mais política na virada da gestão, por exemplo‘ como é que a gente vai lidar com todos esses movimentos? Eu acho que esse arranjo aqui é melhor, que vai dar poder, mas elas entram na transversalidade’. Eu acho que ajudava a não tirar o poder, mas as pessoas não leram dessa forma, então, eu acho que se você olhar de fora, não foi preparado para as pessoas assumirem esses postos, e não só as pessoas que estavam dentro, mas as pessoas que estavam fora que se relacionavam com as pessoas de dentro. E eu acho que fragilizou muito.” (Entrevista de Sara Juarez Sales, 2010)

No terceiro mandato, as ativistas feministas e mulheres negras precisaram desenvolver ações para lidar com o reposicionamento das assessorias junto ao gabinete do prefeito, e com os efeitos da centralização política.

Uma estratégia adotada por Silmara (ADM) e Maraísa (ADCN) foi um fortalecimento e uma maior aproximação do projeto GRPE ao Consórcio Intermunicipal. A partir do apoio de Matilde Ribeiro, na SEPPIR, e das ONGs feministas e negras desenvolveu-se a sua regionalização e integração ao Consórcio Intermunicipal, como forma de impulsionar a política de promoção da igualdade de gênero e raça.

4.3 – A regionalização da política de promoção da igualdade de gênero e raça no Grande ABC[111]

A continuação do governo petista do terceiro para o quarto mandato deu-se em um cenário político de dificuldades para as ativistas feministas e negras para manter o controle das iniciativas da política de promoção da igualdade de gênero e raça em Santo André.

Com o afastamento de Matilde Ribeiro do quadro da prefeitura e a adesão de Ivete Garcia ao modelo do Núcleo, foi necessário às ativistas feministas e negras, especialmente a Silmara Conchão e Maraísa Almeida, constituir uma estratégia para a continuidade da política de gênero e raça na PMSA.

---

[111] O percurso do projeto GRPE pode ser analisado no documento: CONCHÃO, Silmara. “Gestão Local, empregabilidade e equidade de raça e gênero: uma experiência...”. ADCN, DDDC, SICH, PMSA. SA (SP), [2005].(mimeo)

> “Na verdade, ele (GRPE) nasce em Santo André, numa ação da Matilde, se não me engano, e depois ele vai para a regionalidade. Mas aí, na organização com a OIT, é que vêm instrumentos novos de gestão, e isso não foi incorporado em Santo André, essa volta de várias ações e várias ideias que estão lá registradas no GRPE; as próprias pessoas capacitadas no GRPE tinham que ter sido mobilizadas, articuladas, para continuarem participando e fazendo esse fomento desses olhares, desses processos; e não, essas pessoas se perderam.” (Entrevista de Sara Juarez Sales, 2010)

Nesse contexto, o GRPE e sua rede tornaram-se um recurso político e metodológico importante, por ser um projeto que agregava significativos recursos humanos, materiais e financeiros. Surgido no segundo mandato da gestão petista no município – 1997 a 2000 –, o projeto esteve sob a direção do CEBRAP e foi financiado pela FAPESP, sendo dividido em duas fases. A primeira fase durou de dezembro de 1999 a julho de 2000, e contou com a coordenação geral de Nadya Araújo Guimarães (CEBRAP, DS/USP), e a segunda, de janeiro de 2001 a março de 2003, foi coordenada por Marcia de Paula Leite (CEBRAP, FE/UNICAMP). Também integraram a coordenação Matilde Ribeiro (PMSA), Maria Aparecida Bento (CEERT) e Vera Lucia Lemos Soares (ELAS).

Esse projeto realizou inicialmente, em 2001, vários seminários com o CEBRAP para aprofundamento teórico e formação da equipe, juntamente com a adaptação dos manuais de capacitação da OIT no GT local do GRPE, contando com o apoio da PMSA, CEERT, OIT E MTE. Em 2002, desenvolveu-se, sob a orientação do CEERT e do ELAS, uma ação na Central de Trabalho e Renda da CUT na PMSA, utilizando o quesito cor como recurso metodológico, ou seja, um indicador para o diagnóstico das desigualdades de gênero e raciais, e efetuando-se o treinamento dos gestores públicos para o seu uso. A terceira fase do projeto, iniciada em junho de 2003, ampliou a iniciativa para enfrentar as desigualdades de gênero e raciais presentes na estrutura de ocupações da região. Para isso, as

ativistas procuraram articular no Consórcio Intermunicipal do ABC a transformação do GT de Combate à Violência contra a mulher em GT de Gênero e Raça.

De fato, o desenvolvimento e a ampliação desse projeto dependeram tanto da articulação das ativistas feministas e negras como dos diagnósticos e do suporte teórico-metodológico produzido por ONGs especializadas, como CEBRAP, ELAS e CEERT, entre outras organizações[112]. A qualidade técnica dos resultados alcançados permitiu o desdobramento da pesquisa na segunda e na terceira etapas, contando com o financiamento da OIT. Na condição de assessora da PMSA, Matilde Ribeiro estabeleceu uma parceria com a representação da OIT no Brasil, com base nos resultados verificados e no entrosamento com Laís Abramo, socióloga e feminista, membro da OIT e consultora do projeto – o que permitiu incluir o PMSA em uma experiência-piloto de implementação e monitoramento da política de promoção da igualdade de gênero e raça[113].

Com o encerramento da fase de diagnóstico da pesquisa e do financiamento pela FAPESP, em 2003, os desdobramentos do projeto-piloto, agora financiados pela OIT, passaram a ter um raio de ação não apenas no âmbito local, mas também no nível regional, com a sua integração ao Consórcio Intermunicipal do ABC e o suporte da SEPPIR.

A participação de ONGs feministas e negras e de uma agência da ONU no processo refletiu a articulação das redes sociais no campo político de esquerda, mas também a propagação de um modelo de gestão pública iniciado no governo do

[112] O projeto GRPE contou em seu processo com uma poderosa rede social de consultores, pesquisadores e ativistas que incluiu ONGs especializadas em políticas públicas feministas e negras, setores da USP, UNICAMP, PUC-SP, Fundação Seade, Sindicato dos Químicos do ABC, CUT, OIT e a Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC.

[113] Essa experiência-piloto também foi desenvolvida nas cidades de Belo Horizonte (MG) e Recife (PE).

presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), pelo programa Comunidade Solidária, no qual o Estado transferiu parte das iniciativas para essas organizações, gerando inclusive um amplo processo de profissionalização política dos ativistas de movimentos sociais.

Em Santo André, tal deslocamento das atividades governamentais para organismos da sociedade civil levou à criação de novas oportunidades políticas para a integração do ativismo feminista e negro e ao desenvolvimento da política de promoção da igualdade de gênero e raça na região. Em especial, o regionalismo presente na formação de organismos intermunicipais e de ONGs, destinados a promover a integração dos sete municípios, permitiu a formação de um novo espaço na estrutura do Estado, que foi ocupado não apenas por iniciativas dos setores empresariais preocupados com a remodelação produtiva da região, mas também pelo ativismo feminista e pelo ativismo negro, que detectaram nessa situação a chance de avançar com as agendas em um novo espaço de poder.

> "Com o GRPE, não, isso ficou muito com Silmara. Eu não queria entrar porque ali eu podia ferir as vaidades, e eu já estava na coordenação o tempo todo, então não tinha por que entrar nesse projeto. E quando eu entrei, estava acabando, faltavam poucas coisas para acontecer, tinha só um seminário para o qual a gente fez um texto que eu mantive a Silmara escrevendo; não tinha muito mais, a história que a gente queria era fazer o GRPE de Santo André, que era um outro momento, mas isso não foi possível também." (Entrevista de Sara Juarez Sales, 2010)

> "Ficou um acúmulo, ficou um legado. Ali dentro tem pessoas que foram capacitadas e bem capacitadas; mas também não lembro quem foram os capacitados, se foram pessoas capacitadas elas saíram do governo, então existe essa perda. Mas era um programa de que eu gostava muito e que achava bastante interessante. (...) Você trazia uma outra forma de olhar, você conseguia tecnificar um pouquinho o olhar das pessoas; o pessoal do movimento é o pessoal do movimento, e você conversar com eles sobre como é o olhar de raça dentro da geração de renda, o olhar de raça nas estruturas de gênero, como as mulheres se organizam no trabalho..." (Entrevista de Sara Juarez Sales, 2010)

> "'Deixar emplacado, lá no consórcio a questão racial'. Porque até então nós discutíamos os gêneros. Já estava aberto o espaço para nós criarmos o GT de gênero e raça e trabalhamos, juntamente, eu e Silmara, dentro do Consórcio Regional do ABC. Para nós construirmos a ação com as sete cidades, inclusive, saímos de lá em 2004, com plano de trabalho para sete cidades. Com uma proposta que resultou, depois, em uma ação conjunta com a SEPPIR, que deu na campanha regional no ABC. Eu já não estava mais." (Entrevista de Maraísa Almeida, 50 anos, 2010)

Por um lado, a integração das ativistas e de sua rede de movimentos sociais regional às ações de âmbito federal ocorreu em uma conjuntura política na qual as iniciativas de interação do ativismo negro com a estrutura partidária resultaram na criação de um órgão específico para o tratamento da agenda racial. Por outro, o processo de regionalização do projeto GRPE contou com a indicação política de Matilde Ribeiro para ministra da SEPPIR, no primeiro governo Lula.

Essa confluência permitiu a Silmara Conchão e Maraísa Almeida promoverem o deslocamento da terceira etapa do projeto GRPE para o Consórcio Intermunicipal do ABC, por meio do apoio da OIT e dos convênios firmados com a SEPPIR. Dessa forma, a política de gênero e raça passou a compor a agenda de sete municípios consorciados. As conexões entre Matilde Ribeiro e as ativistas da PMSA permitiram aproveitar o surgimento de novas oportunidades na estrutura política regional.

> "Isso, ele vira um projeto regional. E aí o GT gênero e raça, que era o responsável para tocar isso, porque na época eu coordenei esse GT, de 2001 a 2005, fui coordenadora do GP gênero e raça de 2001 a 2005, só que em 2001 era de combate à violência contra a mulher, e 2005 ele já era, eu lembro até hoje, numa reunião estava a Maraísa, a Vera Soares. Eu lembro que eu levantei a mão e falei: 'o GP tem de fortalecer as ações e atuar mais junto à Maraísa'. Tinha gente no auditório, eu que propus a criação do GT gênero e raça, pois, em vez de ficar só no recorte e combate à violência contra a mulher, por que não juntar a assessoria da mulher e da raça? Naquele momento, era o GRPE, a Casa Abrigo já estava lá. De combate à violência contra a mulher, vamos passar para gênero e raça e vamos trazer o GRPE para cá, dentro do GT gênero e raça, e foi muito legal, foi muito interessante." (Entrevista de Silmara Conchão, 43 anos, 2010)

Com a proximidade do final da gestão de Avamileno, Maraísa – a convite de Matilde Ribeiro – passou a integrar a equipe da SEPPIR, e as ações do GRPE ficaram a cargo de Silmara Conchão no Consórcio Intermunicipal. O Grupo de Trabalho de Gênero e Raça se transformou em uma nova frente de atuação das feministas, pois no Consórcio a equipe do GT passou a contar, não apenas com recursos financeiros próprios, mas também com a possibilidade política de negociar diretamente com os prefeitos do ABC o desenvolvimento da política de gênero e racial.

> "A gestão que cria o núcleo, que acaba com as assessorias. Essa gestão também não tinha a compreensão, não teve a compreensão como deveria, da importância da nossa atuação no consórcio. Como em 2005, eu também fui criticada porque eu trabalhei muito, eu ficava muito no Consórcio, claro, o nosso convênio com a SEPPIR tinha que dar certo, era com a OIT e com a SPM, o governo federal envolvia muita gente, envolvia os movimentos daqui da região, até o movimento indígena estava junto com a gente, o pessoal da Opção Brasil trouxe índios para participar. Eles fizeram a crítica, que eles não se viam naquele material. Foi ótimo, isso está registrado na nossa revista, era um projeto lindíssimo, tinha que ter dedicação, e eu ficava muito no Consórcio, ficava mesmo, porque a gente ainda tinha os projetos regionalizados que a gente tinha que dar conta. Então, assim, o núcleo tinha que ter uma coordenação, não tinha dotação nenhuma, trazia todos juntos, todos tinham que cuidar de tudo, e era uma estratégia para fortalecer as ações no governo, e a gente não tinha mais o contato com os movimentos, os movimentos tinham que se organizar, para dialogar com as áreas, saúde, educação etc. e se a gente não teria mais esse contato com os movimento, então perdia o sentido (...)." (Entrevista de Silmara Conchão, 43 anos, 2010).

Esse novo posicionamento do GRPE reverteu de maneira significativa o processo de desmobilização da agenda de gênero e racial ao qual foram submetidas as feministas e as mulheres negras no interior do governo petista em Santo André, permitindo o desdobramento da política em outros municípios, como Diadema. O fechamento da estrutura de oportunidades políticas na PMSA pode ser contrabalançado pela chegada de Matilde Ribeiro à SEPPIR e pela parceria estabelecida com órgãos do ativismo feminista e negro na região do ABC.

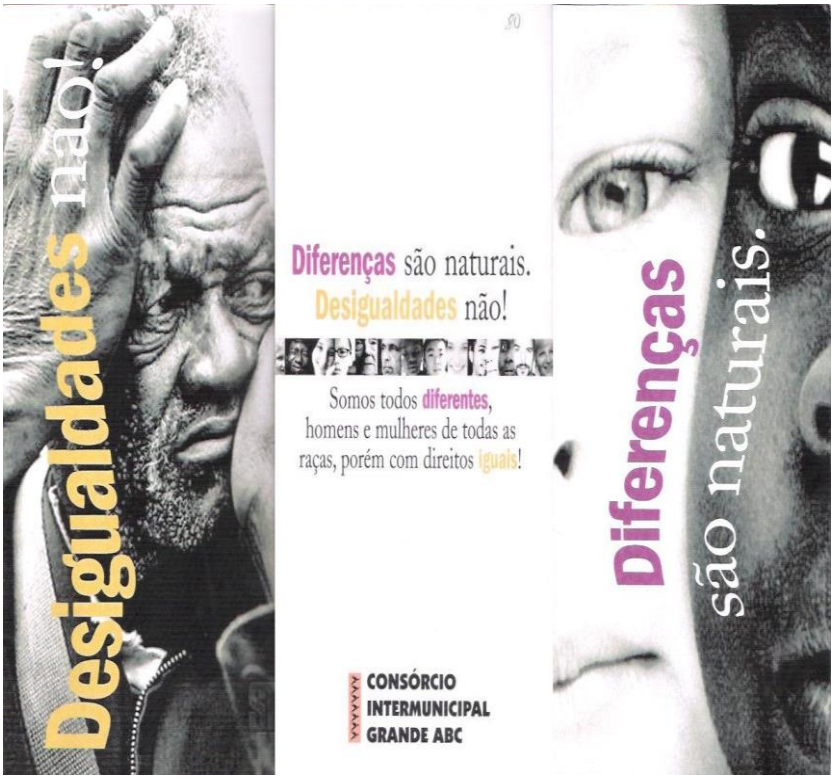


Figura 11 - Peça publicitária veiculada para promoção das iniciativas do projeto GRPE/Consórcio Intermunicipal do Grande ABC.[2004]

4.3 – A criação da SEPPIR

O processo político que culminou na criação da SEPPIR, em 2003, e a nomeação de Matilde Ribeiro como ministra de Estado pode ser compreendido em uma parte pelo percurso de sua trajetória política na ADM e no processo de criação da ADCN nos governos do PT em Santo André; em outra, relaciona-se à articulação do ativismo negro e sua agenda racial no período eleitoral de 2002, e, mais especificamente, à atuação do setorial de negros no interior do PT, das ONGs Negras e dos Movimentos Sociais Negros no campo político de esquerda.

O período de redemocratização foi importante para o ativismo negro em escala nacional por expressar uma série de protestos políticos que levaram à institucionalização de políticas públicas, leis e à criação de órgãos destinados a dar maior atenção às reivindicações dos movimentos sociais negros. Desde os anos 1980 e no percurso da década de 90, várias iniciativas desenvolvidas por governos liderados pelo PMDB, PT, PDT e PSDB caracterizaram-se por instituir recursos, equipamentos e legislação destinados ao enfrentamento do racismo no país. Mas foram o PMDB paulista e o PDT carioca que, durante a década de 80, incorporaram em seus governos estaduais parte significativa da militância negra, com a criação do Conselho da Comunidade Negra no estado de São Paulo, e da Secretaria de Defesa da Comunidade Negra – SEAFRO no estado do Rio de Janeiro. O PT, naquele contexto, em pleno avanço da sua estruturação nacional, não tinha em seus governos uma ação mais programática para o enfrentamento da questão racial, sustentando, apenas um debate residual sobre o tema no seu interior, ou alguma tentativa de âmbito municipal.

A partir da Constituição de 1988 e dos atos pelo Centenário da Abolição, a temática racial ganhou maior evidência no cenário político nacional, tornando-se alvo inclusive de partidos de centro como o PSDB. Por isso, o governo de Fernando Henrique Cardoso, em resposta a uma denúncia de racismo feita pela CUT à ONU, criou uma série de iniciativas com a finalidade de promover a luta antirracista. Assim, em 1995, surgiu o Grupo de Trabalho Interministerial para a População Negra (GTI), foi realizado pelo Ministério da Justiça o Seminário Internacional Multiculturalismo e Racismo (1996), e criado o Grupo de Trabalho para Eliminação da Discriminação no Emprego e Ocupação (GTDEO). Além disso, o governo de Fernando Henrique recrutou militantes de ONGs negras e movimentos sociais para articular essas

iniciativas políticas e representar o Brasil na III Conferência da ONU de Combate ao Racismo, em 2001.

O conjunto das ações para a institucionalização de uma agenda racial negra, no final do século XX, colocou em destaque, para o eleitorado brasileiro, partidos como PMDB, PDT e PSDB. Isso porque seus governos, ao estabelecerem iniciativas de resgate da autoestima negra e políticas de afirmação racial, acenaram com a possibilidade de mudança social aos segmentos sociais mais atingidos pelas desigualdades. Por isso, o PT, para efetivar o projeto de conquista da Presidência da República, precisou reconsiderar, entre suas propostas, a integração da agenda racial no programa de governo de seu principal candidato, estabelecendo maior interação entre as lideranças partidárias e os ativistas negros.

No campo político petista, as iniciativas desenvolvidas pelas feministas e mulheres negras no governo de Celso Daniel se mostraram como uma das experiências mais profícuas do partido, em comparação a outros processos políticos de institucionalização da agenda racial pelos partidos concorrentes. Por isso, as restrições ao desenvolvimento de agendas de gênero e raça, do fim dos anos 1990 para 2000, tornou evidente a dificuldade da cultura política petista em lidar com a temática racial e a ascensão de lideranças de movimentos sociais não classistas.

O ambiente de pluralidade política, combinado à seletividade eleitoral do período, terminou por gerar novas oportunidades políticas para uma parte do ativismo negro, agora profissionalizado e especializado, principalmente dos militantes do MNU surgidos durante a redemocratização. Por isso, não pareceu estranho que Matilde Ribeiro, ao sair do quadro da PMSA, recebesse o convite do governo de Fernando Henrique para integrar a equipe de trabalho do GTDI.

> “Não diretamente, mas por conta de estar junto à Matilde, assim, acompanhei o processo no ano de 2002, foi o ano eleitoral. Matilde tinha saído da assessoria de direito da mulher, não ficou, inclusive em função de problemas com esse secretário. (...) Ela estava em casa, tinha um convite para vir para Brasília. Daí, ela conversava comigo ‘Mas, Matilde, como você vai trabalhar no MDA do FHC?’ Ela falava: ‘Não, Maraísa. Eu não vou’. Tinha um convite para vir. Um belo dia ela ficou sabendo pelo jornal que ela estava no grupo que o Celso tinha montado, o grupo do programa de governo. Ela foi saber. O que aconteceu? Tinha dois militantes do PT lá, o Flávio Jorge e o Carlos Porto, que estavam em uma reunião onde o Celso Daniel estava dando informe de como ele ia funcionar com esse grupo de trabalho, do programa de governo. Ela me contando que, no fim, o Flávio Jorge e o Carlos Porto pararam o Celso Daniel e falaram: ‘Olha, você não acha que tem que ter um grupo para discutir? Alguém da igualdade racial?’. Argumentaram com ele. Ele: ‘Em três dias vocês me apresentem um nome’. E assim foi.(Entrevista de Maraísa Almeida, 50 anos 2012)

A propagação da política de ação afirmativa e suas modalidades, na sociedade brasileira, concretizaram, para as mulheres afrodescentes, pessoas com deficiência e parte da população mais pobre, a possibilidade de ascensão social. Isso ficou refletido em diferentes estudos com base em indicadores sociais que apontaram o aumento no acesso às novas ocupações, à elevação da renda, à melhoria dos níveis educacionais, e à integração nos quadros partidários.

Assim, o PT, ao constituir a Secretaria Nacional de Combate ao Racismo, procurava responder ao ativismo negro e obter uma estratégia mais eficaz para lidar com a sua imagem eleitoral. Esses fatores levaram o partido a incorporar no programa de governo do candidato Lula a iniciativa de promoção da igualdade racial, com o título “Brasil sem Racismo”.

> “Criou-se o grupo do programa de governo. A Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do PT se instalou, para produção do programa de governo, para contribuir com o programa de governo Lula daquele período, fez seminários regionais. Cinco seminários, um em cada região, para colher proposta, reunir militância. Fechamos o programa de governo que deu no ‘Brasil sem Racismo’. Foi um projeto importante, que a Secretaria deslanchou.” (Entrevista de Maraísa Almeida, 50 anos, 2012)

A criação do grupo de trabalho, com a inclusão de Matilde Ribeiro por iniciativa da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do PT e com o apoio da CONEN, não apenas configurou a integração da temática racial no programa do candidato Lula, mas significou maior mobilização do ativismo negro na campanha eleitoral, e uma crescente expectativa em relação à criação de um órgão no âmbito do governo federal dedicado à política de promoção da igualdade racial. Com a vitória de Lula no pleito, em 2002, os ativistas negros, mobilizados pela expectativa do novo governo, aguardaram a instauração de um órgão dedicado à agenda racial.

> "Na época, era o Márcio das Chagas, que era o coordenador do setorial de combate ao racismo do PT nacional. Ganhamos a eleição, montou-se a transição. Matilde foi para o grupo de transição, sempre acompanhada por Flávio Jorge, Márcio Chagas e Nogueira. Quando o Lula anunciou, fez o primeiro anúncio do ministério tão esperado, que foi em dezembro, não anunciou a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial. Aí, se fez de novo a correria, junto, aqui, das pessoas que estavam coordenando isso, as estruturas, José Dirceu, Palocci e outros. Como é que iam ficar? Foi bastante decepcionante, para nós, vermos o anúncio sem a Secretaria de Igualdade Racial (Entrevista de Maraísa Almeida, 50 anos, 2012)

Todavia, a esperada criação do órgão para integração da agenda racial não aconteceu conforme a expectativa dos ativistas negros. A indicação no interior do governo Lula era de instituir a temática racial em um órgão de abrangência mais genérica, como a Secretária Nacional dos Direitos Humanos, em um modelo muito mais próximo da ideia de transversalidade política das diferentes agendas dos movimentos sociais. Iniciou-se, então, uma nova mobilização dos ativistas negros junto às lideranças petistas, especialmente os setores da Articulação, para convencê-los da importância de se criar um ministério ou uma secretaria de Estado para o enfrentamento da questão racial. Para isso os ativistas usaram, principalmente, o argumento de que o governo de FHC teria avançado muito mais nas iniciativas de promoção da igualdade racial do que o PT.

> “O grupo que estava à frente disso estava entendendo que a Secretaria de Direitos Humanos dava conta. O mínimo que eu posso imaginar é isso. Você tem um programa, o ‘Brasil Sem Racismo’. Você tem o Programa das Mulheres. Na hora de anunciar, criar estrutura, você pega, na verdade, as estruturas que já existiam. A Secretaria dos Direitos da Mulher, que estava dentro do Ministério de Justiça, e a Secretaria de Direitos Humanos, também dentro do Ministério da Justiça. Tirou as duas, colocou-se na Presidência da República. E a raça, Igualdade Racial? Foi, de novo, todo um processo de convencimento da necessidade. Acho que o período anterior, FHC, digo isso para a criação, com certeza, no caso da eleição, contribuiu. Por quê? Para que se criasse de verdade essa equipe. Porque nós saímos do governo FHC com vários programas de ações afirmativas, criados pelos ministérios. Tinha programas de ações afirmativas no MDA, no Ministério da Cultura, MDS. (...) Mas o que acontecia naquele momento? Acho que influenciou na decisão depois, tardia, mas em tempo. Nós estávamos vindo do governo FHC. (...) Com uma agenda para a Conferência de Durban, 2001. Acho que a agenda Durban e o que deslanchou dentro do governo FHC fizeram alguma diferença no consenso dessa rota. ‘Aí, vamos criar sim’.” (Entrevista de Maraísa Almeida, 50 anos, 2012)

A partir da mobilização do ativismo negro, e de sua interação com o núcleo de poder do governo, foi criada – após três meses da posse de Lula –, em 21 de março de 2003, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR), no Dia Internacional de Eliminação da Discriminação Racial, data celebrada pela ONU em memória dos ativistas negros mortos em Johanesburgo, África do Sul, em 1960.

O órgão nasceu diretamente ligado ao gabinete da Presidência da República, com status de ministério, porém sem dotação orçamentária própria e com o papel de indutor de políticas de promoção da igualdade racial no país, conforme a medida provisória de sua criação, a MP nº 111, de 21 de março de 2003, convertida posteriormente na Lei n° 10.678. Nela foram definidos os seguintes objetivos do órgão:

- elaborar e coordenar e articulação de políticas e diretrizes para a promoção da igualdade racial;

- formular e coordenar a avaliação das políticas públicas afirmativas de promoção da igualdade e da proteção dos direitos de indivíduos e grupos étnicos, com ênfase na população negra, afetados por discriminação racial e demais formas de intolerância;

- articular, promover e acompanhar a execução dos programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação da promoção da igualdade racial;

- coordenar e acompanhar as políticas transversais de governo para a promoção da igualdade racial;

- planejar e coordenar a execução e avaliação do Programa Nacional de Ações Afirmativas;

- acompanhar a implementação de legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem ao cumprimento de acordos, convenções e outros instrumentos congêneres assinados pelo Brasil, nos aspectos relativos à promoção da igualdade e combate à discriminação racial ou étnica.

POSICIONAMENTO DA SEPPIR NA ESTRUTURA DO EXECUTIVO FEDERAL – PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – 2003[114]

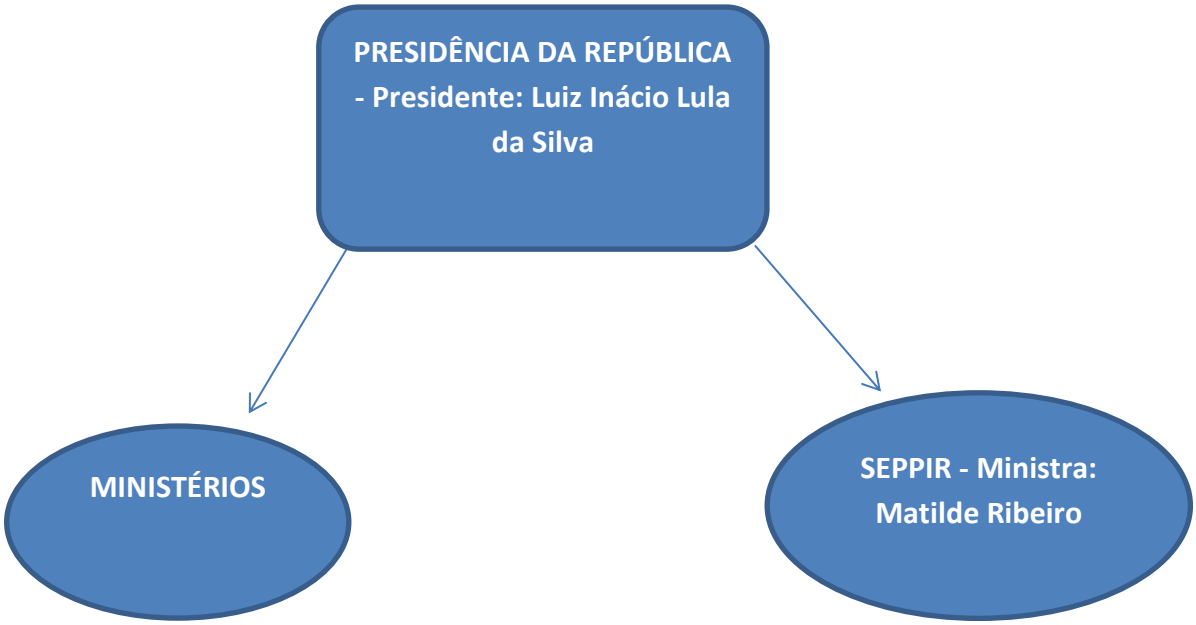


Figura 12 – BRASIL (2003)

Com essas características, a SEPPIR nasceu direcionada a consolidar uma agenda racial baseada na tônica do "racialismo radical", pois, além da ideologia de esquerda, nela constata-se uma crítica ao mito da democracia racial e a referências do ativismo negro transnacional (GUIMARÃES, 2001). Ao mesmo tempo, ao se analisar sua estrutura político-administrativa é possível verificar semelhanças em relação às estratégias adotadas na política de gênero e raça desenvolvida na gestão petista de Celso Daniel, em Santo André, principalmente no uso da transversalidade

[114] Cf.: BRASIL (GOVERNO). *Estrutura de Estado*. http://www.brasil.gov.br/sobre/o-brasil/estrutura. Acesso abr. 2013.

e matricialidade na administração das ações da política de promoção da igualdade racial. De acordo com Matilde Ribeiro:

> “Que foi a situação que eu vivi no governo federal. A transversalidade tem sido desenvolvida entre nós, hoje, como sendo estas, do ponto de vista prático, estas Secretarias que são ligadas aos temas lá na esfera dos relacionamentos e das desigualdades. Elas conectam-se com os ministérios do ponto de vista orçamentário e conceitual para desenvolver os seus projetos. Então, é uma relação entre formiga e leão. Então são dois condutores diferentes, então, a matricialidade, eu diria que está na esfera do reino dos leões, que tem mais recursos. (...). Que tem um quê de transversalidade também, mas a matricialidade é uma coisa mais do poder central e de conexão da política real, com orçamento etc. A transversalidade, ela é a lógica de..., é de construção de condução das políticas afirmativas na relação, no caso, do governo federal, por exemplo, da SEPPIR, Secretaria de Igualdade Racial, com o Ministério da Saúde. O Ministério da Saúde tem nossos bilhões e verbas carimbadas. Então, para desenvolver o programa a Secretaria, a SEPPIR, pode idealizar o Programa Nacional de Saúde da População Negra, mas ela não tem poder de execução. Ela é indutora de programas, e quem executa é o Ministério. Só que, aí, um ministro não manda no outro. Nem na verba, muito menos na verba do outro. Então, esse é o ‘X’ da questão.” (Entrevista de Matilde Ribeiro, 2010)

Para os ativistas negros o alcance de novas posições na estrutura política não foi o suficiente para promover, de forma plena, a igualdade de condições para os negros e suas reivindicações na estrutura política. Pelo contrário, foi preciso enfrentar também o racismo institucional, expresso no tratamento seletivo dado pelos agentes das burocracias públicas e privadas do país, configurando uma relação na qual há nítida desvantagem no acesso aos direitos mais básicos de cidadania dos negros, e aos recursos políticos para o desenvolvimento da política racial. Por isso, apesar de contar com uma Secretaria Especial, os ativistas negros enfrentam um quadro político-administrativo e partidário que reluta em absorver as reivindicações do movimento social negro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida nesta tese foi centrada na relação raça e política, e considerou como seu objeto o ativismo feminista e de mulheres negras na criação da política de promoção de gênero e raça no município de Santo André, administrado pelo PT, durante os anos de 1989 a 2005[115]. Com o intuito de orientar o percurso dessa análise foram definidas as seguintes indagações, considerando primeiro, que após a Conferência Durban em 2001, a questão racial ganhou destaque e o reconhecimento nacional; por que, então o PT, como o único partido de esquerda a conquistar a Presidência da República em 2003, criou um órgão, com status de ministério, para implementar a política de promoção da igualdade racial? Em segundo, dentre os governos administrados pelo PT, em que medida a experiência de Santo André e a profissionalização política de ativistas negros foram relevantes na definição do modelo de política racial adotado em nível regional e nacional, culminando na criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) no governo Lula?

As questões foram respondidas com o desenvolvimento de duas proposições: a primeira compreende a explicação sobre a confluência histórica entre a organização política da esquerda, o feminismo e o ativismo negro, que permitiu na região do grande ABC, em especial em Santo André, a emergência de uma

[115] A exceção do período compreende os anos de 1993 a 1997, quando a gestão da PMSA esteve sob o controle do PTB.

experiência de política racial, de maior alcance em relação aos modelos desenvolvidos pelo PMDB e pelo PDT; e a segunda, apontou o alinhamento político do ativismo feminista e negro com a tendência petista Articulação e as lideranças do PT, como uma potente estratégia para conquista de poder, cujos efeitos foram a mobilidade das ativistas, a sua institucionalização, a implementação da agenda racial e a qualificação eleitoral do PT.

Assim, ao se analisar a organização e a singularidade do PT no cenário político nacional e municipal de Santo André, foi possível dimensionar que o tratamento dado pelo partido à questão racial, esteve relacionado, em parte, ao seu crescimento organizacional e a sua capilaridade eleitoral no período de 1980 até 2004; e outra, a luta das lideranças no seu interior, especialmente em Santo André as ações das feministas e dos ativistas negros.

Isso significou que o processo de redemocratização possibilitou a profissionalização política da militância partidária, a institucionalização dos ativistas dos movimentos sociais e das novas demandas da sociedade. No entanto, o posicionamento da temática racial no partido, correspondeu não apenas ao ciclo organizacional do ativismo negro, mas, também, ao aumento da permeabilidade da estrutura partidária e dos governos petistas, principalmente, nos períodos eleitorais.

Em Santo André, a confluência entre a estrutura de oportunidades políticas e o ativismo dos movimentos sociais, pode ser captada a partir da reconstrução da experiência da política de promoção da igualdade de gênero e raça no município. Nela foi possível identificar, com base na bibliografia, relatos e documentos o quanto a formação histórica das bases sociais da mobilização – social, religiosa, sindical e de esquerda – contribuíram para a institucionalização do ativismo feminista e negro

no quadro local. Outro aspecto revelado foi o quanto a hegemonia petista na PMSA possibilitou o processo de integração da agenda de gênero e raça, levando à criação, na administração municipal, de dois órgãos especializados em uma agenda política não classista. Ou seja, órgãos especializados na temática de gênero, a ADM, e na questão racial, a ADCN.

A institucionalização da agenda de gênero e raça contou com a homologia organizativa, resultante da habilidade das ativistas feministas e de mulheres negras em mobilizar as redes sociais dentro e fora do governo. Isso pode ser identificado, principalmente, em dois projetos: Gerenciamento Participativo das Áreas de Mananciais (GEPAM) e o programa Fortalecimento Institucional para a Igualdade de Gênero e Raça, Erradicação da Pobreza e Geração de Emprego (GRPE), demonstrando o quanto a dualidade de sua posição política permitiu que eles enfrentassem as restrições impostas pelo núcleo de poder petista, e, ao mesmo tempo, mobilizassem a rede de movimentos sociais e ONGs especializadas, como estratégia de integração e reprodução política na estrutura administrativa do município. Dessa maneira, com o enquadramento das ações, foram identificadas as redes sociais locais, os recursos técnicos das assessorias e consultorias e a mobilização do financiamento de agências públicas, privadas, nacionais e internacionais, que permitiram a formação inicial da política de promoção da igualdade gênero e raça.

Além disso, o processo de integração regional dos sete municípios do ABCMMRR levou à criação do Consórcio Intermunicipal do ABC, por iniciativa de Celso Daniel, causando o surgimento de novas estruturas e oportunidades políticas para o ativismo feminista e de mulheres negras. Todavia, a ampliação de poder das

assessorias, não aconteceu sem enfrentar as limitações de seu quadro técnico e as restrições impostas pelo núcleo de poder petista.

A continuidade da hegemonia petista na gestão da PMSA permitiu ao núcleo de poder estabilizar as disputas políticas, entre as tendências partidárias e os ativistas dos movimentos sociais no interior do governo. As sucessivas reformas administrativas nos diferentes mandatos foi o principal instrumento administrativo, que regulou o recrutamento dos ativistas e a distribuição de poder na estrutura de governo. Essas iniciativas governamentais levaram ao esvaziamento de poder das feministas e das mulheres negras, promovendo a extinção da ADM e ADCN, e o esvaziamento de sua agenda. Ocorreu, então, a instituição de um Núcleo de Assessorias baseado em um modelo gestão matricial e transversal, que deveria reduzir a fragmentação das iniciativas e o déficit técnico das assessorias.

Naquele momento, como reação as ativistas passaram a se articular com base no projeto GRPE e sua rede social de organizações. Esse suporte permitiu que a agenda de gênero e raça fosse deslocada do âmbito municipal para o regional, ou seja, transferir as ações do grupo de trabalho local para o Consórcio Intermunicipal. Outro aspecto relevante foi a confluência entre a mobilidade política das ativistas negras da ADM e ADCN, do âmbito municipal para a esfera federal, especificamente, para a SEPPIR, que possibilitou uma aliança com Matilde Ribeiro, e um novo reforço às iniciativas.

Por fim, entende-se que a habilidade das ativistas feministas e das mulheres negras, enquanto um grupo politico, preocupado em promover a integração da política de promoção da igualdade de gênero e raça compreendeu a conquista das oportunidades políticas surgidas na estrutura de poder em diferentes arenas que

compõem o Estado. Se por um lado, essas oportunidades foram decorrentes do ciclo eleitoral, e do reconhecimento público das reivindicações dos movimentos sociais; por outro, as restrições existentes foram demonstrativas, não somente, da competição política entre as elites, mas, também, das dificuldades dessas estruturas políticas em reconhecer o problema da integração do negro como relevante.

BIBLIOGRAFIA

ALVAREZ, Sônia. ; DAGNINO, Evelina. ; ESCOBAR, Arturo. (orgs.). *Introdução. In: Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos (novas leituras).* UFMG, BH. 2000.

ALBERTI, Verena e PEREIRA, Amílcar Araújo. (org.). *Histórias do movimento negro no Brasil.* CPDOC/Pallas. RJ. 2007.

ALENCASTRO, L.F. & BERQUÓ, Elza. “A Emergência do Voto Negro”, *Novos Estudos CEBRAP,* São Paulo, nº33, 1992, pp.77-88.

ALONSO, A. *A teoria dos movimentos sociais: um balanço do debate.* **Lua Nova.** São Paulo, 76: 49-86,2009.

ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo.* (1888-1988). Edusc. SP. 1988.

ARRETCHE, Marta. “Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas”. *RBCS*. SP, n. 31, ano 11, jun 1996.

BARCELOS, Luiz Cláudio. "Mobilização Racial no Brasil. Uma Revisão Crítica". *Afro-Ásia*, nº 17, 1996, pp. 187-210.

BARÓ, Dionísio & outros. “Desigualdade racial e construção institucional: a consolidação da temática racial no governo federal (1995 – 2005)”. *A construção de*

uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos 20 anos. (org.) Luciana Jaccoud. IPEA, Brasília, 2009.

BENFORD, R. & SNOW, D. “Framing processes and social moviments: on overview and assessment”. In: *Annual review of sociology*, n.26, USA, 2000

BENTO, M.A.S. “Racismo no trabalho: o movimento sindical e o Estado” in: GUIMARÃES & HUNTLEY (Org). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. Paz e Terra, SP, 2000.

BOBBIO, Noberto. “Teoria das Elites”. *Dicionário de Ciência Política.* Bsb, UNB. 2000

BRAGA, Maria do Socorro Sousa. *O processo partidário-eleitoral brasileiro:* padrões de competição política (1982-2002). Humanitas/FAPESP, São Paulo. 2006.

CAMPBELL, J.L. Ideas, politics, and publicy policy. Annual *Review of Sociology*. New Hampshire. USA, ABI/INFORM Global. 28; 2002,p.21

CASTRO, Monica. “Raça e Comportamento Político”. *Dados.* V. 3, n.36, 1993.

CORADINI, Odaci Luiz. (org.). *Estudo de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul.* UFRGS. RS. 2008

COUTO, Cláudio Gonçalves. *O desafio de ser governo*: o PT na prefeitura de São Paulo (1989-1992).RJ. Paz e Terra, 1995.

DOIMO, Ana. *A vez e a voz do popular*: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro, Relume Dumará/ANPOCS, 1995

DOMINGUES, Petrônio. “Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos”. *Tempo*. Departamento de História da UFF. 12. p.100 -107. 2007.

_____. “O movimento negro brasileiro: histórias, tendências e dilemas contemporâneos”. *Dimensões.* PPGHIS/NPIH. UFES. 21.p. 101-124. 2008.

_____. “O recinto sagrado: educação e antirracismo no Brasil”. *Cadernos de Pesquisa,* v.39, n138. P.963-994; set/dez 2009.

FARIA, C.A.P. de. “Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes”. *RBCS***.** RJ,v.18,n.51, fev 2003

FERNANDES, Florestan*. Significado do Protesto Negro*. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1989.

FERRARA, Mirian N. “A imprensa negra paulista (1915/1963).*Revistas de História*, SP, n.01, v.05, mar. Ago. 1986.

FREY,K. “Políticas públicas:um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil”. *Planejamento e políticas públicas***.**21, jun.2000

GADOTTI, Moacir & PEREIRA, Otaviano. *Pra que PT:* origem, projeto e consolidação do partido dos trabalhadores. SP, Cortez, 1989.

GODINHO, Tatau. “O PT e o Feminismo”. *Mulher e Política. Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. Ângela BORBA, Nalu FARIA e Tatau GODINHO (orgs). SP. Fundação Perseu Abramo. p. 15-32.1998.

GOHN. M.G. “Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América latina”. *CADERNO CRH,* Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, Set./Dez. 2008. http:www.scielo.br/pdf/ccrh/v21n54/03.pdf. acesso jan 2010.

GRIN, MÔNICA. (2004). “Auto-Confrontação Racial e Opinião: O caso Brasileiro e o NorteAmericano”; *Interseções*, (UERJ),UERJ,NAPE, 2004. http://servicos.capes.gov.br/arquivos/avaliacao/estudos/dados1/2004/31001017/040/2004_040_31001017023P8_Prod_Bib. Acesso out 2006.

GUIMARÃES. Antônio S.A. “A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos).*Tempo Social*; rev. Soc. USP,SP. 13(2):121-142.nov.2001.

GUIMARÃES. Antônio S.A. *Classes, Raças e Democracia*. Ed. 34, SP. 2002.

_____.“Intelectuais Negros e formas de Integração nacional”. Estudos Avançados. 18 (50). SP. 2004.

_____. *Preconceito racial: modos, temas e tempos*. SP, Cortez, 2008.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Tradução Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. 2ª edição.* UFMG; RJ. 2009

HASENBALG, Carlos e SILVA, Nelson do Valle (Orgs), *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida.* Rio de Janeiro, Topbooks, 2004.

HANCHARD, Michael George. *Orfeu e o poder*: o movimento negro no Rio e São Paulo (1945 – 1988). Eduerj. RJ. 2001.

HERINGER, Rosana. " A agenda antirracista das ONGs brasileiras no anos 90". in: GUIMARÃES & HUNTLEY (Org). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. Paz e Terra, SP, 2000.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. *Teoria das Elites.* Zahar, RJ, 2011

JACCOUD, Luciana & outros. "Entre o racismo e a desigualdade: da Constituição à promoção de uma política de igualdade Racial*". A construção de uma política de promoção da igualdade racial:* uma análise dos últimos 20 anos. (org.) Luciana Jaccoud. IPEA, Brasília, 2009a.

JACCOUD, Luciana & outros. "A promoção da igualdade racial em 2006 e o programa de combate ao racismo institucional". *A construção de uma política de*

promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos 20 anos. (org.) Luciana Jaccoud. IPEA, Brasília, 2009b..

JACCOUD, Luciana & outros. “A promoção da igualdade racial em 2007 e as políticas universalistas*”. A construção de uma política de promoção da igualdade racial*: uma análise dos últimos 20 anos. (org.) Luciana Jaccoud. IPEA, Brasília, 2009d.

JOHNSON III, Ollie A.. “Representação racial e política no Brasil: parlamentares negros no Congresso Nacional (1983-99)”. *Estudos. afro-asiáticos***.**, RJ, n. 38,dez. 2000

KECK, Margaret E. *PT- “*A lógica da diferença”: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira. SP, Ática, 1991.

KINZO, Maria D’Alva Gil. “A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição”. *São Paulo Perspectiva***.**, São Paulo, v. 15, n. 4, Dec. 2001 .

_____. “Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. *RBCS* Vol. 19 nº. 54, fev. 2004.

LACERDA, Alan Daniel Freire de. “O PT e a Unidade Partidária como Problema”. *Dados*, RJ, v.45, n.1, 2002. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582002000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso 09 set. 2012.

LAMOUNIER, Bolívar. *Raça e classe na política brasileira.* SP. Cadernos brasileiros. 1968

LANDIM, Leilah. “Experiência Militante*:* história das assim chamadas ONGS”. (org.) Leilan Landin. *Ações em sociedade: militância, caridade, assistência etc*. NAU. RJ. 1998

MARTINS, Humberto Falcão & MARINI. “Um governo matricial: estruturas em rede para gerar resultados de desenvolvimento”*.* In: LEVY, Evelyn e DRAGO, Pedro Anibal (Orgs.). *Administração Pública no Brasil Contemporâneo.* São Paulo: FUNDAP, 2005.

MENEGUELLO, Rachel. *PT a formação de um partido*: 1979-1982. RJ, Paz e Terra, 1989.

MITCHELL, Gladys. Identidade coletiva negra e escolha eleitoral no Brasil. *Opinião. Pública*, Campinas (SP), v. 15, n. 2, Nov. 2009. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010462762009000200001&lng=en&nrm=iso>.acesso 27 Nov. 2011. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762009000200001.

MCDAM, Doug e outros. *“*Para mapear o confronto político”*. Lua Nova*, SP, 76:11-48, 2009.

MOREIRA, Núbia Regina. *A organização das feministas negras no Brasil.* UESB. Vitória da Conquista (BA). 2011

MOTTA, Athayde & SANTOS, Regina C. B. “Políticas públicas e a questão racial: a experiência da SEAFRO no Rio de Janeiro”. *Cadernos de pesquisa.* CEBRAP, SP, n.7, mai 1997.

MOURA, Clóvis. *Brasil: As raízes do protesto negro*. São Paulo: Global, 1983.

NASCIMENTO, Adilson e outros. *Balanço eleitoral do voto étnico negro e presença dos negros no parlamento.* Unegro, BH, fev.2011.

NASCIMENTO, Abdias & NASCIMENTO, Elisa L. “Reflexões sobre o movimento negro no Brasil, 1938 – 1997”. in: GUIMARÃES & HUNTLEY (Org). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. Paz e Terra, SP, 2000.

NEVES, Paulo Sérgio da C.. “Luta anti-racista: entre reconhecimento e redistribuição”. *RBCS*, São Paulo, v. 20, n. 59, out. 2005 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269092005000300006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso 30 abr. 2009. doi: 10.1590/S0102-69092005000300006.

NOVAES, Carlos Alberto Marques. “PT: Dilemas da Burocratização”. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 35, p. 217-237, SP, mar. 1993.

NOVELLINO, Maria S. F. “Análise dos dados sobre gestão da política de gênero da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC 2009: Perfil dos municípios brasileiros, realizada pelo IBGE*”. Anais do II Simpósio Gênero e Políticas Públicas.* ISSN 2177-8248 UEL, ago 2011.
http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/Maria%20Salet.pdf. acesso jan 2011.

OIT. Organização Internacional do Trabalho *GRPE.* Igualdade de gênero e raça, erradicação da pobreza e geração de emprego. http://www.oit.org.br/prgatv/prg, set.2006

OLIVEIRA, Cloves L. P. "Os Negros e o Poder no Brasil - Proposta de Agenda de Pesquisa". *I – Simpósio Internacional: o desafio da diferença.* UFBA, Salvador (BA), 2000. http://www.desafio.ufba.br/gt6-001.html. acesso dez 2011.

OLIVEIRA, Eduardo de. *Quem é quem na negritude brasileira*. CNAB – Congresso Nacional Afro-brasileiro. Sec. Nac. dos Direitos Humanos do Min. da Justiça. Bsb, vol.1, 1998.

PAES DE BARROS, R. HENRIQUES & MENDONÇA, R. *"*A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil".in: Henriques, Ricardo & Barros, Alexandre. *Desigualdade e pobreza no Brasil***.** RJ, IPEA, 2000.

PAULA, Marilene. "A promoção da igualdade racial na era Lula". *Nunca antes na história desse pais...?Um balanço das políticas no governo Lula.* (org.) Marilene Paula. Fundação Heinrich Böll. RJ, 2011.

PEREIRA, João Baptista Borges. "Parâmetros ideológicos de projeto político de negros em São Paulo – um ensaio de antropologia política". *Revista IEB 24.*SP. http://143.107.31.231/Acervo_Imagens/Revista/REV024/Media/REV24-05.pdf. Acesso mar 2012.

PRANDI, R. "Raça e religião". In: Prandi, R. *Herdeiras do axé: Sociologia das religiões afro-brasileiras*. São Paulo: Hucitec, 1996.

RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. Presença. Lisboa (PT). 2003.

RIBEIRO, Matilde. “Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing”. in: *Estudos Feministas.* RJ, v.3,n.2, UFRJ, 1995.

RIBEIRO, Carlos A. C. *Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil.* Bauru, SP: EDUSC, 2007.

RATZ, Alex. *“*As amefricanas: mulheres negras e feminismo na trajetória de Lélia Gonzales”. *Fazendo Gênero: Diásporas, diversidade, deslocamentos*. ago 2010.http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278274787_ARQUIVO_Asamefricanas.pdf. acesso jan. 2012.

RODRIGUES, Iram Jácome. *Sindicalismo e Política: A trajetória da CUT (1983 a 1993).* 2ª. LTR75,SP, 2011.

RODRIGUES, Leôncio Martins. “Tendências políticas na forma das centrais sindicais”. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80.* (org) Armando Boito Jr. Paz e Terra. SP/RJ,1991.

RODRIGUES, Marta M Assumpção. *Políticas Públicas***.** Publifolha. SP.2010.

RODRIGUES, C. S. & PRADO, M. A. M.. “Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o Estado brasileiro”. *Psicologia & Sociedade, 22*(3), 445-456, 2010

ROLAND, Edna. “O movimento de mulheres negras brasileiras: desafios e perspectivas”. *Tirando a máscara:* ensaios sobre racismo no Brasil.(org.) Antonio Sérgio Alfredo Guimarães e Lynh Huntley. Paz e Terra. SP. 2000.

SANTOS, Yumi Garcia. “A implementação dos órgãos governamentais de gênero no Brasil e o papel do movimento feminista: o caso do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo”. Cadernos *Pagu* (27), julho-dez 2006: pp.401-426.

SCALON, C.. “Percepção de desigualdades”. In:(org.) Celi Scalon. *Imagens da desigualdade*. BH/RJ: UFMG/IUPERJ-UCAM; 2004

SCHERER-WARREN, I. *Redes de movimentos sociais***.** Centro João XXIII/Loyola, SP, 1993

SCHUMA Schumaher & VITAL Érico Brasil. *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade (biográfico e ilustrado)*. Zahar, 2000. http://www.mulher500.org.br/acervo/biografia-busca indice.asp?Pagina=1&pag=next&cod=qz. Acesso ago. 2012.

SILVA, Nelson do Valle. “Cambios sociales y estratificacion en el Brasil contemporâneo. (1945-1999)”. Série Politicas Sociales. CEPAL, 2004.

SILVÉRIO, Valter. “A (re)configuração do nacional e a questão da diversidade. *Afirmando diferenças:* montando o quebra-cabeça da diversidade na escola. (org.) Abromowics, Anete; Silvério,Valter. Papirus. Campinas (SP), 2005.

SOARES, Gláucio & SILVA, Nelson do Vale. ”O charme discreto do socialismo moreno”. *Dados*. V.28, n.2, 1985.

SOARES, Vera. “Muitas faces do feminismo no Brasil”. *Mulher e Política. Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. Ângela BORBA, Nalu FARIA e Tatau GODINHO (orgs). SP. Fundação Perseu Abramo, 1998, p.33-54

_____. “O verso e o reverso da construção da cidadania feminina, branca e negra no Brasil”. in: GUIMARÃES & HUNTLEY (Org). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. Paz e Terra, SP, 2000.

SOUZA, Amaury de. “Raça e política no Brasil urbano”, Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro, n. 11, 1971.

SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: UFMG. 2009

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro*: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. RJ, Graal,1990.

TARROW, Sidney. “National Politics and Collective Action: Recent Theory and Research in Western Europe and the United States*”. Annual Review of Sociology*. V. 14, 1988. pp. 421 – 440, 1988

TARROW, Sidney. *O poder em movimento:* movimentos sociais e confronto político. Vozes. RJ. 2009

TILLY, Charles. *La desigualdade persistente.* Manantial. Buenos Aires (AR), 2000.

VALENTE, Ana Lúcia Eduardo Farah. 1986. *Política e Relações Raciais: Os Negros e as Eleições Paulistas de 1982*. São Paulo: USP.

VIANA, Elizabeth E.S. "Lélia González e outras mulheres: o pensamento feminista negro, antirracismo e antissexismo". *Revista da ABPN*. v.1, n.1 – mar/jun. 2010.

Teses e dissertações

ARAÚJO, Airton F. *Participação Política e Poder dos Negros no Partido dos Trabalhadores.* UFRS, IFCH, PPGCP. PO (RS). (dissertação de mestrado). Dez.2004. [mimeo]

BASTOS, Pablo Nabarrete. *Ecos de espelhos:* movimento Hip Hop do ABC Paulista: intervenções, identificações e mediações sociais, culturais, raciais, comunicacionais e políticas. ECA, USP, SP, 2008. Dissertação de mestrado [mimeo]

CALDAS, Eduardo de Lima. *Formação de agendas governamentais locais:* o caso dos consórcios intermunicipais. DCP/FFLCH/USP. SP, 2007. Tese de doutorado. [mimeo]

DAMASCO, Mariana Santos. *Feminismo Negro:* Raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975 -1996). FIOCRUZ,RJ. 2009. Dissertação de mestrado.[mimeo]

FELIX, João Batista de Jesus. *Chic Show e Zimbabwe e a Construção da Identidade nos Bailes Black Paulistanos.* 2000. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. [mimeo]

RIOS, Flavia. *A institucionalização do movimento negro contemporâneo.* PPGS/FFLCH/USP. SP. Dissertação mestrado em sociologia. 2008 [mimeo]

RIBEIRO, Pedro José Floriano. *Dos sindicatos ao governo:* a organização nacional do PT de 1980 a 2005. Tese de doutorado. UFSCAR. São Carlos (SP). 2008.[mimeo]

SANTOS, David R. dos. “Como a Igreja Católica tratou os negros e as negras nestes 507 anos?” *Tempo e Presença*. Ano 2, v. 05, RJ. nov. 2007.

SANTOS, Gevanilda G. *Partidos políticos e etnia negra*. Dissertação de mestrado. PUC-SP, SP. 1992. [mimeo]

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos Santos. *O movimento negro e o Estado:* o caso do conselho de participação e desenvolvimento da comunidade negra do estado de São Paulo (1983-1987). Dissertação de Mestrado. Unicamp, Campinas (SP), 2001. [mimeo]

SOARES, Claudete. *Raça, classe e cidadania* : a trajetoria do debate racial no Partido dos Trabalhadores (1980-2003). IFCH/UNICAMP, SP, 2009.Tese de doutorado [mimeo]

SOUZA, Fernando L. M. de. *A Construção da Central de Movimentos Populares: uma experiência da representatividade popular.* Dissertação de Mestrado. DCP/FFLCH/USP, SP, 1997.[mimeo]

SILVA, Jair Batista da. *Racismo e sindicalismo* : reconhecimento, redistribuição e ação política das centrais sindicais acerca do racismo no Brasil (1983-2002). Tese (Doutorado em Ciências Sociais), IFCH, UNICAMP, Campinas (SP), 2008. [mimeo]

SILVA, Juliana F. *A presença de organizações não governamentais nas políticas de superação das desigualdades raciais.* PUC/SP. Dissertação de Mestrado. PPG Psicologia Social. SP, 2008. [mimeo]

Referencias sobre Santo André e a região do grande ABC

ABRUCIO, Fernando L. e Soares, Márcia M. *Redes Federativas no Brasil: Cooperação Intermunicipal no Grande ABC*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer. 2001

AGENCIA GABC. “Por dentro do Grande ABC”. *Agencia de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC*: http://www.agenciagabc.com.br/grandeabc0709br/grande-abc/index.php?id=14. Acesso mai.2013

ALMEIDA, Antônio de. *Experiências políticas no ABC paulista*: lutas e práticas culturais dos trabalhadores. EDUFU, Uberlândia (MG), 2009.

BENTO, L. A. G. e outros. **"**Um novo modo de gerir políticas públicas: Núcleo de Políticas de Gênero, Raça, Geração e Pessoas com Deficiência". *Anais do VII Seminário Fazendo Gênero***.** http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/B/Bento-Sales-Gimenes-Pechtoll-Soliani_34.pdf. acesso set 2009.

CARVALHO, Maria do C.A.A. & RIBEIRO, Matilde. (org). *Gênero e raça nas políticas públicas***.** Pólis, n.39, SP, 2001.

FABIAN, Ana; Santos, Gevanilda & Lima, Itamarati. *Memória e história de negros na cidade de Santo André***.** Soweto.SP,2006

GUIMARÃES, N. A. "Reestruturação, mercado de trabalho e desigualdades de gênero e raça no ABC paulista"*. Gestão local, empregabilidade e equidade de gênero e raça: um experimento de política pública no ABC.* FAPESP/CEBRAP 98/14044-8. PMSA, CERET, CEBRAP, ELAS, AGENCIA ABC, FAPESP, IGCABC. (CD), (2003).

KLINK, Jeroen J. *A Cidade-Região: Regionalismo e Reestruturação no Grande ABC Paulista*. Rio de Janeiro: DP&A. 2001.

MARTINS, José de S. *A escravidão em São Bernardo: na colônia e no império***.** Pastoral do negro, Quilombo regional do ABC, CEDI. São Bernardo do Campo (SP), 1988.

_____. *Subúrbio:* vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do império ao fim da República Velha. Hucitec/PMSCSul, SP.1992

MARTINS, Heloisa Helena de Souza. Igreja e movimento operário no ABC: 1954 - 1974. HUCITEC/PMSCS. São Caetano do Sul (SP), 1994.

RIBEIRO, Matilde. "Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing".*Revista Estudos. Feministas***.**vol.3,n.2,Campinas(SP), 1995.

SILVA JR, Hédio. (Org*). O Papel da Cor/Raça/Etnia nas Políticas de Promoção da Igualdade*. Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade. 2003. São Paulo.disponível: em:http://www.ceert.org.br/modulos/publicacoes/publicacoes.php

PMSA. [Museu de Santo André]. Debate: "O populismo no subúrbio: a história da política na região do ABC". *IV Congresso de história do grande ABC***.** Santo André.(SP).[1996]

Legislação Consultada

Governo do estado de São Paulo.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 5.466, de 24 de dezembro 1986. Governador Franco Montoro. Dispõe sobre o conselho de participação e desenvolvimento da comunidade negra do Estado de São Paulo. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 24.12.1986

Município de Santo André

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ (PMSA). Lei nº 7.469, de 21 de fevereiro de 1997. Prefeito Celso Daniel Dispõe sobre reorganização administrativa, cargos e funções gratificadas da administração pública municipal de Santo André. *DGABC***.** 25 fev. 1997, cad. Class. p.16

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ (PMSA). Lei nº 7.980, de 14 de março de 2000. Prefeito Celso Daniel. Dispõe sobre criação do cadastro municipal de entidades dos movimentos sociais. *DGABC***.** 16 de mar. 2000, cad. Class., p.04

SANTO ANDRÉ. Câmara Municipal. Lei nº 8.041, De 16 de junho de 2000. Autora: Vereadora Ivete Garcia e Outros – PT. Projeto de Lei CM nº 333/99 - Proc. 2.517/99. Dispõe sobre o combate ao racismo e outras formas de discriminação no Município e dá outras providências. *DGABC*. 17 jun. 2000, Cad. Class., p. 03

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ (PMSA). Lei º 8.157, de 01 de janeiro de 2001. Prefeito Celso Daniel. Projeto de lei nº 093, de 08.12.2000 - proc. Nº 47.514/29000-1. Dispõe sobre a reorganização da estrutura administrativa, bem como extingue, cria e transforma cargos em comissão e funções gratificadas da administração pública municipal de Santo André e dá providências correlatas. *DGABC***.** 01 jan. 2001, cad. Class., p.03

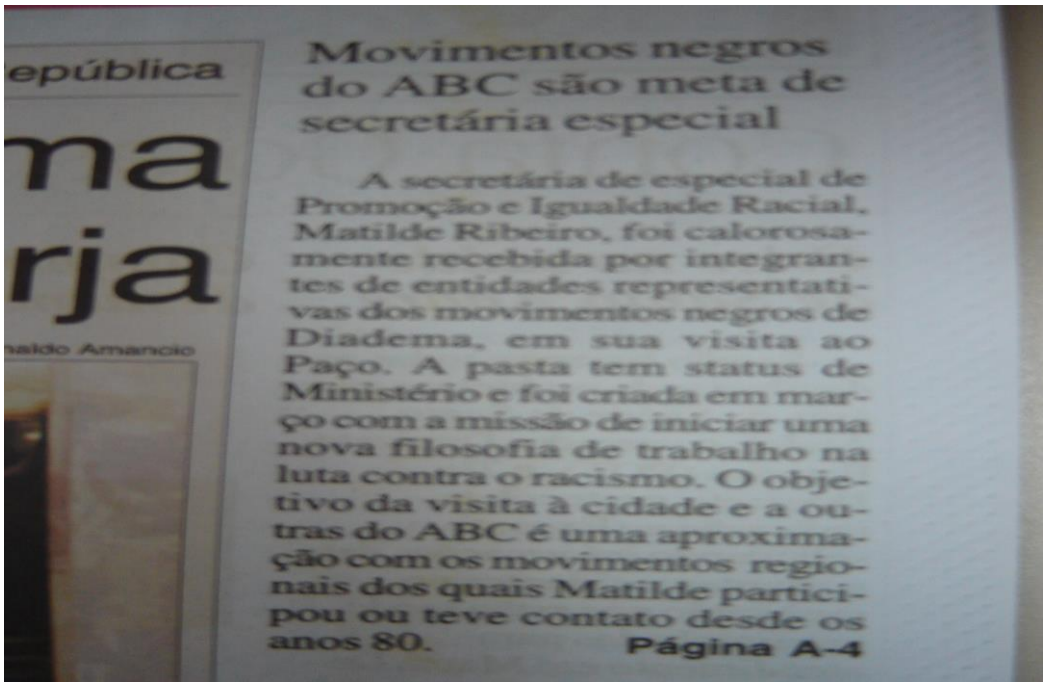
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ (PMSA). Lei nº 8.459, de 20 de dezembro de 2002. Prefeito João Avamileno. Projeto de lei nº 092, de 11.12.2002 – proc. Nº 45.388/2002-5 Dispõe sobre a reorganização da estrutura administrativa, bem como extingue, cria e transforma cargos em comissão e funções gratificadas da administração pública municipal de Santo André e dá providências correlatas. *DGABC***.** 21 dez. 2002, cad. Class., p.05

Anexos

Anexo:1

1.a - Movimentos negros do abc são meta da secretaria especial

DR – Diário Regional, 18 de maio de 2003.



Movimentos negros do ABC são meta de secretária especial

A secretária de especial de Promoção e Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, foi calorosamente recebida por integrantes de entidades representativas dos movimentos negros de Diadema, em sua visita ao Paço. A pasta tem status de Ministério e foi criada em março com a missão de iniciar uma nova filosofia de trabalho na luta contra o racismo. O objetivo da visita à cidade e a outras do ABC é uma aproximação com os movimentos regionais dos quais Matilde participou ou teve contato desde os anos 80.

Página A-4

1.b - Ministra quer criar propostas para promover a igualdade racial no país.

DR – Diário Regional – 11 de dezembro de 2003

Ministra quer criar propostas para promover a igualdade racial no país

A ministra da Secretaria Especial de Políticas da Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Matilde Ribeiro, esteve na sexta-feira (05) em São Bernardo para debater com o deputado federal Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho (PT), e lideranças do partido sobre os projetos e ações que estão sendo adotados por seu ministério.

A Seppir tem como objetivo reduzir as desigualdades raciais no Brasil, com ênfase na população negra. De acordo com Matilde, o papel fundamental de seu ministério, que terá estratégias a curto, médio e longo prazos, será promover a igualdade e proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos; acompanhar e coordenar políticas de diferentes ministérios e outros órgãos do governo; promover e acompanhar a execução de diversos programas de cooperação com organismos públicos e privados, nacionais e internacionais.

■ **Estruturação** – "Ainda estamos numa fase de estruturação e nossa principal ação será coordenar ações do governo para atender as comunidades remanescentes de quilombos do país inteiro", explicou. O apoio a tais comunidades será no sentido de regularizar a posse de terras, estimular o desenvolvimento em seus territórios e apoiar as associações das comunidades remanescentes.

A ministra afirmou que na última semana o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou decreto, que institui o conselho nacional e um plano de ação sobre a promoção da igualdade racial. Além disso, Matilde afirmou que está trabalhando para ser aprovado o estatuto da igualdade racial e paralelamente promoverá ações regionais.

GISELE LOPES

Matilde Ribeiro participou de encontro com Vicentinho em São Bernardo

O ANIVERSÁRIO DE DIADEMA

1.c - Ministra quer campanha no futebol

DGABC – Diário do Grande ABC – 17 de abril 2005

Ministra quer campanha no futebol

Matilde Ribeiro e ministro dos Esportes planejarão ações contra racismo nos gramados

Illenia Negrin

A ministra Matilde Ribeiro, da Igualdade Racial, se reúne na próxima terça-feira com o ministro dos Esportes, Agnelo Queiroz, para formatar campanha de combate ao racismo nos gramados. O objetivo, afirma a ministra, é mobilizar as instituições que representam o futebol em todo país para educar e conscientizar os jogadores contra a prática da discriminação racial.

Ontem, a ministra participou da 1ª Conferência Regional de Promoção da Igualdade do ABC, em São Bernardo, evento organizado pelo Consórcio Intermunicipal em parceria com movimentos sociais. Em entrevista ao **Diário**, Matilde Ribeiro afirma não ter dúvidas de que o episódio envolvendo os jogadores Grafite, do São Paulo, e o uma briga que consideram comum nos gramados.

Para a ministra, o caso extrapolou a rivalidade entre Brasil e Argentina. "É um assunto sério. A atitude do jogador argentino não tem explicação nem justificativa. Merece a devida punição. Queremos, com a campanha, sensibilizar os esportistas para a questão. O que aconteceu com Grafite é rotina. O problema é que não sai todo dia nos jornais," explica a ministra.

Matilde recebeu do presidente da ONG ABC Sem Racismo, Dojival Vieira, pedido para que o tema, batizado por ele de *Racismo no Futebol, Tolerância Zero*, saia o mais rápido possível das rodas de discussão para a prática. "Temos a maior urgência nessa mobilização", disse o ativista. A ministra assinou o documento apresentado por Vieira e reiterou o compromisso com a causa.

África – Matilde Ribeiro também relatou episódios da viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à África, da qual participou. Um dos momentos de destaque, e que exemplifica a humilhação que os negros passaram no período colonial brasileiro e se estende até hoje, foi a visita a um dos maiores entrepostos de escravos, na ilha Gorée. "Todas as autoridades públicas que se colocam a serviço da coletividade deveriam estar lá, em Gorée, por um minuto. Com certeza entenderiam porque precisamos tanto de ações afirmativas", disse emocionada.

Edmilson Magalhães

Matilde Ribeiro participou ontem, da 1ª Conferência Regional de Promoção da Igualdade Racial, realizada em São Bernardo

1.d - Secretaria existir já é uma vitória

Diário do Grando ABC - DGABC, 05 de abril de 2004.

'Secretaria existir já é uma vitória'

Ministra Matilde Ribeiro fala das conquistas e espera pela aprovação do Estatuto da Igualdade Racial

Regiane Soares
Da Redação

*Um ano após a sua criação, a Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial espera ansiosamente por sua principal conquista: a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, cujos principais temas ainda são analisados pela equipe do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e não tem data para chegar ao Congresso. O ponto de discórdia é a polêmica sobre a reserva de quotas para negros na área da Educação. A própria ministra Matilde Ribeiro reconhece que o tema é polêmico, mas não receberá veto do governo. Recentemente, o item foi alterado e agora caberá aos Estados e municípios estabelecerem um limite. Em entrevista ao **Diário**, a ministra comemorou a aproximação com países africanos para discutir políticas públicas que envolvam a questão racial, além do início do trabalho de recuperação dos quilombos.*

Luciano Vicioni 12/9/03

Matilde: 'O racismo – a desigualdade racial – é produto de relações históricas, culturais e sociais'

DIÁRIO – Quais foram as conquistas da Secretaria neste primeiro ano de existência?
MATILDE RIBEIRO – O fato de ter passado a existir essa Secretaria, por si só, já é uma vitória. Isso porque a questão racial nunca esteve colocada na agenda do governo federal com o comprometimento de continuidade. Então, essa Secretaria foi formulada ao longo dos anos por parte do movimento negro, e o governo, ao criá-la, reconhece que existe racismo e que é o seu papel fazer parte da superação do racismo. Não é papel exclusivo do governo, mas o governo tem comprometimento com isso. Estruturar essa Secretaria, não é fácil, porque a lógica das políticas públicas não está para inserção de temas que são considerados da esfera da sociedade. Então, as políticas tradicionais, como educação, trabalho e saúde, partem de um princípio universalista, e não se considera dinâmica social. O racismo, a desigualdade racial, é produto de relações históricas, culturais e sociais. Para alterar essa situação, depende de medidas legais, normativas e de ações políticas. Então, é uma novidade no cenário de políticas públicas tratar desse tema: gênero, raça, meio ambiente e violência. Então, tudo isso traz uma novidade no cenário federal. A presença de negros em Brasília também é uma novidade. Nós nunca tivemos num organismo a concentração de tantos negros com a mesma capacitação profissional e política que os brancos, e com o mesmo comprometimento na ação.

> *A presença de negros em Brasília também é uma novidade*

DIÁRIO – Já se pode mensurar os resultados da Secretaria?
MATILDE – O que dá para medir é o quanto de programas estão sendo formatados, ou já estão em andamento. Não há resultados quanto a indicadores. Por exemplo, a ação que se tornou visível para o governo e para a sociedade foi a redefinição da política de quilombos e o início da ação com quilombos. Quantos quilombolas estão sendo atendidos? Não sei. Então, o momento é de estruturar o organismo e de estruturar as políticas. E nesse sentido minha avaliação é positiva. É animador ver que existem possibilidades concretas. Agora, a expectativa é muito maior que isso, é de incidir efetivamente na mudança da vida da população, isso está por vir ainda.

DIÁRIO – Como estão as relações internacionais com os países africanos?
MATILDE – Nós tivemos um resultado importante na área de relações internacionais. O presidente Lula indicou, desde os primeiros dias de governo, que além de estreitar relações políticas, econômicas e sociais com o mundo, ele quer restabelecer a relação com a África, como pagamento de uma dívida histórica, e também com a América do Sul. Estamos construindo uma relação com Angola, Moçambique, Namíbia, São Tomé e Príncipe e África do Sul, o que resultou em um seminário que aconteceu em Brasília, cujo objetivo era pactuar propostas de ação política, de relação bilateral. Essa é uma questão importante também que a concretização dos acordos, dos compromissos, está em debate mas é um bom caminho para este fortalecimento, já definido pelo presidente. Outra área é a Educação, cujo principal tema de debate público é a política de quotas, mas nós entendemos que trabalhar a Educação no país significa reorientar toda a política de ensino como um todo e com isso contribuir a médio prazo para acesso para permanência e para qualidade da presença da população negra no Ensino Público, e a mudança da política educacional e vou citar um exemplo. Por lei, todos tem o direito, os alunos negros entram e vão sumindo, conforme vão passando os anos, vão sumindo das estruturas do ensino e isso é um fator importante. Tem estudiosos que dizem que para a população negra não dá para se considerar simplesmente a evasão, quando você analisa os ciclos educacionais, tem de se considerar que há uma expulsão da população negra do Sistema Educacional, por parte das dinâmicas das instituições, e daí o exemplo concreto que eu posso dar. O racismo existe na sala de aula, tem estudos que comprovam os alunos negros não tem a mesma atenção e o mesmo acompanhamento que os alunos brancos. Então, esse é um fator. Os alunos vão se tornando arredios à escola. Outro fator social e econômico é que eles têm que sair muito cedo das escolas, ajudar no sustento da família. A violência também incide na não continuidade dos estudos. É possível reverter isso, é possível capacitar os professores para terem condições de lidar com os conflitos raciais em sala de aula, é possível capacitar os educadores como um todo para lidarem com os materiais didáticos de forma positiva, é possível mudar os materiais didáticos que traduzem preconceitos e estigmas que contribuem para a continuidade do racismo e existe lei. O presidente Lula assinou como uma das suas primeiras medidas a Lei 10.639, que obriga o Ensino da História e Cultura da África em todos os níveis do Ensino, para isso acontecer tem de ter uma forte sensibilização dos educadores e uma mudança dos procedimentos para a Educação. São coisas possíveis de serem realizadas e já estão em curso. Falar em Educação, não significa falar só de quotas. Significa falar do sistema educacional e dentro disso quotas, a pergunta é a seguinte: Mas por que quotas, se a educação é um direito básico? Justamente por essa historinha que eu contei, de acesso, permanência. Os negros não chegam na ponta, não chegam nas universidades e as pesquisas indicam entre as pessoas que concluem níveis universitários apenas 2% a 3% são negras, num país de quase 50% da população negra. As ações afirmativas vêm no sentido de responder a esse vácuo e de construir uma efetiva justiça social. Se os direitos são para todos, os negros têm direito a universidade privada. As quotas aparecem como um elemento importante e fundamental, mas não é o único.

DIÁRIO – Mas como manter o negro na universidade?
MATILDE – É fundamental. Vai manter ensinando, propiciando que ele participe da vida acadêmica e também para todos os alunos estímulos para pesquisa, bolsas, vale-refeição, transporte... Tudo isso ajuda a manter as pessoas pobres e negras na universidades. Eu acho que esse ponto é bastante delicado porque por trás de uma pergunta dessas, pode estar tendo a compreensão de que os negros não têm capacidade de seguir o sistema de ensino universitário ou então eles têm que ser tratados como bicho raro: "Oh! Aquele lá da quota".

DIÁRIO – E não existe a preocupação que a partir daí possa gerar um outro tipo de racismo?
MATILDE – Eu acho que o racismo permite isso. Então é possível evitar, é possível ter o antídoto. E qual é o antídoto? No meu ponto de vista, primeiro nós trabalharmos no que é natural que o negro esteja lá. Ele não é menos inteligente que o branco. Ele tem direito de estar lá. Segundo, trabalhar todos esses estímulos que eu coloquei que são válidos para todo mundo. A Universidade Federal de Brasília acabou de aprovar o edital que vai propiciar a entrada da primeira turma através do sistema de quotas. Eu acho que essas questões que são colocadas como impossibilidades: "Ah! Os negros não vão ter a mesma preparação que os brancos". Ou vai acirrar o conflito. Elas são justificativas que reforçam o racismo e impedem a implementação do sistema de quotas. Eu acho que a experiência em curso poderá provar que a realidade é outra. Acima de tudo, que os negros têm a mesma capacidade que os brancos, basta ter oportunidade.

DIÁRIO – Como está a elaboração do Estatuto da Igualdade Racial?
MATILDE – O estatuto é uma matéria legislativa que foi apresentada pelo deputado federal Paulo Paim, em 1998, quando passou por um período de debates entre os parlamentares, com a sociedade civil, com executivos. E há uma proposta do produto de todo esse debate que está sendo avaliada pelo Executivo. Estão sendo feitas as sugestões para mudanças e esse material voltará ao Legislativo para ser votado e depois volta para ser sancionado pelo presidente. Esse é o percurso. Tempo, não é possível dizer, está na fase de análise pelo Executivo. O que dá para dizer é que o Executivo tem um posicionamento favorável à aprovação do estatuto. E, no Legislativo, acredito que em breve será aprovado.

DIÁRIO – Esse texto que está sendo analisado retira a reserva de 20% das vagas em universidades e determina que esse limite seja estabelecido pelos governos estaduais e municipais. Por que a mudança? E o financiamento das iniciativas, por que foi retirado pelo governo?
MATILDE – Qualquer lei para ser aplicada passa por debates, tem pontos conflitantes, pois os interesses na sociedade são distintos. Em uma determinada hora, há consenso em questões básicas. Tem coisas passíveis de debates no estatuto e uma por parte do Executivo, que já há uma posição desfavorável. A que tem uma posição desfavorável é a que o estatuto aponta para a criação de um fundo para o financiamento das políticas públicas. Isso não é aprovado pelo Executivo. Outros estatutos também já foram aprovados sem fundo, como o do idoso, por exemplo. O fundo é uma questão muito polêmica.

> *O estatuto de promoção da igualdade fortalece a ação do Executivo*

DIÁRIO – Por que é polêmico?
MATILDE – Porque mexe no cofre público, só por isso. Aí tem uma coisa. Quando o estatuto foi elaborado não existia no poder público um organismo responsável para a condução da política de promoção da igualdade racial, não havia nenhum orçamento previsto no planejamento de governo para ser destinado às políticas para a promoção da igualdade racial, então esse vai ser um ponto. A outra questão passível de debate são as quotas. Embora haja uma posição do Executivo pela implementação da política de quotas na Educação, não há um conhecimento difundido ainda na sociedade, nem no Executivo ou em outras áreas onde possam vigorar política de quotas. O Estatuto aponta quotas para a área do trabalho, área da comunicação social, saúde, e esses pontos são polêmicos, não são pontos de discordância, não são pontos ainda de veto por parte do Executivo, são pontos de debate.

DIÁRIO – O texto que está sendo analisado não mantém os 20% para negros?
MATILDE – Nós estamos defendendo que não deva ser estipulado um percentual para todas as áreas de maneira uniforme. O Brasil é muito diverso e estipular um percentual para algumas localidades significa reduzir o que já está em vigor. Então, é melhor uma indicação mais genérica que pode ser adaptada através das leis locais. A criação dos conselhos regionais e municipais para a promoção da igualdade racial seria dos órgãos locais, que apresentariam formulações de políticas específicas naquela localidade. Por exemplo, a avaliação do Conselho para Promoção da Igualdade de Racial de São Bento do Sul certamente vai ser diferente da avaliação do Conselho de Promoção da Igualdade Racial de Salvador ou de São Luiz. O governo federal, ao fixar uma quota, vai criar distorções.

DIÁRIO – Então, esses conselhos seriam os órgãos para discutir junto com a sociedade?
MATILDE – Os conselhos são órgãos de proposição e monitoramento das políticas.

DIÁRIO – E o estatuto prevê a criação desses conselhos?
MATILDE – Indica.

DIÁRIO – Então, as quotas estão mantidas, mas sem estipular um número?
MATILDE – Se mantém o princípio e tira o percentual. Além disso, o estatuto prevê que para aquelas empresas que tiverem um programa de ação afirmativa, elas ganham pontos para usarem em uma concorrência pública.

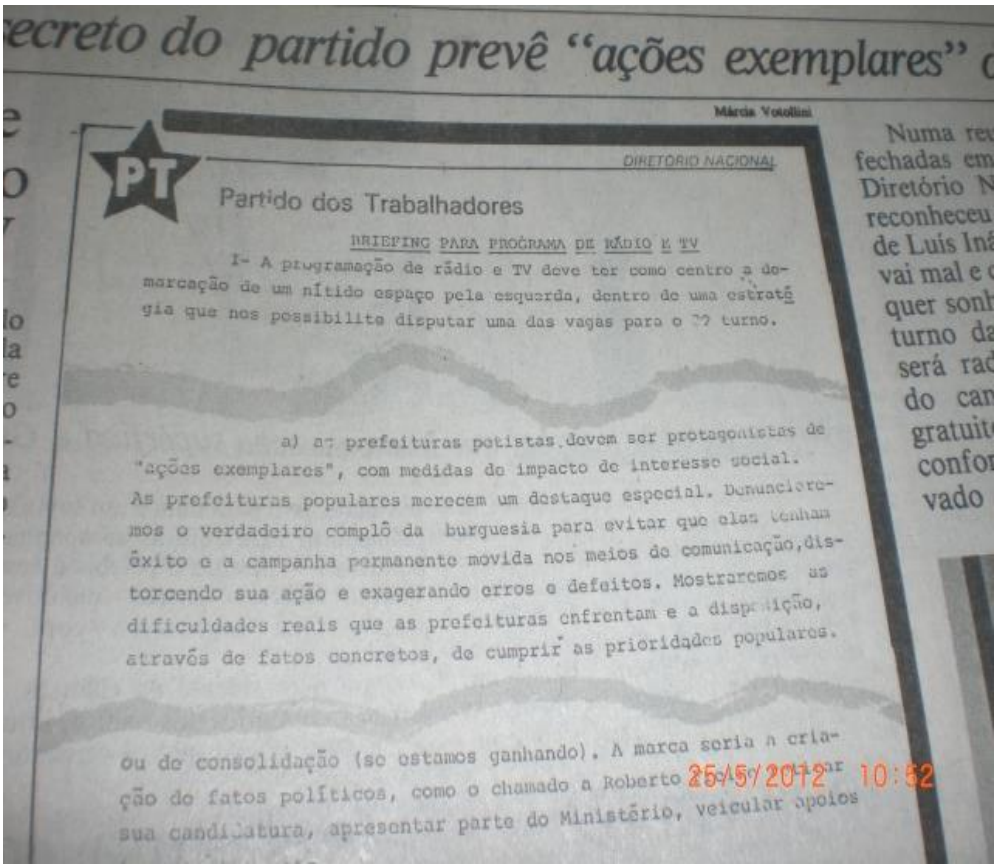
DIÁRIO – O que é ação afirmativa?
MATILDE – Quotas são uma expressão das ações afirmativas. Ação afirmativa é um conjunto de medidas intencionais por parte do poder público ou de empresas, ou de qualquer instituição que analisa uma situação de desigualdade. A partir de uma análise de situação de desigualdade toma-se a decisão da reversão daquela situação. No Brasil, a gente constatou que mesmo sendo maioria, os negros estão em desvantagem social e econômica em relação aos brancos, mesmo a lei garantindo o direito para todos. Portanto, é importante ter um conjunto de medidas para promover a igualdade.

DIÁRIO – Por que somente agora foi incluído no estatuto o racismo contra as demais minorias?
MATILDE – Porque esta vida é mutante. Quando o estatuto foi formulado lá atrás, em 1998, foi elaborado a partir da reivindicação e do acúmulo do movimento negro. Então, o estatuto foi pensado a partir da desigualdade negra com o branco. Quando surge esse estatuto em 2003, cinco anos depois, tem como objetivo tratar da promoção da igualdade racial e não do combate do racismo contra a população negra. Quando se fala em promoção da igualdade racial, você está partindo do princípio que existem grupos discriminados e esses grupos no Brasil são: negros, indígenas, ciganos, com situações históricas diferentes, e judeus, que não são pobres, mas são discriminados. O estatuto incorpora essa visão cinco anos depois.

DIÁRIO – Há previsão de quanto tempo vai durar essa análise pelo Executivo?
MATILDE – Eu vou falar por mim, não posso falar pela perspectiva da nossa equipe. A análise passou por uma equipe formada pela Secretaria, pela Casa Civil e pelos ministérios do Planejamento, da Fazenda e da Cultura, em alguns momentos. Então já há uma visão coletiva. A Secretaria organizou o processo, chamou os outros organismos à conversa. Agora, a responsabilidade oficial é da Casa Civil no sentido de ser o órgão-assessor do presidente para questões políticas do governo. Eu não defino sozinha, mas interfiro. E na nossa previsão, como eu não posso falar pelo José Dirceu (ministro da Casa Civil), esse estatuto deve ser aprovado o quanto antes. Nós vamos trabalhar para aprová-lo logo.

DIÁRIO – E o que a senhora espera como resultado depois que o estatuto for aprovado e implementado pelo governo?
MATILDE – Na verdade, as coisas que estão no estatuto já estão sendo implementadas, essa dinâmica histórica que eu falei. Quando o estatuto foi formulado não existia a Secretaria, depois passou a existir. Agora existe também outros organismos do governo atuando na promoção da igualdade racial, as coisas não estão paradas. O que eu espero é que cada vez mais nós possamos ir aprimorando nossos instrumentos legais pra que a política da promoção da igualdade racial passe a ser uma política de Estado e não de governo, pois é para isso que servem as leis. Os governos passam. Eu estarei aqui até 2006, e não se sabe o que vai acontecer depois. Agora, uma lei permanece. O estatuto de promoção da igualdade racial fortalece a ação do Executivo neste momento, mas ele prescreve história. □

1.e - Documento do partido prevê "ações exemplares" como estratégia de propaganda para o rádio e tv. Diário do Grande ABC -



ecreto do partido prevê "ações exemplares"

Márcia Votolini

DIRETÓRIO NACIONAL

Partido dos Trabalhadores

BRIEFING PARA PROGRAMA DE RÁDIO E TV

I- A programação de rádio e TV deve ter como centro a demarcação de um nítido espaço pela esquerda, dentro de uma estratégia que nos possibilite disputar uma das vagas para o ?? turno.

a) as prefeituras petistas devem ser protagonistas de "ações exemplares", com medidas de impacto de interesse social. As prefeituras populares merecem um destaque especial. Denunciaremos o verdadeiro complô da burguesia para evitar que elas tenham êxito e a campanha permanente movida nos meios de comunicação, distorcendo sua ação e exagerando erros e defeitos. Mostraremos as dificuldades reais que as prefeituras enfrentam e a disposição, através de fatos concretos, de cumprir as prioridades populares.

ou de consolidação (se estamos ganhando). A marca seria a criação de fatos políticos, como o chamado a Roberto [illegible] sua candidatura, apresentar parte do Ministério, veicular apoios

25/5/2012 10:52

Numa re
fechadas em
Diretório N
reconheceu
de Luís Iná
vai mal e
quer sonh
turno da
será rad
do can
gratuit
confor
vado

2 – Foto e perfil dos entrevistados

2.1 – Fotos[116] e síntese da trajetória das principais depoentes autodeclaradas negras

MATILDE RIBEIRO – 50 anos, nasceu em 29 de julho de 1960; em Flórida Paulista; é assistente social graduada pela PUC-SP, militante petista, feminista e do movimento negro. Entrevista gravada em 2 de dezembro de 2010, pela manhã, em sua residência na cidade de São Paulo, com duração de cerca de duas horas.

Matilde Ribeiro começou sua atuação em São Miguel Paulista, zona leste de São Paulo, em movimentos sociais, especialmente, no grupo de Mulheres e grupos de Saúde. No fim de 1987, adentra ao SOF, mas com o nome de Sempre Viva

[116] As fotos de Suely Chan, Maria da Penha Cipriano, Cristina Batista, Sarah Juarez Sales e Luzia Arlete foram registradas por mim no dia da entrevista. A foto de Matilde Ribeiro produzida por Valu Ribeiro conta com autorização para seu uso não comercial, as outras fotos foram retiradas da página pública dos entrevistados disponíveis no site http://www.facebook.com, em maio de 2013.

Organização Feminista, na reorganização para criar um centro de saúde exemplar visando promover o atendimento integral à saúde da mulher. Aos poucos, passa a desenvolver um trabalho de organização política e, também, um mergulho no feminismo.

Na PUC, teve contato com o grupo de militância negra, o GNPUC, e considera-se mais um dos seus vários filhotes desse agrupamento. Nesse ambiente acadêmico e de ativismo torna-se petista e forma-se em serviço social. Em 1988, atuando no Conselho Regional de Serviço Social, no qual fazia da diretoria, foi convidada para integrar a organização do Centro de Abolição da Escravidão, pelo movimento negro. Única negra no conselho, participou das ações de protestos pela comemoração dos 100 anos da abolição, em 1988; também participou do 1° Encontro Nacional de Mulheres Negras, em Valença, no Rio de Janeiro. De 1990 a 1994, fez parte da DS – Democracia Socialista no PT. Em 1991, junto com ativistas do GNPUC, Flávio Jorge, Gevanilda Santos funda a Soweto Organização Negra, da qual foi vice-presidente.

Também em 1991, participou do primeiro encontro da militância Negra, junto ao movimento feminista, tendo o PT como base. Trabalhou como assessora nas prefeituras petistas de Angra dos Reis (RJ), Piracicaba (SP), Itabuna (BA). Em Santo André, sua atuação surgiu em meados de 1991, na capacitação de Gestores da Área da Saúde, contratada pela Assessoria pelo Direito da Mulher, por Ivete Garcia. Coordenou oficinas sobre a saúde da mulher, por meio da Organização SOF. Ao final da primeira gestão, em 1992, do Prefeito Celso Daniel, com as mulheres de Santo André funda o FEMININA (Movimento de Mulheres de Santo André) com a ajuda de Ivete Garcia. Matilde permanece como colaboradora eterna. Tendo seu nome na fundação do FEMININA, auxilia nos debates sobre o significado da criação

da entidade, discutindo os papéis que as mulheres deveriam ter, o campo de ação na criação de movimentos . Contribuiu nos debates sobre os temas: “Histórico do Feminismo”, “A Luta das Mulheres no Brasil e no Mundo”, “Sexualidade e Saúde” em Santo André. Montou com Ivete Garcia, no Instituto Cajamar no qual coordenou o programa de relações sociais de gênero, com o apoio das feministas da CUT, PT e SOF. Instituiu um coletivo em apoio à ação de formação política, ligado ao PT. Atuou na formação dos cursos do Instituto Cajamar até 1995. Por indicação de Ivete Garcia, assumiu a coordenação do programa de formação do Instituto Cajamar no qual ficou por dois anos, até o fechamento do projeto político em 1997.

Em 1997,quando Ivete Garcia se elegeu vereadora, no segundo governo do PT em Santo André, foi para a Coordenação da Assessoria dos Direitos da Mulher, por indicação da Ivete, com a aprovação do Prefeito Celso Daniel. Na Prefeitura de Santo André, participou da criação de serviços direcionados à população feminina. Cursou planejamento de governo pela prefeitura. De 1997 a 1998, organizou um seminário com as maiores feministas do Brasil para trazer informações para o movimento negro de Santo André. Estabeleceu um convênio de pesquisa financiado pela FAPESP, com CEBRAP e CEERT, cujo foco era gênero e trabalho, que, posteriormente, originou o GRPE.

Em 1998, participou do projeto GEPAM da PMSA, com o apoio da Universidade British Columbia – Vancouver. Integrou a equipe representando a questão de gênero. Capacitou-se em gestão de meio ambiente pela USP, no curso de especialização pela FEA. Ao chegar em Santo André tinha treze anos de militância feminista e dez anos de militância no movimento negro. Sua experiência nacional em militância com a SOF e o Instituto Cajamar, nos projetos de formação política nacional permitiu a ela o contato com as mulheres, em variados movimentos sociais

relacionados com a CUT e o PT. Foi indicada, pelo movimento Negro de Santo André, para criar assessoria da comunidade negra – ADCN. Elaborou na PMSA o programa de governo; cursos de formação política e a estruturação da comunidade negra. Esteve subordinada a Mercedes Civinszk, que era secretária dos Direitos da Mulher durante o segundo mandato de Celso Daniel. Atuou como técnica e agente político dentro da prefeitura. Sua equipe era formada por Nereuza, Arlete, Haid, Maraisa Almeida, Maria da Penha. Ao fim de 2001, saiu da Prefeitura de Santo André para trabalhar no grupo da campanha de Lula à presidência da República. Ficou seis anos como ministra chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial no governo Lula. Recebeu o título de cidadã Andreense. Pertence, atualmente, no PT, à tendência CNB – Coletivo Novo Brasil – antiga articulação e campo majoritário.

MARAÍSA ALMEIDA, 50 anos, negra, formada em Sociologia pela Fundação Santo André, feminista, petista e militante do movimento negro. Atualmente, é assessora técnica da SEPPIR em Brasília, nasceu em 1962, em Três Pontas, MG. A entrevista foi feita por telefone em 6 de abril de 2012, estando Maraísa em Brasília e o entrevistador em São Paulo, tempo estimado, uma hora e meia.

Quando tinha 6 anos, Maraísa e sua família foram para Santo André, pois os pais tinham expectativa de que lá seus seis filhos conseguissem melhor formação escolar. Filha de funcionário público e dona de casa, Maraísa nasceu em uma família humilde e de poucos recursos materiais. Seis anos após a vinda para o ABC, sua mãe faleceu, sendo ela educada pela avó. Com 15 anos, logo após completar o Ensino Fundamental em escola pública, Maraísa consegue seu primeiro emprego como embaladora na fábrica da Bombril, em São Bernardo do Campo. Foi lá que teve seu primeiro contato com greves sindicais, mas não participou, ativamente, de nenhuma. Por não ter tempo para conciliar emprego, estudo e o auxílio nas tarefas domésticas, completou o segundo grau cursando supletivo e só voltou a estudar quando foi promovida na fábrica. Foi em 1989, no curso de ciências sociais da Fundação Santo André, que conheceu Ivete Garcia.

Logo no início do curso, fora demitida da Bombril e, por meio de concursos públicos, começou a estagiar na recém-inaugurada Assessoria dos Direitos da Mulher em Santo André, juntamente, com Ivete. Mesmo não participando de movimentos, Maraísa já possuía ideologia feminista e um de seus projetos, dentro da assessoria, foi o da recuperação da história das mulheres no ABC. Iniciou seus contatos com a política frequentando reuniões gerais e de diretório do PT, por conta do novo cargo, mas foi em 1993 que começou a participar ativamente de movimentos feministas. Entre vários dos que apoiava, teve grande participação no “FÉMININA”, “MNU”, na formação de uma comissão de mulheres que, mais tarde, seria o “Negra Sim”, e em celebrações do “8 de março” e ao “20 de novembro” na região do ABC.

Ao mesmo tempo que participava de grupos em Santo André, Maraísa filiou-se ao MNU (Movimento Negro Unificado de São Bernardo do Campo) no qual

participou de um grupo de trabalho chamado Baloguns (que, mais tarde, se tornaria o Katinguelê, Honerê e Ketu). E, um tempo depois, recebera uma carta de afastamento do MNU por um suposto descumprimento de três cláusulas do estatuto da própria instituição e por divergência de ideologias. No entanto, Maraísa alega que sua liderança e a forte atuação no movimento incomodaram os outros membros do grupo.

Seguiu atuando, então, apenas com o Negra Sim e o “FÉMININA”. De 1997 a 1999, estagiou na Secretaria de Educação como coordenadora de bolsa de estudos e representante da Secretaria em reuniões do Elo Mulher. Logo em seguida, volta para a Assessoria da Mulher, com Matilde Ribeiro, onde fica até 2000. Filiada ao PT há um ano, pelo grupo de Articulação, participou de projetos como o do Teatro do Oprimido, reurbanização de favelas pela Secretaria de Habitação, exposição sobre poesia e a implementação do Centro de Direitos da Mulher e as ações da Casa Abrigo.

Em 2001, logo após a fundação da Assessoria de Direitos da Comunidade Negra, na qual ocupa o cargo de coordenadora de atividades. Em que desenvolveu, durante um ano e três meses, ações na área da educação, saúde, acompanhando a agenda e ações pela Prefeitura de Santo André. No período em que ficou na Assessoria, tinha em sua pauta a implementação do GRPE e a instituição do feriado de “20 de novembro” na cidade. Foi a partir dessa pauta, e com sua saída da Prefeitura de Santo André em 2005, que Maraísa conhece, então, Silmara Conchão e, juntas, constroem o GT Gênero e Raça e o plano de ação das sete cidades, o que depois se tornaria uma Campanha Regional do GRPE no ABC, com o apoio da SEPPIR. A partir dessa época, Matilde Ribeiro é chamada para trabalhar na SEPPIR em Brasília e chama Maraísa para também ocupar um cargo na instituição em 2006.

Maraísa afirma que o movimento negro ainda é muito “invisível” para a sociedade, não é dada a devida importância e não são feitos investimentos suficientes para que o assunto ganhe grandes proporções. E acrescenta que a pauta do racismo é uma das mais importantes, não só no Brasil, mas na América Latina, pois essa desigualdade não é um assunto recente, faz parte da construção da história do nosso país.

MARIA DA PENHA CIPRIANO (Penha), 52 anos, paulistana, nascida em 22 de março de 1958, graduada em gestão e administração pública, desde 2007, contabilista, petista, feminista e militante do movimento “Negra Sim” de Santo André. O depoimento gravado, em 25 de novembro de 2010, tem por volta de duas horas, desenvolvido, à tarde, nas dependências do Departamento de Bibliotecas Públicas e Memórias da cidade de São Bernardo do Campo (SP).

Maria da Penha é, há 29 anos, moradora de Santo André. Nasceu na Vila Ré, zona leste de São Paulo. De família negra, após casar-se com um homem, também, negro, passou a residir em um bairro de classe média – Vila Helena, em Santo André, onde percebeu que suas filhas, com 6 e 7 anos, não tinham amigos negros,

por viverem em um bairro de classe média, já que poucos negros moravam por lá. Em 1996, conhece e se integra ao FEMININA, movimento de mulheres negras de Santo André, como também no “Negra Sim” e ao “Elo Mulher”. Em 1997, vai, com as ativistas do “Negra Sim”, pesquisara a situação do negro, de porta em porta nos bairros onde se localiza a comunidade negra de Santo André. Participou de um ato solene para homenagear a comunidade negra com a presidência da Câmara Legislativa de Santo André. Convoca o pessoal do Hip Hop: Negro Atividade para atuação conjunta no “Negra Sim”. Em 2001, participa, com Matilde, da criação do Fórum de Entidades Negras de Santo André, perfazendo um total de doze entidades sendo elas: “Movimento de Mulheres”, “Capoeira Mestre Zezinho”, “Rotação”, “Negro Atividade”, “Solano Trindade”, “Teatro Elis”, “Educafro (Núcleo Esmeralda)”, “Instituto Afro Brasileiro”, Rotação, “Mov. Manos Ativos (Hip Hop)”, “Pastoral”, a fim de oferecer maior visibilidade aos negros de Santo André.

Dentro do diretório local do PT e no governo Celso Daniel, participa da criação de um coletivo de negros, um programa de governo, e da assessoria dos direitos da Comunidade Negra. Em 2002, participa na Assessoria da Comunidade Negra, na Prefeitura de Santo André no Projeto de pesquisa do GRPE, dentro da Central de Trabalho e Renda na elaboração da discussão sobre o quesito cor. Cooderna na associação Kizomba o projeto de Segurança Alimentar e Nutricional. Em 2004, deixa a Assessoria da Comunidade Negra. No ano 2010, ocupou o cargo de segunda secretária do FEMININA na executiva da organização. Desde esse ano, trabalha na Secretaria de Cultura de São Bernardo, Departamento de Bibliotecas Públicas e Memórias de São Bernardo. Durante o período de 2001 a 2010 assumiu vários cargos respaldada pelo movimento negro e se diz vinculada ao grupo político de Matilde Ribeiro.

SUELI CHAN é de São Paulo, tem 56 anos, é negra, nascida em 30 de setembro de 1954. Formada em pedagogia pela PUC-SP, com especialização em gestão no Terceiro Setor. Consultora na SEPPIR (Área de Cultura), atuando no levantamento dos cinco anos de implementação de políticas públicas de cultura com recorte étnico-racial no governo federal. Filiada ao PT, é feminista e ativista do movimento negro. O depoimento dela foi gravado no dia 22 de dezembro de 2010 – à tarde –, com duração de cerca de duas horas e meia, no Parque da Juventude, no bairro do Carandiru na cidade de São Paulo..

Sueli Chan se autodeclara negra, tem 21 anos de atuação institucional pela questão racial. É militante do movimento negro há mais de 30 anos, ou seja, desde 1980. Militante do MNU – Movimento Negro Unificado no qual fez o primeiro contato do movimento Hip Hop, no caso do menino Marcelo, assassinado por policiais num vagão do metrô em São Paulo. Participou do ato de protesto na Praça da Sé sobre genocídio da juventude negra. No ABC, fez parte de ações contra os *skinheads* em relação a jovens do Hip Hop. Promoveu debates institucionais para contribuição e para formulação de políticas públicas, superação de racismo, preconceito, na gestão Paulo Freire, na prefeitura de São Paulo, no governo de Luiza Erundina. Trabalhou

durante mais de 20 anos na Câmara de São Paulo, por onde se aposentou. Em 1987, atuou na elaboração do Primeiro Encontro Nacional de Mulheres Negras; no ano de 1988, fazia parte do Movimento de Mulheres Negras, quando conheceu Matilde Ribeiro, e se integrou aos protestos contra as comemorações do Centenário da Abolição. Desde 1989, já trabalhava com movimento Hip Hop em São Paulo – gestão Luiza Erundina, e na cidade e Diadema. Em 1997, foi convidada para Assessoria de Juventude, mas não assumiu por motivos particulares. Em 1999, começa atuação em Santo André – Assessoria de Juventude (CRJ), que passa, nesse momento, por conflitos internos no governo sobre a construção de um centro da juventude, como o realizado Diadema – a Casa do Hip Hop. Com a articulação de Matilde Ribeiro e Mercedes Civinszk, na gestão de Celso Daniel, iniciada em 1997, o programa de governo incluiu a construção de uma área de política pública para a juventude petista. Considerando que havia uma grande presença juvenil em Santo André. (Jovens Partidários do PT, PSB, PCdoB) Movimento Estudantil, Pastoral da Juventude, Juventude Luterana e Protestante, skatistas, Hip Hop (questões sociais, raciais). Desenvolve o Projeto Jovens Multiplicadores, com base na ideia de transversalidade com a Secretaria da Saúde para retomada de postos de saúde. Trouxe a juventude negra excluída da região para dentro da Secretaria.

Entre 1999 – 2000, estruturou os projetos na Prefeitura de Santo André: “Jovens Multiplicadores” e “www.jovem”. Atuou dentro do movimento Hip Hop a ideologia de negro. Na sua experiência institucional, tentou estabelecer relações de conscientização juntos aos jovens, dentro da prefeitura, para estabelecer demanda de trabalhos. De 2001 até 2002, trabalhou na Secretaria de Cultura de Diadema, com status de diretora, ao fim de 2002, empenhou-se na campanha para Deputada Estadual de Lisete Arelaro (PT). Em 2003, funda, em Santo André, uma parceria

com colaboradores, o “Zulu Nation”, movimento de Hip Hop, coordenando o projeto articulado à ONG negra transnacional “África Bambataa”. Em 2002, participa do Programa Brasil sem racismo no capítulo de juventude, um dos documentos base do governo Lula, especificamente, no relatório final. De 2005 até 2006, foi convidada para atuar no MEC, como consultora no projeto de Educação Ambiental (2ª Conferência Infantojuvenil para o Meio Ambiente, em que trouxe o plano de Durba, mobilizando escolas, jovens e adolescentes; também, jovens e adolescentes indígenas, quilombolas, jovens do campo em geral dos acampamentos e jovens em situação de rua). Desde 2006, atua na Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, na condição de consultora.

CRISTINA BATISTA, Renata Cristina Batista (Lady Rap), 38 anos, nascida em 1972, natural de São Bernardo do Campo, é negra, ativista do movimentos Hip Hop na região do ABC. Sua entrevista foi gravada em 18 de novembro 2010, pela manhã, em aproximadamente duas horas, na residência dela em São Bernardo do Campo.

Cristina Batista veio morar em São Paulo em 1989 e onde permaneceu até 1996. Em São Bernardo, morou entre 1989 e 1990. Chega ao Hip Hop, como

jovem atraída pela “batida” e passa a frequentar o Esporte Clube São Bernardo e também o Largo de São Bento na capital, depois a Praça Roosevelt. Circulando, basicamente pelos locais de encontro do Hip Hop na cidade de São Paulo. Ingressa na militância pelo Hip Hop, ao15 anos, entrando em contato com as mulheres jovens negras. Depois, foi para a organização de mulheres negras “Vila é Dez” e permanece por mais de dez anos.

Durante dez anos, teve formação sobre raça, gênero e juventude – juntamente com a educação formal – desenvolveu estudos no nível superior em comunicação social, sem completar; além de cursos livres de informática e inglês. No decorrer de todo esse processo de formação, contou com o apoio e a orientação da ONG Geledés. Em 1989, fez cursos no Projeto Cajamar, com Matilde Ribeiro. Em 1994, aproxima-se do PT e torna-se filiada. A partir de 1994,, participa da 4ª Conferência da Mulher, na qual o BID realiza um concurso na América Latina e Caribe em que ela foi escolhida para representar o Brasil De 1996-1997, atuou como assessora do político Vicente Cândido e, no Hip Hop, dentro do PT. Ficou grávida quando trabalhava no gabinete de Vicente Cândido. Elabora projetos da militância negra. Com o “Albertão”, em Guarulhos, empenha-se para lançar o candidato Edmilson pelo PT, que não se elegeu, mas obteve visibilidade.

Com Vicente Candido conquistando o segundo mandato, Cristina vai trabalhar com Marta Suplicy, na Pasta da Juventude, com o segmento do Hip Hop. Ganhou o apoio e indicação das Lideranças do Hip Hop. Cristina, neste momento, torna-se uma referência dentro do PT, sobre o Hip Hop, para debater políticas para a juventude negra. Em 1998, faz a Campanha Juventude Negra Hip Hop pró-Lula. Coloca duas mil pessoas na quadra dos bancários. Vai trabalhar na prefeitura com Alexandre Orsef de PMSP, entre 2000 e 2002.

Atua como voluntária na FEBEM durante cinco anos, na ala feminina, e depois no Tatuapé em trabalhos com meninos de LA (Liberdade Assistida), junto com CEDECA. Promovia shows com os Racionais dentro da FEBEM, com ajuda do “Cidão”, de forma voluntária. Em 2004, trabalha na campanha do “Cidão” para vereador na zona leste, é a coordenadora de eventos e depois secretária-geral. Já, de 2005 a 2008, por indicação do Vicente Cândido, integra o Núcleo de Políticas de Gênero, Raça, Geração e Pessoas com deficiências em Santo André. Experiência valiosa por meio da matricialidade trabalha o indivíduo de forma integral. Durante um ano, atua no grupo da assessoria que era do Hip Hop. A participação no núcleo trouxe experiência sobre a burocracia e a máquina administrativa. Coordena a Conferência Regional de Promoção de Igualdade Racial em Santo André. Participa da elaboração do GRPE, que foi muito importante, na opinião dela, na prefeitura de Santo André, capacitando e conscientizando profissionais sobre a temática racial. Em 2008, coordena a campanha de Anselmo (PT). Em 2009, coopera com o movimento social negro local e produz o espetáculo sobre Solano Trindade, torna-se diretora do MOVA. Participou também, no Núcleo da Coordenadoria de Raça e foi relatora de Seminário da Volkswagen, desenvolve ações no sindicato dos metalúrgicos, do PT, com o vereador Zé Rodrigues e o movimento Negro de São Bernardo do Campo. Considera que atua de forma incisiva na política e nas decisões no Movimento Negro. Enfrenta embates dentro do PT, devido ao machismo e racismo existente. Para ela, a questão racial dentro do partido sempre teve menor expressão. Há uma naturalização dos papéis atribuídos aos negros.

Em sua opinião, o Hip Hop é um braço do Movimento Negro que eleva a estima de muitos negros, (*Black Beautiful*). Após o Hip Hop, houve valorização de fenótipos entre os jovens e incentivos a entrar na faculdade, isso na década de

1980. Ressalta a estética e a forma própria de vestir e comunicar do Hip Hop em contraste com outros grupos negros. Chama atenção para a questão da hierarquia no movimento negro e a importância de ser aceita e de impor o respeito. Para ela, o Hip Hop é diáspora da África, pois traz no nome de batismo dos movimentos negros no EUA, passando pela França e por outros países.

2.2 - Caracterização das entrevistadas autodeclaradas brancas que atuaram na PMSA.

Cristina Petcholl, 48 anos, nascida em 16 de novembro de 1962, é branca, filiada ao PT e ativista do movimento feminista de Santo André, o FÉMININA. Durantes os anos de 1990, trabalhou na Câmara Municipal de Santo André, passando a integrar o quadro da assessoria dos movimentos sociais de 2006 a 2007 na gestão de João Avamileno. A inserção no PT deu-se pelos movimentos eclesiais de base, CEBs, com base na teologia da libertação iniciou a formação política e o contato com a temática feminista. No PT atuou na Secretaria de Mulheres e nos movimentos sociais da região. Atualmente, trabalha na Assessoria da Mulher na PMSA, no governo do petista Carlos Grana.

Ivete Garcia, 48 anos, nasceu em 16 de março de 1962, é branca, da região do ABC, e iniciou seu ativismo nas Cebs e JOC, em apoio aos movimentos grevistas de 1978. Depois, como operária, teve atuação nas comissões de fábrica da região, especialmente, no sindicato dos químicos do qual foi diretora e líder feminista. Teve parte na criação da Assessoria de Defesa da Mulher, no primeiro governo de Celso Daniel, como coordenadora promoveu a articulação do movimento feminista local e de sua rede social. Graduou-se em sociologia pela fundação Santo André e fez mestrado em administração pela IMES – Instituto de Ensino Superior de São Caetano do Sul (atualmente, com o nome USCS – Universidade Municipal de São Caetano do Sul). Recrutou e formou várias feministas para atuarem no quadro da ADM nos governos petistas em Santo André. Foi vereadora no município, com a bandeira dos direitos humanos e direitos da mulher, posteriormente, foi vice-prefeita de João Avamileno em 2004, e de 2005 a 2007. Atualmente, exerce atividades no gabinete do deputado estadual Rui Falcão, e integra a tendência CNB.

Luzia Arlete, 57 anos, é branca, nascida em 26 de abril de 1953, ingressou no PT, a partir da Cebs nos anos de 1980, formou-se em pedagogia e psicodrama, exerceu atividades nos núcleos de fábrica na região do ABC e na organização inicial do partido. Integrou o movimento de mulheres de Santo André, a partir de 1992, e obteve sua formação em cursos sobre feminismo do Instituto Cajamar, tendo Matilde Ribeiro como formadora. Participou ao lado de Ivete Garcia na ADM/PMSA de 1997 a 2000, de 2001 a 2003, quando assumiu a assessoria do Idoso, está vinculada ao partido à tendência Campo Majoritário.

Sara Juarez Sales, é branca, engenheira agrônoma de formação, ingressou na PMSA, na terceira gestão de Celso Daniel, em cargo comissionado na subprefeitura de Paranapiacaba, por indicação do subprefeito João Ricardo Guimarães Caetano, em 2001. Participou da coordenação do projeto GEPAM, e foi indicada por Miriam Belchior para coordenar o Núcleo das Assessorias, no governo de João

Avamileno. Trabalhou junto às assessorias no período de 2002 até 2006, quando retorna a iniciativa privada. Não é filiada ao PT, apenas se considera simpatizante do partido. Atualmente, na Companhia Suzano de Celulose e Papel, é encarregada do gerenciamento ambiental.

Silmara Conchão, é branca, nascida em 1967, 43 anos, andreense, filiada ao PT desde 1992, participou ainda jovem (16 anos) do processo de organização do partido na região, junto com os pais. Ingressou no movimento feminista local em 1992. Formada em educação física, ingressou da rede municipal da PMSA como professora em 1986, fez mestrado em sociologia pela FFLCH/USP, atualmente, ingressou em doutorado na UNIFESP.

Participou do movimento de mulheres de Santo André e da criação do FÉMININA. Assume a ADM em 2001, com a saída de Matilde Ribeiro, manteve-se à frente da assessoria na PMSA até 2005. Quando em parceria com Marisa Almeida desenvolvem o processo de regionalização do projeto GRPE e a criação de um GT de gênero e raça no consórcio intermunicipal do ABC. Atualmente, é assessora de políticas públicas para mulheres no departamento de humanidades da PMSA, no governo petista de Carlos Grana.

3-3 Descrição dos entrevistados do GNPUC SP[117]

Gevanilda Gomes dos Santos, 51 anos, foi uma das fundadoras da Soweto – organização negra, juntamente com Flávio Jorge e Matilde Ribeiro, em 1991. Sua militância foi iniciada no movimento estudantil a partir do seu ingresso no curso de história na PUC-SP, em 1977. No qual teve atuação e se integrou ao GNPUC-SP, passando a condição de ativistas e, posteriormente, como estudante de pós-graduação da mesma instituição.

[117] Esta descrição foi baseada nos dados de Soares (2009) e Verena e Alberti (2007).

Flávio Jorge Rodrigues da Silva, 56 anos, com graduação em ciências contábeis pela PUC-SP, na qual foi um dos organizadores do GNPUC-SP. Iniciou suas atividades como militante negro de esquerda na Convergência Socialista, posteriormente, integrado ao PT, foi o primeiro coordenador da Secretária Nacional de Combate ao Racismo. Além disso, foi uma das principais lideranças negras responsáveis pela implementação da agenda racial no partido, e pelo processo de criação da CONEN. Atualmente, ocupa a função de diretor na fundação Perseu Abramo.

Milton Barbosa, (Miltão), 61 anos, entrou para ativismo negro e de esquerda quando era estudante de graduação em economia na USP, nos anos de 1970. No mesmo período atuou na criação do MNU em 1978. Foi um dos fundadores da primeira comissão de negros do PT. Atualmente mantem suas atividades como militante do movimento negro.

5 – Descrição das tendências políticas do PT nos anos de 1990[118]

Na Luta PT: foi o setor da esquerda do partido nos anos de 1993 e 1995. Encerrou sua composição após 1995. O agrupamento foi composto pelas correntes: Força Socialista, Tendência Marxista e O Trabalho, com a presença de marxistas com diversos matizes. Principais lideranças: Luiz Eduardo Greenhalgh (Dir. Nac.(extenso) até 1997), Markus Sokol (Dir. Nac.), Ronald Rocha (Dir. Nac.), Jorge Almeida (Dir. Nac.) e Edmilson Rodrigues (prefeito de Belém eleito em 1996).

Democracia Socialista (DS): tendência interna de origem trotskista procurou dar ao PT um caráter de partido revolucionário e estratégico na luta pelo socialismo. Em 1993 integrou-se aos grupamentos de esquerda do partido. Principais lideranças: João Machado (Dir. Nac.), Joaquim Soriano (Dir. Nac.), Heloísa Helena (Dir. Nac. a partir de 1995 e senadora por Alagoas eleita em 1998) e Raul Pont (Dir. Nac., prefeito de Porto Alegre eleito em 1996).

Articulação de Esquerda: grupo formado pela divisão da corrente hegemônica no partido, em 1993. Constituído por setores que pretendiam compor uma nova orientação no PT, no sentido mais à esquerda. Efetuaram críticas ao pragmatismo eleitoral predominante na direção de 1990 a 1993 e em outros setores da Articulação. Principais lideranças que continuaram na corrente: Arlindo Chinaglia, exceto em 1999 (eleito por São Paulo, em 1990, deputado estadual e em 1994 e 1998, federal, Dir. Nac. a partir de 1995), Sonia Hypólito (Dir. Nac.), Adão Pretto (deputado federal pelo Rio Grande do Sul) e Luciano Zica.

[118] Retirado de Floriano Ribeiro, 2008; Soares, 2009.

Articulação Unidade na Luta: grupamento mais à direita no interior do partido e caracterizado por seu pragmatismo eleitoral. É o agrupamento que congrega os políticos mais conhecidos do PT, e que constituiu ao longo dos anos de existência do partido o núcleo dirigente da antiga Articulação. Principais lideranças: Luiz Inácio Lula da Silva, José Dirceu (deputado federal por São Paulo e presidente nacional do partido desde 1995), Aloízio Mercadante (Dir. Nac., deputado federal. por São Paulo 1991-94 e 1999-(??)), Vicente Paulo da Silva (presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores), Marco Aurélio Garcia (Dir. Nac.), Eduardo Suplicy (senador por São Paulo) e Benedita da Silva (Dir. Nac., vice-governadora do Rio de Janeiro eleita em 1998).

Democracia Radical: grupo situado mais à direita no partido e defensor de alianças na direção do centro do espectro político-ideológico brasileiro. Originário, sobretudo das tendências Nova Esquerda e Vertente Socialista, que existiram na passagem da década de 80 para a de 90. Principais lideranças: José Genoíno (deputado federal por São Paulo, Dir. Nac.), Marina Silva (Dir. Nac. 1993-97, senadora eleita pelo Acre em 1994), Eduardo Jorge (deputado federal por São Paulo, Dir. Nac. até 1995) e Tarso Genro exceto em 1999 (Dir. Nac., prefeito de Porto Alegre eleito em 1992).

4 – Lista de documentos do ativismo feminista e de mulheres negras[119]

[119] Estes documentos pertencem aos arquivos pessoais de Ivete Garcia e Silmara Conchão, e foram cedidos gentilmente para esta tese, permitindo em parte a reconstrução das iniciativas das feministas e mulheres negras na PMSA, durante os governos do PT.

ANEXO 4.1	LISTA DE DOCUMENTOS DO ARQUIVO PESSOAL DE IVETE GARCIA
Tipo do Documento	**Autor/Local/Data/ Páginas**
Avaliação dos Cursos de Liderança	Assessoria dos Direitos da Mulher da cidade de Santo André.(PMSA). Avaliação dos Cursos de Liderança .Out 1992. 2p.
Carta	Ivete Garcia - Assessoria do Direito da Mulher - PMSA – Santo André – SP - [1989] – 1p.
Carta	Movimento de Mulheres de Santo André – Santo André – Sp – 1992 – 2p.
Cartão	Celso Daniel e Mirian Belchior - 11 Nov 1991.
Cartilha	Assessoria do Direito da Mulher – Programa Saúde da Mulher - PMSA -Santo André – SP – ago 1992 – 12p.
Cartilha	Assessoria dos Direitos da Mulher da cidade de Santo André. (PMSA).Saúde da Mulher. Ago 1992. 18p.
Cartilha	Assessoria dos Direitos da Mulher da cidade de Santo André. (PMSA).Caderno II Nós e a Violência. Abr 1992. 16p
Cartilha	Santo André. (PMSA).Lei Orgânica do Município de santo André. 1990. 34P
Catálogo	Autores Diversos – [Santo André] ser 1988 – 16p.
Certificado	Assessoria do Direito da Mulher - Departamento de Serviços Urbanos - PMSA – Santo André – SP [1990] – 1p.
Certificado	Assessoria do Direito da Mulher - PMSA – Santo André – SP [1990] – 1p.
Certificado	Assessoria do Direito da Mulher - Secretaria de Assuntos Jurídicos - Guarda Municipal PMSA – Santo André – SP [1990] – 1P.
Certificado	Assessoria do Direito da Mulher. Guarda Municipal. (PMSA). SantoAndré. SP. Certificado [1990]
Clipping Jornal	Coelho, Elizabeth.“Mulher ganha casa e delegacia em Sto André”. DGABC.Primeira Página e Páginas3/Caderno A. 13 nov 1990. 4p
Clipping Jornal	DGABC.“Delegacia da Mulher Realidade em Santo André”. SA. Dez de 1990
Clipping Jornal	DGABC.Primeira Página. “Segurança”. SA. 14 de Nov 1990. Coelho, Elizabeth. “Delegacia da Mulher e Seccional são inauguradas em Santo André”DGABC. 14 de nov 1990. Adelmo. Charge. 14 nov 1990.
Clipping Jornal	Hernandes, Nilton. “Mulher terá casa de apoio em Sto André”. “Casa vai proteger a mulher agredida” DGABC . 28 out 1990. 4p
Clipping	Vieira, Dinilson. “Guarda vai reprimir violência contra a mulher em Santo André” .

Jornal	DGABC. 28 jun 1990
Convite	Assessoria dos Direitos da Mulher – Elo Mulher – Grupos de Mulheres de Santo André – Sindicato dos Metalúrgicos – Santo André – SP – 05 dez 1992 – 1p.
Folheto	Assessoria dos Direitos da Mulher da cidade de Santo André. (PMSA). I Encontro de Mulheres de Santo André - Vida de Mulher – ETE "Júlio de Mesquita". Santo André.SP. 09 nov 1991.4p
Folheto	Assessoria dos Direitos da Mulher da cidade de Santo André. (PMSA). Movimento Negro Unificado – GT – Nzinga. Mulheres da Sociedade Amigos do Bairro da Borda do Campo. Grupo de Mulheres do Bairro. Esporte Clube Cruzeiro do Parque Miami. Espaço de Mulher – Paço Municipal, Centros Comunitários, EMEIS. Santo André.SP.01-31 mar 1992. 6p
Lei	PMSA – Santo André – SP – 13 out 1989
Manual	Assessoria do Direito da Mulher (PMSA). Santo André. SP. Dez 1992. 35P
Manual	Assessoria do Direito da Mulher (PMSA).Santo André.SP. Set de 1992. 11p
Memorando	Assessoria do Direito da Mulher – Santo André – SP – mai 1990.
Memorando	Assessoria do Direito da Mulher (PMSA).Santo André.11 mar de 1992. 2p
Memorando	Assessoria do Direito da Mulher.(PMSA). Curso com Merendeiras sobre Direitos da Mulher. Estádio Municipal Pedro Del'Antonia.Santo André. SP.1990.
Metodologia de Trabalho	Sof. Curso de Formação: Relação de Gênero e Metodologia de Trabalho com Mulheres. [1990].
Panfleto	Assessoria dos Direito das Mulheres da PMSA- Auditório da Prefeitura – Santo André – SP – 15 out 1990 – 03 P.
Panfleto	PMSA – Coordenação da Saúde da Mulher - Santo André – SP – [1990] – 4p.
Plano Diretor	Assessoria dos Direitos da Mulher – Santo André – SP. 7 nov 1992
Poesia	Anita Ramos – santo André – SP – 23 nov 1990.
Programa	Assessoria dos Direitos da Mulher da cidade de Santo André.(PMSA). [1991]
Programação	Assessoria dos Direitos da Mulher da cidade de Santo André. Programação Encontro de Mulheres. 04 ago1991
Programação	Assessoria dos Direitos da Mulher da cidade de Santo André.(PMSA).Auditório da SECE-SEC. Edu.Cultura e Esportes. Santo André. 31 out [1991]
Programação	Assessoria dos Direitos da Mulher da cidade de Santo André.(PMSA).Centros Comunitários de Santo André. Jun 1991. 7p
Programação	Assessoria dos Direitos da Mulher da cidade de Santo André.Curso de

	Aperfeiçoamento de Pessoal Sobre Violência. (PMSA).[1990]
Programação e Convite para Teatro de Bonecos	Assessoria dos Direitos da Mulher da cidade de Santo André. (PMSA). Programação. 28 jun 1991. 2p
Projeto	Assessoria dos Direitos da Mulher – Santo André – SP.set/90 – 5p.
Projeto	Dra.Sonia Alves Calió – Departamento de Geografia- USP – São Paulo – SP – abr 1992 – 5p.
Proposta para Curso Violência sobre a Mulher	Assessoria dos Direitos da Mulher da cidade de Santo André.[abr-set 1990]
Relação de Atividades	Assessoria dos Direitos da Mulher da cidade de Santo André. Relatório de Atividade Oficina de saúde e Sexualidade. [ago1991]
Relatório	[PMSA] – [Assessoria dos Direitos da Mulher] – Santo André – SP – 03 jul 1992
Relatório	[PMSA] – [Assessoria dos Direitos da Mulher] – Santo André – SP – 03 jul 1992/
Relatório	[PMSA] – [Assessoria dos Direitos da Mulher] – Santo André – SP – [1990]
Relatório	[PMSA] – [Assessoria dos Direitos da Mulher] – Santo André – SP – 07 jul 1992
Relatório	[PMSA] – [Assessoria dos Direitos da Mulher] – Santo André – SP – 17 jul 1992
Relatório	[PMSA] – [Assessoria dos Direitos da Mulher] – Santo André – SP – 24 jul 1992
Relatório	Assessoria do Direito da Mulher (PMSA). SantoAndré. SP. ago1991.. 19p
Relatório	Assessoria do Direito da Mulher (PMSA). [SantoAndré. SP .1990]. 6p
Relatório	Assessoria do Direito da Mulher (PMSA). 4 ago 1997. 2p
Relatório	Assessoria do Direito da Mulher.(PMSA). 10 ago 1980.7p
Relatório	Assessoria do Direito da Mulher.(PMSA). 1990. 3P
Relatório	Assessoria do Direito da Mulher.(PMSA). Curso A Questão da Mulher com funcionárias Garis do Departamento de Serviços Urbanos (DSU). Santo André.SP. Jun 92. 5P
Relatório	Assessoria do Direito da Mulher.(PMSA). Treinamento de Merendeiras.6p
Relatório	Assessoria dos Direitos da Mulher da cidade de Santo André. (PMSA). Movimento Negro Unificado – GT – Nzinga. Mulheres da Sociedade Amigos do Bairro da Borda do Campo.Grupo de Mulheres do Bairro. Esporte Clube Cruzeiro do Parque Miami.Espaço de Mulher – Paço Municipal, Centros Comunitários,

	EMEIS. Santo André.SP.01-31 mar 1992. 6p
Relatório	Assessoria dos Direitos da Mulher da cidade de Santo André.(PMSA). Centro Comunitário Jardim Santo Antonio.22 abr 1991.
Relatório	Assessoria dos Direitos da Mulher – Santo André – SP. Nov/92 – 4p.
Relatório	Fundação de Promoção Social de Santo André – Santo André – SP – 6p.[1990]
Relatório	Relatório de Assessoria dos Direitos da Mulher- PMSA – Santo André – SP – ago 1991 – 31P.
Relatório de Atividade	Assessoria dos Direitos da Mulher da cidade de Santo André. Relatório de Atividade Oficina Violência. 8 jul 1990
Relatório de Atividade	Assessoria dos Direitos da Mulher da cidade de Santo André. Relatório de Atividade Oficina de saúde e Sexualidade. jun 1991
Relatório de Atividades	Assessoria dos Direitos da Mulher da cidade de Santo André.(PMSA). CEV. Relatório de Atividades. 30 jun 1992. 2p
Relatório de Atividades	Assessoria dos Direitos da Mulher da cidade de Santo André.(PMSA). “E.E.E.P.G Miquelina P. Magnani”.Relatório de Atividades. 07 jan 1992
Revista	PMSA - Secretaria do Governo 1º Encontro de Mulheres de Santo André – Assessoria dos Direitos da Mulher – Santo André – SP – 9 nov 1991 – 30P.
Roteiro	Assessoria do Direito da Mulher.(PMSA). Curso com Merendeiras.[Sobre Direitos da Mulher. Estádio Municipal Pedro Del’Antonia.Santo André. SP.1990]

ANEXO 4.2	LISTA DE DOCUMENTOS DO ARQUIVO DE SILMARA CONCHÃO
E-mail	LEITE, Marcia de Paula. “Resposta: Valeu a Pena”. Santo André. 21 Out. 2005.
E-mail	CONCHÃO, Silmara. “Avaliação de Oficinas do GRPE Pelos Gestores/as”. Santo André. Nov. 2005.
E-mail	Prefeitura de Diadema. “Prefeitura de Diadema” Diadema. 27 Set. 2005.
E-mail	CONCHÃO, Silmara. “Lay-out do Site”. Santo André. 27 Set. 2005.
E-mail	CONCHÃO, Silmara. “Os 40 pontos”. Santo André. 27 Set. 2005.
E-mail	CONCHÃO, Silmara. “Previsão de Agenda para Formação”. Santo André. 19 Ago. 2005
E-mail	CONCHÃO, Silmara. “Reunião GT Gênero e Raça. Santo André. 04 Ago. 2005
E-mail	CONCHÃO, Silmara. “Questões sobre GRPE”. Santo André. 04 Out. 2005
E-mail	CONCHÃO, Silmara. “GRPE Santo André. Santo André. 22 Ago. 2005.
E-mail	CONCHÃO, Silmara. “GRPE Santo André – Relatório da Reunião dia 02/08/05”. Santo André.
E-mail	CONCHÃO, Silmara. “Gênero de Município UT Mercocidade”. Santo André. 17 Out. 2005.
E-mail	CONCHÃO, Silmara. “Ofício n. 001/05 – GT Gênero e Raça”. Santo André. 18 Abr. 2005.
E-mail	CONCHÃO, Silmara. Santo André. 27 Out. 2005.
E-mail	CONCHÃO, Silmara. “Importante GRPE”. Santo André. 18 Out. 2005
E-mail	CONCHÃO, Silmara. “ Nossa Próxima Reunião do GT Gênero e Raça”. Santo André. 18 Jul. 2005.
E-mail	CONCHÃO, Silmara. “GT - Gênero e Raça “. Santo André. 08 Jul. 2005
E-mail	CONCHÃO, Silmara. “III Seminário Desafios das Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial”. Santo André. 27 Set. 2005.
E-mail	CONCHÃO, Silmara. “GRPE Santo André - Próxima Reunião e Pauta”. Santo André. 04 Jul. 2005.
E-mail	CONCHÃO, Silmara. “Componentes do GT Gênero e Raça – Atenção”. Santo

	André. 06 Abr. 2005.
E-mail	CONCHÃO, Silmara. ”Urgente - Prazos Limitadíssimos para Brasília”. Santo André. 23 Mar 2005.
E-mail	CONCHÃO, Silmara. “Agenda geral GRPE ABC - GT Gênero e Raça”. Santo André. 05 Jul. 2005.
E-mail	ROGÉRIO, Mário. “Layout do Banco de Dados do Brasil Alfabetizado”. Santo André. 08 Set. 2005.
E-mail	LÚCIA, Ana. “Resposta ao E-mail GRPE Santo André de 22/08/05”. Santo André. 26 Ago. 2005.
E-mail	GUSMÃO, José Batista. “Consórcio – Parcela Atrasada”. Santo André. 26 Set 2005
E-mail	CONCHÃO, Silmara. “Informes e Próxima Reunião GRPE Santo André”. Santo André. 15 Jul. 2005.
E-mail	COLOMBO, Ana Maria. Santo André. 11 Jul. 2005.
E-mail	GUIMARÃES, Nadya Araujo. “USP e GRPE ABC”. São Paulo. 10 Out. 2005.
E-mail	LEITE, Marcia de Paula. “Valeu a Pena”. Santo André. 21 Out. 2005.
E-mail	LEITE, Marcia de Paula. “Contratação”. Santo André. 24 Ago. 2005.
E-mail	PEDROSA, Giordana. “Informativos – Rosi”. Ribeirão Pires. 10 Out. 2005.
E-mail	GONZAGA, Quenes. “Prazos Limitados Para Brasília”. Brasília. 04 Abr. 2005.
E-mail	LEITE, Marcia de Paula. “GRPE no ABC - Contratação e Oficina do dia 30 e 31 de Maio”. Mai 2005.
E-mail	Silveira, Aparecida. “GT Gênero e Raça”. Santo André. 02 Ago 2005.
Lista	CONCHÃO. Silmara. “Pontos dos Out-doors”. [2005]
Lista	Consórcio Intermunicipal Grande ABC. “GT Gênero e Raça – Programa GRPE”. 2005.
Lista	Consórcio Intermunicipal Grande ABC. “GT Gênero e Raça – Programa GRPE”. 2005.
Lista	Consórcio Intermunicipal Grande ABC; OIT; SEPPIR. 25 e 26 Ago. 2005.

Lista	CEERT. Consórcio Intermunicipal Grande ABC. 15 Jul. 2005.
Lista	Consórcio Intermunicipal Grande ABC. “GT Gênero e Raça – Programa GRPE”. 18 Mar. 2005.
Lista	Consórcio Intermunicipal Grande ABC. “Oficina GRPE”. 13 Jun. 2005.
Lista	Consórcio Intermunicipal Grande ABC. “Oficina GRPE”. 14 Jun. 2005.
Lista	Consórcio Intermunicipal Grande ABC. “Oficina GRPE”. 14 Jun. 2005.
Lista	Consórcio Intermunicipal Grande ABC. “GT Gênero e Raça”. 15 Jul. 2005.
Lista	Consórcio Intermunicipal Grande ABC. “Programa GRPE – Outras Entidades”. 11 e 12 Ago. 2005.
Lista	Consórcio Intermunicipal Grande ABC. “Oficina – Programa GRPE – Santo André”. 25 Ago. 2005.
Lista	Consórcio Intermunicipal Grande ABC. “GT Gênero e Raça – Programa GRPE”. 26 Ago. 2005.
Lista	Consórcio Intermunicipal Grande ABC. “Oficina GRPE – Rio Grande da Serra”. 08 Set. 2005.
Lista	Consórcio Intermunicipal Grande ABC. “Programa GRPE - Diadema”. 22 Set. 2005.
Lista	Consórcio Intermunicipal Grande ABC. “Lançamento Campanha ‘Diferenças são Naturais, Desigualdades não’”. 03 Out. 2005.
Lista	Consórcio Intermunicipal Grande ABC. “Programa GRPE - P.M. Rio Grande da Serra”. 06 Out. 2005.
Lista	Consórcio Intermunicipal Grande ABC. “Oficina GRPE - P.M. Santo André”. 14 Out. 2005.
Lista	Consórcio Intermunicipal Grande ABC. “Programa GRPE - Santo André”. 09 Dez. 2005.
Lista	Consórcio Intermunicipal Grande ABC. “Oficina Programa GRPE - P.M. Santo André”. 20 Out. 2005.
Lista	“GRPE Local”. 31 Ago. 2005.
Lista	Prefeitura de Municipal de Santo André. “Lista de Funcionários da Prefeitura”.

	[2005]
Lista	GRPE. “Lista de Cargos”. 2005.
Lista	Consórcio Intermunicipal Grande ABC. “GT - Gênero e Raça”. 08 Dez. 2005.
Lista	Consórcio Intermunicipal Grande ABC. “GT - Gênero e Raça”. 21 Jun. 2005.
Lista	Prefeitura de Municipal de Santo André. “Controle Material Oficina ABC”. 21 Nov. 2005.
Lista	Consórcio Intermunicipal Grande ABC. “GT Gênero e Raça”. 12 Jul. 2005.
Lista	Consórcio Intermunicipal Grande ABC. “GT Gênero e Raça – Programa GRPE”. 2005.
Lista	Consórcio Intermunicipal Grande ABC. “GT Gênero e Raça – Programa GRPE”. 26 Abr. 2005.
Lista	“Distribuição Material Quesito Cor”. 22 Set. 2005.
Lista	“GT Quesito Cor – Por Cidade”
Lista	“Lista de Funcionários das Prefeituras do Grande ABC”
Slides	OIT. “Igualdade de Gênero e Raça, Promoção do Emprego e Erradicação da Pobreza”. [2005]
Slides	“Módulo 4 - Capacidade de Organização e negociação: poder para realizar mudanças”. 22 Set. 2005.
Slides	“Módulo 6 - Recursos Financeiros para os pobres: o crédito”. 06 Out. 2005.
Poesia	CEERT. “Poesia: Criar de Agostinho Neto (Modificado por M. Barreto”.
Programação	GRPE. “Agenda Módulos”. 2005.
Programação	Secretaria de Educação e Formação Profissional DEIF. “Programação de Novembro”. Nov. 2005.
Programação	Consórcio Intermunicipal Grande ABC. “Programação GRPE - Oficinas de Formação e Capacitação de Gestores”. 13 e 14 Jun. 2005.
Programação	“Programação Oficina de Monitoramento - Implementação do Quesito Cor”. 09 Dez. 2005.
Programação	CEERT. “Oficina de Sensibilização para Implantação/Implementação do Quesito

	Cor/Raça". 14 e 15 Jul. 2005.
Programação	Prefeitura de Diadema. "1º Ciclo de Formação para Diversidade - Gênero/Raça – Oficinas". Diadema. Out. 2005.
Programação	Consórcio Intermunicipal Grande ABC. "Programação do Lançamento Oficial da Campanha 'Diferenças são Naturais, Desigualdades Não'". 03 Out. 2005.
Relatório	CONCHÃO, Silmara. "Relatório/resumo do I Encontro do GRPE - Implementando o Plano de Ação no ABC". Jun. 2005.
Relatório	CEERT. "Relatório Diagnóstico dos Bancos de Dados para a Implementação do Quesito Cor". Set. 2005.
Relatório	Secretaria de Educação de Santo André e DEIF. "Promoção de Igualdade Racial Lei 10.639 - Ações desta Secretaria". 2005.
Relatório	GRPE. "Caracterização da Região do Grande ABC: o quadro das desigualdades". 2005.
Relatório	Consórcio Intermunicipal Grandenfor ABC. "Reunião com Técnicos do Banco de Dados do Programa GRPE - Ajuda Memória". 19 Ago. 2005.
Relatório	Prefeitura Municipal de Santo André. "Políticas na Perspectiva de Gênero e Raça". Santo André. 2005.
Relatório	GRPE Santo André. "A Dimensão de Gênero e Raça nos Programas Geridos por Santo André". Santo André. Jun. 2005.
Relatório	"Relação e Depoimentos dos/das Representantes das Entidades Não-Governamentais". [2005]
Relatório	"Relatório de Avaliação da Conferência Nacional da Igualdade Racial". Brasília. 30 Jun., 01 e 02 Jul. 2005.
Carta	CONCHÃO, Silmara. [2005]
Carta	CONCHÃO, Silmara. Out. 2005.
Carta	CONCHÃO, Silmara. "Justificativa - GRPE ABC - Quesito Cor". 2005.
Carta	CONCHÃO, Silmara. 27 Out. 2005.
Carta	LEITE, Marcia de Paula.
Carta	CONCHÃO, Silmara. 06 Out. 2005.

Carta	LEITE, Marcia de Paula. Set. 2005.
Carta	LEITE, Marcia de Paula. Jul. e Ago. 2005.
Carta	CONCHÃO, Silmara. 31 Ago. 2005.
Ofício	CONCHÃO, Silmara. Dez. 2005.
Ofício	CONCHÃO, Silmara. Set. 2005.
Ofício	CONCHÃO, Silmara. 16 Dez. 2005.
Ofício	CONCHÃO, Silmara. 21 Nov. 2005.
Ofício	CONCHÃO, Silmara. 18 Nov. 2005.
Ofício	CONCHÃO, Silmara. 04 Nov. 2005.
Ofício	CONCHÃO, Silmara. 01 Nov. 2005.
Ofício	CONCHÃO, Silmara. 06 Out. 2005
Ofício	CONCHÃO, Silmara. Set. 2005.
Ofício	CONCHÃO, Silmara. 14 Set. 2005.
Ofício	CONCHÃO, Silmara. 09 Set. 2005.
Ofício	CONCHÃO, Silmara. 11 Set. 2005.
Ofício	CONCHÃO, Silmara. 10 Set. 2009
Ofício	CONCHÃO, Silmara. 07 Ago. 2005.
Ofício	CONCHÃO, Silmara. 06 Ago. 2005.
Ofício	CONCHÃO, Silmara. 27 Jun. 2005.
Ofício	CONCHÃO, Silmara. 27 Jun. 2005.
Ofício	CONCHÃO, Silmara. 07 Jun. 2005.
Ofício	CONCHÃO, Silmara. “Ofício nº 001/05 – GT Gênero e Raça”. 18 Abr. 2005.
Ofício	CONCHÃO, Silmara. “”Of. 003.06.05” 07 Jun, 2005.
Ofício	ERNANDEZ, Marco Antônio. “Requerimento nº: 1205/05”. 25 Nov. 2005.
Ata	CEERT. “Subsídios para Relatório da Reunião entre CEERT e o Programa GRPE - Consórcio Santo. André”. 05 Ago. 2005.

Ata	Consórcio Intermunicipal Grande ABC. “Reunião de Banco de Dados do Consórcio ABC para Implantação do Quesito Cor/Raça”. 05 Jul. 2005.
Ata	Consórcio Intermunicipal Grande ABC. “Reunião: GT - Gênero e Raça”. 08 Dez. 2005.
Ata	Consórcio Intermunicipal Grande ABC. “Reunião: GT - Gênero e Raça”. 22 Nov. 2005.
Ata	Consórcio Intermunicipal Grande ABC. “Reunião: GT - Gênero e Raça”. 18 Out. 2005.
Ata	Consórcio Intermunicipal Grande ABC. “Reunião: GT - Gênero e Raça”. 27 Out. 2005.
Ata	Consórcio Intermunicipal Grande ABC. “Reunião: GT - Gênero e Raça”. 18 Out. 2005.
Ata	Consórcio Intermunicipal Grande ABC. “Reunião: GT - Gênero e Raça”. 28 Set. 2005.
Ata	Consórcio Intermunicipal Grande ABC. “Reunião: GT - Gênero e Raça”. 15 Set. 2005.
Ata	Consórcio Intermunicipal Grande ABC. “Reunião: GT - Gênero e Raça”. 23 Ago. 2005.
Ata	Consórcio Intermunicipal Grande ABC. “Reunião: GT - Gênero e Raça”. 04 Ago. 2005.
Ata	Consórcio Intermunicipal Grande ABC. “Reunião: GT - Gênero e Raça”. 12 Jul. 2005.
Ata	Consórcio Intermunicipal Grande ABC. “Reunião: GT - Gênero e Raça”. 21 Jun. 2005.
Ata	Consórcio Intermunicipal Grande ABC. “Reunião: GT - Gênero e Raça”. 09 Jun. 2005.
Ata	Consórcio Intermunicipal Grande ABC. “Reunião: GT - Gênero e Raça”. 12 Mai. 2005.
Ata	Consórcio Intermunicipal Grande ABC; OIT; SEPPIR. “Reunião: GT - Gênero e Raça”. 09 Mai. 2005.

Ata	Consórcio Intermunicipal Grande ABC. “Reunião: GT - Gênero e Raça”. 26 Abr. 2005.
Ata	Consórcio Intermunicipal Grande ABC. “Reunião: GT - Gênero e Raça”. 18 Mar. 2005.
Ata	Consórcio Intermunicipal Grande ABC. “Reunião: GT - Gênero e Raça”. 18 Mar. 2005.
Ata	Consórcio Intermunicipal Grande ABC. “Reunião: GT - Gênero e Raça”. 25 Mai. 2005.
Tabela	Central de Trabalho e Renda. Santo André. “Tabela: Gênero x Mês no 1º semestre de 2005”. 2005.
Tabela	“O Uso dos Conceitos como Ferramentas de Análise e Desenho de Políticas”. [2005].
Tabela	“A pobreza no mundo”. [2005].
Tabela	CEERT. “Tabelas: Programa: Movimento de Alfabetização; Programa Transferência de Renda; Programa Banco do Povo; Programa Casa Abrigo do ABC” [2005]
Questionário	Consórcio Intermunicipal Grande ABC. “Programa GRPE”. Diadema. [2005]
Questionário	GRPE. “Papel do GRPE em sua cidade”. [2005]
Questionário	GRPE. “Avaliação - Módulo 4”. [2005]
Questionário	Consórcio Intermunicipal Grande ABC. “GT – Gênero e Raça. Programa GRPE”. 15 Set. 2005.
Questionário	CEERT. “Coleta do Quesito Cor: Ficha de Monitoramento”. [2005]
Declaração	Prefeitura Municipal de Santo André. Santo André. 01 Jun. 2005.
Declaração	CONCHÃO, Silmara. 05 Ago. 2005
Declaração	CONCHÃO, Silmara. 04 Jul. 2005.
Requerimento	Câmara Municipal de Diadema. “Requerimento Nº 1205/05”. Diadema. 24 Nov. 2005.
Informativo	Consórcio Intermunicipal Grande ABC. “Informativo do GRPE - Gênero, Raça, Pobreza e Emprego”. [2005]

Informativo	OIT. “Criado o GT Diversidade Intersecretarial – Realizações em 2004 e os Planos de Ação para 2005”. Dez. 2004.
Informativo	Consórcio Intermunicipal do Grande ABC. “Informativo 2 - Julho de 2005”. Jul. 2005.
Flyer	Associação Lua Nova. “Dando força para quem tem vontade”. Araçoiaba da Serra.
Folder	Consórcio Intermunicipal Grande ABC. “Qual a sua cor? Somos todos diferentes, porém com direitos iguais”. Set. 2005.
Cartão	Consórcio Intermunicipal Grande ABC. “Alzira Sugae Nishikubo – Coordenadora Geral”. [2005]
Folder	Consórcio Intermunicipal Grande ABC. “Diferenças são Naturais. Desigualdades não!”. [2005].
Flyer	Elo Mulher. “3º Aniversário da Assessoria da Mulher”. Santo André. 26 Jun. 1992.
Roteiro	GRPE. “Roteiro de cada módulo do projeto”. [2005]
Roteiro	Elo Mulher. “Roteiro de peça teatral”. 26 Jun. 1992.
Artigo	GUIMARÃES, Nadya Araújo. “Quando a Indústria se Transforma - Reestruturação Produtiva e Desigualdades de Gênero e Raça no Mercado de Trabalho do Grande ABC”. São Paulo. [2005]
Projeto	Consórcio Intermunicipal das Bacias do Alto Tamanduateí e Billings. “Concurso de Experiências Inovadoras de Políticas Sócio- Produtivas com Perspectiva de Gênero em Municípios do Mercosul". [2005].
Projeto	CONCHÃO, Silmara. “Gestão Local, Empregabilidade e Equidade de Gênero e Raça”. Santo André. [2005].
Projeto	Consórcio Intermunicipal Grande ABC. “Diferenças São Naturais. Desigualdades Não!”. Nov. 2005.
Projeto	Fundação de Promoção Social de Santo André. “Fundamentação dos Projetos de Oficinas Produtivas Junto aos Grupos de Mulheres e Adolescentes”. Santo André. [1992].
Projeto	Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades. “Quesito Cor/Raça/Etnia: Desafios Para a Promoção da Igualdade Racial”. [2005].
Projeto	GRPE. “A Inclusão do Quesito Cor nas coletas de perfil de funcionários de

	empresas e usuários de serviços públicos e privados ou O Baile da Cor". [2005].
Projeto	Consórcio Intermunicipal Grande ABC. "Programa de Fortalecimento Institucional para a Igualdade de Gênero, Raça, Erradicação da Pobreza e Promoção do Emprego / GRPE". 10 Dez. 2005.
Modelo	Consórcio Intermunicipal Grande ABC. "Modelos de Divulgação da Campanha 'Diferenças são naturais. Desigualdades não!'". [2005]
Manual	CEERT. "Manual de Monitoramento – Quesito Cor". Out. 2004.
Proposta	CEERT. "Proposta para Formação de Multiplicadores para a Implementação do Quesito Cor". [2005].
Proposta	CRUZ, Tânia Mara. "Proposta para Curso Violência sobre a Mulher". Abr. – Set. 2005.
Proposta	GRPE. "Proposta para Desenvolvimento de Ações do Programa Gênero, Raça, Pobreza e Emprego". [2005].
Avaliação	GRPE. "Avaliação das Oficinasdo GRPE Pelos Gestores/as". Nov. 2005.
Atividade	GRPE. "Estudos de caso - Estratégias para organizar as mulheres - Diversas experiências nas Zonas Francas Industriais". [2005]
Atividade	GRPE. "Atividade 1: Estudos de caso – Uma Região Pobre do País Y". [2005]
Atividade	GRPE. "Estudo de Caso – Um País X da Ásia". [2005].
Release	Consórcio Intermunicipal Grande ABC. "Lançamento da Campanha 'Diferenças são naturais, desigualdades não.'". 27 Out. 2005.
Publicação	TAKARA, Alexandre. "Promoção de Desigualdade Social". [2005].
Texto	Núcleo de Políticas de GRGPD – SG. "Ações Afirmadas". [2005].
Publicação	Autor Desconhecido. "Plano Reúne Gestores e Entidades do ABC". [2005].
Fax	CONCHÃO, Silmara. "O que falta de material (pasta) de sua cidade?". 27 Out. 2005.
Manuscritos	Apontamentos pessoais de Silmara